

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2015 - 2016





Governador do Estado
João Raimundo Colombo

Vice-Governador do Estado
Eduardo Pinho Moreira

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca
Moacir Sopelsa

Presidente da Epagri
Luiz Ademir Hessmann

Diretores

Ivan Luiz Zilli Bacic
Desenvolvimento Institucional

Jorge Luiz Malburg
Administração e Finanças

Luiz Antonio Palladini
Ciência, Tecnologia e Inovação

Paulo Roberto Lisboa Arruda
Extensão Rural



Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2015-2016

**Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri
Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa**

Estado de Santa Catarina

Governador do Estado - João Raimundo Colombo

Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca - Moacir Sopelsa

Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri - Luiz Ademir Hessmann

Diretores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri

Desenvolvimento Institucional - Ivan Luiz Zilli Bacic

Administração e Finanças - Jorge Luiz Malburg

Ciência, Tecnologia e Inovação - Luiz Antônio Palladini

Extensão Rural e Pesqueira - Paulo Roberto Lisboa Arruda

Gerente do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa - Roney Dorow

Coordenação

Tabajara Marcondes

Elaboração

Alex Alves dos Santos
Alexandre Luiz Giehl
Angelo Mendes Massignam
Bruno Corrêa da Silva
Cristina Pandolfo
Daniel Rogério Schmitt
Enilto de Oliveira Neubert
Evandro Uberdan Anater
Fabiano Müller Silva
Glaucia de Almeida Padrão
Haroldo Tavares Elias
João Rogério Alves
Jurandi Teodoro Gugel
Luiz Augusto Araujo
Luiz Toresan
Rogério Goulart Junior
Sergio Winckler da Costa
Tabajara Marcondes
Vinícius Caliarí
Wilian da Silva Ricce

Colaboração

Cléverson Buratto
Édila Gonçalves Botelho
Elvys Taffarel
Getúlio Tadeo Tonet
Gilberto Luiz Curti
João Cláudio Zanatta
Saturnino Claudino dos Santos

Diagramação e Arte Final

Sidaura Lessa Graciosa

Revisão textual

Laertes Rebelo

Capa

Vilton Jorge de Souza

Tiragem: 1.000 exemplares
Impressão: Dioesc

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. v.1 1976 -
Florianópolis: Epagri/Cepa, 1976-
Anual
Título anterior: Síntese Informativa sobre a Agricultura
Catarinense, 1976-1981.
Publicada em 2 volumes de 1984 a 1991.
Publicação interrompida em 1992.
Editada pela Epagri-Cepa (2005 -)

1. Agropecuária - Brasil SC - Periódico. I. Instituto de Planejamento e Economia
Agrícola de Santa Catarina, Florianópolis, SC. II Empresa de Pesquisa Agropecuária e
Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
- Epagri/Cepa, Florianópolis, SC.

ISSN 1677-5953

Epagri/Cepa - Rod. Admar Gonzaga, 1.486 - Itacorubi - 88034-000 - Florianópolis - SC
Tel. (48) 3665.5078 - <http://cepa.epagri.sc.gov.br>

Apresentação

A exemplo do que tem ocorrido ao longo dos anos, temos a satisfação de apresentar a **37ª Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**.

Na capa utilizamos a figura que a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) adotou para simbolizar **2016** como o **Ano Internacional das Leguminosas**. A Epagri/Cepa fez essa opção por considerar as leguminosas especialmente importantes para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Nessa edição destaca-se como principal novidade a apresentação do cálculo do Valor Bruto de Produção (VBP) dos principais produtos da agropecuária catarinense por meio de metodologia desenvolvida pela Epagri/Cepa. Além disso foram incluídas as análises de crédito rural e da cadeia da mandioca, não contempladas na versão anterior.

O cálculo do VBP foi feito para o período de 2013 a 2016 e contempla 49 produtos da agropecuária estadual. O VBP de 2016 foi estimado em R\$ 28,808 bilhões, o que significa um aumento nominal de 16,2% em relação aos R\$ 24,783 bilhões alcançados em 2015, que já tinha sido superior ao valor do ano de 2014. Esses números indicam que a agropecuária contribuiu positivamente para o Produto Interno Bruto (PIB) catarinense em 2015 e 2016, o que não necessariamente ocorreu com os demais setores da economia estadual.

Além dessas informações, que mostram a importância do setor agropecuário para o estado de Santa Catarina, a Síntese contempla análises sobre o desempenho produtivo e mercadológico das principais cadeias produtivas da agropecuária estadual.

Sentimo-nos orgulhosos em apresentar a todos os catarinenses a **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2015-2016**. Agradecemos a todas as pessoas e entidades que colaboraram para sua realização e informamos que a versão eletrônica desta e de edições anteriores estão disponíveis no endereço <http://www.cepa.epagri.sc.gov.br>, no item **Publicações**.

Luiz Ademir Hessmann
Presidente da Epagri

Sumário

Parte I

Desempenho da agropecuária catarinense – 2016	7
Crédito rural	15
Desempenho da produção vegetal	21
Arroz.....	21
Banana.....	29
Cebola	38
Feijão.....	44
Maçã.....	50
Mandioca.....	60
Milho	67
Soja.....	75
Tabaco.....	82
Tomate	87
Trigo	90
Uva e vinho.....	95
Desempenho da produção animal	101
Carne bovina	101
Carne de frango.....	111
Carne suína.....	122
Leite.....	133
Desempenho da aquicultura catarinense	141
Desempenho do setor florestal	149
Análise climática do Estado de Santa Catarina	167
Parte II	174

Desempenho da agropecuária catarinense – 2016

Luiz Toresan – Eng.-agr., Dr. – Epagri/Cepa
toresan@epagri.sc.gov.br

Preços disparam e melhoram a renda dos produtores em várias cadeias produtivas

Após dois anos seguidos de preços perdendo para a inflação, boa parte dos produtos da agropecuária catarinense teve seus preços em forte elevação em 2016. O resultado foi um importante aumento no valor bruto da produção agropecuária (VBP)¹ e mais renda para parte expressiva dos produtores (Tabela 1).

O VBP dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina foi estimado em 28,8 bilhões de reais em 2016. Esse valor significa aumento nominal de 16,2% e real de 3,5% (descontada a inflação) em relação a 2015. Embora tenham sido considerados 49 produtos, destaca-se que apenas cinco - carne de frango, carne suína, leite, soja e fumo – contribuem com dois terços de todo o valor, mostrando que o agronegócio catarinense é relativamente concentrado em poucas cadeias produtivas, quando se leva em conta apenas o aspecto econômico.

Dos 20 produtos mais importantes na composição do VBP da agropecuária de Santa Catarina, 12 tiveram aumento de preços ao produtor bem superior à inflação medida no transcorrer da safra. Os mais significativos aumentos foram observados no alho, no milho, no feijão, no leite, na banana, no frango, no arroz e na soja, todos produtos de grande importância para o agronegócio catarinense.

Alguns fatores contribuíram para a forte elevação dos preços dos produtos agrícolas em 2016. O mais importante foi a frustação das safras nas principais regiões produtoras do País, provocando redução da oferta no mercado (milho, arroz, feijão, banana e maçã). Além disso, a forte desvalorização cambial mantida durante a maior parte do primeiro semestre incentivou as exportações e o aumento dos preços domésticos de alguns produtos (soja, milho e arroz). A queda na oferta brasileira de leite, iniciada no final de 2015 e mantida ao longo do primeiro semestre de 2016, elevou sobremaneira os preços de equilíbrio do produto ao longo desse período. No caso da produção da carne de frango o bom desempenho das exportações e a oferta mais apertada levaram ao aumento do preço do frango vivo nas granjas.

Em 2014, os preços agrícolas haviam crescido, de modo geral, bem menos que a inflação. Em 2015, novamente o efeito dos preços na variação do valor do conjunto da agropecuária catarinense foi positivo em apenas 2,8%, contra uma inflação de quase 7% no período (jun./14 a jun./15). Já em 2016, os preços dos produtos agrícolas, tomados no conjunto, foram 14,4% maiores que aqueles observados em 2015, recuperando grande parte das perdas para a inflação dos anos anteriores.

A Tabela 2 mostra os efeitos da variação da quantidade produzida e da variação dos preços na mudança do valor da produção de 2014 para 2015 e de 2015 para 2016, em nível de produtor, por segmento do agronegócio e para o setor como um todo. Nela pode ser observado que em 2015 e em 2016 a agropecuária catarinense teve desempenho positivo quanto ao volume produzido, com crescimento de 2,6% e de 1,6%, respectivamente. Esses números indicam que a agropecuária teve contribuição positiva para o PIB catarinense nesses dois últimos anos, diferentemente dos demais setores da economia.

Em 2016, o crescimento do valor da produção da pecuária (+16,0%) se deveu tanto ao efeito do aumento da quantidade produzida (+1,8%) quanto ao aumento dos preços (+13,9%). As menores contribuições foram das carnes bovina e suína. A primeira pela queda na produção (Tabela 3) e a segunda pela redução do preço nominal dos animais abatidos. A pecuária respondeu por cerca de 60% do valor da produção agropecuária de Santa Catarina em 2016.

¹ A fonte dos dados e a metodologia utilizada para o cálculo do VBP da agropecuária estão descritos na Nota Metodológica ao final deste tópico.

Tabela 1/I. Valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária – SC e posição entre os produtos

(mil reais)

Produto/segmento	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	Posição geral 2016	2015/2014 (%)	2016/2015 (%)
Produção animal	12.505.453	14.086.167	15.051.506	17.445.982	-	6,9	15,9
Pecuária	12.311.083	13.848.626	14.783.231	17.146.600	-	6,7	16,0
Carne de frango	5.286.413	5.529.162	5.962.724	7.105.164	1º	7,8	19,2
Carne suína	2.952.300	3.739.096	4.038.466	3.967.454	2º	8,0	-1,8
Leite	2.502.989	2.633.316	2.663.752	3.751.121	3º	1,2	40,8
Carne bovina	805.345	1.115.697	1.362.661	1.396.780	6º	22,1	2,5
Ovos de galinha	710.105	772.403	724.147	842.931	8º	-6,2	16,4
Ovos de codorna	7.265	8.221	10.883	13.882	38º	32,4	27,6
Mel	46.665	50.730	20.597	69.267	24º	-59,4	236,3
Aquicultura	194.370	237.541	268.275	299.382	-	12,9	11,6
Tilápia	87.466	109.894	128.096	142.806	19º	16,6	11,5
Ostra e vieira	18.788	28.429	22.913	30.485	34º	-19,4	33,0
Mexilhão	36.654	41.419	55.931	66.701	26º	35,0	19,3
Camarão	3.168	3.226	4.151	4.520	44º	28,7	8,9
Jundiá	2.966	5.471	4.257	4.391	45º	-22,2	3,2
Carpa	39.409	39.899	44.956	42.081	31º	12,7	-6,4
Truta	5.919	9.203	7.970	8.398	41º	-13,4	5,4
Produção das lavouras	7.135.606	7.650.511	8.069.710	9.694.666	-	5,5	20,1
Grãos	3.648.889	3.885.179	3.980.934	5.101.543	-	2,5	28,1
Arroz	628.557	744.842	760.842	842.086	9º	2,1	10,7
Cevada	4.166	1.493	3.666	3.302	47º	145,5	-9,9
Aveia	7.805	9.275	3.107	7.415	42º	-66,5	138,7
Feijão	343.021	252.702	249.634	354.397	16º	-1,2	42,0
Milho	1.017.506	923.301	922.292	1.372.650	7º	-0,1	48,8
Soja	1.450.601	1.816.004	1.928.991	2.401.302	4º	6,2	24,5
Trigo	197.233	137.562	112.402	120.390	21º	-18,3	7,1
Demais lavouras temporárias	2.740.538	2.824.460	3.062.442	3.427.238	-	8,4	11,9
Alho	81.284	85.901	89.420	243.650	18º	4,1	172,5
Amendoim	2.276	2.242	1.766	2.079	49º	-21,2	17,7
Batata-doce	33.182	43.060	46.343	62.310	27º	7,6	34,5
Batata-inglesa	85.635	69.117	82.153	127.699	20º	18,9	55,4
Cana-de-açúcar	58.463	73.882	55.667	54.849	29º	-24,7	-1,5
Cebola	368.155	248.231	320.266	445.134	13º	29,0	39,0
Fumo	1.624.463	1.875.218	1.978.142	1.993.574	5º	5,5	0,8
Mandioca	157.797	116.952	127.398	113.676	22º	8,9	-10,8
Melancia	18.357	27.547	26.185	28.860	35º	-4,9	10,2
Tomate	310.927	282.310	335.103	355.406	15º	18,7	6,1
Lavouras permanentes	746.180	940.872	1.026.334	1.165.886	-	9,1	13,6
Ameixa	17.043	28.183	30.982	31.481	32º	9,9	1,6
Banana	286.065	326.114	309.050	406.953	14º	-5,2	31,7
Caqui	3.499	3.635	3.578	4.070	46º	-1,6	13,7
Laranja	6.293	15.931	11.177	14.872	37º	-29,8	33,1
Maçã	335.415	439.394	527.501	551.236	11º	20,1	4,5
Maracujá	21.397	23.142	25.542	30.939	33º	10,4	21,1
Pera	9.032	11.549	13.170	11.790	39º	14,0	-10,5
Pêssego	17.096	33.617	34.341	43.692	30º	2,2	27,2
Quivi	2.556	2.530	2.479	2.432	48º	-2,0	-1,9
Tangerina	4.350	5.953	6.566	6.372	43º	10,3	-3,0
Uva	43.434	50.824	61.948	62.049	28º	21,9	0,2
Produção da silvicultura e extração vegetal	1.772.521	1.764.888	1.661.877	1.668.282	-	-5,8	0,4
Carvão	11.658	14.891	14.804	15.255	36º	-0,6	3,0
Erva-mate	41.870	75.011	110.117	79.969	23º	46,8	-27,4
Lenha	492.443	545.210	494.069	474.160	12º	-9,4	-4,0
Madeira p/outras finalidades	710.746	708.161	690.874	712.733	10º	-2,4	3,2
Madeira p/papel e celulose	452.401	351.778	281.720	310.658	17º	-19,9	10,3
Palmito	57.693	62.181	61.561	66.952	25º	-1,0	8,8
Pinhão	5.709	7.656	8.731	8.555	40º	14,0	-2,0
Total	21.413.579	23.501.566	24.783.093	28.808.931	-	5,5	16,24

⁽¹⁾ Dados preliminares.⁽²⁾ Dados preliminares e estimativas do Epagri/Cepa.

Fonte: Epagri/Cepa, IBGE.

Tabela 2/I. Índice de variação da quantidade (Iq) e do preço (Ip) da agropecuária catarinense e de seus principais segmentos – 2014-15 e 2015-16

Componente	2015/2014		2016/2015	
	Iq ⁽¹⁾	Ip ⁽¹⁾	Iq ⁽¹⁾	Ip ⁽¹⁾
Total agropecuária	2,6%	2,8%	1,6%	14,4%
Produção animal	3,3%	3,7%	1,9%	13,7%
Pecuária	3,3%	3,6%	1,8%	13,9%
Aquicultura	2,4%	10,4%	11,5%	0,1%
Produção das lavouras	1,3%	5,1%	-2,3%	23,5%
Grãos	4,1%	-0,4%	-0,2%	30,1%
Demais lavouras temporárias	-3,5%	12,8%	-3,4%	15,4%
Lavoura permanente	4,4%	4,3%	-7,1%	22,1%
Produção da silvicultura e extração vegetal	-1,4%	-4,2%	1,5%	-1,2%

$$I_q = \frac{\sum_{i=1}^n p_i^0 q_i^1}{\sum_{i=1}^n p_i^0 q_i^0} \quad I_p = \frac{\sum_{i=1}^n p_i^1 q_i^0}{\sum_{i=1}^n p_i^0 q_i^0}$$

⁽¹⁾ Índice de Laspeyres para variação da quantidade (Iq) e do preço (Ip).

Fonte: IBGE; Epagri/Cepa.

No segmento das lavouras, a safra 2015/2016 foi caracterizada pela redução dos volumes produzidos e pela disparada dos preços dos produtos, tanto para os grãos e demais lavouras temporárias, quanto para as lavouras permanentes (Tabelas 2 e 3). Eventos climáticos atípicos, como frios e geadas tardias e excesso de chuvas, prejudicaram o desenvolvimento de várias culturas, frustrando as expectativas iniciais das colheitas. Em alguns casos, como o do milho e da mandioca, a queda na produção se deveu à redução da área plantada.

Os preços dos produtos da lavoura temporária compensaram as safras menores com sobras. Os mais significativos aumentos de preços em 2016, em relação aos patamares verificados na safra anterior, ocorreram no milho, no feijão, no alho e no arroz, entre os de maior importância econômica no Estado.

As lavouras permanentes foram as mais afetadas pelas adversidades climáticas já citadas e tiveram uma redução de 7,1% na produção, determinada pela queda das colheitas das frutas de clima temperado, com destaque para a maçã (-11,7%). Os preços compensaram igualmente com sobras as frustrações das safras. Foram 31,6% mais elevados para a banana, 32,2% superiores para o pêssego, e suplantaram os obtidos na safra anterior em 18,4%, no caso da maçã e em 30,7%, no caso do maracujá, todos produtos importantes da fruticultura catarinense.

Os produtos da silvicultura e da extração vegetal apresentaram em 2016 um fraco desempenho, tanto em termos de quantidade produzida, quanto nos preços praticados, confirmando tendência de anos anteriores. Estima-se um ligeiro aumento na quantidade produzida em relação a 2015, devido a um aumento na colheita de toras para uso na indústria (processamento mecânico e celulose). Já os preços permaneceram em queda pelo terceiro ano consecutivo. A retração do mercado interno e as dificuldades de exportar observadas nos últimos anos têm comprometido o crescimento da indústria catarinense de base florestal.

As exportações do agronegócio catarinense tiveram um fraco desempenho em 2015, acompanhando o comportamento geral dos produtos industriais. Nos últimos anos o agronegócio tem mantido sua contribuição entre 62% e 65% no valor total exportado por Santa Catarina (Tabela 4). Cabe destaque à participação dos produtos de origem animal – especialmente carnes de frango e de suínos – no valor exportado pelo agronegócio do Estado, representando mais de uma terça parte do total.

Tabela 3/I. Produção dos principais produtos da agropecuária – SC e posição dentre os produtos

Produto/segmento	Un. medida	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	2015/2014 (%)	2016/2015 (%)
Produção animal							
Pecuária							
Carne de Frango	Kg Carcaça	2.111.287.680	2.179.289.196	2.159.944.092	2.183.455.804	-0,89	1,09
Carne suína	Kg Carcaça	770.527.069	815.950.546	915.848.614	938.502.450	12,24	2,47
Leite	mil litros	2.918.321	2.983.252	3.059.905	3.161.800	2,57	3,33
Carne bovina	Kg Carcaça	119.598.306	136.462.047	142.255.478	136.844.375	4,25	-3,80
Ovos de galinha	mil dz	243.193	236.367	224.595	229.311	-4,98	2,10
Ovos de codorna	mil dz	7.138	8.079	10.504	12.605	30,02	20,00
Mel	Kg	6.136.709	6.016.381	2.105.733	6.557.855	-65,00	211,43
Aquicultura							
Tilápia	Kg	22.199.477	24.695.291	26.854.405	30.319.814	8,74	12,90
Ostra e vieira	Kg	2.960.700	3.700.200	3.067.459	3.681.311	-17,10	20,01
Mexilhão	Kg	16.147.000	17.853.000	17.370.000	20.844.000	-2,71	20,00
Camarão	Kg	215.000	180.660	227.500	269.000	25,93	18,24
Jundiá	Kg	644.739	998.378	746.794	739.272	-25,20	-1,01
Carpa	Kg	10.130.854	9.322.294	9.990.318	9.607.509	7,17	-3,83
Truta	Kg	657.720	772.920	743.900	699.800	-3,75	-5,93
Produção das lavouras							
Grãos							
Arroz	t	1.016.483	1.084.145	1.087.232	1.026.554	0,28	-5,58
Aveia	t	19.084	25.926	12.559	19.211	-51,56	52,97
Cevada	t	7.039	2.775	6.241	5.020	124,90	-19,56
Feijão	t	134.605	141.436	132.153	128.606	-6,56	-2,68
Milho	t	3.280.134	3.316.951	3.149.420	2.730.547	-5,05	-13,30
Soja	t	1.623.648	1.691.467	1.945.961	2.098.854	15,05	7,86
Trigo	t	278.057	290.067	175.045	197.495	-39,65	12,83
Demais lavouras temporárias							
Alho	t	18.063	24.543	22.355	24.365	-8,91	8,99
Amendoim	t	403	397	292	307	-26,45	5,14
Batata-doce	t	30.165	30.757	30.691	31.000	-0,21	1,01
Batata-inglesa	t	113.889	108.724	123.355	149.557	13,46	21,24
Cana-de-açúcar	t	498.535	563.600	384.625	380.000	-31,76	-1,20
Cebola	t	469.613	505.634	414.964	515.944	-17,93	24,33
Fumo	t	242.761	259.927	256.462	230.695	-1,33	-10,05
Mandioca	t	551.349	443.462	444.497	378.233	0,23	-14,91
Melancia	t	37.886	47.218	53.765	55.500	13,87	3,23
Tomate	t	166.127	184.482	180.486	183.939	-2,17	1,91
Lavouras permanentes							
Ameixa	t	13.197	15.833	18.469	14.991	16,65	-18,83
Banana	t	718.647	722.826	735.121	735.323	1,70	0,03
Caqui	t	3.535	2.985	2.475	3.056	-17,07	23,47
Laranja	t	27.362	24.893	22.424	20.656	-9,92	-7,88
Maçã	t	486.954	585.049	619.329	546.736	5,86	-11,72
Maracujá	t	15.849	19.126	22.403	20.764	17,13	-7,31
Pera	t	4.754	5.907	6.551	5.946	10,90	-9,23
Pêssego	t	19.879	22.836	23.888	22.983	4,61	-3,79
Quivi	t	1.599	1.705	1.810	1.705	6,20	-5,83
Tangerina	t	7.130	8.464	8.243	8.497	-2,61	3,08
Uva	t	51.247	52.355	53.463	52.909	2,12	-1,04
Produção da silvicultura e extração vegetal							
Carvão	t	14.687	13.979	13.853	13.650	-0,90	-1,47
Erva-mate	t	75.957	76.031	125.593	101.600	65,19	-19,10
Lenha	m3	8.997	9.750	8.908	8.680	-8,63	-2,56
Madeira p/ outras finalidades	m3	8.063	8.156	8.506	8.930	4,29	4,98
Madeira p/ papel e celulose	m3	8.146	6.310	5.405	5.840	-14,34	8,05
Palmito	t	20.853	20.963	18.895	19.560	-9,87	3,52
Pinhão	t	3.213	3.147	3.192	2.950	1,43	-7,58

⁽¹⁾ Dados preliminares.

⁽²⁾ Dados preliminares e estimativas do Epagri/Cepa.

Fonte: Epagri/Cepa, Epagri/Cedap e IBGE

Tabela 4/I. Valor das exportações do agronegócio catarinense – 2011-15

(US\$ FOB 1.000)

Produtos exportados	N. itens	2011	2012	2013	2014	2015	2015/14 (%)
Produtos de origem animal	185	3.323.463	3.180.652	2.992.141	3.170.282	2.572.335	-18,9
Animais vivos	7	211	232	331	650	412	-36,6
Carnes de frango e derivados	9	2.481.859	2.204.884	2.149.068	2.177.347	1.790.997	-17,7
Carnes de Suínos e derivados	18	496.919	533.864	437.260	584.043	435.097	-25,5
Carnes de Bovinos e derivados	11	11.516	15.461	14.431	11.292	6.274	-44,4
Carnes de perus e derivados	3	82.113	112.106	75.483	51.368	38.972	-24,1
Carnes de patos e derivados	2	0	11.070	5.837	8.058	7.601	-5,7
Outras carnes e derivados	14	102.052	95.529	88.363	107.961	69.344	-35,8
Ovos e derivados	3	0	7.557	200	5.552	5.389	-2,9
Peixes, crustáceos, moluscos e derivados	69	37.751	51.577	37.986	39.134	32.787	-16,2
Produtos apícolas	2	1.640	4.882	7.806	22.536	23.266	3,2
Couros e peles, lãs, crinas e sedas	19	51.880	68.910	83.953	85.185	77.683	-8,8
Outros produtos de origem animal	28	57.521	74.582	91.425	77.157	84.512	9,5
Produtos de origem vegetal	424	1.523.373	1.666.507	1.612.191	1.612.829	1.319.896	-18,2
Produtos do complexo soja	9	461.994	486.668	547.111	903.855	654.452	-27,6
Milho e derivados	6	1.115	47.707	55.326	38.725	33.165	-14,4
Arroz e derivados	9	31.883	20.293	7.049	3.851	4.103	6,5
Tabaco e derivados	11	898.886	961.398	882.723	550.477	540.399	-1,8
Banana	2	0	8.947	8.730	10.085	9.744	-3,4
Maçã e suco de maçã	2	5.049	9.010	11.112	7.795	5.268	-32,4
Mate e erva-mate	2	15.706	5.709	7.429	10.061	8.323	-17,3
Bebidas, sucos (exceto de maçã), líquidos alcoólicos e vinagres	35	36.892	40.870	28.323	21.889	21.357	-2,4
Açúcares, cacau, chocolates e preparações alimentícias	76	13.818	15.283	12.565	11.836	9.935	-16,1
Rações e produtos para alimentação animal (exceto de soja ou milho)	3	3.608	3.898	4.305	5.125	5.987	16,8
Algodão, linho e outras fibras vegetais e seus produtos básicos	98	9.032	7.653	6.891	6.970	6.073	-12,9
Outros produtos de origem vegetal e derivados	171	45.388	59.072	40.628	42.161	21.088	-50,0
Produtos florestais	197	804.697	766.363	854.849	1.001.560	1.039.199	3,8
Madeira e obras de madeira	71	390.125	401.153	479.383	574.792	595.678	3,6
Móveis de madeira	11	188.057	176.599	173.979	190.963	192.707	0,9
Papel e celulose	115	226.515	188.610	201.486	235.805	250.814	6,4
Total do agronegócio	806	5.651.532	5.613.522	5.459.181	5.784.671	4.931.430	-14,8
Total das exportações		9.051.045	8.920.676	8.688.846	8.987.359	7.644.023	-14,9

Fonte: MDIC/Secex – Sistema Alice.

A redução do valor exportado em 2015 ocorreu em praticamente todos os produtos que compõem a pauta das exportações do agronegócio catarinense. Dos itens mais importantes no valor dos embarques apenas as madeiras e suas obras e o papel e celulose não tiveram redução das exportações. Itens de elevada importância na pauta do agronegócio, como carne de frango (36% do total), complexo soja (13% do total) e carne suína (8% do total) tiveram redução de 18%, 28% e 26% em valor dos embarques, respectivamente.

Embora a pauta de exportações do agronegócio catarinense seja relativamente diversificada – são mais de 800 itens – apenas quatro grupos de produtos (carnes de frango, complexo soja, madeiras e tabaco) representaram, em 2015, 47% do valor total exportado pelo Estado. Santa Catarina responde por um quarto do valor exportado de carnes de frango pelo Brasil e essas carnes contribuem com quase um quarto do valor de todas as exportações catarinenses (Tabela 5).

Tabela 5/I. Valor das exportações do agronegócio e total de Santa Catarina e do Brasil – 2015

Produtos exportados	US\$ FOB 1.000				
	SC	Part. % s/total exportações	Brasil	Part.% s/total exportações	SC/Brasil %
Produtos de origem animal	2.572.335	33,7	18.556.382	9,7	13,9
Carnes de frango e derivados	1.790.997	23,4	7.070.545	3,7	25,3
Carnes de suínos e derivados	435.097	5,7	1.247.906	0,7	34,9
Couros e peles, lãs, crinas e sedas	77.683	1,0	2.367.181	1,2	3,3
Outras carnes e derivados	69.344	0,9	389.528	0,2	17,8
Carnes de perus e derivados	38.972	0,5	288.256	0,2	13,5
Peixes, crustáceos, moluscos e derivados	32.787	0,4	248.754	0,1	13,2
Produtos apícolas	23.266	0,3	86.815	0,0	26,8
Carnes de patos e derivados	7.601	0,1	7.601	0,0	100,0
Carnes de Bovinos e derivados	6.274	0,1	5.795.101	3,0	0,1
Ovos e derivados	5.389	0,1	76.834	0,0	7,0
Animais vivos	412	0,0	278.156	0,1	0,1
Outros produtos de origem animal	84.512	1,1	699.705	0,4	12,1
Produtos de origem vegetal	1.319.896	17,3	58.378.670	30,5	2,3
Produtos do complexo soja	654.452	8,6	27.969.942	14,6	2,3
Tabaco e derivados	540.399	7,1	2.186.217	1,1	24,7
Milho e derivados	33.165	0,4	5.077.386	2,7	0,7
Bebidas, sucos (exceto de maçã), líquidos alcoólicos e vinagres	21.357	0,3	3.062.310	1,6	0,7
Açúcares, cacau, chocolates e preparações alimentícias	9.935	0,1	9.457.358	4,9	0,1
Banana	9.744	0,1	24.917	0,0	39,1
Mate e erva-mate	8.323	0,1	101.508	0,1	8,2
Algodão, linho e outras fibras vegetais e seus produtos básicos	6.073	0,1	1.520.683	0,8	0,4
Rações e produtos para alimentação animal (exceto de soja ou milho)	5.987	0,1	212.125	0,1	2,8
Maçã e suco de maçã	5.268	0,1	40.657	0,0	13,0
Arroz e derivados	4.103	0,1	350.179	0,2	1,2
Outros produtos de origem vegetal e derivados	21.088	0,3	8.375.389	4,4	0,3
Produtos florestais	1.039.199	13,6	10.330.856	5,4	10,1
Madeira e obras de madeira	595.678	7,8	2.273.024	1,2	26,2
Papel e celulose	250.814	3,3	7.624.367	4,0	3,3
Móveis de madeira	192.707	2,5	433.465	0,2	44,5
Total do agronegócio	4.931.430	64,5	87.265.908	45,7	5,7
Total das exportações	7.644.023	100,0	191.134.325	100,0	4,0

Fonte: MDIC/SECEX – Sistema Alice.

Além da carne de frango, Santa Catarina possui importante contribuição nas exportações brasileiras de carnes de suínos, perus e patos, produtos apícolas, tabaco, banana, maçã, móveis e outros produtos da madeira.

Em síntese, a agropecuária e o agronegócio catarinense tiveram um bom desempenho produtivo nas últimas safras. Nas exportações, embora o câmbio tenha estimulado os embarques de produtos ao longo de 2015 e 2016, o valor exportado vem decrescendo devido ao mercado e ao relativo declínio dos preços internacionais. Em 2016, os preços, de um modo geral, tiveram uma forte elevação, recuperando-se do baixo crescimento de anos anteriores, o que assegurou melhoria de renda para boa parte dos produtores.

Nota Metodológica

A metodologia utilizada para o cálculo do valor bruto da produção dos produtos considerados é descrita a seguir.

Para a maioria dos produtos, foram utilizados os preços praticados em nível de produtor nos meses da colheita, extração, despesca ou abate, ponderados segundo o volume produzido no mês e segundo a importância relativa da região de coleta dos preços na produção estadual do referido produto. Assim, para os grãos (exceto aveia e cevada) a quantidade produzida e os preços foram obtidos por levantamento direto do Epagri/Cepa, por intermédio do Sistema de Acompanhamento de Safras e do Levantamento de Preços Agrícolas realizados junto à todas as regiões produtoras e às principais praças de comercialização e processamento de produtos agrícolas do Estado. Esse procedimento foi adotado também para as lavouras de alho, cebola, mandioca, batata e fumo.

Para o amendoim, batata doce, cana, melancia e tomate, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas pelo IBGE, no Sistema IBGE de Recuperação Automática (Sidra) - Produção Agrícola Municipal (PAM) e os preços médios levantados pelo Epagri/Cepa. Para 2016 foram utilizados os dados de produção do Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária (LSPA) do IBGE e os preços médios registrados pelo Epagri/Cepa até setembro de 2016 e projetados para o restante do ano.

Para a aveia e cevada, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços fornecidos pelo IBGE, divulgados no Sidra - PAM. Para 2016 foram utilizados os dados de produção do LSPA do IBGE e os preços levantados e divulgados pelo Deral/ SEAP-PR.

Para os produtos da lavoura permanente, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços obtidos no Levantamento de Dados da Fruticultura Catarinense, realizado pelo Epagri/Cepa. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados pelo Epagri/Cepa, tomando como referência os dados de produção do LSPA e o sistema de levantamento de preços agrícolas do Epagri/Cepa e do Cepea/USP.

Para os produtos da silvicultura e extração vegetal, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços médios do IBGE, divulgados no Sidra - Produção da Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS). Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados pelo Epagri/Cepa, tomando como referência seus sistemas de monitoramento de safras e levantamento de preços agrícolas.

Para o valor da produção da aquicultura, de 2013 a 2015, as quantidades produzidas e os preços foram obtidos em relatórios de levantamento da piscicultura e da maricultura de Santa Catarina divulgados pelo Epagri/Cedap. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados pelo Epagri/Cedap, com base nos dados registrados até o mês de setembro.

Para o valor da produção de carnes de aves e de suínos, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas no Sidra - Pesquisa Trimestral do Abate de Animais – e os preços levantados pelo

Epagri/Cepa, ponderados segundo as quantidades mensais de abates e a participação da produção regional da praça referência do levantamento do preço. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados de produção e de preços registrados até o mês de setembro e projetados para o restante do ano.

Para a carne bovina, de 2013 a 2015, foram utilizadas informações contabilizadas pela Cidasc, através das emissões de Guias de Trânsito Animal (GTAs) para abate - convertidas para peso de carcaça - e os preços levantados pelo Epagri/Cepa, ponderados segundo as quantidades mensais destinadas ao abate e a participação da produção regional da praça de referência do levantamento do preço. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados das GTAs e de preços registrados até o mês de setembro e projetados para o restante do ano.

Para o leite, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas no Sidra - Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) – e os preços levantados pelo Epagri/Cepa, ponderados segundo as quantidades mensais produzidas e a participação da produção regional da praça referência do levantamento do preço. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados de produção e de preços registrados até o mês de setembro e projetados para o restante do ano.

Para os ovos de galinha, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas divulgadas no Sidra-PPM – e os preços levantados pelo Epagri/Cepa, ponderados segundo a participação da produção regional da praça referência do levantamento do preço. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base nos dados de produção e de preços registrados até o mês de setembro e projetados para o restante do ano.

Para os ovos de codorna, de 2013 a 2015, foram utilizadas as quantidades produzidas e os preços médios disponíveis no Sidra-PPM. Para 2016 as quantidades produzidas e os preços foram estimados com base no comportamento da produção e dos preços observados nos anos anteriores.

Para o mel a produção de 2014 foi apurada por levantamento da FAASC. As produções de 2013, 2015 e 2016 foram obtidas por estimativa da Epagri. O valor da produção foi obtido utilizando-se os preços levantados pelo Epagri/Cepa, ponderados para os meses de produção segundo os percentuais de produção obtida no respectivo mês.

Crédito rural

Jurandi Teodoro Gugel – Eng.-agr. – Epagri/Cepa
jurandigugel@epagri.sc.gov.br

No Brasil, os Planos Safras do governo federal têm seus períodos de vigências de 1o de julho até 30 de junho do ano seguinte. Desde 2003, são dois planos distintos, um específico para a agricultura familiar, o Plano Safra da Agricultura Familiar, e outro para a agricultura em geral, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP).

Santa Catarina destaca-se no País por significativos volumes de aplicação no crédito rural. Do valor total de crédito aplicado no Brasil, o Estado utilizou 8,3% no ano de 2000 e 5,9% no ano de 2015. Em relação ao número de operações, Santa Catarina esteve na terceira posição no País em 2000 e quinto nos anos de 2014 e 2015. A redução na participação catarinense pode ser creditada aos esforços de outras unidades da federação em ampliar o acesso ao crédito rural e, especialmente, à expansão do agronegócio e da agricultura familiar em todo o País nos últimos anos.

O total de recursos aplicados na agricultura brasileira decresceu de 2014 para 2015. A queda foi da ordem de 10 bilhões de reais e de 253 mil operações, significando uma redução de 9,8 % no número de contratos e de 6,3 % no valor aplicado. Em Santa Catarina a situação é semelhante, uma vez que em 2015 houve redução de mais 1,7 bilhão de reais e de quase 41 mil contratos em relação à 2014 (Tabela 1).

Tanto no País como no Estado essa redução foi decorrente especialmente da queda na aplicação de crédito de investimento.

Tabela 1/I. Crédito Rural – Financiamentos a produtores e cooperativas no País – 2000, 2014 e 2015

UF	2000		2014		2015	
	Nº de contratos	Valor (mil reais)	Nº de contratos	Valor (mil reais)	Nº de contratos	Valor (mil reais)
PR	189.506	2.145.362	269.959	26.333.979	232.710	27.399.035
RS	356.608	2.302.102	453.382	23.902.656	374.603	22.770.331
MG	97.266	1.504.532	316.007	20.627.601	285.809	19.262.883
SP	93.694	2.498.672	108.676	20.823.795	88.066	19.175.192
GO	34.472	1.061.378	56.539	5.464.789	72.121	14.746.780
MT	22.965	810.542	60.831	14.365.155	53.909	13.163.261
SC	158.005	1.138.352	187.142	10.834.820	146.305	9.093.891
MS	21.051	527.733	45.634	8.156.022	39.497	7.794.537
BA	54.177	277.815	226.064	6.276.547	247.498	5.613.465
ES	29.020	169.624	69.110	2.993.724	48.726	2.313.312
Outros	292.470	1.343.392	799.436	24.803.957	749.627	12.899.654
Brasil	1.349.234	13.779.503	2.592.780	164.583.045	2.338.871	154.232.341

Fonte: Banco Central do Brasil.

O Plano Safra da Agricultura Familiar

O crédito via Pronaf é componente estratégico da política de desenvolvimento rural sustentável. Além de financiar a produção de alimentos é um programa que democratiza o acesso dos agricultores ao crédito. Isso fica claro pela expressiva participação do crédito contratado via Pronaf na maioria dos estados, consolidando-o como política pública indutora de desenvolvimento sustentável e geradora de oportunidades para milhões de famílias no País.

O Pronaf tem se mostrado de alta relevância para a agricultura familiar de Santa Catarina. Em 2015, quase 70% dos contratos de crédito rural do Estado foram tomados via Pronaf (Tabela 2).

Tabela 2/I. Crédito Rural – Participação do Pronaf no número total de contratos – 2015

UF	Total	Pronaf	
	Nº de contratos	Nº de contratos	Participação (%)
BA	210.020	192.208	91,5
SC	146.305	100.117	68,4
RS	374.603	237.094	63,3
MG	285.809	185.353	64,8
ES	48.726	27.254	55,9
PR	232.710	137.934	59,3
MT	49.495	24.002	48,5
SP	88.066	29.780	33,8
GO	69.450	19.813	28,5
MS	39.497	10.065	25,4
Outras UFs	819.616	710.931	86,7
Brasil	2.338.871	1.705.733	72,9

Fonte: Banco Central do Brasil.

Essa relevância da Pronaf para Santa Catarina é expressada também nos valores aplicados. Em 2015, mesmo com retração de R\$530 milhões em relação a 2014, foram aplicados R\$2,377 bilhões. A participação relativa estadual decresceu ao longo dos anos, mas em 2015 Santa Catarina aplicou 10,9% de todo valor de crédito do Pronaf e ficou em quarto lugar no País, atrás apenas de Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Essa expressiva participação de Santa Catarina é explicada por fatores como: a grande importância da agricultura na economia estadual, a expressiva participação da agricultura familiar nas principais cadeias produtivas do Estado, o forte grau de empreendedorismo das famílias rurais catarinenses e a capilaridade da rede de serviços bancários composta de bancos públicos, privados e cooperativas de crédito. Senão o único, Santa Catarina é dos poucos estados a ter pelo menos uma agência bancária ou posto de atendimento em cada município.

Além disso, destaca-se a expressividade do serviço público de extensão rural, particularmente a efetiva presença da Epagri em todas as regiões e municípios, o que mobiliza agricultores familiares e organizações parceiras para a execução de políticas públicas. Também merecem registro a participação do serviço de Ater não estatal, a forte organização/representatividade da agricultura familiar estadual, sobretudo as organizadas em sindicatos/federações e as cooperativas de produção, comercialização e de crédito, que contribuem significativamente para o êxito das ações e democratização do acesso ao crédito.

Esses aspectos – o aprimoramento das articulações interinstitucionais, a disponibilidade e fluxo regular dos recursos pelos agentes de crédito – têm redundado em poucos problemas na aplicação de crédito necessário ao atendimento da demanda de cada cultura, setor ou área.

Tabela 3/I. Pronaf – Financiamentos concedidos no País – 2000, 2014 e 2015

UF	2000		2014		2015	
	Nº de contratos	Valor (mil reais)	Nº de contratos	Valor (mil reais)	Nº de contratos	Valor (mil reais)
RS	273.024	525.688	275.949	5.758.130	237.094	5.253.641
PR	121.279	300.516	153.101	3.603.239	137.934	3.593.156
MG	46.494	163.428	205.510	3.016.735	185.353	2.416.577
SC	122.987	291.461	125.612	2.907.811	100.117	2.377.793
SP	16.538	82.552	37.373	1.055.348	29.780	910.828
MT	8.659	50.168	27.509	898.118	24.002	881.894
BA	36.893	54.331	206.199	916.167	231.532	815.927
RO	24.664	57.084	32.446	972.151	24.519	761.378
ES	20.748	58.193	43.856	1.018.687	27.254	748.538
GO	8.230	37.045	23.120	588.990	19.813	574.057
Outros	154.533	244.423	694.815	3.969.837	688.335	3.435.048
BRASIL	834.049	1.864.889	1.825.490	24.705.212	1.705.733	21.768.837

Fonte: Banco Central do Brasil.

Apesar disso, de 2014 para 2015 Santa Catarina perdeu para o Rio Grande do Sul a primeira posição de estado com a melhor relação entre o número de contratos do Pronaf e o número de agricultores familiares. Essa perda de posição é decorrente do fato de 2014 para 2015 o número de contratos via Pronaf ter diminuído mais em Santa Catarina do que no Rio Grande do Sul, 20,3% contra 14,1%. Essa redução foi generalizada entre os estados com maior número de contratos, a exceção da Bahia, que teve aumento 12,3% (Tabela 4).

Tabela 4/I. Número de agricultores familiares e de contratos de crédito rural via Pronaf

UF	Agricultores familiares 2006	2014		2015	
		Contratos	Contrato/por Agricultor Familiar	Contratos	Contrato/por Agricultor Familiar
SC	168.512	125.612	0,75	100.117	0,59
RS	378.353	275.949	0,73	237.094	0,63
ES	67.414	43.856	0,65	27.254	0,40
PR	302.828	153.101	0,51	137.934	0,46
MG	437.320	205.510	0,47	185.353	0,42
RO	75.165	32.446	0,43	24.519	0,33
MT	85.815	27.509	0,32	24.002	0,28
BA	665.767	206.199	0,31	231.532	0,35
SP	150.900	37.373	0,25	29.780	0,20
GO	88.326	23.120	0,26	19.813	0,22
Outros	1.945.867	694.815	0,36	688.335	0,35
BRASIL	4.366.267	1.825.490	0,42	1.705.733	0,39

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário e Banco Central do Brasil

Como indicam as tabelas anteriores, de 2014 para 2015 houve redução no número de contratos e no valor aplicado, tanto via Pronaf quanto nas demais linhas do crédito rural. Considerando que houve ampliação nos valores disponibilizados pelo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e pelo Plano Safra da Agricultura Familiar, essa redução pode ser decorrente da combinação de aspectos como redução da atratividade de algumas

linhas específicas, aumento na seletividade dos agentes financeiros na concessão do crédito, mudanças de atitude dos agricultores em relação aos cenários da economia, oscilações normais na contratação de algumas linhas como, por exemplo, o crédito de investimento para algumas atividades. A comparação com anos mais distantes mostra que o decréscimo do número de contratos não é novidade, e que, apesar do decréscimo em relação a 2014, o valor aplicado em 2015 foi bastante significativo e manteve a trajetória de crescimento do valor médio por contrato (Tabela5).

Tabela 5/I. Crédito Rural – Financiamentos totais e via Pronaf no BR e SC – 2007-15

Ano	Brasil			Santa Catarina		
	Nº de contratos (em mil)	Milhões de R\$	Valor médio (R\$)	Nº de contratos (em mil)	Milhões de R\$	Valor médio (R\$)
Financiamentos totais						
2007	2.965	51.165	17.256	203	3.538	17.429
2008	2.435	66.172	27.175	216	4.638	21.472
2009	2.506	75.186	30.002	231	5.541	23.987
2010	2.336	82.077	35.136	206	5.776	28.039
2011	2.318	94.113	40.601	183	6.350	34.693
2012	2.600	111.408	42.850	209	7.679	36.662
2013	2.821	139.664	49.508	214	9.073	42.397
2014	2.592	164.583	63.496	187	10.834	57.935
2015	2.338	154.232	65.967	146	9.093	62.280
Financiamentos via Pronaf						
2007	1.923	7.123	3.704	114	791	6.935
2008	1.551	8.665	5.587	113	1.070	9.437
2009	1.705	11.219	6.580	137	1.478	10.825
2010	1.585	11.989	7.564	121	1.591	13.121
2011	1.540	13.305	8.640	113	1.701	15.087
2012	1.794	15.932	8.880	141	1.961	13.926
2013	2.004	19.990	9.975	141	2.426	17.205
2014	1.825	24.705	13.536	125	2.907	23.256
2015	1.705	21.768	12.767	100	2.377	23.770

Fonte: Banco Central do Brasil.

O crédito rural e as compras governamentais da agricultura familiar em 2015

O Decreto 8473/2015 ampliou as oportunidades de participação da agricultura familiar nas compras governamentais de alimentos, já que obriga que no mínimo 30% dos alimentos consumidos pelas instituições federais (Ministério da Defesa, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, entre outros) sejam da agricultura familiar. As estimativas são de que essa modalidade, somada às compras do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Governo Federal, podem chegar a R\$7,0 bilhões/ano.

Essa política de compras governamentais tem entre os seus objetivos estimular a organização e o fortalecimento do associativismo e o cooperativismo da agricultura familiar como estratégia de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável. Esse estímulo vem funcionando, já que aproximadamente 90% dos agricultores que vendem produção para o PNAE, o fazem via cooperativas ou associações.

Outro aspecto a ser destacado é que o valor das compras para a alimentação escolar no País saltou de pouco mais de R\$ 148 milhões, em 2010, para quase R\$900 milhões, em 2015. Para 2016 a previsão é de que as compras fiquem um pouco abaixo de R\$1,0 bilhão.

Em 2015, 2.250 organizações econômicas da agricultura familiar comercializaram produtos para os programas de alimentação escolar dos governos federal, estaduais e municipais. Em 2016 esses programas devem beneficiar aproximadamente 330 mil famílias.

Tabela 6/I. Evolução das aquisições de alimentos pelo PNAE – 2010-16

Ano	Valor (mil reais)			(% aplicado)	Beneficiários que comercializaram		
	Total	Mínimo 30% - Lei 11.947/09	Aplicado		Nº Empr. (CNPJ)	Nº Assoc. com DAP ⁽¹⁾	Com DAP Física (individual ou grupo informal)
2010	2.946.708	884.012	148.572	5,0	-	-	-
2011	3.051.311	915.393	233.475	7,7	-	-	-
2012	3.306.504	991.951	362.978	11,0	1.133	149.556	20.788
2013	3.539.021	1.061.706	581.074	16,4	1.908	251.856	16.684
2014	3.329.110	998.733	711.481	21,4	2.057	271.524	26.111
2015	3.700.000	1.110.000	870.000	23,5	2.250	297.000	32.117
2016 ⁽²⁾	3.799.900	1.139.970	991.774	26,1	2500	330.000	34.000

⁽¹⁾ Nº médio de 132 DAPs físicas/empreendimento; não significa que todos eles comercializaram, apenas que fazem parte.

⁽²⁾ Projeções para execução do PNAE, uma vez que não foram disponibilizados os dados da prestação de contas 2015 e 2016 pelo FNDE.

Fonte: Elaboração SAF/MDA (CGCOM/CGCOOP), com dados do FNDE e Banco de Dados DAP.

Mesmo com esses avanços, permanece o desafio de melhorar a relação entre as ações de compras governamentais e as de acesso ao crédito rural do Pronaf para pessoa jurídica. Alguns dos entraves para acesso ao crédito do Pronaf por pessoa jurídica da agricultura familiar são: problemas de gestão, falta de garantias reais, problemas cadastrais ou desatualização dos mesmos, falta de informação das linhas de crédito, dentre outros.

A superação dessas limitações e a maior disponibilização de capital de giro ou de crédito de comercialização para as organizações da agricultura familiar que atuam no processamento e comercialização de alimentos contribuirá para alcançar a meta de que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) aos governos estaduais e municipais sejam destinados à compra de alimentos da agricultura familiar.

Crédito rural no Brasil e em Santa Catarina com recorte de gênero

A disponibilização de informações acerca da aplicação do crédito rural por sexo é um importante passo para a análise dos resultados dos esforços para o acesso ao crédito rural pelas mulheres. Além de atender parte das reivindicações dos movimentos de mulheres agricultoras e do movimento feminista, a ampliação do acesso foi um compromisso assumido pelo Governo Federal e por outras instituições públicas e que atende também compromissos do Brasil com os objetivos do milênio da ONU.

Com a incorporação desse novo indicador poder-se-á realizar as avaliações e correções de rumo dessa política pública, no sentido de contribuir para a superação de preconceitos de gênero tão presentes na cultura brasileira (de modo especial no espaço rural) e para promover maior autonomia econômica das mulheres rurais, as quais têm importante relação com os desafios da sucessão geracional no espaço rural.

Os preconceitos de gênero impactam diretamente na falta de visibilidade e reconhecimento do protagonismo das mulheres no processo de desenvolvimento rural. Nesse sentido, a possibilidade de as mulheres acessarem linhas específicas do Pronaf é um avanço na superação das desigualdades sociais, econômicas e de gênero no rural. O crédito rural do Pronaf tem papel estratégico para a inclusão das mulheres como sujeitos e protagonistas do desenvolvimento do novo rural.

Os dados relativos ao ano de 2015 mostram importantes contrastes entre os estados. Santa Catarina está na quinta posição entre os estados de maior aplicação em valor, mas o que tem menor participação relativa (9,6%) das mulheres no total estadual de contratos do Pronaf. Constata-se, aliás, que é especialmente nos estados do Nordeste e do Norte onde a participação das mulheres é mais significativa, o que possivelmente reflete a ampliação do protagonismo das mulheres na geração de renda dos estabelecimentos agropecuários dessas regiões.

No Brasil, as mulheres participaram com mais de 31% do número total de contratos do Pronaf, o que significou quase R\$ 3,5 bilhões (Tabela 7).

Tabela 7/I. Pronaf – Participação das mulheres no número de contratos e valor aplicado por UF – 2015

UF	Nº Contratos		Mulheres		
	Total	Homens	Nº Contratos	Partic. Nº Contratos (%)	Valor (mil reais)
RS	236.920	207.644	29.276	12,4	587.423
PR	137.861	121.202	16.659	12,1	402.394
MG	185.348	132.709	52.639	28,4	335.641
BA	231.529	129.465	102.064	44,1	263.807
SC	100.045	90.429	9.616	9,6	199.260
MT	24.000	19.245	4.755	19,8	163.039
MA	81.365	43.323	38.042	46,8	141.619
SP	29.779	24.696	5.083	17,1	141.051
PE	101.323	55.277	46.046	45,4	137.799
CE	130.131	73.981	56.150	43,1	135.642
PI	107.262	55.487	51.775	48,3	122.733
RO	24.517	20.569	3.948	16,1	115.195
ES	27.236	23.194	4.042	14,8	106.910
PB	68.948	36.719	32.229	46,7	92.293
GO	19.811	16.498	3.313	16,7	85.506
PA	26.101	18.357	7.744	29,7	83.656
AL	50.522	27.534	22.988	45,5	71.452
TO	11.208	8.003	3.205	28,6	63.324
RN	45.845	25.238	20.607	44,9	62.689
SE	39.046	22.220	16.826	43,1	49.201
MS	10.065	7.832	2.233	22,2	44.590
AC	5.499	3.963	1.536	27,9	23.402
RJ	5.219	4.603	616	11,8	12.435
AM	3.390	2.535	855	25,2	12.425
RR	1.396	1.056	340	24,4	10.388
AP	804	459	345	42,9	4.013
DF	203	179	24	11,8	425
Brasil	1.705.373	1.172.417	532.956	31,3	3.468.314

Fonte: Banco Central do Brasil.

Desempenho da produção vegetal

Arroz

Glauca Padrao - Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A safra de 2015/16 foi marcada pelo fenômeno El Niño, que trouxe graves consequências para a produção no Estado, no País e em todo o mundo. A área plantada em 2015/16 totalizou cerca de 158 milhões de hectares no mundo, gerando uma produção equivalente a 470,9 milhões de toneladas de arroz beneficiado. A produção do cereal, se concentra na Ásia, sendo China, Índia e Indonésia responsáveis por 60% da produção mundial, 288,1 milhões de toneladas. Para a safra 2016/17 é esperada recuperação modesta da produção mundial, haja vista que a dissipação do fenômeno El Niño tende a favorecer o plantio no hemisfério norte. No entanto, as perdas expressivas no último ano safra e o baixo retorno obtido pelo arroz em alguns países podem induzir muitos produtores a migrar para outras culturas, o que explicaria o crescimento modesto esperado para a produção. Analisando os países individualmente, observa-se que a China deve apresentar crescimento da produção, uma vez que as decisões políticas de redução dos estoques no país não afetaram o arroz. Bangladesh, Indonésia, Malásia e Vietnã deverão experimentar crescimento da produção, mas menos expressivo, em função das perdas observadas em suas principais culturas e a necessidade de recuperá-las na próxima safra (Tabela 1).

Tabela 1/I. Arroz beneficiado – Principais países produtores, 1.000 toneladas – 2011-16

País	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾	Cresc. anual % (12-16)	Var. % (15-16)
Total Mundial	467.673	472.683	478.190	476.223	470.891	480.718	0,17	2,09
China	140.700	143.000	142.530	144.500	145.770	146.500	0,89	0,50
Índia	105.310	105.240	106.540	102.500	103.500	105.000	-0,43	1,45
Indonésia	36.500	36.550	36.300	36.300	35.300	36.600	-0,83	3,68
Bangladesh	33.700	33.820	34.390	34.500	34.500	34.550	0,59	0,14
Vietnã	27.152	27.537	28.161	28.050	28.100	28.500	0,86	1,42
Tailândia	20.460	20.200	20.460	18.750	15.800	17.000	-6,26	7,59
Burma	11.473	11.715	11.957	12.600	12.200	12.500	1,55	2,46
Filipinas	10.710	11.428	11.858	11.880	11.350	12.000	1,46	5,73
Brasil	7.888	8.037	8.300	8.500	7.600	8.500	-0,93	11,84
Japão	7.812	7.923	7.937	7.842	7.653	7.680	-0,51	0,35
Outros Países	65.968	67.233	69.757	70.801	69.118	71.888	1,17	4,01

⁽¹⁾ Estimativa de safra de julho de 2016.

Fonte: Usda, jul./2016.

O consumo mundial superou a produção em 2015/16, o que deve ser compensado pela redução nos estoques mundiais que fecharam em 106 milhões de toneladas. Apesar do potencial de crescimento, por se tratar de peça importante para a segurança alimentar e a nutrição humana, observa-se que o consumo

permanece estável ao longo dos anos. Em 2015/16 equivaleu a 476,8 milhões de toneladas e em 2016/17 espera-se um aumento de 0,33% no consumo total e o consumo per capita médio mundial deve aumentar para 54,6 kg/hab./ano. O arroz destinado para alimentação animal deve reduzir para algo em torno de 18 milhões de toneladas, usado quase exclusivamente na Ásia (Figura 1).

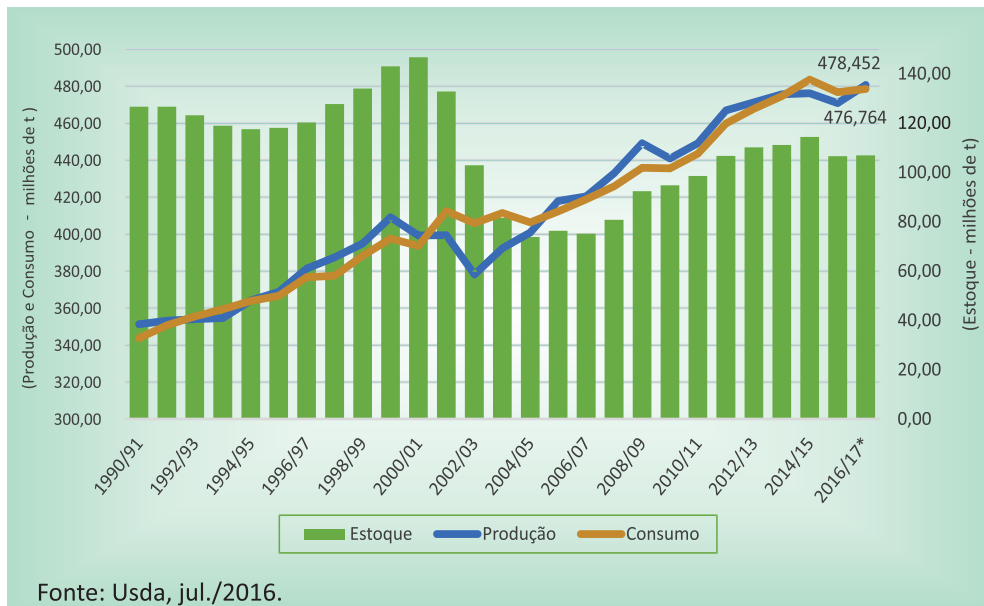


Figura 1/I. Arroz – Evolução da produção, consumo e estoque mundial, milhões de toneladas – 1990/91-2016/17

A estabilidade da produção e do consumo resulta em comércio internacional pouco expressivo. Entre os principais exportadores, destaca-se que Índia e Vietnã reduziram a quantidade exportada em 3,2% e 2,4%, respectivamente na safra 2015/16 e devem reduzir ainda mais na safra 2016/17, incluindo a Tailândia com redução de 8,16% em 2016/17; resultado das perdas observadas na produção de quatro dos cinco maiores exportadores mundiais (Tabela 2). Apesar do enfraquecimento das exportações e importações, a redução da concorrência por parte dos principais exportadores pode oportunizar a entrada de pequenos fornecedores no mercado, tais como, Mianmar, Camboja, Argentina, Paraguai e Uruguai. Do lado dos importadores, China, Nigéria e Filipinas respondem por 23% das compras mundiais. A China se mantém como importante comprador e os preços internos altos tornam o arroz estrangeiro atrativo e tendem a impulsionar as importações (Tabela 3). Na América Latina e no Caribe também vem sendo observado aumento das importações, principalmente pelo Brasil que procura compensar as perdas na produção de arroz de 2015/16, além de objetivar manter sua presença no mercado como exportador.

Tabela 2/I. Arroz beneficiado – Principais países exportadores (mil toneladas) – 2011-16

País	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾	Cresc. anual % (12-16)	Var. % (15-16)
Total Mundial	39.948	39.466	43.375	42.504	41.249	40.528	0,80	-1,75
Tailândia	6.945	6.722	10.969	9.000	9.800	9.000	8,99	-8,16
Índia	10.250	10.480	10.907	11.000	9.000	8.500	-3,20	-5,56
Vietnã	7.717	6.700	6.325	6.700	7.000	7.000	-2,41	0,00
Paquistão	3.399	4.126	3.600	4.000	4.400	4.250	6,67	-3,41
Estados Unidos	3.298	3.295	2.998	3.400	3.207	3.556	-0,70	10,88
Burma	1.357	1.163	1.688	2.000	1.650	1.750	5,01	6,06
Camboja	900	1.075	1.000	1.100	900	1.050	0,00	16,67
Uruguai	1.056	939	957	950	850	840	-5,28	-1,18
Brasil	1.105	830	850	800	750	800	-9,23	6,67
Argentina	593	533	465	325	500	600	-4,18	20,00
Outros países	3.328	3.603	3.616	3.229	3.192	3.182	-1,04	-0,31

⁽¹⁾ Estimativa de Julho de 2016.

Fonte: Usda, jul./2016.

Tabela 3/I. Arroz beneficiado – Principais importadores mundiais (mil toneladas) – 2011-16

País	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾	Cresc. anual % (12-16)	Var. % (15-16)
Total Mundial	36.920	36.308	40.779	40.364	39.357	38.586	1,61	2,00
China	2.900	3.483	4.168	4.500	5.000	5.000	14,59	0,00
Nigéria	3.400	2.400	3.200	4.000	2.500	2.100	-7,40	19,05
Filipinas	1.500	1.000	1.800	1.800	1.600	1.500	1,63	6,67
Irã	1.500	2.220	1.650	1.700	1.400	1.450	-1,71	-3,45
União Europeia	1.313	1.375	1.556	1.580	1.600	1.600	5,07	0,00
Arábia Saudita	1.193	1.326	1.410	1.460	1.450	1.500	5,00	-3,33
Indonésia	1.960	650	1.225	1.250	2.000	1.250	0,51	60,00
Iraque	1.478	1.294	1.080	1.250	1.150	1.150	-6,08	0,00
Malásia	1.006	885	989	1.051	1.020	1.050	0,35	-2,86
África do Sul	870	990	910	1.000	960	1.000	2,49	-4,00
Outros países	19.800	20.685	22.791	20.773	20.677	20.986	1,09	-1,47

⁽¹⁾ Estimativa de Julho de 2016.

Fonte: Usda, jul./2016.

Produção e mercado nacionais

No Brasil, que ocupa a nona posição no ranking mundial de produtores, a safra 2015/16 também sofreu grandes perdas decorrentes do fenômeno El Niño, culminando em uma redução de 14,7% da produção e 8,3% da área cultivada. Entre os principais produtores nacionais, o Rio Grande do Sul consolidou uma área equivalente a 1,09 milhões de hectares, cerca de 4% inferior ao ano safra anterior. Santa Catarina, segundo maior produtor, fechou sua área em 147 mil hectares. O atraso no plantio das lavouras, as necessidades de replantio devido ao excesso de chuvas, a falta de luminosidade e a ocorrência de pragas e doenças resultaram em produtividades inferiores para os dois estados, culminando em produção de 10,5 milhões de toneladas para o Brasil. Nos demais estados produtores, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, também se observa uma redução da produção, explicada principalmente pela redução da área plantada. Isso se deve à redução do plantio de arroz de sequeiro, que vem sendo substituído por outras culturas

mais rentáveis e/ou pela pecuária de corte, substituição de áreas de arroz por milho e soja principalmente no Mato Grosso, além das perdas de área decorrentes da seca observada nessas regiões na safra 2015/16 (Tabela 4).

Tabela 4/I. Arroz – Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2010/11-2015/16⁽¹⁾

UF	Área plantada (1.000ha)						Quantidade produzida (1.000t)					
	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16 ⁽¹⁾	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16 ⁽¹⁾
BR	2.855	2.443	2.387	2.347	2.164	1.984	13.477	11.550	11.783	12.176	12.303	10.493
RS	1.170	1.043	1.086	1.114	1.128	1.087	8.940	7.692	8.099	8.242	8.679	7.504
SC	151	149	150	150	149	147	981	1.097	1.021	1.082	1.082	1.050
MT	206	142	158	181	189	177	655	457	497	581	614	528
TO	133	111	115	109	120	62	468	348	490	511	621	238
MA	469	432	410	389	239	183	708	439	481	587	314	206
PA	103	98	92	80	66	73	209	211	205	192	168	184
PR	39	35	33	30	28	26	192	178	176	165	164	142
RO	160	83	46	48	44	43	169	239	125	135	123	136
GO	72	59	43	32	26	26	201	182	147	127	109	112
PI	146	118	125	106	91	76	272	131	90	144	100	58
Outros	207	175	131	109	86	83	683	575	450	409	328	336

⁽¹⁾ Estimativa final de área e produção da safra de 2015/16.

Fonte: PAM e LSPA (jul./2016).

Em 2015 foram exportadas 961,54 mil toneladas de arroz, cerca de 8% do que foi produzido na safra 2014/15. O volume exportado de janeiro a maio de 2016 totalizou 422,97 mil toneladas. O comércio internacional do arroz brasileiro, como no resto do mundo, é pouco significativo, mas reúne parceiros importantes ao longo do tempo. Entre eles Cuba, Venezuela e Senegal, países que se alternam como principais receptores do arroz brasileiro e representam juntos cerca de 41% do volume exportado (Tabela 5).

Tabela 5/I. Arroz – Exportações brasileiras por países de destino, 1.000 toneladas – 2011-16

País	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Total	1.350,92	1.152,71	918,05	929,92	961,54	422,97
Cuba	42,00	116,02	107,47	105,02	170,29	30,45
Venezuela	66,00	103,42	148,07	141,52	119,97	64,28
Senegal	119,21	116,39	95,18	112,24	106,47	86,76
Nicarágua	50,09	47,03	105,43	65,74	78,18	76,97
Serra Leoa	77,27	98,75	74,84	84,59	74,53	0,00
Peru	13,84	29,94	14,81	32,46	66,06	28,43
Gâmbia	95,78	50,39	70,28	78,23	42,51	14,51
Iraque	0,00	28,65	0,00	30,00	42,00	0,15
Suíça	40,04	51,07	20,30	31,53	41,11	11,55
Bolívia	19,19	10,13	25,79	50,68	33,49	9,82
Outros	827,51	500,92	255,88	197,90	186,93	100,04

⁽¹⁾ Soma das exportações de janeiro a maio de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (jun./2016).

No que diz respeito às importações, em 2015 essas totalizaram 376,99 mil toneladas e vieram principalmente do Paraguai, Argentina e Uruguai (93% do total) (Tabela 6). A proximidade desses países da região onde se localizam as indústrias de beneficiamento do arroz, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e as características similares do grão são as principais causas para que esses países dominem o mercado brasileiro. Para 2016, espera-se que esse volume importado, que de janeiro a maio equivaleu a 193,61 mil toneladas, seja ainda maior, levando-se em consideração a expressiva quebra de safra ocorrida nas principais regiões produtoras e a necessidade de grão para abastecimento interno e para suprir as demandas por exportações nos parceiros comerciais do Brasil.

Tabela 6/I. Arroz – Importações brasileiras por países de destino, 1.000 toneladas – 2011-16

País	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Total Geral	621,84	740,37	757,18	624,40	376,99	193,61
Paraguai	185,17	204,22	309,94	326,53	269,11	132,84
Argentina	259,02	281,43	239,54	96,14	48,75	33,10
Uruguai	174,59	229,85	179,83	126,90	31,72	21,23
Guiana	0,00	0,00	0,04	6,56	19,41	3,83
Itália	2,31	3,18	3,66	2,21	3,05	1,11
Chile	0,00	0,00	0,00	4,46	2,87	0,73
Vietnã	0,00	19,97	19,94	0,17	0,74	0,55
Estados Unidos	0,17	0,52	0,59	0,14	0,72	0,05
Tailândia	0,45	0,55	0,38	60,88	0,49	0,09
França	0,04	0,03	0,05	0,05	0,04	0,00
Outros	0,10	0,62	3,22	0,36	0,09	0,08

⁽¹⁾ Soma das importações de janeiro a maio de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (jun./2016).

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina o arroz é produzido em 83 municípios, onde a maior área se localiza no Litoral Sul do Estado (61,9%), seguido da região Médio/Baixo Vale do Itajaí e do Litoral Norte (25,2%). O restante encontra-se no Alto Vale do Itajaí (9,04%) e no Litoral Centro (3,9%). Na safra 2015/16 estima-se que o número de produtores e propriedades tenha reduzido significativamente, apesar de ainda ser desconhecido. O percentual de arrendamento, que aumentou para 48% na safra 2015/16, é um bom indicativo de que o número de propriedades tenha reduzido. O setor agroindustrial operou com 66 indústrias de beneficiamento, concentradas nas regiões de Araranguá (30) e Criciúma (18), com capacidade para beneficiar 1.500t/ano de arroz em casca, bem superior à produção estadual, o que cria a necessidade de importar arroz em casca de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul. O principal produto originário das indústrias catarinenses é o arroz parabolizado.

O valor bruto da produção (VBP) do arroz no ano de 2014 foi de R\$ 736 milhões, representando 3,4% do VBP dos principais produtos da agropecuária do Estado. Estima-se que em 2016 esse valor aumente para R\$ 836 milhões, em razão da alta nos preços do arroz ocorrida no Estado. Atualmente, mais de 30 mil pessoas dependem economicamente da atividade. Não é um valor que impressiona pela participação, mas é importante por sua contribuição na diversificação da economia catarinense. Em levantamento de informações feito pelo Epagri/Cepa na safra 2015/16, constatou-se que cerca de 90% da mão de obra ocupada na produção é familiar. Em média, estão envolvidas na atividade cerca de 2 pessoas por propriedade, sendo este número maior quanto maior for a propriedade. Além disso, o cultivo de arroz ocupa áreas sujeitas a inundação, que seriam exploradas com pecuária pouco produtiva e com baixa ocupação de mão de obra, como já ocorreu no passado.

A safra encontra-se finalizada e os resultados apontam para uma quebra de 5,5% da produção, apesar de inicialmente o cenário indicar uma safra com quebras maiores. As principais causas da quebra nas regiões foram os problemas climáticos desencadeados pelo fenômeno El Niño que causou excesso de chuvas, principalmente na região do Alto Vale e do Litoral Norte Catarinense, baixa luminosidade, ocorrência de pragas e doenças, entre outros. As microrregiões em que tais efeitos foram mais significativos são Ituporanga, Joinville, Tabuleiro e Itajaí, onde as perdas ultrapassaram 15% da produção. Entretanto, em Araranguá, responsável por 37% da produção, houve crescimento em relação ao ano passado. Isso ocorreu porque, apesar de inicialmente o quadro climático ser desfavorável, em janeiro houve uma mudança na precipitação e na insolação, o que permitiu a recuperação das lavouras e até o aumento da produtividade (Tabela 7). A produtividade média no Estado encontra-se praticamente estabilizada desde 2002, em torno de 7.200 kg/ha. No entanto, os problemas climáticos ocorridos em 2015/16 levaram a produtividade para baixo (6.998 kg/ha na média do estado), mas algumas regiões apresentaram produtividade abaixo de 6.000 kg/ha (Figura 2).

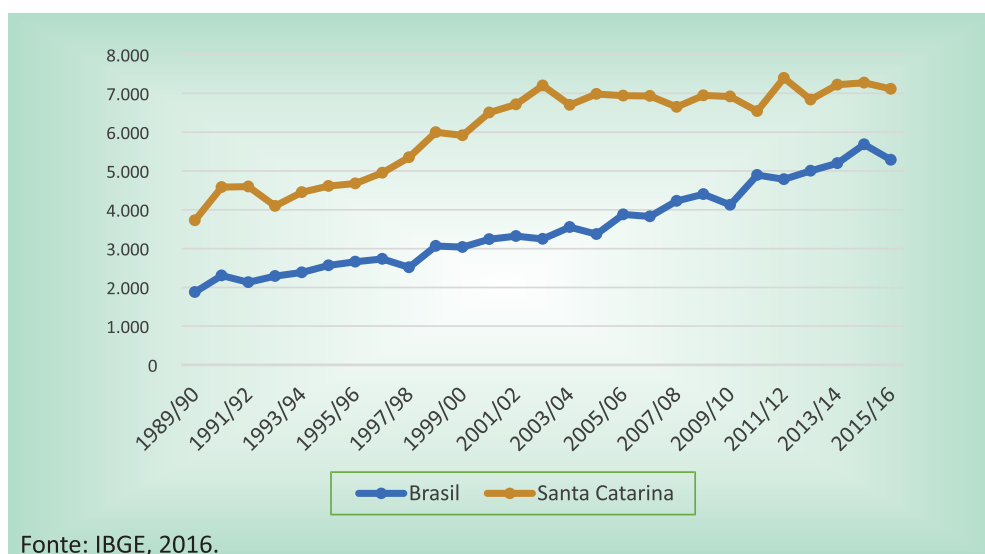


Figura 2/I. Arroz – Comparativo da produtividade média do Brasil e Santa Catarina – Safras 1989/90 a 2015/16

Em Santa Catarina, como no resto do mundo, o comércio internacional de arroz é pouco significativo, uma vez que praticamente tudo que é produzido é consumido internamente. Em 2015, foram exportadas 8,9 mil toneladas, o que representa cerca de 1% do volume produzido. Observa-se que em 2016, o saldo da balança comercial desse produto voltou a ficar momentaneamente negativo, o que não ocorria desde 2013. Os preços internos valorizados fizeram com que os produtores se voltassem para o mercado interno, o que resultou em exportações muito baixas nos meses de junho e julho. Quanto às importações, em 2015 elas totalizaram 3,4 mil toneladas e vieram principalmente do Uruguai, Paraguai e Itália. Em 2016, contudo, essas importações devem aumentar, considerando que a indústria necessitou de grãos para abastecer o mercado interno. Além disso, o comportamento do dólar no final do primeiro semestre de 2016 e a alta nos preços internos favoreceram o aumento das importações originadas principalmente do Paraguai. Observa-se que em 2016, o saldo da balança comercial desse produto voltou a ficar momentaneamente negativo, o que não ocorria desde 2013 (Figura 3).

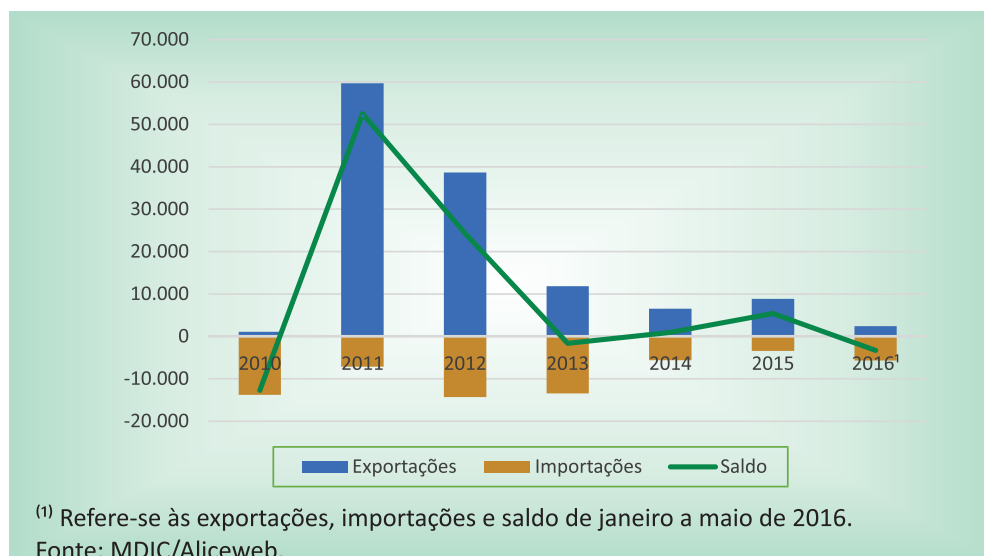


Figura 3/I. Arroz – Evolução das exportações e importações catarinenses, toneladas – 2010-16

No que se refere aos preços, o ano safra de 2015/16 foi favorável ao produtor catarinense. Nota-se que os preços médios ao produtor (Figura 4) começaram a apresentar sinais de crescimento em novembro de 2015, parte pelo comportamento sazonal e parte pela expectativa de safra menor tanto no Estado como no Rio Grande do Sul, Estado que exerce forte influência nos preços de Santa Catarina. Os preços seguiram trajetória crescente, na medida em que as quebras de safra nos dois Estados foram sendo confirmadas, fechando em julho/2016 a R\$45,32 para pagamento à vista. No entanto, no Rio Grande do Sul a alta no preço começa a enfraquecer e os preços tendem a cair, o que deve influenciar os preços em Santa Catarina nos próximos meses, devendo se manter nesse patamar ou voltar a cair. No mercado atacadista, os preços catarinenses também seguiram trajetória crescente, influenciados pelo aumento dos custos da indústria, provocado pelo aumento do preço ao produtor, embora parcialmente compensado pelo aumento mais que proporcional dos preços no atacado. Tais custos continuam sendo repassados ao consumidor final nas gôndolas dos supermercados, e esse efeito tende a se manter por mais alguns meses (Figura 5).

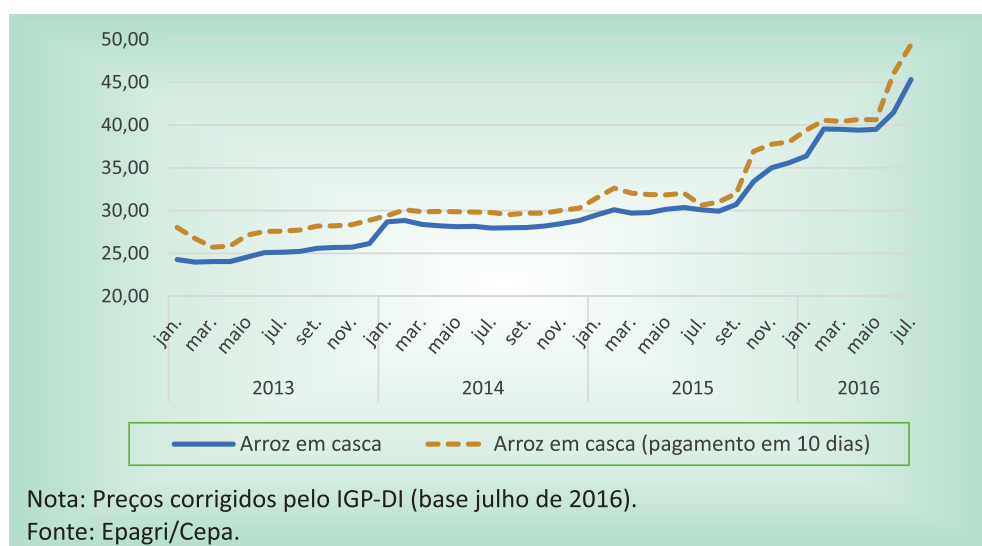


Figura 4/I. Arroz em casca – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina (Jan./2013 a Jul./2016) – R\$/sc 50kg

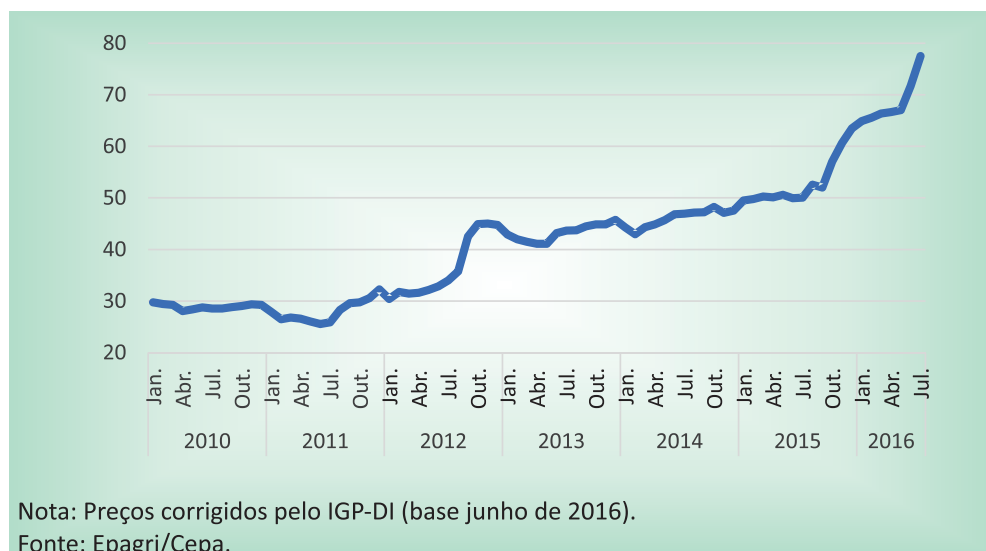


Figura 5/I. Arroz beneficiado – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina (Jan./2010 a Jul./2016) – R\$/fardo 30kg

O bom momento vivido pelo produtor em Santa Catarina proporcionou uma margem final positiva, considerando o preço médio de venda em julho de 2016. Isso significa que, além de permanecer na atividade no curto prazo pela capacidade de cobrir os custos variáveis da atividade, o produtor conseguiu cobrir os custos totais, dando indicativos de que a atividade se mantém lucrativa também no longo prazo. Embora esse seja um resultado positivo, salienta-se que esse foi um ano-safra com muitas perdas, de forma que a baixa produtividade em algumas regiões deixou muitos produtores com dificuldades para cobrir suas dívidas. Esse cenário parece pessimista, mas o produtor eficiente técnica e economicamente na produção do grão tende a ser beneficiado no longo prazo, onde haverá concentração da produção e tendência de que o preço se valorize.

Tabela 7/I. Arroz – Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2011/12-2015/16

Microrregião	2011/12		2012/13		2013/14		2014/15		2015/16	
	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)
Santa Catarina	147.803	1.088.857	148.411	1.020.268	148.093	1.097.981	148.129	1.087.232	146.692	1.026.554
Araranguá	49.910	374.757	51.083	323.668	51.650	362.402	51.660	359.292	51.404	362.978
Tubarão	21.189	153.419	20.797	143.714	21.250	151.609	21.268	153.816	20.911	149.118
Criciúma	20.854	144.567	20.934	127.668	20.773	146.270	20.869	149.740	20.773	145.947
Joinville	19.960	151.925	19.960	153.415	19.783	167.193	19.811	157.487	19.655	126.509
Rio do Sul	10.921	81.614	10.898	89.913	10.898	86.590	10.798	88.967	10.684	77.324
Itajaí	9.965	71.324	9.965	72.073	9.283	69.870	9.283	71.384	9.088	59.997
Blumenau	8.653	69.267	8.553	68.508	8.235	72.616	8.235	65.600	8.208	65.441
Florianópolis	3.200	17.570	3.100	16.968	3.100	17.280	3.110	17.336	2.895	16.336
Tijucas	2.710	20.860	2.690	20.644	2.690	20.644	2.690	20.300	2.690	20.300
Ituporanga	286	2.391	286	2.534	286	2.275	259	2.072	259	1.554
Tabuleiro	155	1.163	145	1163	145	1.232	145	1.232	125	1.050

Fonte: Epagri/Cepa, 2016.

Banana

Rogério Goulart Junior - Economista, Dr. – Epagri/Cepa
rogeriojunior@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A banana é a segunda fruta mais consumida no mundo (Figura 1), com cerca de 106,7 milhões de toneladas de mais de 800 milhões de toneladas da fruticultura mundial em 2013.

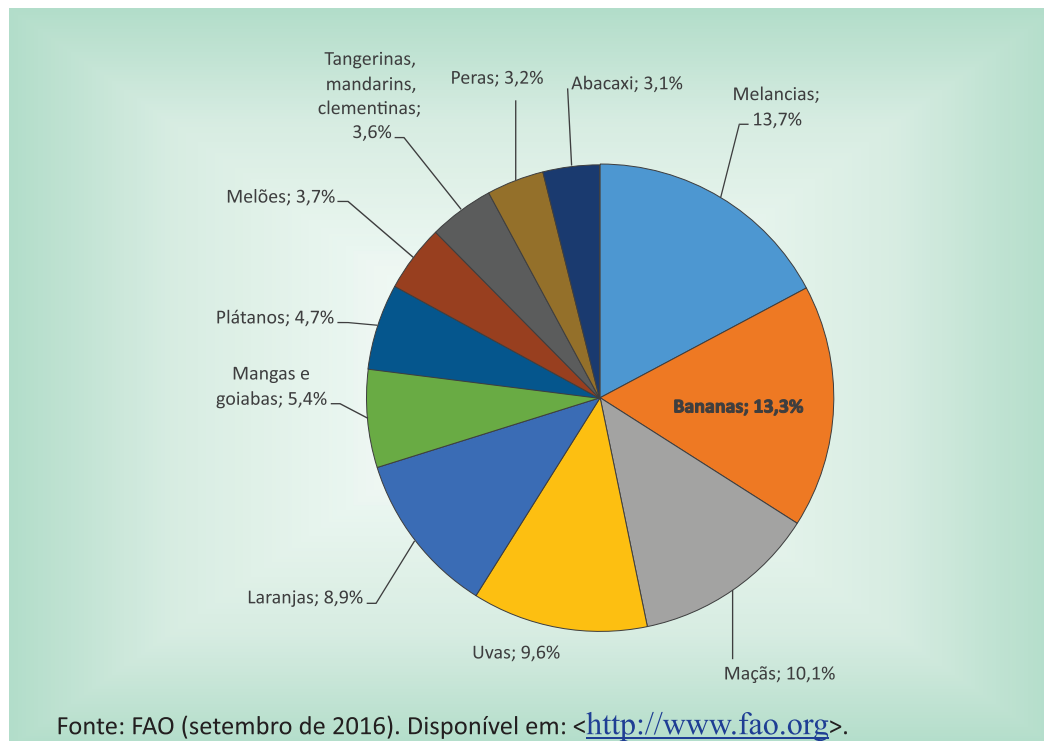


Figura 1/I. Principais frutas produzidas no mundo – 2013

A produção de banana se expandiu na maioria dos países produtores a uma taxa de crescimento média de 1,6% ao ano. No mundo, os níveis de produtividade, resultantes de inovações e tecnologias utilizadas na cadeia da bananicultura, cresceram a uma taxa média anual de 1,7%, enquanto nos dez maiores produtores o ganho de produtividade se deu a uma taxa média de 3,7% ao ano.

Em 2013, os quatro países com maior produção foram responsáveis por 51% da produção mundial e cerca de 42% de área em produção. A Índia lidera a produção mundial seguida por China continental, Filipinas e Brasil. Entre os dez primeiros apenas Filipinas, Brasil, Tanzânia e Burundi apresentam uma produtividade média abaixo da mundial. Já Indonésia, Índia e Equador apresentam as maiores produtividades médias, o que pode estar associado às exigências tecnológicas das grandes empresas produtoras e distribuidoras da fruta que são representativas nestes países (Tabela 1).

Entre 2011 e 2013, o Equador se mantém como o maior exportador mundial de banana, mas com taxa de crescimento anual negativa de 3,8%, reflexo de eventos climáticos que afetam suas lavouras e a qualidade da banana equatoriana. Entretanto, a variação entre a safra 2013 e a anterior já indica uma recuperação da quantidade produzida com aumento de 3,3% nas exportações fruto das melhorias em processos produtivos e adequações ambientais. As Filipinas, com 23,5% de variação na quantidade exportada, seguem com 26,4% de taxa de crescimento no período analisado (Tabela 2).

Tabela 1/I. Banana – Área colhida, produção e produtividade média – Mundo e principais países – Safra 2013

Local	Área colhida(ha)	Produção (t)	Produtividade média(kg/ha)	Área colhida (%)	Produção (%)	Crescimento anual (%) 2009-13
Mundo	5.103.034	107.401.205	21.047	100,0	100,0	1,6
Índia	796.000	27.575.000	34.642	15,6	25,7	1
China (continental)	430.000	12.075.238	28.082	8,4	11,2	8,1
Filipinas	445.935	8.645.749	19.388	8,7	8,0	-1
Brasil	485.075	6.892.622	14.209	9,5	6,4	0,4
Equador	188.658	5.995.527	31.780	3,7	5,6	-5,9
Indonésia	95.000	5.359.115	56.412	1,9	5,0	-4,2
Guatemala	69.580	3.188.050	45.818	1,4	3,0	5,8
Angola	126.582	3.095.013	24.451	2,5	2,9	11,7
Tanzânia	469.590	2.678.680	5.704	9,2	2,5	-2,8
Burundi	175.553	2.235.697	12.735	3,4	2,1	4,9
Costa Rica	42.841	2.174.986	50.769	0,8	2,0	4,9
México	73.472	2.127.772	28.960	1,4	2,0	-1,2
Colômbia	80.839	2.098.625	25.961	1,6	2,0	1,3
Demais países	1.623.909	23.259.131		31,8	21,7	3,4

Fonte: FAO (setembro de 2016). Disponível em <<http://www.fao.org>>.

Tabela 2/I. Banana – Maiores exportadores mundiais – 2011-13

Local	Quantidade (t)			Participação (%)	var. (%) 2012-13	Ranking (em 2013)
	2011	2012	2013			
Mundo	18.715.074	19.099.109	20.098.072	100,0	100,0	-
Equador	5.778.170	5.183.312	5.352.000	26,6	3,3	1º
Filipinas	2.046.743	2.646.380	3.267.562	16,3	23,5	2º
Guatemala	1.456.987	1.865.691	1.950.497	9,7	4,5	3º
Costa Rica	1.913.808	1.882.105	1.928.095	9,6	2,4	4º
Colômbia	1.828.281	1.733.354	1.549.267	7,7	-10,6	5º
Bélgica ⁽¹⁾	1.272.098	1.230.790	1.228.048	6,1	-0,2	6º
Honduras	489.029	583.138	675.437	3,4	15,8	7º
EUA	516.119	515.885	547.224	2,7	6,1	8º
México	179.838	309.376	343.774	1,7	11,1	9º
Países Baixos ⁽¹⁾	173.183	217.264	315.037	1,6	45,0	10º
Alemanha	366.895	276.447	304.683	1,5	10,2	11º
França	252.872	265.372	282.621	1,4	6,5	12º
Brasil	110.054	92.973	97.976	0,5	5,4	20º

⁽¹⁾ Via portuária.

Fonte: FAO (setembro de 2016). Disponível em <<http://www.fao.org>>.

Entre 2011 e 2013, a importação mundial de banana cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano. Entre os principais países importadores, os EUA apresentaram um crescimento de 5%, com variação de 4,5% na quantidade importada entre os últimos dois anos analisados (Tabela 3), já o Reino Unido apresentou taxa de crescimento de 5,8% no período. Entre os países intermediários na comercialização internacional de banana com a importação da fruta dos principais produtores mundiais e exportação para diversos países da União Europeia, a Bélgica mantém o quarto maior volume importado, mas com taxa de crescimento negativa de 2,4% nos anos analisados; enquanto os Países Baixos, com 2,1% de participação nas compras da fruta, seguem com 18,7% de taxa de crescimento.

Tabela 3/I. Banana – Maiores importadores mundiais – 2011-13

Local	Quantidade (t)			Participação (%)	var. (%) 2012-13	Ranking (em 2013)
	2011	2012	2013			
Mundo	18.720.741	18.313.664	19.664.242	100,0	100,0	-
EUA	4.122.683	4.353.136	4.547.932	23,1	4,5	1º
Alemanha	1.288.293	1.198.502	1.344.124	6,8	12,2	2º
Federação Russa	1.306.794	1.259.759	1.339.141	6,8	6,3	3º
Bélgica ⁽¹⁾	1.340.044	1.287.295	1.275.302	6,5	-0,9	4º
Reino Unido	1.019.227	1.037.184	1.139.992	5,8	9,9	5º
Japão	1.064.125	1.086.538	975.078	5,0	-10,3	6º
Itália	661.937	615.608	655.000	3,3	6,4	7º
França	567.207	523.342	611.836	3,1	16,9	8º
Irã	615.879	590.432	595.326	3,0	0,8	9º
Canadá	506.431	512.845	542.503	2,8	5,8	10º
China continental	818.675	626.060	514.782	2,6	-17,8	11º
Países Baixos ⁽¹⁾	296.899	356.780	418.419	2,1	17,3	13º
Argentina	394.881	369.930	392.488	2,0	6,1	15º

⁽¹⁾Via portuária.

Fonte: FAO (setembro de 2016). (Disponível em <http://www.fao.org>).

Em 2013, no mundo, a banana é a fruta com maior quantidade consumida, ultrapassando a laranja e a tangerina (12,97kg/per capita/ano). Nos países com maior disponibilidade de banana houve redução significativa entre 2012 e 2013 nas Filipinas e na Indonésia (Tabela 4).

Tabela 4/I. Banana – Principais países com quantidade disponível para abastecimento per capita – 2010-13

Local	Quantidade ofertada (kg/per capita/ano)				Var. (%) 2012-13	Ranking (em 2013)
	2010	2011	2012	2013		
Mundo	11,97	12,05	14,14	14,19	0,35	-
República Dominicana	32,06	43,66	62,55	63,73	1,89	1º
Angola	53,18	48,91	53,59	53,76	0,32	2º
Filipinas	51,16	55,60	50,86	47,63	-6,35	3º
Tanzânia	45,60	47,47	36,98	38,07	2,95	4º
Brasil	29,63	31,08	29,06	28,99	-0,24	5º
Quênia	32,89	24,24	27,46	26,80	-2,40	6º
Haiti	19,33	19,81	19,90	19,63	-1,36	7º
Indonésia	21,55	22,29	22,22	19,02	-14,40	8º
Vietnã	14,70	17,00	17,65	18,39	4,19	9º
Índia	19,71	18,61	17,10	17,59	2,87	10º

Fonte: FAO (setembro de 2016). Disponível em <http://www.fao.org>.

Nos últimos anos confirma-se a tendência das grandes multinacionais na estratégia de diminuição das propriedades com plantação e produção da fruta e de aumento nos investimentos em logística de pós-produção, incluindo compra de produtores, transporte, tecnologias de amadurecimento do fruto e marketing.

Produção e mercado nacionais

No Brasil, o quarto maior produtor mundial de banana, os quatro principais estados produtores da fruta são: São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina. Nesses estados, que representam cerca de 51% da produção brasileira e 41% da área em produção, a cultura está concentrada, principalmente, nas mesorregiões do Vale do Ribeira (SP), Bom Jesus da Lapa (BA), Norte de Minas Gerais (MG) e Norte de

Santa Catarina. Além dessas, no sétimo estado produtor de banana, a mesorregião do Vale do São Francisco (PE) também apresenta grande concentração com 6% da área em produção nacional e 4% da quantidade produzida. Em Santa Catarina, as mesorregiões do Vale do Itajaí e do Sul Catarinense, bem como o Norte Catarinense, garantem a quarta posição do estado na produção de banana.

As safras brasileiras de 2015 e 2016

Para 2015, safra nacional reverteu a estimativa passada, diminuindo 0,6% na área colhida e cerca de 1,6% na produção (Tabela 5). A partir de maio os preços foram afetados pela concorrência de outras frutas da estação e pela ocorrência de granizo nos bananais de São Paulo, além da seca prolongada em Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Ao longo do primeiro semestre a estiagem no Sudeste e o racionamento na irrigação dos bananais do Nordeste diminuíram a expectativa de aumento na oferta, havendo recuperação nos preços com o aumento relativo da demanda nacional.

No segundo semestre houve valorização nos preços limitada pela qualidade das frutas oriundas das principais regiões produtoras de São Paulo e Bahia. O norte mineiro, com frutas de melhor qualidade na roça, foi responsável pelo aumento na oferta da banana no mercado interno, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste. A demanda interna seguiu reprimida para o consumo de frutas, enquanto houve aumento do volume exportado. Além de ser incentivado pela desvalorização cambial, esse aumento serviu como alternativa para o escoamento da produção dos estados da Região Sul para os países do Mercosul.

Para 2016, com a persistência dos efeitos da seca nas regiões produtoras do Sudeste e Nordeste, na safra houve perdas que provocaram a diminuição na área colhida em 2,8% em relação à safra 2015; e com diminuição 1,2% na quantidade produzida (Tabela 5).

Tabela 5. Banana – Área colhida, produção e rendimento no Brasil e nos principais estados produtores – Safras 2012/16

Local	2012	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	Ranking (em 2016)
Área colhida (ha)						
Brasil	481.116	485.075	478.765	475.976	462.602	-
São Paulo	53.696	50.709	51.224	48.695	47.678	2º
Bahia	72.379	73.837	71.704	71.220	65.105	1º
Minas Gerais	41.765	41.341	40.996	45.598	45.490	3º
Santa Catarina	29.559	29.031	29.509	29.564	29.577	6º
Pará	41.384	43.510	45.428	46.079	42.756	5º
Ceará	47.413	49.255	46.654	44.482	43.030	4º
Pernambuco	40.805	36.309	38.856	35.792	28.885	7º
Paraná	11.551	11.707	8.257	8.275	11.000	12º
Espírito Santo	21.350	21.793	22.330	23.638	23.735	8º
Goiás	12.549	12.441	12.380	13.011	13.099	10º
Rio Grande do Norte	5.305	5.186	5.816	5.415	5.505	14º
Rio de Janeiro	23.000	22.365	21.075	20.124	20.879	9º
Paraíba	12.830	12.442	10.870	10.586	10.541	13º
Rio Grande do Sul	12.197	12.208	12.226	11.817	11.851	11º
Demais estados	55.333	62.941	61.440	61.680	63.471	-

(Continua)

(Continuação)

Local	2012	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾	Ranking (em 2016)
Quantidade produzida (t)						
Brasil	6.902.184	6.892.622	6.953.747	6.844.491	6.760.769	
São Paulo	1.215.435	1.090.009	1.056.387	998.038	983.364	1º
Bahia	1.083.346	1.113.930	1.088.647	1.068.341	974.260	2º
Minas Gerais	687.293	736.038	711.397	795.900	768.928	3º
Santa Catarina	689.815	664.336	701.484	710.183	721.599	4º
Pará	547.098	585.943	588.655	595.527	510.549	5º
Ceará	415.763	375.531	452.541	385.028	464.514	6º
Pernambuco	407.574	364.144	396.470	324.125	288.431	7º
Paraná	276.890	280.458	207.327	203.551	269.500	8º
Espírito Santo	241.997	248.653	294.371	277.512	265.795	9º
Goiás	197.990	196.540	196.701	194.311	193.014	10º
Rio Grande do Norte	147.129	148.304	171.061	159.335	165.677	11º
Rio de Janeiro	153.752	150.586	131.702	140.876	145.199	12º
Paraíba	141.974	145.721	131.345	134.606	139.013	13º
Rio Grande do Sul	110.558	122.934	138.072	134.242	135.174	14º
Demais estados	585.570	669.495	687.587	722.916	735.752	-
Maiores produtividades médias estaduais (kg/ha)						
Brasil	14.346	14.209	14.524	14.380	14.602	-
Rio Grande do Norte	27.734	28.597	29.412	29.425	30.096	1º
Paraná	23.971	23.956	25.109	24.598	24.500	2º
Santa Catarina	23.337	22.884	23.772	24.022	24.397	3º
São Paulo	22.635	21.495	20.623	20.496	20.625	4º
Minas Gerais	16.456	17.804	17.353	17.455	16.903	5º

⁽¹⁾ Safras 2015 e 2016 – dados preliminares sujeitos a retificação.

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2011 a 2014) e LSPA-setembro/16 (2015 e 2016).

Tabela 6/I. Banana – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2011-16

País	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	Até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Uruguai	33.789	27.126	31.872	31.984	36.876	20.744	182.391	34,74
Argentina	23.118	16.892	17.541	21.419	24.343	15.697	119.010	22,67
Reino Unido	14.035	10.493	8.284	10.863	6.713	5.562	55.950	10,66
Países Baixos	6.667	6.653	9.698	8.011	3.933	2.172	37.134	7,07
Alemanha	27.741	16.134	7.521	1.811	1.001	1.309	55.517	10,57
Subtotal (cinco principais)	105.350	77.297	74.917	74.088	72.866	45.483	450.001	85,71
Outros países	4.704	18.402	24.299	9.856	8.039	9.724	75.024	14,29
Total	110.054	95.699	99.216	83.945	80.905	55.208	525.027	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

No primeiro semestre a qualidade das frutas mineiras e nordestinas comprometeu a perspectiva de valorização nos preços decorrente da falta de chuvas que prejudicou o desenvolvimento das plantas

no final de 2015. Em junho, as frutas paulistas e catarinenses que, até então, não haviam sido afetadas por intempéries começam a sofrer os reflexos de temperaturas mais baixas com presença de geada nas regiões produtoras e o aparecimento de chilling nos bananais, um distúrbio que compromete a produção e determina calibres menores nas frutas e endurecimento da polpa. A expectativa é de retração na produção acarretando a diminuição da oferta de banana até o final do terceiro trimestre de 2016. Isso deve provocar a valorização nos preços das frutas comercializadas no período nos principais entrepostos brasileiros.

Na exportação brasileira, entre 2011 e primeiro semestre de 2016, os três principais países compradores foram Uruguai, Argentina e Reino Unido. Na safra 2014 houve aumento de cerca de 60% nos valores negociados com a Argentina, 32% com o Reino Unido e 27% com o Uruguai. Na safra 2015 apenas a Argentina manteve a tendência de aumento nos valores de banana exportada, pois a baixa oferta e os problemas na qualidade da fruta nas principais regiões produtoras brasileiras afetaram o comércio externo, principalmente da banana-nanica exportada para os países europeus.

Tabela 7/I. Banana – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2011-16

País	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	Até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Uruguai	9.795	7.975	8.621	10.955	9.152	5.983	52.481	28,48
Argentina	5.702	4.442	4.438	7.089	7.223	3.870	32.764	17,78
Reino Unido	6.213	4.574	3.685	4.867	2.986	2.481	24.806	13,46
Países Baixos	2.955	2.929	4.244	3.542	1.896	1.066	16.632	9,02
Alemanha	12.188	7.091	3.332	836	415	511	24.372	13,22
Subtotal (cinco principais)	36.853	27.011	24.320	27.288	21.672	13.911	151.055	81,96
Outros países	2.395	8.393	11.256	4.462	3.245	3.498	33.249	18,04
Total	39.248	35.405	35.576	31.750	24.917	17.409	184.304	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Produção e mercado estaduais

Conforme Goulart Jr., Mondardo e Reiter (2016), a bananicultura catarinense conta com 3.678 produtores presentes em 74 municípios do Estado, representando 48,5% da produção da fruticultura catarinense e 30,1% do VBP estadual frutícola. O Estado participa com 11% do total da produção brasileira e 6% das áreas em produção da cultura no País.

A variedade Cavendish (caturre, nanica e nanição) é a mais cultivada na mesorregião do Norte Catarinense (MRG de Joinville) e na mesorregião do Vale do Itajaí (MRG de Blumenau e MRG de Itajaí) com uma área em produção de 19,5 mil ha, produzindo mais de 590 mil toneladas e representando mais de 93% do valor da produção catarinense da fruticultura (EPAGRI/CEPA, 2013). Na safra 2014/15, a banana-caturra representou 42% da produção estadual de frutas e contribuiu com 21,1% do VBP do setor em 37,7% da área em produção de frutas na safra (EPAGRI/CEPA, 2016).

A variedade Prata, somada a outras (como a banana maçã e ouro), tem maior representação no Sul Catarinense com cerca de 49% do valor da produção no Estado. Nessas variedades, o Norte Catarinense e o Vale do Itajaí se destacam com a participação de outros 44% do valor da produção, em mais de 2,1 mil ha em produção e com quantidade produzida de mais de 42,6 mil toneladas de banana (EPAGRI/CEPA, 2013). Na safra 2014/15, a banana-prata representou 6,5% da produção total gerando 8,9% do VBP estadual em 13,6% de área colhida (EPAGRI/CEPA, 2016).

Em Santa Catarina a banana-caturra representa 86,7% e a banana-prata 13,3% do total da produção. Os cinco maiores municípios produtores de caturra, que representam 69,8% do total, são: Luiz Alves (24,0%), Corupá (22,9%), Massaranduba (8,9%), Jaraguá do Sul (7,5%) e São João do Itaperiú (6,5%). Os cinco maiores municípios produtores de prata, que representam 56,3% do total, são: Jacinto Machado (20,4%), Santa Rosa do Sul (10,5%), Criciúma (9,2%), Barra Velha (8,4%), Corupá (7,9%) (EPAGRI/CEPA, 2015).

As safras catarinenses de 2015 e 2016

Os dados referentes às safras catarinenses de 2014 e 2015 indicam que a área colhida permanece praticamente inalterada e uma produção 1,2% maior em 2015 (Tabela 5). Durante o primeiro semestre, nas regiões produtoras, as temperaturas estavam mais amenas no início do período e mais altas que a média nos meses de junho e julho. Nesse período, os preços ao produtor da banana-caturra ficaram abaixo dos preços praticados no ano anterior. Já os preços da banana-prata, que é mais resistente a intempéries, ficaram acima das cotações de 2014 durante todo o primeiro semestre (Tabela 8). No segundo semestre de 2015, o inverno menos rigoroso aumentou a oferta da fruta no período, influenciando os preços recebidos pelo produtor. Mas a diminuição da oferta de banana oriunda de outros estados, no mercado brasileiro valorizou o preço da fruta catarinense e permitiu um ganho de qualidade com a manutenção dos tratamentos culturais até o final do ano.

Tabela 8/I. Banana – Preço mensal no produtor – Santa Catarina – 2011-16

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Banana caturra⁽¹⁾ – R\$/cx 18 a 22kg												
2011	5,65	4,29	5,08	7,42	6,83	6,40	6,84	8,35	9,00	9,00	6,97	6,50
2012	8,89	8,92	8,84	12,07	13,00	11,74	9,60	7,89	6,86	4,15	3,39	3,00
2013	3,00	3,00	4,16	9,23	8,72	8,58	10,43	9,18	14,02	15,76	11,75	10,00
2014	9,29	6,05	13,14	18,50	15,00	9,56	9,80	8,60	8,79	9,95	6,89	5,67
2015	4,78	4,00	8,05	10,67	6,19	5,63	6,13	7,89	7,58	8,00	8,17	10,50
2016	10,74	10,47	9,00	10,00	10,78	11,32	16,76					
Banana prata – R\$/cx 18 a 22kg												
2011	9,25	10,20	11,14	12,00	12,50	12,62	13,00	11,97	10,48	10,00	9,60	9,38
2012	11,53	13,68	14,07	14,90	15,16	14,00	14,91	16,00	16,00	14,11	9,95	9,50
2013	10,78	12,06	14,58	16,50	17,00	17,89	19,00	19,00	17,90	16,80	14,45	9,00
2014	14,00	17,55	18,05	19,85	20,15	20,32	21,00	21,05	19,41	13,09	10,63	11,13
2015	13,30	15,50	20,64	20,60	20,55	21,65	21,91	20,79	17,86	15,44	15,50	16,00
2016	17,15	18,29	19,00	24,76	28,00	28,77	30,43					

⁽¹⁾ Valores estimados entre maio de 2015 e julho de 2016.

Fonte: Epagri/Cepa.

No mercado atacadista, com o excesso de calor, a oferta da banana ficou retraída como forma de valorizar os preços. Para a banana-caturra, com menor volume ofertado, os preços ficaram acima da média no ano anterior, principalmente no segundo semestre. A banana-prata apresentou preços médios mensais em patamares próximos aos de 2014 (Tabela 9). Em 2015, na Ceagesp a quantidade de banana catarinense negociada foi 18% maior que a de 2014, representando 4,8% do movimento total da fruta no entreposto com mais de 74,8 mil toneladas no valor de R\$130 milhões no ano.

Tabela 9/I. Banana – Preço mensal no atacado – Santa Catarina – 2011-16

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Banana caturra⁽¹⁾ – R\$/cx 18 a 22kg												
2011	7,90	6,84	7,36	9,79	9,36	8,50	8,50	10,76	11,19	12,00	9,44	8,75
2012	11,56	12,00	12,00	14,00	15,00	14,16	11,93	10,17	8,53	6,57	5,74	6,29
2013	5,71	6,00	7,89	12,55	11,22	10,75	13,14	11,45	15,19	16,59	14,80	12,14
2014	11,00	8,85	17,33	22,00	19,45	15,22	14,80	13,19	12,65	12,65	11,33	9,00
2015	7,44	7,88	11,84	14,67	19,95	18,90	18,90	16,50	16,50	17,00	22,50	20,00
2016	20,50	21,00	20,00	17,50	18,00	19,00	24,00					
Banana prata – R\$/cx 18 a 22kg												
2011	20,30	20,80	21,07	21,50	21,82	20,97	21,00	21,16	21,00	21,00	20,65	19,69
2012	21,64	23,58	23,73	24,00	24,73	25,00	25,91	26,70	26,00	24,11	21,63	21,00
2013	21,74	22,47	24,42	27,14	27,25	28,58	28,96	27,09	26,52	26,25	25,80	24,67
2014	25,00	26,70	27,53	31,30	33,85	35,05	35,00	35,29	34,77	30,23	25,84	25,00
2015	25,86	26,72	31,32	32,40	32,55	34,15	34,91	33,93	29,86	27,44	27,50	28,00
2016	29,15	30,29	30,43	25,76	39,00	39,77	41,43					

⁽¹⁾ Valores estimados entre maio de 2015 e julho de 2016.

Fonte: Epagri/Cepa.

Na safra 2016, houve aumento de 1,6% na quantidade produzida de 2015 com manutenção da área colhida do ano anterior. O primeiro semestre inicia com temperaturas altas e baixa umidade nas regiões produtoras do Estado, ocasionando aumento da produção com frutas de calibre e qualidade adequados ao mercado. No entanto, do final de maio até o início do inverno, as baixas temperaturas com ocorrência de geadas afetam bananais no Norte Catarinense e Vale do Itajaí, o que retrai a oferta e afeta a qualidade da fruta, provocando o desenvolvimento de bananas de calibres menores no mercado regional. A cotação do preço mensal da banana-caturra segue tendência de recuperação com forte aumento de 48% entre junho e julho de 2016. Com a baixa oferta de frutas de qualidade e a falta de bananas do Sudeste para suprir a demanda os preços valorizam cerca de 63% no primeiro semestre de 2016. No comparativo com julho de 2015, os preços de 2016 da banana-caturra estão 136% acima dos negociados no mês de julho. Já os preços mensais da banana-prata mantêm tendência de aumento com valorização de 5% entre junho e julho do ano corrente. A qualidade para a variedade no mês de julho segue garantindo a valorização do preço ao grupo prata. No mês de julho, entre 2015 e 2016, houve valorização de 54% no preço da banana-prata para o acumulado de 12 meses e de 85% no primeiro semestre de 2016.

No atacado, o preço para a banana-caturra, na Ceasa-SC, está em recuperação devido à baixa oferta da fruta. Já a banana-prata segue com valorização no preço, mas com tendência negativa em relação à qualidade das frutas para os próximos meses. No entreposto paulista a oferta da banana catarinense está retraída com valorização nas cotações. As outras regiões produtoras do País também apresentam baixa oferta, o que alavanca ainda mais os preços da fruta no atacado. No primeiro semestre de 2016, a participação catarinense representou 5,3% do volume total negociado, com mais de 5,9 mil toneladas, gerando mais de R\$10,2 milhões.

Entre janeiro e julho de 2016, as exportações catarinenses fecharam em 32,3 mil toneladas, diminuindo 13,6% a quantidade negociada com relação ao mesmo período de 2015. Houve redução de 11% no valor negociado de Santa Catarina no mesmo período de 2015, ou seja: de US\$9,7 milhões para US\$8,6 milhões (FOB) em 2016 (Tabelas 10 e 11).

Tabela 10/I. Banana – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2011-16

Estado	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	Até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Santa Catarina	54.278	34.393	34.840	33.171	37.386	32.293	226.361	43,11
Ceará	23.109	22.234	25.277	19.109	15.667	13.251	118.647	22,60
Rio Grande do Norte	31.097	30.397	24.540	13.599	19.797	5.938	125.368	23,88
Rio Grande do Sul	1.563	8.606	13.964	16.358	5.553	2.196	48.241	9,19
Paraná	7	2	461	1.584	2.500	1.463	6.017	1,15
Subtotal (cinco principais)	110.054	95.632	99.081	83.822	80.904	55.140	524.634	99,93
Outros estados	-	67	135	122	1	62	387	0,07
Total	110.054	95.699	99.216	83.945	80.905	55.203	525.021	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 11/I. Banana – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2011-16

Estado	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	Até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Santa Catarina	10.085	5.900	8.730	10.085	9.744	8.671	61.228	33,22
Ceará	8.692	4.852	11.437	8.692	6.917	5.563	52.821	28,66
Rio Grande do Norte	6.299	970	10.863	6.299	5.029	2.120	51.442	27,91
Rio Grande do Sul	6.106	2.722	4.313	6.106	2.453	594	16.719	9,07
Paraná	509	442	130	509	770	422	1.869	1,01
Subtotal (cinco principais)	31.692	14.886	35.474	31.692	24.912	17.370	184.082	99,89
Outros estados	59	3	102	59	5	24	209	0,11
Total	31.750	14.889	35.576	31.750	24.917	17.394	184.291	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Cebola

Daniel Rogério Schmitt – Eng. -agr. – Epagri/Ituporanga
danielschmidt@epagri.sc.gov.br

Importações

O Brasil se tornou nas últimas décadas um tradicional importador de cebola. As importações que iniciaram na década de 80, fruto dos acordos do Mercosul, transformaram a Argentina no principal fornecedor da hortaliça nas últimas três décadas. Até 2014, em média eram importadas entre 150 e 200 mil toneladas anuais do país vizinho. De abril a junho, o produto importado substituiu gradualmente os cultivares mais tardios da Região Sul, como a Crioula, e a produção oriunda do cultivo de bulbinhos em São Paulo. O mercado brasileiro e o setor produtivo se adaptaram à nova realidade: na Região Sul, proliferaram as variedades mais precoces e mais produtivas e, nas lavouras paulistas, o cultivo com bulbinhos minguou para menos de mil hectares. Essa situação perdurou de 2001 até 2012, quando surgiu um novo cenário no mercado brasileiro: o crescimento constante da entrada de cebolas da Comunidade Europeia desde 2007, em especial da Holanda e da Espanha, que já supera as importações da Argentina nos últimos dois anos (Figura 1). As compras do Bloco Europeu, que em 2007 eram de apenas 40 toneladas, em 2015 superaram 170 mil toneladas. Obviamente, nas duas últimas safras, contribuíram para esse aumento as quebras sequenciais das safras catarinense e argentina, criando forte demanda pelo produto no mercado brasileiro e elevando consideravelmente os preços, o que tornou a cebola europeia mais competitiva.

A situação da Holanda é especial: o país é o maior exportador mundial, e aquele com maior organização e tecnologia tanto no setor produtivo, quanto na logística de classificação, comercialização e transporte. Exportou cerca de 1 milhão de toneladas na última temporada (julho/2015 e junho /2016) para 109 países. Nesse período, com 107,3 mil toneladas, o Brasil se tornou o segundo maior comprador da Holanda, atrás apenas do Senegal.

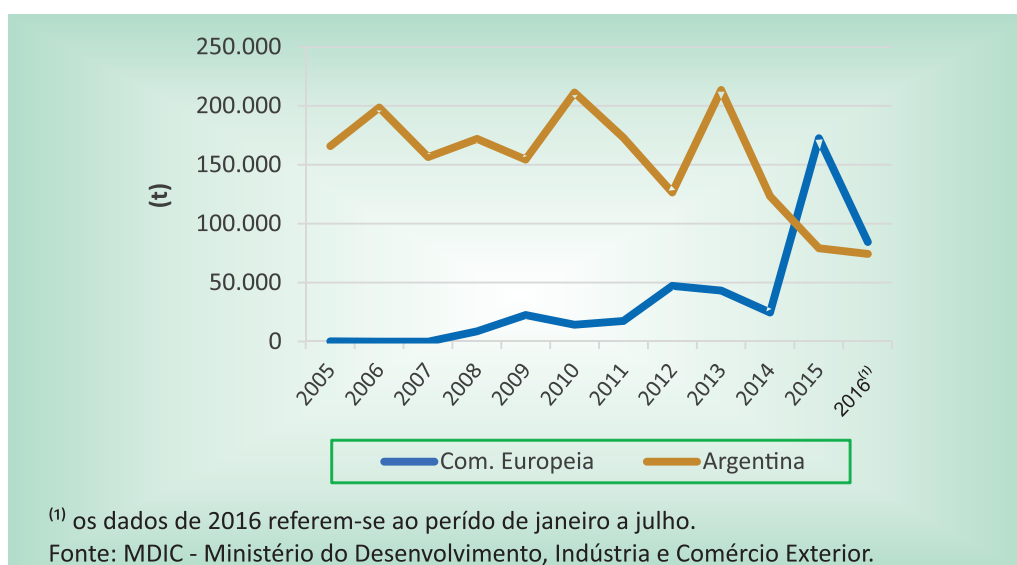


Figura 1/I. Cebola - Importações brasileiras - 2005-16

Produção e mercado nacionais

A produção brasileira de cebola em 2015 somou 1.422.117 toneladas, com área colhida de 57.404 hectares e rendimento médio de 25.213 kg/ha, segundo o IBGE. Esses valores são bastante precisos,

pois até o momento já foram registradas as informações dos doze principais estados produtores, que respondem, geralmente, por mais de 99% da produção. Assim, devem ocorrer, posteriormente, acréscimos insignificantes. Mesmo sem a consolidação final dos dados, é possível prever uma acentuada redução de 13,6% na produção bruta em relação ao ano anterior, quando o total ficou em 1.646.498 toneladas. (Tabela 1 e Figuras 2 e 3).

Tabela 1/I. Cebola – Área colhida, produção e rendimento dos principais estados produtores – Safras 2013/15

Estado	Área colhida (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2013	2014	2015 ⁽¹⁾
Pernambuco	4.457	2.260	1.370	96.076	48.440	29.430	21.556	21.434	21.482
Bahia	4.958	9.273	8.985	112.858	323.120	261.660	22.763	34.845	29.122
Minas Gerais	3.145	3.109	3.323	172.461	171.485	195.528	54.837	55.158	58.841
São Paulo	5.371	5.511	5.149	190.268	203.493	193.090	35.425	36.925	37.500
Paraná	7.093	5.894	5.318	154.088	134.800	131.150	21.724	22.871	24.662
Santa Catarina	19.029	19.311	20.066	496.973	474.709	339.451	26.117	24.582	16.917
Rio Grande do Sul	9.963	7.755	8.714	159.735	171.179	147.439	16.033	17.548	16.920
Goiás	1.812	2.400	2.335	120.600	85.280	105.225	66.556	35.533	45.064
Outros estados	1.574	3.677	1.144	35.870	33.992	19.144	22.789	9.244	16.734
Brasil	57.402	59.190	56.404	1.538.929	1.646.498	1.422.117	26.810	27.817	25.213

⁽¹⁾ Dados sujeitos a modificações.

Fonte: IBGE.

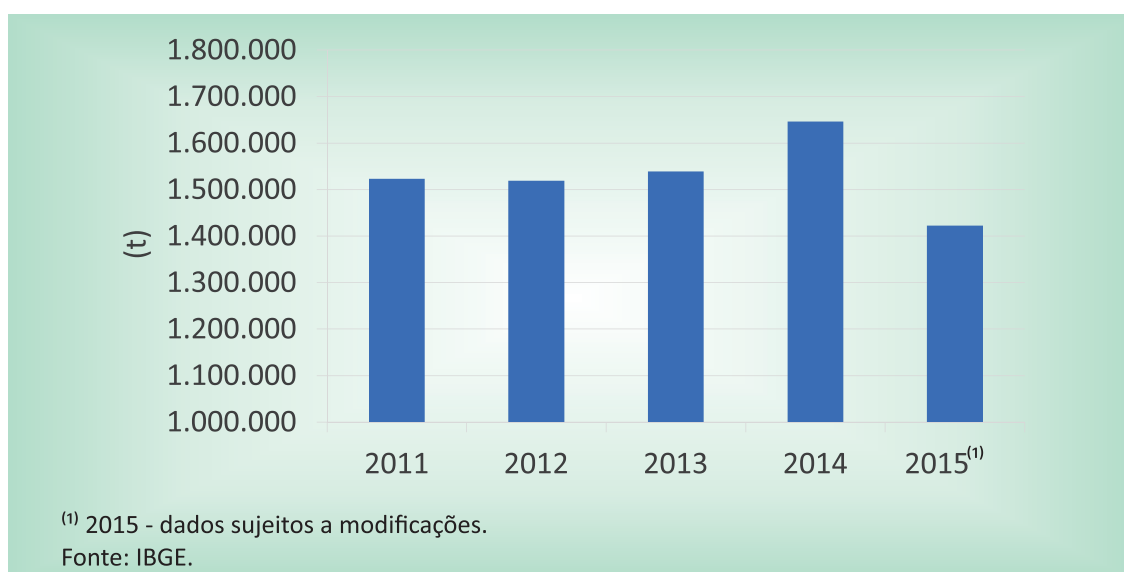


Figura 2/I. Cebola - Desempenho da produção brasileira - Safras 2011/15

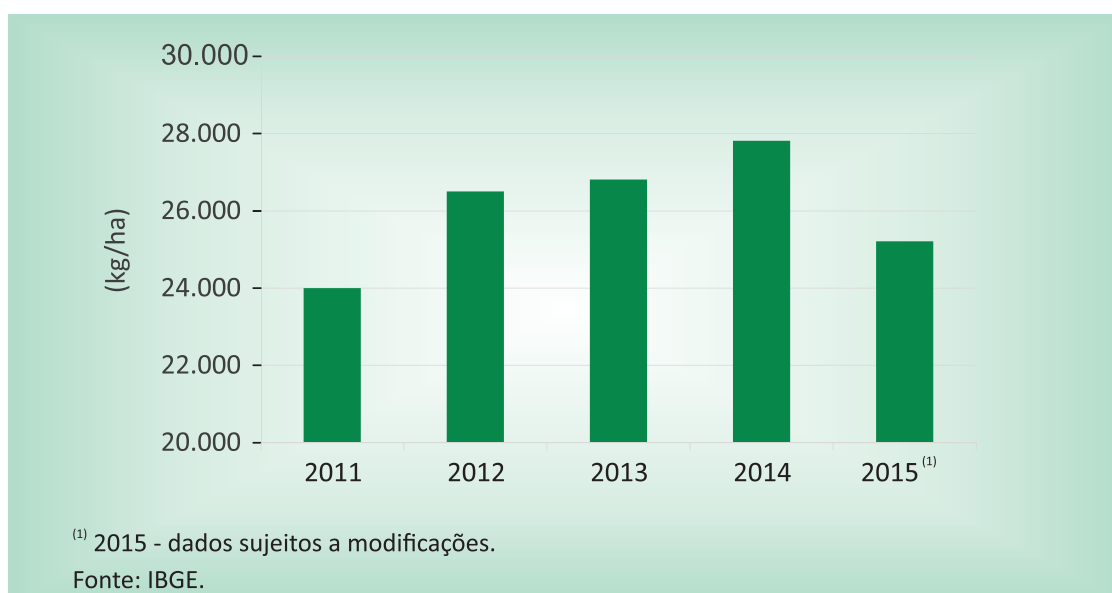


Figura 3/I. Cebola - Evolução da produtividade no Brasil - Safras 2011/15

A queda na produção nacional foi provocada, principalmente, pelas perdas na produção dos três estados do sul, na primavera de 2015, como resultado da ocorrência do fenômeno “El Niño”. As principais alterações foram as temperaturas médias mais altas durante o inverno, o excesso de chuva e baixa luminosidade na primavera que reduziram o tamanho médio dos bulbos e causaram doenças, principalmente as podridões bacterianas, afetando o rendimento médio e a conservação pós-colheita. No sul do Brasil a queda na produção bruta foi de 20,8% e as estimativas de redução da oferta ultrapassam 30% em função das perdas pós-colheita.

No caso do Paraná e dos municípios produtores do Planalto Catarinense a redução na área cultivada tem ocorrido nos últimos anos em consequência do maior interesse pela produção de grãos.

Se a oferta sulina diminuiu, os preços foram mais elevados e garantiram considerável retorno econômico para os produtores da região, que conseguiram colher de forma satisfatória. Isso porque os preços médios em 2015 foram altos praticamente ao longo de todo o ano. Para os cebolicultores de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e do Nordeste, que ofertam o produto para o mercado interno, principalmente de maio a agosto, a remuneração foi bastante atrativa, ficando acima de R\$1,80/kg (classe 3).

Os estados de Minas Gerais e Goiás, com a produção nas áreas de cerrado, caracterizada por alta produtividade e tecnologia, são as únicas unidades da federação com aumento na produção em 2015. Já no Nordeste, a produção do Vale do São Francisco, principalmente de Pernambuco, continua diminuindo devido à falta de água. Na Bahia a redução não foi tão significativa pela recuperação do cultivo na região de Irecê, onde as chuvas foram mais significativas nesta temporada.

Os problemas na safra 2015/16 no sul do Brasil repetiram o que aconteceu em 2014/15: o encerramento da comercialização das safras gaúcha e catarinense mais cedo, com poucas ofertas a partir de março e o aumento das importações. As entradas da Argentina mantiveram-se em baixa, devido aos mesmos problemas da safra anterior. Altas temperaturas e chuvas torrenciais na fase de bulbificação reduziram severamente a qualidade do produto, além de reduzir a produtividade média das lavouras na principal região exportadora, o sul da província de Buenos Aires. A saída, novamente, foi apelar para a importação da Comunidade Europeia, com grandes compras da Holanda e Espanha.

Produção e mercados estaduais

A temporada 2015/16 foi uma das piores da história da cebolicultura catarinense. Os problemas climáticos fizeram com que a produção do estado recuasse pelo segundo ano seguido. Em 2013 foram colhidas 497 mil toneladas, reduzidas para 475 mil toneladas em 2014 e apenas 339,4 mil toneladas em 2015. Foi a menor produção desde 1998, quando foram colhidas 273 mil toneladas. A produtividade média das lavouras, que em 2014 fora de 24.562 kg/ha, despencou para 16.917 kg/ha em função dos efeitos danosos do fenômeno “El Niño” que afetaram a produção de muitas hortaliças, especialmente no sul do Brasil (Figuras 4 e 5).

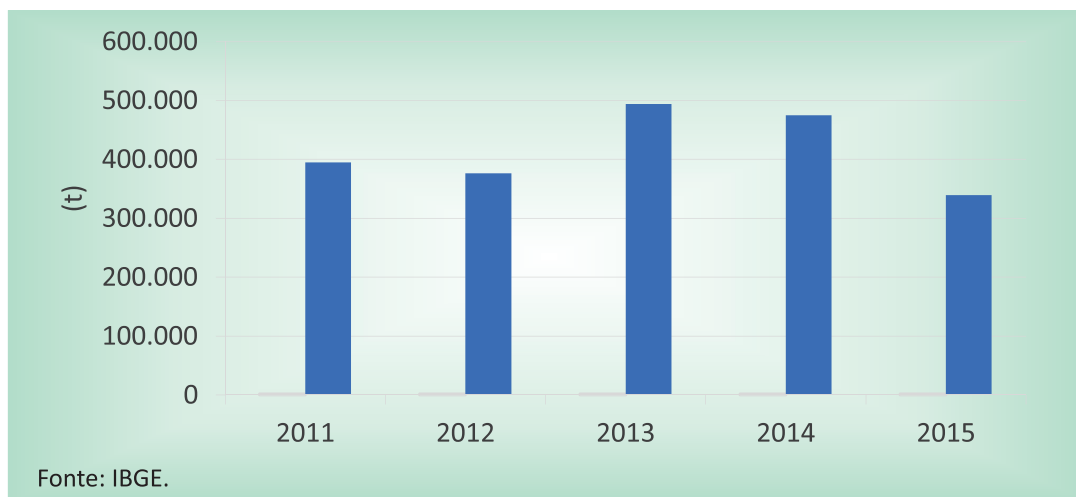


Figura 4/I. Cebola - Desempenho da produção catarinense - Safras 2011/15

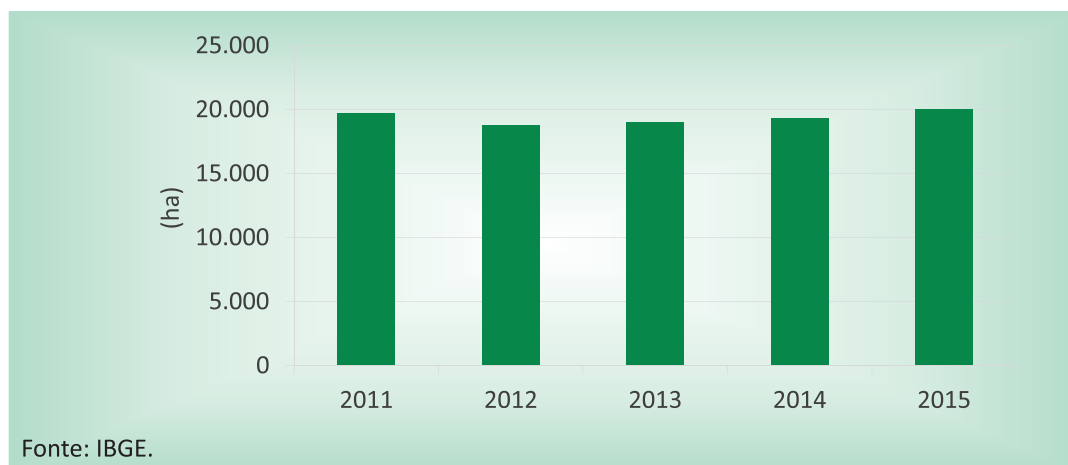


Figura 5/I. Cebola - Evolução da área colhida em Santa Catarina - Safras 2011/15

No prognóstico inicial feito pelo IBGE, em agosto de 2015, a expectativa de colheita era de 557 mil toneladas e rendimento médio esperado de 26.882kg/ha. Assim, a perda na produção bruta pode ser estimada em 39,1%.

A área cultivada cresceu 10,3% em relação à safra anterior, mas 1.232 hectares (5,8%) foram totalmente perdidos. Essas quebras ocorreram no Alto Vale do Itajaí, principalmente nos municípios de Vidal Ramos, Ituporanga e Imbuia, onde as lavouras foram atingidas por vendavais com granizo em outubro, tendo o ciclo interrompido e a área destinada ao cultivo de outras culturas.

As áreas que não foram afetadas por granizo também tiveram baixa produtividade pelo excesso de chuva e pouca luminosidade que perdurou desde a segunda quinzena de setembro até a primeira de novembro. As plantas ficaram estioladas e produziram bulbos menores. A proliferação de bacterioses causou tanto perdas no campo como nos galpões devido ao apodrecimento. No caso dos cultivares precoces, que foram colhidos nesse período, foi necessário, em muitos casos, fazer a cura artificialmente com a secagem dos bulbos em estufas improvisadas, visando salvar a produção. Além disso, o solo encharcado restringiu ou atrasou operações agrícolas como as pulverizações e a colheita.

Se a quebra na lavoura foi alta, os prejuízos continuaram após a colheita. Parte dos bulbos, por estar contaminada com fungos e bactérias não resistiu à armazenagem mais prolongada e nem mesmo aos procedimentos de limpeza e padronização. Os custos de preparo e classificação foram onerados pela maior necessidade de mão de obra na separação dos bulbos sadios. Em muitos casos, os lotes não foram aceitos para comercialização, tendo que ser descartados pelos produtores. Desta forma, estima-se que as perdas pós-colheita alcançaram 32%. Esses cálculos resultam numa quantia de apenas 230,8 mil toneladas comercializadas significando redução de 33% em relação às vendas da safra anterior. Esta é a menor oferta desde a safra 1996/97, quando foram ofertadas 226,4 mil toneladas.

No início da comercialização da produção catarinense, no final de outubro/2015, os preços recebidos pelos produtores, no mercado nacional eram relativamente baixos, em função da oferta do Cerrado Brasileiro e das importações da Europa. A partir do encerramento da safra do Brasil Central e da redução das importações os preços se elevaram constantemente pela falta de produto de melhor qualidade no mercado brasileiro e da necessidade de importações, pela quebra da safra sulista. Em janeiro os produtores receberam no Alto Vale do Itajaí e no Planalto Catarinense até R\$2,00/kg para cebola de qualidade, considerado um valor excepcional. Ao mesmo tempo muitos produtores não conseguiram vender a sua produção devido à falta de qualidade, mesmo a preços muito inferiores. O produto, então, foi destinado à indústria ou teve que ser descartado (Figura 6).

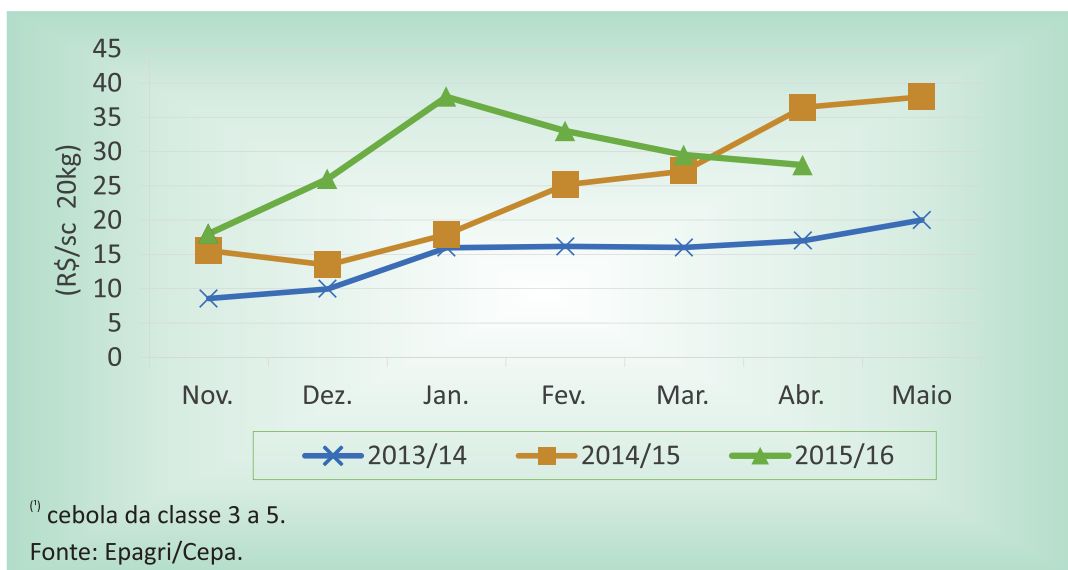


Figura 6/I. Cebola⁽¹⁾ - Preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina - Safras 2013/14 - 2015/16

A partir de fevereiro, com o crescimento constante das importações, os preços pagos aos cebolicultores catarinenses recuaram gradualmente, estabilizando em torno de R\$1,40/kg (classe 3) até o encerramento das vendas.

O preço médio ponderado das 230,8 mil toneladas comercializadas na temporada 2015/16 foi estimado em R\$1,33/kg, considerando que 30% foi comercializado como Classe 2 ou por outras classificações inferiores ao produto padrão de mercado (Classe 3: 5 a 7cm de diâmetro). No caso da Classe 2 (3 a 5cm de diâmetro) os valores ficaram em 50% daquele praticado para a classe padrão.

Numa análise simplista esse preço pode parecer satisfatório, uma vez que o custo de produção foi estimado na média em R\$0,70/kg. Todavia, este valor é obtido considerando produtividades esperadas de 25 a 30 t/ha. Como a realidade foi outra, descontando todas as perdas, restaram em média, da área plantada total de 21.298 hectares, apenas 11.503 kg vendidos/ha e uma renda bruta de R\$15.298,99/ha.

Da oferta líquida de 230,8 mil toneladas estima-se que 70% eram da classe 3 (5 a 7cm de diâmetro), e em menor escala, das classes 4 e 5 (7cm ou mais de diâmetro). Os 30% remanescentes foram classificados como classe 2 (3,5 a 5cm de diâmetro) e como “fora do padrão”. Para o primeiro grupo o preço médio calculado foi de R\$1,48/kg e para o segundo grupo, nesta safra, pagou-se 50% deste valor. Desse modo, o valor bruto da safra catarinense de cebola de 2015/16 foi estimado em R\$307 milhões, significando 2,5% de redução em relação à temporada de 2014/15.

Com relação à safra 2016/17 as expectativas em Santa Catarina são mais animadoras. As previsões climáticas apontam para menor quantidade de chuvas e clima mais seco, o que, historicamente, significa produtividades mais altas na cebolicultura catarinense. As lavouras foram implantadas em excelentes condições e o desenvolvimento inicial é bastante promissor. A área cultivada deverá se aproximar de 21 mil hectares. Se o rendimento ficar acima de 25 t/ha, os bons resultados de 2010/11 podem se repetir, com a produção bruta ultrapassando novamente as 500 mil toneladas.

Feijão

João Rogério Alves, Eng. -agr., M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A produção mundial tem se mantido relativamente estável nos últimos anos. Em 2014, o Brasil ocupou a terceira posição na produção mundial de feijão. Brasil, Índia e Mianmar, conjuntamente, responderam por 45% da área e 35% da produção mundiais. (Tabela 1).

Tabela 1/I. Feijão – Área e produção mundial – 2010-14

País	Área (1000 ha)					Produção (1000 t)				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Índia	11.000	11.000	9.100	9.100	10.000	4.890	4.330	3.710	3.630	4.110
Mianmar	2.710	2.712	2.750	2.700	2.634	3.530	3.750	3.650	3.700	3.737
Brasil	3.424	3.673	2.709	2.814	3.186	3.159	3.435	2.795	2.893	3.295
EUA	746	473	684	533	674	1.442	902	1.448	1.115	1.325
México	1.630	895	1.559	1.755	1.681	1.156	568	1.081	1.295	1.274
China	911	943	1.265	1.151	1.115	1.330	1.204	1.139	1.028	1.046
Tanzânia	1.209	738	1.265	1.151	1.115	867	676	1.199	1.114	1.026
Uganda	952	983	669	672	674	463	447	870	941	877
Quênia	689	1.037	1.056	1.084	1.052	391	578	623	714	616
Ruanda	319	342	480	480	454	328	331	433	438	423
Outros	7.184	7.578	9.816	9.838	8.914	10.319	9.754	7.881	7.727	7.246
Mundo	30.774	30.374	31.354	31.278	31.498	27.875	25.976	24.829	24.595	24.974

Fonte: FAO/faostat, jun./2016.

A conjugação da diversidade de tipos, hábitos de consumo e a rápida perda de qualidade quando armazenado são alguns dos fatores que restringem o mercado internacional de feijão. Os maiores produtores são também os maiores consumidores e o comércio internacional é relativamente restrito. O Brasil é o País de maior consumo per capita do mundo (Tabela 2).

Tabela 2/I. Feijão – Consumo per capita – 2009-13

País	Kg/habitante/ano				
	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	16,3	16,3	16,6	15,3	16,1
Tanzânia	15,5	14,1	12,1	12,5	13,0
Guatemala	11,6	12,0	12,4	12,5	12,1
Coreia do Sul	12,2	10,8	12,2	10,7	10,9
Quênia	10,8	8,7	12,3	11,8	10,5
México	9,8	10,4	7,5	9,8	10,4
Haiti	9,1	11,0	9,2	8,2	9,0

Fonte: FAO/faostat, jun./2016.

No que diz respeito ao mercado internacional, a Índia é o maior importador mundial, seguido por Brasil e Estados Unidos, que alternam com o México a terceira posição. Os maiores exportadores são Mianmar, China, Estados Unidos, Argentina e Canadá (Tabelas 3 e 4).

Tabela 3/I. Feijão – Importações mundiais e dos principais países – 2009-13

País	Mil toneladas				
	2009	2010	2011	2012	2013
Índia	1.031	495	631	789	886
Brasil	110	181	207	312	304
EUA	155	142	172	168	135
México	175	117	105	236	134
Itália	96	108	118	110	123
Outros	2.017	2.063	2.146	1.888	1.901
Mundo	3.584	3.107	3.379	3.502	3.484

Fonte: FAO/faostat, jun./2016.

Tabela 4/I. Feijão – Exportações mundiais e dos principais países – 2009-13

País	Mil toneladas				
	2009	2010	2011	2012	2013
Mianmar	1.536	973	1.586	1.285	1.370
China	1.047	951	949	944	801
EUA	434	407	386	488	453
Argentina	290	327	351	347	104
Canadá	257	256	218	265	294
Outros	906	786	918	955	991
Mundo	4.469	3.699	4.408	4.283	4.014

Fonte: FAO/faostat, jun./2016.

Produção e mercado nacionais

Segundo estimativas do IBGE, a safra brasileira¹ de 2015/2016 teria redução de 5,5% na área plantada (parte da área reduzida foi destinada ao plantio de soja ou milho) e de 5,7% na produção, em relação à safra 2014/2015 (Tabela 5).

Tabela 5/I. Feijão – Área, produção e rendimento médio no Brasil – 2011/12-2015/16

Safra	Área plantada (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento médio (kg/ha)
2011/12	3.183	2.795	878
2012/13	3.041	2.893	951
2013/14	3.401	3.295	969
2014/15 ⁽¹⁾	3.148	3.121	991
2015/16 ⁽²⁾	2.974	2.943	990

⁽¹⁾ Dados sujeitos à alteração.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: IBGE/Sidra (jun./2016).

¹ A safra brasileira de feijão é composta de três safras (1ª, 2ª e 3ª), e se distribui ao longo do ano agrícola nas diferentes regiões do País.

Contudo, a redução pode ser ainda maior, uma vez que a terceira safra² apresentou perdas acentuadas ainda não contabilizadas nesses números da produção. Os eventos climáticos extremos, aliás, foram uma constante durante praticamente todas as fases de desenvolvimento da cultura, atingindo desde o plantio até a colheita. Excesso de chuvas, pouca luminosidade, além da ocorrência de pragas e doenças foram relatados em praticamente todas as regiões do País.

No Paraná, principal produtor e responsável por mais de 20% da produção nacional, as estimativas apontam que a redução da produção em relação à safra 2014/15 foi de quase 20%. O estado de Minas Gerais retomará a posição de segundo produtor nacional, com incremento de 54% na produção. Já na Bahia, onde houve problemas com estiagens e pragas, a redução da área foi de 20% e de produção de 25%. No Mato Grosso, as perdas em produção são da ordem de 20%, boa parte atribuídas à ocorrência de mosca-branca e doenças de solo (nematoides). Em Santa Catarina, que na safra 2015/16 contribuirá com 4,3% da produção nacional, a estimativa é de redução de 5,3% na área plantada e de 8,1% na produção em relação à safra 2014/15 (Tabela 6).

Tabela 6/I. Feijão – Área e produção dos principais estados e do Brasil – 2012/13-2015/16

Estado	Área plantada (1.000ha)				Produção (1.000 t)			
	2012/13	2013/14	2014/15 ⁽¹⁾	2015/16 ⁽²⁾	2012/13	2013/14	2014/15 ⁽¹⁾	2015/16 ⁽²⁾
PR	481	512	422	391	678	814	757	609
MG	419	390	347	509	564	573	325	501
BA	462	582	576	462	231	356	436	326
GO	131	129	128	125	294	316	300	307
MT	207	224	246	240	280	304	330	263
SP	115	94	90	192	216	194	87	205
CE	319	404	405	405	56	109	67	162
SC	80	89	77	73	136	145	139	127
RS	73	76	67	61	95	111	96	89
PE	85	229	189	203	41	53	34	75
Outros	669	671	601	314	302	319	550	278
Brasil	3.041	3.401	3.148	2.974	2.893	3.295	3.121	2.943

⁽¹⁾ Dados sujeitos à alteração.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: IBGE/Sidra (jun./2016).

Em 2015, as importações brasileiras de feijão aumentaram 15,7% em relação a 2014. A principal origem foi a Argentina, com 22% das 157 mil toneladas importadas. Essa quantidade pode ser considerada modesta comparativamente às de 2012 e 2013, quando a principal origem do feijão foi a China. Em 2012, por exemplo, a quantidade importada foi quase o dobro da de 2015. Até julho de 2016 foram importadas 129,4 mil toneladas, o que corresponde a 83% das importações de todo ano de 2015 (Tabela 7).

² Essa safra é cultivada principalmente no Centro-Oeste e no Sudeste, sob pivôs centrais, e na Região Nordeste, em regime de sequeiro e altamente suscetível a quebras em função de falta de chuvas.

Tabela 7/I. Feijão – Importação brasileira por país de origem – 2012-16

País	Quantidade (t)					Valor (US\$)				
	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Argentina	134.351	46.387	107.852	129.422	108.030	116.568	48.592	92.243	66.314	74.454
China	148.133	227.246	7.250	13.602	10.901	112.770	207.162	7.659	10.408	6.935
Bolívia	27.352	28.962	18.181	11.650	9.842	25.737	27.981	14.084	7.014	6.786
Peru	371	465	308	345	216	461	507	399	499	241
EUA	37	58	20	40	210	250	371	140	281	154
Paraguai	777	237	1.508	1.551	182	627	221	1.046	713	94
Outros	1.260	985	276	14	21	930	832	211	70	93
Total	312.280	304.341	135.395	156.624	129.400	257.342	285.666	115.782	85.299	88.758

⁽¹⁾ janeiro a julho.

Fonte: Aliceweb, MIDC.

A Conab trabalha com números distintos do IBGE. Pelo seu balanço de oferta e demanda, na safra 2015/16 a produção será inferior a 2,6 milhões de toneladas e o Brasil lançará mão de importações que devem alcançar 250 mil toneladas (Tabela 8).

Tabela 8/I. Feijão – Brasil - Balanço de oferta e demanda – Safras 2011/12-2015/16

Discriminação	Mil toneladas				
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16 ⁽¹⁾
Estoque inicial	686	374	129	304	198
Produção	2.918	2.806	3.454	3.210	2.596
Importação	312	304	136	157	250
Suprimento	3.917	3.485	3.719	3.671	3.044
Consumo	3.500	3.320	3.350	3.350	2.870
Exportação	43	35	65	123	65
Estoque final	374	129	304	198	109

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Conab/Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos, agosto de 2016.

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina tem ocorrido redução sistemática da área plantada com feijão ao longo do tempo. Nos últimos dez anos, por exemplo, a área foi reduzida em 43%. A produção também decresceu, mas não na mesma proporção por conta do crescimento do rendimento médio, que se deve em grande parte a intensificação do uso de insumos e ao aprimoramento genético, que permitiu a utilização de variedades mais produtivas (Figura 1).

Parte da redução da área plantada com feijão em Santa Catarina é explicada pela destinação dessas áreas para o cultivo da soja, e mais recentemente do milho, mas existem também outros aspectos socioeconômicos envolvidos, entre os quais se destaca: redução da mão de obra nas propriedades rurais, limitações para mecanização de atividades em muitas propriedades, grandes oscilações de preços aos produtores, perdas constantes de safra, vantagens competitivas de outros estados em relação a Santa Catarina, entre outras.

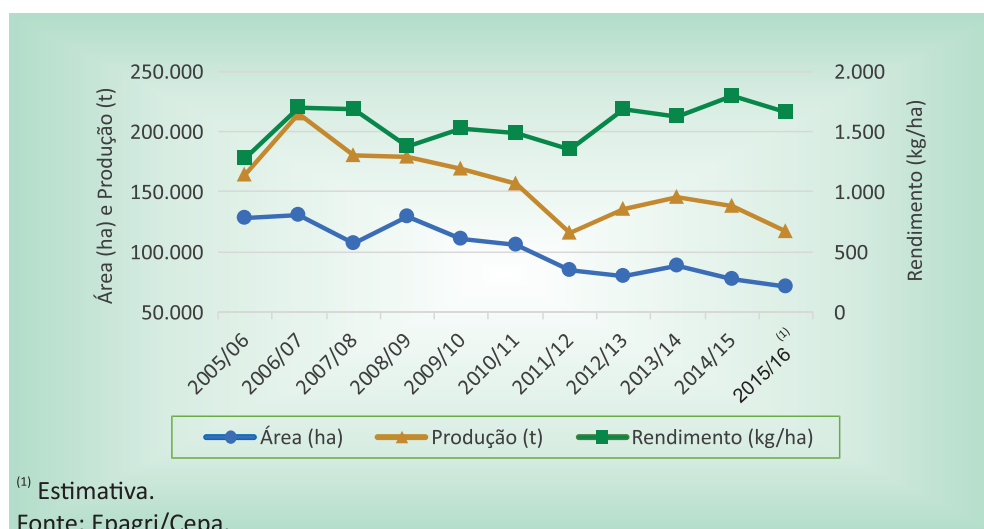


Figura 1/I. Feijão – Evolução da área plantada, produção e rendimento em SC - 2005/06 a 2015/16

A produção catarinense de feijão está concentrada principalmente nas microrregiões de Xanxerê, Curitibanos, Campos de Lages e Canoinhas, que responderam em média por cerca de 70% da produção estadual das últimas safras (Tabela 9).

Tabela 9/I. Feijão – Área e produção por microrregião geográfica de SC – 2012/13-2015/16

Microrregião	Área plantada (ha)				Produção (t)			
	2012/13	2013/14	2014/15 ⁽¹⁾	2015/16 ⁽²⁾	2012/13	2013/14	2014/15 ⁽¹⁾	2015/16 ⁽²⁾
Xanxerê	10.700	12.280	12.645	14.245	18.395	25.773	26.637	29.503
Curitibanos	19.430	20.265	17.175	15.307	36.112	33.844	34.263	28.774
Campos de Lages	10.770	12.670	9.970	9.420	19.773	19.380	10.015	18.095
Canoinhas	9.500	10.030	9.695	10.090	16.817	19.060	17.897	14.081
Chapecó	5.752	7.313	5.340	4.498	8.835	11.027	8.231	7.481
Joaçaba	5.797	5.839	5.004	3.776	10.720	9.243	8.811	6.541
Criciúma	3.342	3.612	3.626	3.811	4.506	4.438	4.660	4.034
Ituporanga	2.375	3.060	2.735	3.005	3.942	4.204	4.304	3.229
São M. do Oeste	3.565	3.836	3.087	2.045	5.172	6.265	5.015	3.174
Tubarão	3.588	3.836	2.558	2.465	4.002	2.948	3.202	3.130
Rio do Sul	1.683	2.427	1.710	1.582	2.689	3.535	2.186	1.724
São B. do Sul	575	1.020	705	715	1.025	1.845	1.280	1.176
Araranguá	1.005	975	860	875	1.007	894	860	733
Tijucas	458	538	558	538	555	738	788	675
Tabuleiro	617	505	540	485	1.044	561	603	544
Concórdia	707	644	436	414	698	863	595	460
Blumenau	273	273	236	231	341	326	229	223
Florianópolis	160	140	140	180	185	185	185	220
Itajaí	15	17	17	17	23	26	23	20
Joinville	36	14	14	14	27	10	10	10
Santa Catarina	80.348	89.294	77.051	73.713	135.868	145.165	129.794	123.827

(1) Dados sujeitos à alteração.

(2) Estimativa.

Fonte: IBGE, jun./2016.

Na safra 2015/16, a área plantada e a produção foram, respectivamente, 4,3% e 4,6% menores que na safra 2014/15. Das 123.827 toneladas colhidas, 81.229 foram da 1ª safra e 42.598 toneladas da 2ª safra. A ação negativa das condições do tempo foi marcante na safra 2015/16. A combinação de chuvas em excesso e de baixa luminosidade durante longos períodos atrasaram o plantio, favoreceram a incidência de doenças, atrasaram a colheita e causaram perdas na produtividade, redução na qualidade e no valor comercial do produto colhido. Com as reduções de área e de rendimento médio na maioria das microrregiões, o decréscimo da produção estadual só não foi maior pelo ótimo desempenho da safra na microrregião Campos de Lages, cujo rendimento médio saltou de 1.005kg/ha, na safra 2014/15, para 1.921kg/ha, na safra 2015/16.

No que diz respeito à comercialização³, em 2015, o preço médio do feijão-carioca aos produtores catarinenses foi de R\$127,36/saca, valor 48% superior ao de 2014, quando a média anual ficou em R\$86,12/saca. Em 2016, os preços são bem mais elevados, considerando os valores recebidos até julho, o preço médio do feijão-carioca ficou em R\$263,28/saca, 107% superior à média anual de 2015, e picos acima de R\$450,00/saca no mês de junho. O feijão-preto não apresentou o mesmo comportamento, mas os preços de 2016 também são bem melhores que os de 2015 (Tabela 10).

Tabela 10/I. Feijão – Preço médio aos produtores por tipo e praça de referência – 2012-16

Mês	(R\$/saca de 60kg)									
	Feijão-carioca ⁽¹⁾					Feijão-preto ⁽²⁾				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	108,33	144,09	80,00	130,00	160,00	105,83	122,65	127,39	130,00	150,00
Fevereiro	138,33	197,78	99,50	135,36	186,67	93,89	127,81	120,00	130,00	160,00
Março	160,45	196,67	130,00	138,00	194,29	86,59	130,00	127,22	121,67	154,12
Abril	183,00	218,41	128,42	120,00	205,26	90,00	130,23	134,71	105,33	144,44
Mai	185,00	205,00	85,56	120,00	235,00	98,33	141,00	112,25	88,24	163,06
Junho	140,00	185,00	80,00	120,00	454,59	115,79	142,50	85,94	80,56	188,86
Julho	109,09	174,78	80,00	120,00	407,14	110,45	140,00	88,75	80,00	195,00
Agosto	100,00	140,00	70,00	111,50		110,00	140,00	90,00	80,00	
Setembro	140,00	120,00	70,00	110,00		110,00	140,00	90,00	84,00	
Outubro	140,00	120,00	70,00	115,63		110,00	140,00	90,00	92,33	
Novembro	140,00	120,00	70,00	147,89		110,00	127,62	90,00	96,67	
Dezembro	140,00	88,57	70,00	160,00		117,50	120,00	90,00	106,67	
Média	140,35	159,19	86,12	127,37	263,28	104,87	133,48	103,86	99,62	165,07

⁽¹⁾ Praça de Joaçaba/SC.

⁽²⁾ Praça de Chapecó/SC.

Fonte: Epagri/Cepa.

No mercado atacadista, os preços do feijão-carioca se mantiveram firmes ao longo de toda a safra. Em junho de 2016, no mercado atacadista de São Paulo (que influencia todo mercado nacional), o preço do feijão-carioca extra (nota 9,5) chegou a alcançar R\$580,00/saca de 60kg. No mercado varejista, segundo a Conab, em junho de 2016 o preço médio do quilo do feijão-carioca em Santa Catarina foi de R\$12,83, enquanto o feijão-preto chegou a R\$8,00.

Os elevados valores do preço do feijão tiveram consequências imediatas no consumo, com os consumidores substituindo por outros produtos, como, por exemplo macarrão e arroz, que estavam com preços bem mais atrativos que os do feijão.

³ Embora a Epagri/Cepa levante preços em várias regiões no que tange a preços aos produtores catarinenses, essa análise tem como referências as regiões e Joaçaba para o feijão-carioca e de Chapecó para o feijão-preto, pelas suas representatividades comerciais.

Maçã

Rogério Goulart Junior - Economista, Dr. – Epagri/Cepa
rogeriojunior@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A maçã é a terceira fruta mais produzida no mundo. Com mais de 80 milhões de toneladas em 2013, e ela representa 10,1% da produção mundial de frutas (FAO, 2016).

Nos últimos cinco anos, a produção de maçã se expandiu na maioria dos países produtores com uma taxa de crescimento médio de 3,3% ao ano. No mundo, os níveis de produtividade, resultantes de inovações e tecnologias utilizadas na cadeia da maleicultura, cresceram a uma taxa média anual de 0,8%.

Em 2013, os cinco países com maior produção foram responsáveis por 64% da produção mundial em cerca de 57% da área em produção. A China (continental) lidera a produção mundial, seguida de longe pelos EUA, Turquia, Polônia e Itália. Entre os dez maiores produtores apenas Índia, Irã e Federação Russa apresentam uma produtividade média abaixo da mundial. Já EUA, Itália, França e Chile apresentam as maiores produtividades médias proporcionadas pelos investimentos tecnológicos no setor. O Brasil, com produtividade média acima da norte-americana, mantém o padrão tecnológico com investimentos públicos e privados no setor (Tabela 1).

Tabela 1/I. Maçã – Área colhida, quantidade produzida e produtividade média – Mundo e principais países – Safra 2012/13

Local	Área colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade média (kg/ha)	Área colhida (%)	Produção (%)	Crescimento anual (%) 2009–13
Mundo	5.217.601,00	80.822.520,00	15.490,36	100,00	100,00	3,3
China (continental)	2.410.000,00	39.682.618,00	16.465,82	46,19	49,10	5,8
EUA	131.210,00	4.081.608,00	31.107,45	2,51	5,05	-1,9
Turquia	173.096,00	3.128.450,00	18.073,50	3,32	3,87	3,0
Polônia	193.439,00	3.085.074,00	15.948,56	3,71	3,82	4,1
Itália	55.274,00	2.216.963,00	40.108,60	1,06	2,74	-1,2
Índia	312.000,00	1.915.000,00	6.137,82	5,98	2,37	-0,9
França	39.509,00	1.737.482,00	43.976,87	0,76	2,15	-0,9
Chile	37.545,00	1.709.589,00	45.534,40	0,72	2,12	6,5
Irã	129.754,00	1.693.370,00	13.050,62	2,49	2,10	-4,1
Federação Russa	186.300,00	1.572.000,00	8.438,00	3,57	1,95	2,2
Argentina	45.493,00	1.245.018,00	27.367,24	0,87	1,54	7,0
Brasil	38.284,00	1.231.472,00	32.166,75	0,73	1,52	0,2
Outros países	1.465.697,00	17.523.876,00		28,09	21,68	1,6

Fonte: FAO (setembro de 2016). Disponível em: <<http://www.fao.org>>.

Em 2013, a exportação mundial de maçã expandiu mais de 3,7%, com crescimento anual de 1,9% no período, a liderança mundial na exportação de maçãs passa a ser da Polônia com 14% das negociações, seguida da China (continental) e dos EUA. Entre 2011 e 2013, a Polônia apresentou uma taxa de crescimento anual das exportações de 50,5%, com variação positiva de 80% entre as safras 2011/12 e de 25,8% entre as safras 2012/13. Os EUA e o Chile também obtiveram taxas de crescimento positivas de 3,4% e 2,0%, respectivamente. Já a África do Sul aumentou sua participação no mercado externo, entre 2011 e 2013, em 20,3%, ou seja, a segunda maior taxa de crescimento anual entre os dez maiores exportadores da fruta.

Tabela 2/I. Maçã – Maiores exportadores mundiais– 2011-13

Local	Quantidade exportada (t)			Participação (%)	var.(%) 2012-13	Ranking (em 2013)
	2011	2012	2013			
Mundo	8.262.926	8.280.054	8.584.796	100,00	100,00	-
Polônia	532.058	958.364	1.205.248	14,0	25,8	1º
China continental	1.034.635	975.878	994.664	11,6	1,9	2º
EUA	833.249	870.185	890.463	10,4	2,3	3º
Chile	801.208	761.984	833.251	9,7	9,4	4º
Italia	976.131	933.367	788.021	9,2	-15,6	5º
França	726.609	626.319	543.164	6,3	-13,3	6º
África do Sul	333.435	388.835	482.435	5,6	24,1	7º
Nova Zelândia	296.931	284.450	322.136	3,8	13,2	8º
Países Baixos	341.296	283.656	273.033	3,2	-3,7	9º
Bélgica ⁽¹⁾	269.144	180.879	202.206	2,4	11,8	10º
Moldávia	195.790	147.335	194.286	2,3	31,9	11º
Argentina	234.148	132.117	163.598	1,9	23,8	12º
Brasil	48.666	72.253	85.429	1,0	18,2	19º

⁽¹⁾ Via portuária.

Fonte: FAO (setembro de 2016). (Disponível em: <<http://www.fao.org>>.

Em 2013, a importação mundial de maçã expandiu mais de 2,7%, com crescimento anual de 3,2% no período. A Federação Russa manteve a primeira posição como maior importador da fruta com taxa anual de crescimento de 8,1%, e variação de 2,7% entre 2012 e 2013. Reino Unido e Países Baixos ampliaram juntos em mais de 5% o volume negociado de 2011 a 2013. Já México e França apresentaram as maiores taxas anuais de crescimento no período, de 17,7% e 31,8%, respectivamente, com variações maiores que 15% no volume importado da fruta de 2012 para 2013.

Tabela 3/I. Maçã – Maiores importadores mundiais – 2011-13

Local	Quantidade importada (t)			Participação (%)	var. (%) 2012-13	Ranking (em 2013)
	2011	2012	2013			
Mundo	8.092.542	8.386.623	8.613.231	100,0	2,7	
Federação Russa	1.157.724	1.278.551	1.352.347	15,7	5,8	1º
Alemanha	665.662	614.362	658.442	7,6	7,2	2º
Reino Unido	459.068	482.049	479.667	5,6	-0,5	3º
Países Baixos	310.635	311.095	330.991	3,8	6,4	4º
México	198.481	235.893	274.978	3,2	16,6	5º
Espanha	253.056	231.378	240.068	2,8	3,8	6º
França	137.770	206.688	239.386	2,8	15,8	7º
Canadá	198.618	202.609	233.575	2,7	15,3	8º
EUA	147.789	183.453	198.746	2,3	8,3	9º
Índia	179.015	186.368	194.335	2,3	4,3	10º
Brasil	96.565	57.920	93.964	1,1	62,2	27º

Fonte: FAO (setembro de 2016). Disponível em: <<http://www.fao.org>>.

Entre 2012 e 2013, a quantidade para consumo de maçã no mundo reduziu em 11,4%. Entre os países com maior disponibilidade per capita da fruta para consumo destaca-se o México, que para isso aumentou a importação da fruta (Tabela 4).

Tabela 4/I. Maçã – Principais países com quantidade disponível para abastecimento per capita – 2012-13

Local	Quantidade ofertada (kg/per capta/ano)		Var. (%) 2012-13	Ranking (em 2013)
	2012	2013		
Mundo	4,20	3,72	-11,43	-
Coreia do Norte	29,01	28,56	-1,55	1º
China, continental	21,30	21,21	-0,42	2º
Argélia	12,92	13,86	7,28	3º
Panamá	13,03	10,55	-19,03	4º
México	4,84	8,79	81,61	5º
Oman	30,12	8,76	-70,92	6º
China, Hong Kong	8,08	8,37	3,59	7º
China, Taiwan	6,94	6,39	-7,93	8º
Peru	5,45	5,58	2,39	9º
Brasil	5,12	4,95	-3,32	10º

Fonte: FAO (setembro de 2016). Disponível em: <<http://www.fao.org>>.

Produção e mercado nacionais

Em 2013, o Brasil foi o 12º produtor mundial de maçã. Os principais estados brasileiros produtores da fruta são: Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e juntos representam 94,9% da produção nacional e 94,4% da área em produção da maleicultura. As principais mesorregiões que concentram a produção brasileira são: a Serrana (37,1%), o Oeste Catarinense (11,1%) e o Nordeste Rio-Grandense (47%). Em Santa Catarina as microrregiões de Campos de Lages, na mesorregião Serrana, e a microrregião de Joaçaba, no Oeste Catarinense, são as principais produtoras com maior participação dos municípios de São Joaquim e Fraiburgo. No estado gaúcho, as microrregiões de Vacaria e Caxias do Sul são as que concentram a produção estadual com maior participação do município de Vacaria.

As safras brasileiras de 2015 e 2016

A safra 2014/15 apresentou variação negativa de 3,24% na área colhida. E, ao contrário do ocorrido na safra anterior, houve diminuição na produção nacional de 8,27%, que corresponde a menos 13% na produção gaúcha e menos 3% na produção catarinense (Tabela 5). No segundo semestre de 2014, como efeitos de temperaturas elevadas, houve menor acúmulo de frio para superação da dormência das macieiras, além da ocorrência de granizo. Esses eventos afetaram os resultados da produção dos principais produtores gaúchos e catarinenses. No primeiro semestre de 2015, após o encerramento da colheita das variedades Gala e Fuji, o valor da produção foi menor que o da safra anterior. No Rio Grande do Sul a produção foi reduzida em relação à safra anterior, além de 4,7% de diminuição na área colhida. Em Santa Catarina, a redução na produção foi de 14,3%, com área colhida 3,9% menor que a da safra 13/14 (IBGE, 2016).

A safra 2015/16 é estimada com redução de 15,8% na quantidade produzida, com redução de 3,9% na área colhida. No segundo semestre de 2015, com inverno de horas de frio abaixo da média e chuvas em excesso nas principais regiões produtoras, houve problema no desenvolvimento dos pomares nas fases de floração e frutificação que afetaram plantas e frutos. O mês de agosto com temperaturas acima da média concentrou a floração em menos dias, diminuindo tempo para polinização dos pomares nas microrregiões de Joaçaba e Curitibanos, em Santa Catarina. A partir do final de setembro houve ocorrência de geadas em pomares que iniciavam a floração nas regiões de maior altitude das microrregiões dos Campos de Lages (SC) e Vacaria (RS) e, também, durante o início da fase de frutificação, afetando a quantidade produzida e a qualidade das frutas, o que caracterizou uma safra com maçãs de menor calibre, pouca coloração e com deformidades no fruto.

No primeiro semestre de 2016 a oferta da maçã cat. 2 estava muito reduzida, o que determinou a elevação dos preços, no período, para as variedades de maçãs Gala e Fuji de cat. 1; porém, também influenciou a diminuição de preços das maçãs cat. 3. Na mesorregião de Joaçaba (SC) o preço recebido pelo produtor da maçã Gala (cat. 1) desvalorizou com frutas de pouco calibre que foram negociadas. Na primeira quinzena de julho, nos pomares, em período de dormência, já tinham sido iniciados tratamentos culturais. Na mesorregião Serrana (SC) o preço das maçãs Gala e Fuji de categoria 1 (cat. 1) estavam valorizados com a retração da oferta das frutas com essa classificação, enquanto os preços das maçãs cat. 3 seguiam desvalorizados no mercado. Na mesorregião Nordeste Rio-Grandense (RS) os preços de ambas as variedades estavam em recuperação, mas o grande volume de frutas de baixo calibre mantinha as cotações abaixo das maçãs de outras regiões produtoras.

Tabela 5/I. Maçã – Área colhida, produção e rendimento – Brasil e principais estados produtores – Safras 2011/12-2015/16

Local	Safr					Ranking 15/16
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15 ⁽¹⁾	2015/16 ⁽¹⁾	
Área colhida (ha)						
Brasil	38.688	38.284	37.041	35.842	34.429	-
Santa Catarina	18.708	18.161	17.735	17.604	16.916	1º
Rio Grande do Sul	17.839	17.979	17.433	16.368	15.593	2º
Paraná	1.764	1.732	1.484	1.456	1.490	3º
Demais estados	377	397	405	411	420	-
Quantidade produzida (t)						
Brasil	1.339.771	1.231.472	1.378.617	1.264.651	1.065.333	-
Santa Catarina	659.756	530.725	633.079	613.828	525.953	1º
Rio Grande do Sul	620.841	642.987	690.422	598.512	485.466	2º
Paraná	50.975	49.188	47.203	40.949	44.700	3º
Demais estados	8.199	9.038	8.992	9.956	9.972	-
Maiores produtividades médias estaduais (kg/ha)						
Brasil	34.630	32.167	37.219	35.284	30.943	-
Santa Catarina	35.266	29.223	35.697	34.869	31.092	2º
Rio Grande do Sul	34.802	35.763	39.604	36.566	31.134	1º
Paraná	28.897	28.400	31.808	28.124	30.000	3º

⁽¹⁾ Safras 2015 e 2016 com dados preliminares e sujeitos a retificação.

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal (2012 a 2014) e LSPA-setembro/16 (2015 e 2016).

Na exportação brasileira de maçãs frescas (in natura), entre 2011 e o primeiro semestre de 2016, 69% do valor das exportações veio dos cinco maiores compradores da maçã brasileira. Os dois maiores destinos continuam sendo Bangladesh e Países Baixos, responsáveis por 24% da quantidade negociada no período.

Entre 2014 e 2015 houve recuperação de 31% na quantidade exportada, mas ainda abaixo das quantidades exportadas em anos anteriores. No primeiro semestre de 2016 os volumes exportados foram a metade da quantidade e do valor exportados no mesmo período de 2015. Na safra as frutas de qualidade abaixo das exigências do mercado internacional, além dos estoques nacionais reduzidos, determinaram a queda dos resultados da exportação. Porém, a expectativa para a safra 2016/17 é de melhor desenvolvimento dos frutos com mais horas de frio, que garantam qualidade, preço e produção melhores e maiores que os últimos anos.

Tabela 6/I. Maçã fresca – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2011-16

País	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Bangladesh	6.251	11.218	14.407	11.123	17.285	9.420	69.704	20,6
Países Baixos	15.200	14.934	22.208	10.978	10.754	3.601	77.675	22,9
Irlanda	4.058	6.047	4.338	3.153	6.260	3.202	27.058	8,0
Reino Unido	2.599	11.152	19.539	3.938	3.803	1.349	42.380	12,5
Portugal	4.485	4.713	3.934	2.718	3.647	3.392	22.889	6,8
Subtotal	32.593	48.064	64.426	31.910	41.748	20.964	239.705	70,8
Demais países	14.307	23.243	21.003	12.383	18.365	9.673	98.974	29,2
Total	46.900	71.307	85.429	44.293	60.112	30.637	338.678	100,0

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 7/I. Maçã fresca – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2011-16

País	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Bangladesh	4.329	7.385	8.880	6.865	12.059	5.333	44.850	19,0
Países Baixos	10.449	8.958	16.062	8.009	6.466	2.174	52.117	22,1
Irlanda	3.356	3.976	3.441	2.394	4.665	1.937	19.769	8,4
Reino Unido	2.142	7.243	15.873	3.466	2.804	818	32.346	13,7
Portugal	3.037	2.651	2.700	1.907	1.964	2.143	14.402	6,1
Subtotal	23.313	30.213	46.956	22.641	27.957	12.404	163.485	69,3
Demais países	11.035	17.609	15.986	9.260	12.689	5.737	72.316	30,7
Total	34.348	47.822	62.942	31.901	40.646	18.141	235.801	100,0

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

O volume exportado de suco de maçã, entre 2011 e o primeiro semestre de 2016, está concentrado em dois compradores que representam mais de 81% do valor negociado. Em 2015 houve recuperação na quantidade exportada de suco de maçã, concentrada sobretudo no mercado norte-americano. No primeiro semestre de 2016 a quantidade negociada é maior que a do mesmo período do ano anterior, representando manutenção de tendência de crescimento desse mercado (Tabela 8).

Tabela 8/I. Suco de Maçã – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2011-16

País	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
EUA	19.320	24.560	15.546	10.372	15.760	7.524	93.082	65,39
Japão	6.129	5.260	5.307	4.867	3.852	1.447	26.862	18,87
África do Sul	999	3.232	3.406	98	2.670	64	10.468	7,35
Subtotal (três principais)	26.448	33.052	24.258	15.336	22.282	9.034	130.410	91,62
Outros países	5.162	4.016	515	501	1.251	489	11.934	8,38
Total	31.609	37.069	24.774	15.837	23.533	9.523	142.345	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 9/I. Suco de Maçã – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2011-16

País	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
EUA	23.441	32.233	20.084	14.125	16.279	6.395	112.557	61,47
Japão	8.451	8.312	7.660	7.029	4.888	1.745	38.085	20,80
África do Sul	1.652	4.825	4.107	115	2.897	60	13.657	7,46
Subtotal (três principais)	33.544	45.369	31.850	21.269	24.065	8.200	164.297	89,73
Outros países	8.388	6.302	816	692	1.940	662	18.800	10,27
Total	41.932	51.671	32.667	21.961	26.005	8.862	183.098	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Com os reflexos da redução na produção brasileira em 2015/16 e a manutenção do embargo russo às maçãs europeias, houve aumento nas importações de maçãs chilenas e europeias, como forma de atender a demanda de grandes atacadistas e supermercadistas. O Chile foi o maior beneficiado com as perdas ocorridas na produção da Argentina e do Brasil, pois negociou sua fruta em média a US\$154,88 a caixa de 19kg e supriu a baixa oferta da fruta nacional no mercado brasileiro.

Tabela 10/I. Maçã fresca – Brasil – Quantidade importada dos principais países de origem – 2011-16

País	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Argentina	73.776	30.937	46.154	49.719	23.681	14.066	238.332	47,2
Chile	12.601	18.296	39.186	42.366	35.634	41.334	189.417	37,5
Itália	2.227	3.013	2.011	7.518	4.041	2.923	21.733	4,3
França	2.844	1.763	2.692	4.120	3.834	2.094	17.347	3,4
Espanha	2.921	2.401	2.454	5.229	2.699	591	16.296	3,2
Portugal	1.843	709	1.403	6.586	6.221	1.505	18.267	3,6
Subtotal	96.211	57.119	93.900	115.538	76.110	62.513	501.391	99,3
Demais países	353	801	64	1.159	1.286	107	3.769	0,7
Total	96.565	57.920	93.964	116.697	77.395	62.620	505.161	100,0

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 11/I. Maçã fresca – Brasil – Valor importado dos principais países de origem – 2011-16

País	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Argentina	63.546	33.352	48.837	52.309	22.301	12.856	233.201	49,3
Chile	10.375	17.010	36.003	35.332	28.269	33.516	160.505	33,9
Itália	2.379	3.814	2.751	7.773	3.935	2.981	23.634	5,0
França	3.098	2.321	3.299	4.526	3.895	2.141	19.280	4,1
Espanha	2.977	2.820	3.129	5.026	2.303	513	16.768	3,5
Portugal	1.797	719	1.383	6.049	5.263	1.360	16.571	3,5
Subtotal	84.172	60.037	95.401	111.014	65.967	53.367	469.957	99,4
Demais países	315	817	26	907	880	83	3.028	0,6
Total	84.487	60.854	95.427	111.921	66.847	53.450	472.986	100,0

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina, na safra 2014/15, das mais de 610 mil toneladas de maçãs produzidas, 51% são da variedade Gala, 46% são da variedade Fuji e os 3% restantes agrupam variedades precoces. A maleicultura catarinense conta com 3.017 produtores, e representa 40,9% da produção da fruticultura e 51,3% do VBP estadual do setor frutícola (EPAGRI/CEPA, 2016). O estado participa com 46% da produção brasileira e 48% da área em produção da cultura no país (GOULART JR., MONDARDO E REITER, 2016).

A mesorregião Serrana participou com 77% da produção estadual de maçã. Na microrregião dos Campos de Lages a maçã Fuji, com 38,5% da produção frutícola em 6,8 mil hectares de área colhida, participou com R\$190 milhões de VBP, sendo 36% do VBP da fruta no Estado ou 18% do VBP do setor frutícola. Já a produção de maçã Gala colhida em 5,1 mil hectares gerou 30% do VBP das maçãs ou 16% do VBP da fruticultura, com 32% da quantidade produzida. Na microrregião de Curitibanos 4,5% do VBP da fruta foi gerado com 26 mil toneladas de maçã Gala, representando 4,2% da produção estadual de maçãs (EPAGRI/CEPA, 2016). A mesorregião do Oeste Catarinense com cerca de 22% da produção estadual de maçã. Na microrregião de Joaçaba a maçã Gala representou 14,5% do volume produzido de maçãs, com uma área colhida de 2 mil hectares e valor bruto da produção de mais de R\$86,5 milhões, o que representou 16,4% do VBP de maçãs estadual ou 8,4% do VBP da fruticultura. Já, a produção de maçã Fuji, em cerca de 850 hectares, representou 5,6% da produção da fruta e participando com 6,6% do VBP de maçãs ou 3,4% do VBP do setor frutícola no estado (EPAGRI/CEPA, 2016).

Em Santa Catarina, os cinco maiores municípios produtores de maçã Gala, que representam 78% do total da produção, são: São Joaquim (40,7%), Fraiburgo (17,5%), Bom Retiro (9,5%), Monte Carlo (5,9%) e Lebon Régis (4,2%). Para a maçã Fuji, representando 84,1% do total produzido, os cinco maiores municípios produtores são: São Joaquim (62,7%), Bom Jardim da Serra (7,7%), Fraiburgo (6,7%), Urupema (3,9%), Lebon Régis (3,2%) (EPAGRI/CEPA, 2016).

As safras catarinenses de 2014/15 e 2015/16

Os dados da safra catarinense de 2014/15 indicaram que a área colhida está próxima à da safra passada. Já a produção diminuiu 3% com relação à safra anterior, enquanto a produtividade média anual ficou 2,2% abaixo da anterior (Tabela 5). Durante o segundo semestre de 2014, nas regiões produtoras, as temperaturas estavam acima da média, com baixo acúmulo de frio necessário ao período de dormência das macieiras, além da ocorrência de granizo, geadas e doenças nos estádios finais que afetaram pomares nas regiões produtoras e causaram menor desenvolvimento do fruto.

Após o encerramento da colheita, o valor da produção para a safra 2014/15 foi menor que o esperado, com queda da produção nas microrregiões de Joaçaba e Campos de Lages de 1% e 4% respectivamente. Porém a participação da segunda continua de 70% do total produzido da fruta no Estado, enquanto no Vale do Rio do Peixe (na microrregião de Joaçaba) houve aumento da participação de 22% para 23% do total de maçãs.

Na safra 2015/16, os resultados indicaram uma perda na quantidade produzida de 10%. A ocorrência de granizo, geada e o excesso de chuvas com altas temperaturas no inverno afetaram pomares no início da frutificação nas principais regiões produtoras. Com perdas de produção menores que as esperadas, cerca de 60% dos frutos apresentaram menor calibre e algumas deformidades, determinando uma safra com concentração de frutas cat.1 e cat. 3, e poucas maçãs cat.2 no mercado. Isso reduziu o volume estocado para comercialização no segundo semestre de 2016.

Na microrregião de Joaçaba a área colhida foi 11% menor com uma produção de 15% abaixo da quantidade da safra 2014/15. Em Curitibanos houve redução de 7% na área colhida e na produção, mas, com manutenção

da produtividade acima da média estadual. Nos Campos de Lages, a área colhida foi 5,5% menor com 8,8% de diminuição na produção. A produtividade média nas microrregiões de Joaçaba e Campos de Lages foi 4,3% e 3,5% menor que a da safra anterior, enquanto, a média estadual apresentou redução de 3,4%, com 33.678 quilos por hectare.

Em junho de 2016, a cotação do preço da fruta catarinense estava 6,8% maior que a cotação de janeiro, com negociação de frutas de melhor qualidade nos últimos dois meses do período. Porém, o mercado está desaquecido devido ao inverno rigoroso e a diminuição sazonal da demanda pela fruta. Além disso, o grande volume de maçãs de categoria 3, presente no mercado, tende a diminuir a média dos preços nos próximos meses.

Assim, a diminuição sazonal da demanda de maçãs, os preços elevados com relação a 2015 e a previsão de temperaturas baixas criam a expectativa de recuperação nas cotações para o próximo semestre com a entrada de frutas de atmosfera controlada (AC) de melhor qualidade e aumento da demanda com o final do inverno. Há contudo a possibilidade de forte concorrência das maçãs chilenas e europeias que tendem a manter a oferta de frutas no mercado brasileiro.

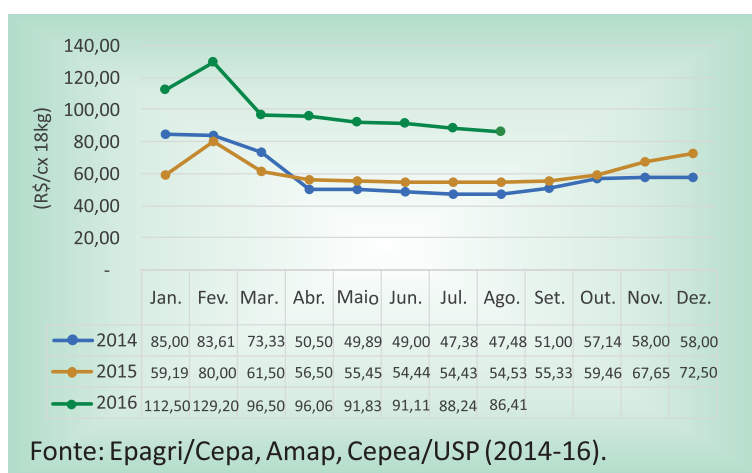


Figura 1/I. Maçã Fuji – Preços médios anuais no atacado – Santa Catarina – 2014-16

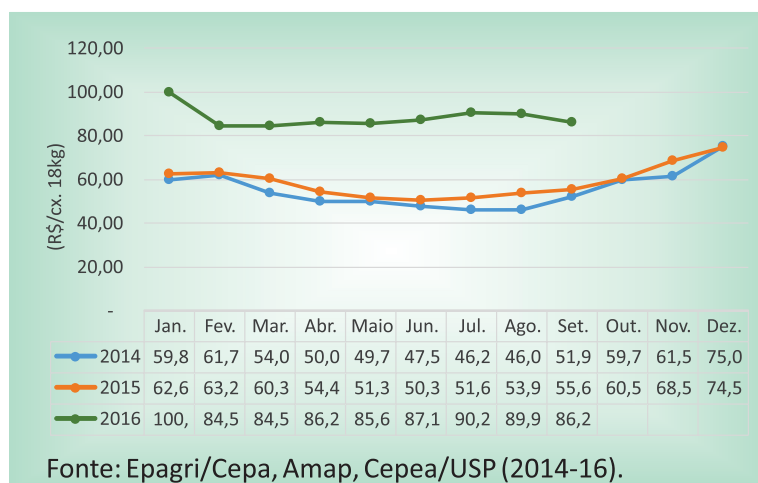


Figura 2/I. Maçã Gala - Preços médios anuais no atacado – Santa Catarina – 2014-16

Em Santa Catarina a capacidade de armazenagem é de 492,7 mil toneladas, sendo 122,4 mil toneladas em ambiente normal (AN) e 370,3 mil toneladas em atmosfera controlada (AC). No primeiro semestre de 2016, a maior parte da fruta armazenada nas principais empresas catarinenses já foi negociada: cerca de 90% de Gala e em torno de 80% do estoque da Fuji. Com diminuição da produção a safra 2015/16 exigiu que as maçãs estocadas fossem comercializadas em maior volume do que em períodos anteriores.

Entre janeiro e julho de 2015, o volume negociado na Ceagesp foi de 64,3 mil toneladas, representando cerca de R\$233,1 milhões, com preço médio de R\$65,34 a caixa de 18kg. Santa Catarina participou com 62% do total no período, e o Rio Grande do Sul com outros 32%, representando mais de 90% do total nacional comercializado na Ceagesp (PROHORT/CONAB 2015). Os preços negociados no entreposto estavam em recuperação, mas em patamares ainda abaixo dos negociados em 2014.

Em 2016, na Ceagesp o volume negociado de maçã catarinense, entre janeiro e junho, representou 61% do total, com mais de 26 mil toneladas só no entreposto paulistano. Em abril de 2016 o volume oriundo de Santa Catarina foi de 63% e, em maio, atingiu 69% do total mensal comercializado na central de abastecimento paulista. O preço da maçã negociada na Ceagesp, entre abril e junho, apresentou diminuição em 5,5% para a maçã catarinense e 8,9% para a maçã gaúcha, mas em patamares superiores aos anos anteriores.

Tabela 12/I. Maçã Nacional – Preço médio mensal no atacado (R\$/cx 18kg)⁽¹⁾ – 2014-16

Ano	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
2014	81,18	78,84	76,86	74,52	70,02	72,72	73,62	80,64	79,74	80,64	79,56	82,26
2015	79,56	77,40	67,32	67,50	69,12	71,64	70,56	70,54	72,36	74,16	83,16	86,76
2016	89,64	94,32	98,82	101,52	95,76	94,68	96,66	99,00				

⁽¹⁾Valores estimados.

Fonte: Epagri/Cepa e Ceagesp.

No período entre 2011 e 2015, a exportação catarinense de maçã fresca apresentou acréscimo anual de apenas 0,9%, enquanto as exportações rio-grandenses cresceram em mais de 6,1%. No total, o Rio Grande do Sul representou mais de 83% do volume exportado de maçã in natura, e Santa Catarina cerca de 16% do total (Tabela 13). No primeiro semestre de 2016, as exportações recuaram com relação ao mesmo período de 2015. O câmbio favorável não impulsionou as exportações, pois as grandes empresas produtoras e distribuidoras estão com problemas para escoar os estoques de frutas frescas devido à baixa participação de maçãs cat. 1 no volume produzido na safra 2015/16.

Tabela 13/I. Maçã fresca – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2011-16

Estado	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Rio Grande do Sul	41.595	60.647	71.977	35.294	52.790	23.104	285.407	83,6
Santa Catarina	7.068	11.604	13.452	9.001	7.322	7.533	55.980	16,4
Outros estados	3	1	0	0	0	0	4	0,0
Total	48.666	72.253	85.429	44.294	60.112	30.637	341.391	100,0

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 14/I. Maçã fresca – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2011-16

Estado	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Rio Grande do Sul	31.067	39.595	51.859	24.137	35.389	13.705	195.752	82,16
Santa Catarina	4.990	8.964	11.081	7.766	5.258	4.436	42.495	17,84
Outros estados	2	1	2	0	0	0	5	0,00
Total	36.059	48.560	62.942	31.903	40.646	18.141	238.251	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Em 2015, o mercado do suco de maçã movimentou o equivalente a 77% do valor bruto obtido no negócio da maçã in natura, com taxa anual de crescimento negativa de 11,3%. No acumulado de 2011 a julho de 2016, o estado de Santa Catarina representou 77% da quantidade negociada e o estado gaúcho 23% (Tabela 15).

Tabela 15/I. Suco de maçã – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2011-16

Estado	Quantidade (t)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Santa Catarina	23.700	27.302	18.773	13.702	17.624	8.343	109.443	76,9
Rio Grande do Sul	7.838	9.760	5.994	2.119	5.895	1.174	32.780	23,0
Outros estados	71	7	6	16	15	6	121	0,1
Total	31.609	37.069	24.773	15.837	23.533	9.523	142.344	100,0

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Tabela 16/I. Suco de maçã – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2011-16

Estado	Valor (US\$ mil)							(%)
	2011	2012	2013	2014	2015	até jul./2016	Acum. período	Participação 2011 a jul./2016
Santa Catarina	28.942	36.452	25.091	19.021	18.831	7.401	135.739	74,14
Rio Grande do Sul	12.871	15.210	7.568	2.924	7.154	1.451	47.178	25,77
Outros estados	118	9	7	0	20	9	179	0,10
Total	41.931	51.671	32.666	21.961	26.005	8.862	183.096	100,00

Fonte: MDIC /Secex – Sistema Aliceweb.

Mandioca

Haroldo Tavares Elias, Eng.-agr. Dr. - Epagri/CEPA

htelias@epagri.sc.gov.br

Enilto de Oliveira Neubert, Eng.-agr. MSc – Epagri/DEGPI

enilto@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

A Mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) é consumida por cerca de 500 milhões de pessoas no mundo. Mais de 100 países produzem mandioca e o Brasil participa com 15% da produção mundial. O continente africano concentra 57% da produção, seguido pelo asiático, com 31%, e pelo americano, com 12%. Apenas cinco países respondem por mais de 50% da produção mundial. Os melhores rendimentos médios não necessariamente estão entre os países com as maiores produções (Tabela 1).

Tabela 1/I. Mandioca – Safra mundial e principais países – Safras 2009/10-2013/14

País	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14
Área colhida (1.000ha)					
Mundo	19.640	20.587	23.433	23.857	24.223
Nigéria	3.482	4.120	6.401	6.741	7.102
Rep. Dem. Do Congo	1.855	1.860	1.980	2.050	2.056
Brasil	1.790	1.734	1.693	1.526	1.568
Tailândia	1.168	1.135	1.362	1.385	1.349
Indonésia	1.183	1.185	1.130	1.066	1.003
Demais países	9.478	10.034	12.566	11.089	11.145
Quantidade produzida (1.000t)					
Mundo	243.305	255.753	262.586	263.314	270.293
Nigéria	42.533	46.190	50.950	47.406	54831
Tailândia	22.006	21.912	29.848	30.227	30.022
Indonésia	23.918	24.044	24.177	23.936	23436
Brasil	24.967	25.349	23.045	21.484	23.242
Rep. Dem. do Congo	15.014	15.024	16.000	16.500	16.609
Demais países	115.052	124.055	123.119	128.358	126.833
Maiores rendimentos mundiais (kg/ha)					
Índia	34.756	36.477	38.518	34.959	35.555
Suriname	25.256	22.836	24.197	29.860	27.957
Barbados	20.000	181176	18.333	18.750	27.650
Rep. Dem. Popular Lao	25.078	23.869	24.125	27.757	26.950
Brasil	13.950	14.623	13.612	14.079	14.826

Fonte: FAO (agosto de 2016). (Disponível em <http://www.fao.org>).

O modelo de exploração difere entre os continentes. No africano, o uso de tecnologia na produção é mínimo e parte significativa do produto é alimento básico de parcela expressiva da população. Nos continentes asiático e americano existe maior uso de tecnologia e é crescente o avanço da industrialização do produto.

Os derivados da mandioca (farinha, fécula) têm tido valorização importante no mercado internacional. Entre 2009 e 2013, as exportações cresceram 18%, o valor das exportações de fécula e farinha aumentou 105% (Tabela 2 e 3). A Tailândia lidera as vendas com 89% para a fécula e 47% para a farinha.

Nas importações o destaque é a China, responsável por 86% da aquisição de farinha comercializadas no mercado mundial, sendo a Tailândia fornece 75% do total comercializado no mundo FAO (2016).

Tabela 2/I. Mandioca – Exportações mundiais de fécula e farinha – 2009-13

Discriminação	2009	2010	2011	2012	2013
Quantidade (1.000t)					
Total	9.108	7.603	7.956	10.188	10.801
Fécula	6.889	5.600	5.506	7.236	7.843
Farinha	2.219	2.003	2.451	2.952	2.958
Valor (US\$ 1000)					
Total	1.567	1.986	2.646	2.967	3.215
Fécula	613	890	1.206	1.287	1.388
Farinha	954	1.096	1.439	1.680	1.827

Fonte: FAO (agosto de 2016). (Disponível em <http://www.fao.org>).

Tabela 3/I. Mandioca – Importações mundiais de fécula e farinha – 2009-13

Produto	2009	2010	2011	2012	2013
Quantidade (1.000t)					
Total	9.282	8.334	8.213	11.638	11.392
Fécula	2.094	1.954	2.358	2.891	2.705
Farinha	7.189	6.380	5.855	8.748	8.687
Valor (US\$ 1.000)					
Total	1.723	2.264	2.873	3.458	3.499
Fécula	622	909	1.258	1.344	1.339
Farinha	1.100	1.356	1.615	2.114	2.160

Fonte: FAO (agosto de 2016). (Disponível em <http://www.fao.org>).

Produção e mercado nacionais

O cultivo de mandioca é realizado em todas as regiões do Brasil e sua produção se destina a diferentes finalidades. No Norte/Nordeste, está ligada a fatores culturais e de subsistência. No Centro-Sul, predomina o consumo in natura e a industrialização (agregação de valor).

Apesar das diferenças, os mercados são fortemente interligados no Brasil e os ganhos de produtividade são diferentes entre as regiões ao longo dos anos.

A variação de área cultivada depende do mercado e condições climáticas. Observa-se uma tendência de redução da área desde 2012, em relação às duas últimas safras (2015/2016). Neste período, houve uma redução superior a 11% na área cultivada (Tabela 4).

Apesar disto, a quantidade produzida permanece praticamente estável nos últimos anos, muito em função da elevação dos níveis de produtividade (Figura 1), que de 1990 para 2015 teve elevação em torno de 2.000 kg/ha. (Figura 1). Contudo, o rendimento médio de mandioca no Brasil ainda é baixo, 15 t/ha, relativo aos rendimentos registrados no Paraná, por exemplo, que registra rendimentos em torno de 25 t/ha nas últimas duas safras.

Em 2015, em função das baixas cotações dos produtos farinha e fécula, o governo federal autorizou a aquisição de 40 mil toneladas de farinha e fécula de mandioca nos estados em que a cotação de mercado estava abaixo do preço mínimo¹.

¹ Disponível <http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2015/07/governo-autoriza-compra-de-farinha-e-fecula-de-mandioca>

Tabela 4/I. Raiz de mandioca – Safra do Brasil e principais estados – Safras 2012/16⁽¹⁾

Estados	Área colhida (1.000ha)					Quantidade produzida (1.000t.)				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Brasil	1.693	1.526	1.568	1.477	1.499	23.045	21.484	23.242	22.784	22.528
Pará	301	302	344	313	297	4.618	4622	4915	4696	4431
Paraná	159	156	157	159	132	3.869	3760	3959	4302	3700
Bahia	222	179	194	164	181	2.201	1854	2131	1854	2096
Amazonas	79	81	75	71	174	926	941	847	591	1665
Maranhão	197	190	188	52	168	1.530	1325	1619	1482	1338
Acre	45	44	43	46	41	897	939	1240	1145	1171
São Paulo	58	54	55	69	43	1355	1323	1317	1330	1130
Rio Grande do Sul	79	71	69	80	79	1191	1166	1181	1150	1109
Minas Gerais	60	59	60	84	81	824	815	852	851	833
Mato Grosso do Sul	31	33	40	48	45	635	722	873	1004	712
Rondônia	27	28	25	27	29	472	447	532	574	588
Ceará	89	66	61	115	118	469	300	478	359	539
S.C.	29	29	23	29	26	530	551	443	424	388

⁽¹⁾ Safras 2016 dados preliminares.

Produção Agrícola Municipal (2012-16) e LSPA- Ago/2016.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

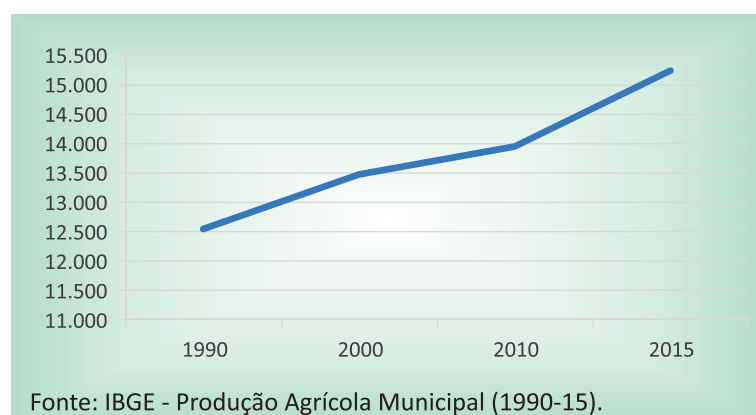


Figura 1/I. Mandioca - Rendimento médio da produção no Brasil - 1990-2015 em Kg/ha

As exportações brasileiras de alguns derivados de mandioca para o mercado internacional em 2015 aumentaram em torno de 100%, em especial fécula, que apresentou maior valor por tonelada de produto, o que contribuiu para a elevação dos valores observados de 2015 a 2016 (Figura 2). Por outro lado, as importações apresentaram uma forte diminuição, em função dos custos das operações e cotação do dólar (Figura 3).

A última estiagem prolongada na Região Nordeste (2012-2013) diminuiu a área plantada e a colheita da raiz. Além disso, ocorre baixo uso de tecnologia e de práticas de manejo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, contribuindo para redução do rendimento médio de raízes. Sempre que tais fatos ocorrem, os preços das raízes e derivados se elevam e incentivam agricultores a entrar na atividade ou a aumentar as áreas de plantio para a safra seguinte. Assim procedendo, os preços da próxima safra tendem a ser menores do que aqueles da safra anterior. Essa histórica falta de melhor gestão da cadeia da mandioca gera insegurança para a ampliação dos mercados e, não raro, ainda exigem intervenções governamentais para mitigar decorrentes.

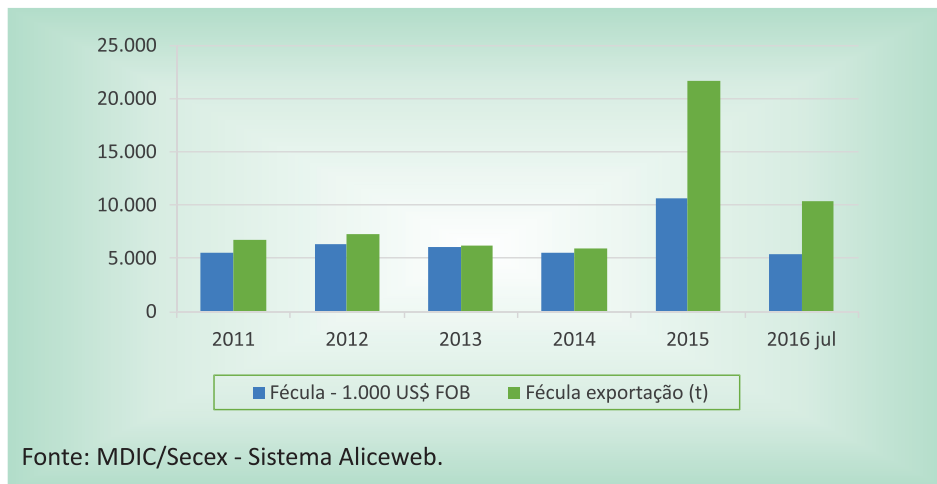


Figura 2/I. Mandioca – Exportações - Brasil - 1.000 US\$ de fécula – 2011-16

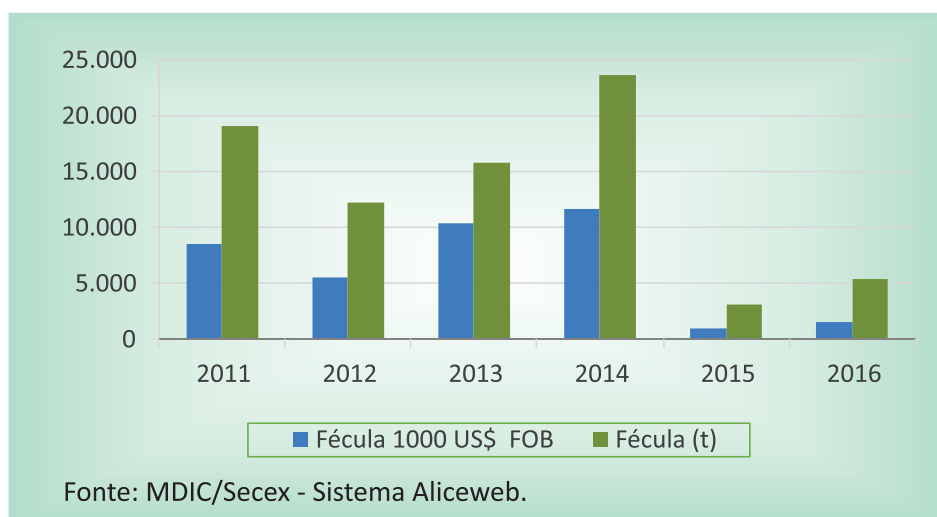


Figura 3/I. Brasil – Importações em 1.000 US\$ de fécula – 2011-16

Safra 2015/16

A safra brasileira de mandioca 2015/16 encontra-se em fase de colheita na maioria dos estados produtores (agosto de 2016).

As agroindústrias de farinha, fécula e polvilho azedo prosseguem processando a matéria-prima com vistas à comercialização imediata da produção ou para a formação de estoques para venda futura. Em alguns estados, é bastante comum a disputa pela aquisição da matéria-prima, o que repercute na remuneração aos produtores.

Nos primeiros meses do ano, os preços ao produtor de raiz e no atacado de derivados seguiram em ritmo ascendente. Esse comportamento é devido ao forte acréscimo nos preços do amido de milho e à diminuição da área cultivada em 2015/2016, motivada pela baixa remuneração do produto na safra anterior. Nesse contexto, a demanda por fécula pelas indústrias fez a cotação da raiz apresentar uma elevação significativa em 2016.

Produção e mercado estaduais

Safra catarinense 2015/16

Para a safra catarinense em andamento (2015/16), as estimativas do IBGE indicam redução de 11,5 na área de plantio e na produção de 9% (Tabela 4).

Os cultivos para fins de processamento para produção de farinha, fécula e polvilho azedo concentram-se nas regiões do Sul Catarinense, Vale e Alto Vale do Itajaí e em alguns municípios da Grande Florianópolis. Ressalta-se a forte redução da área de plantio na região de Tubarão nos últimos anos, superior a 50% de 2013 para 2015 (Tabela 5), substituída em parte pelas culturas de milho, soja e pastagens. Na maioria dos casos, as processadoras de matéria-prima remuneram a raiz pelo rendimento de amido. Esse procedimento estimula o produtor a utilizar práticas de manejo adequadas e variedades mais produtivas, resultando em mais ganho por área cultivada e menor custo por tonelada de amido produzida na indústria. A definição do preço da raiz em função da sua concentração de amido torna o comércio mais justo e pode contribuir para a melhor rentabilidade da atividade.

Tabela 5/I. Raiz de mandioca – Safra de Santa Catarina por microrregião geográfica – Safras 2011/12-2014/15

SC/MRG	Área colhida (ha)					Quantidade produzida (t)				
	2011	2012	2013	2014	2015	2011	2012	2013	2014	2015
Santa Catarina	27.478	29.055	28.564	23.397	21.856	506.280	529.648	551.349	443.462	388.911
São Miguel do Oeste	1.948	1.715	2.035	1.585	1.535	41.195	35.885	42.815	33.315	32.210
Chapecó	3.773	3.638	4.273	3.154	3.133	72.571	69.416	85.251	59.856	59.431
Xanxerê	543	545	525	501	489	10.022	8.794	8.794	8.650	8.670
Joaçaba	357	340	338	338	338	5.998	5.569	5.625	5.625	5.765
Concórdia	653	1.153	599	399	389	13.390	13.518	12.890	8.415	8.715
Canoinhas	200	200	200	8	8	3.200	3.200	3.200	128	120
São Bento do Sul	65	90	64	55	55	1.020	1.420	1.004	860	860
Joinville	1.763	2.394	1.804	1.805	1.809	27.902	44.590	35.834	23.254	30.334
Curitibanos	90	94	92	92	83	1.528	1.563	1.537	1.537	1.432
Campos de Lages	66	66	66	66	57	866	866	866	866	716
Rio do Sul	2.030	2.180	2.045	1.743	1.693	47.965	50.715	47.445	42.135	41.525
Blumenau	1.750	2.537	2.254	2.009	1.192	28.000	46.548	43.201	40.153	23.510
Itajaí	427	449	389	449	460	8.235	8.544	7.994	8.406	7.089
Ituporanga	540	460	425	425	395	13.975	11.775	10.825	10.775	9.925
Tijucas	1.021	1.365	1.435	1.380	1.330	17.425	23.850	25.650	24.450	25.850
Florianópolis	1.010	1.085	1.010	810	840	12.450	15.535	21.415	16.115	16.770
Tabuleiro	680	380	380	430	430	13.500	7.300	7.300	8.300	8.300
Tubarão	8.130	7.942	8.091	5.243	4.847	147.708	141.575	147.930	100.957	93.337
Criciúma	515	505	459	415	268	8.870	8.525	6.978	7.880	4.547
Araranguá	1.917	1.917	2.080	2.490	2.505	30.460	30.460	34.795	41.785	42.015

¹ Estimativas.

Fonte: IBGE/Pam/LSPA.

As avaliações preliminares das agroindústrias indicaram que para cada tonelada de mandioca esmagada foram obtidos entre 335 e 340kg de farinha e de 250 e 275kg de fécula e polvilho azedo, valores considerados, respectivamente, bons e medianos.

Nos últimos anos, tanto os preços aos produtores quanto do atacado catarinense têm sido crescentes, com exceção da safra 2015. Nessa safra, os preços da raiz atingiram as menores valorizações dos últimos anos (Figura 4), em função da grande oferta do produto. Por outro lado, considerando a safra em andamento (cotação jul/2016), os preços da raiz tiveram alta superior a 80% (Figura 4), relativo a safra anterior.

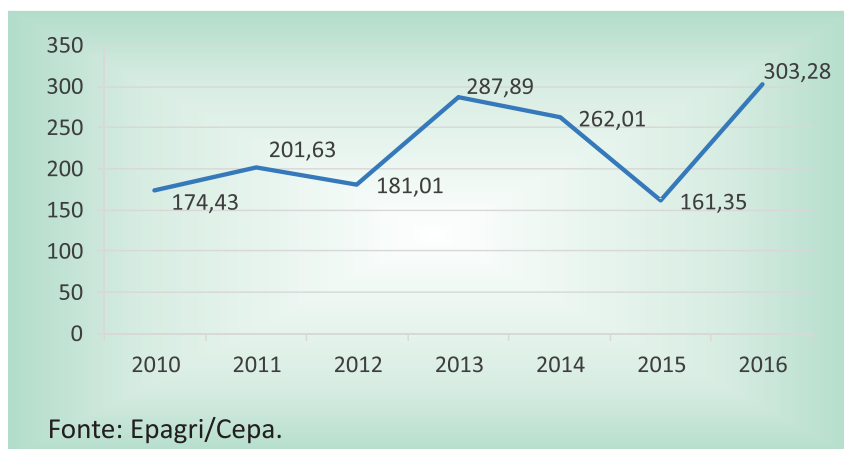


Figura 4/I. Raiz de Mandioca – Preços médios anuais recebidos pelos produtores de Santa Catarina (R\$/t valores deflacionados) – IGPI - 2010-16

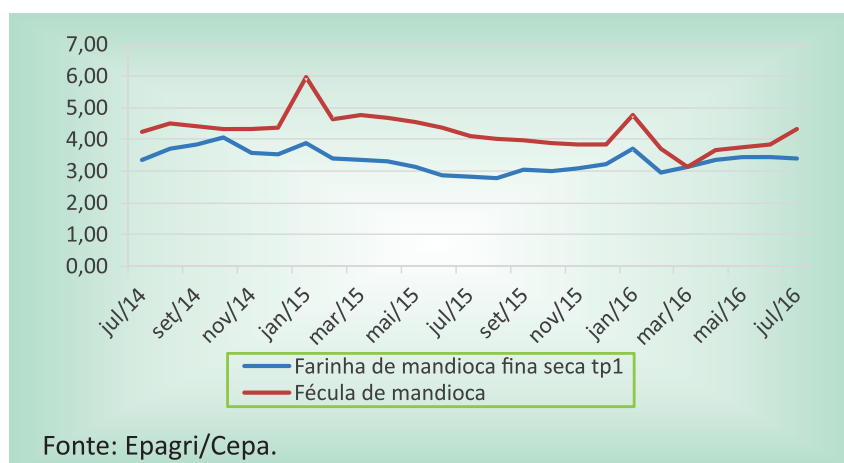


Figura 5/I. Mandioca – Derivados - Preços médios anuais no atacado de Santa Catarina (R\$/kg) 2014-16

Safra catarinense 2016/17

Estimulados pela valorização da farinha e também devido ao baixo estoque do produto, as farinheiras iniciaram a aquisição da raiz mais cedo este ano (meados de março/2016), tanto no Sul Catarinense como no Vale do Itajaí. A compra de matéria-prima está prevista para ocorrer até meados de agosto na Mesorregião Sul Catarinense e no final de setembro no Vale do Itajaí.

No cenário atual, com preços praticados até julho 2016 na ordem de R\$ 301,73/t é bem superiores aos da safra passada, quando em julho 2015 a cotação estava em R\$ 161,35/t (Figura 2), os indicativos são de que a área a ser plantada poderá aumentar na safra 2016/17, entretanto, devido ao inverno rigoroso, a falta de ramas poderá restringir este crescimento.

Cabe registrar que se por um lado a produção de farinha catarinense utiliza basicamente raízes produzidas no Estado, para a produção de derivados da fécula parte dessas vem de outros centros produtores. Também as estatísticas de produção de raízes contemplam aquelas destinadas para a produção de farinha e fécula (mandiocas bravas) e aquelas destinadas para o consumo in natura (mandiocas de mesa/aipins).

A tapioca (fécula de mandioca hidratada), um alimento típico das regiões Norte e Nordeste, também está conquistando o paladar de quem vive no Sul e Sudeste do País e dando novo impulso à produção no campo nos últimos anos. Estimulado por esse mercado crescente, já surge a primeira indústria em Santa Catarina que em 2016 iniciou a produção de tapioca no Sul do Estado (informação pessoal). Aproximadamente 8% da produção total de mandioca no país foi destinada à fabricação de tapioca. São 755 mil toneladas em 2015, o maior volume já produzido no Brasil (ABRAS, 2016)².

Segundo o Cepea/ESALQ, o volume de mandioca processado pela indústria de fécula no primeiro trimestre deste ano foi o maior já registrado desde 2006, com processamento de 666,5 mil toneladas, aumento de 29% frente ao mesmo período de 2015. Ano passado, a produção cresceu 17% e ultrapassou 750 mil toneladas.

Assim, como o mercado ascendente de tapioca, também o mercado de mandioca de mesa/aipim está em elevação. Nesse segmento, o plantio e a industrialização estão crescendo em Santa Catarina e muitas agroindústrias familiares surgiram pelo Estado, algumas com o apoio do projeto SC Rural e Pronaf. Há dificuldade de identificar e caracterizar este mercado crescente, por isto estudos de mercado para conhecer este nicho de oportunidades se tornam necessários. Para o aparente expressivo aumento do consumo de tapioca e mandioca de mesa/aipins também contribui a restrição alimentar ao glúten por parte da população.

² <http://www.abras.com.br/clipping.php?area=1&clipping=55924>.

Milho

Glaucia Padrão, Economista, Dra. - Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

O milho é o principal cereal produzido no mundo, com cerca de 66% da produção concentrada nos Estados Unidos, China e Brasil, em 2015. A instabilidade climática ocorrida em 2015, o excesso de chuvas e a seca prolongada, provocada pelo fenômeno El Niño, fizeram com que a previsão de redução da produção se confirmasse. A trajetória da produção mundial de crescimento a uma taxa anual de aproximadamente 3% foi revertida em 2015, cuja redução foi de 4,64% em relação a 2014. Estados Unidos, Brasil e União Europeia tiveram suas produções reduzidas, respectivamente, em -4,32%, -8,82% e -23,48% em relação a 2014 (Tabela 1). Em 2016/17, a produção mundial do grão deverá ser maior, principalmente pela expectativa de elevação na Argentina, Ucrânia, União Europeia, Estados Unidos e Brasil.

Tabela 1/I. Milho – Principais países produtores, em milhões de toneladas – 2010/16

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	Cresc. anual % (10-15)	Var. % (15-16)
Total mundial	835,88	889,78	869,74	991,37	1.013,45	966,37	1.011,77	2,94	4,70
Estados Unidos	315,62	312,79	273,19	351,27	361,09	345,49	366,54	1,82	6,09
China	177,25	192,78	205,61	218,49	215,65	224,58	218,00	4,85	-2,93
Brasil	57,40	73,00	81,50	80,00	85,00	77,50	82,00	6,19	5,81
União Europeia	58,62	68,32	59,14	64,93	75,78	57,98	64,28	-0,22	10,86
Argentina	25,20	21,00	27,00	26,00	28,70	27,00	34,00	1,39	25,93
Ucrânia	11,92	22,84	20,92	30,90	28,45	23,33	26,00	14,38	11,43
México	21,06	18,73	21,59	22,88	25,48	25,00	24,20	3,49	-3,20
Índia	21,73	21,76	22,26	24,26	24,17	21,00	23,00	-0,68	9,52
Rússia	3,08	6,96	8,21	11,64	11,33	13,17	14,00	33,76	6,32
Canadá	12,04	11,36	13,06	14,19	11,49	13,60	13,75	2,46	1,10
Outros países	131,97	140,25	137,24	146,81	146,32	137,72	146,00	0,86	6,01

⁽¹⁾ Estimativa de safra de junho de 2016.

Fonte: Usda, jun./2016.

A China, por sua vez, deverá ter a produção diminuída em aproximadamente 3%, haja vista a redução dos subsídios à produção de milho no país com o intuito de reduzir seus estoques elevados, o que tende a provocar uma migração dos produtores para culturas como trigo e arroz, que não deixarão de ser subsidiadas, principalmente em regiões em que o milho não é competitivo em relação a tais culturas. O USDA estima que cerca de 50% dos estoques estejam em poder da China, e a decisão do governo de reduzir suas reservas reflete diretamente no uso do milho para alimentação, que em 2015 foi de 981 milhões de toneladas e deverá ser recorde em 2016 (Tabela 2). Em 2015, os estoques de passagem equivaleram a 206 milhões de toneladas, valor inferior a 2014, em função da redução da produção mundial, devido aos problemas climáticos. Embora a redução dos estoques chineses tenha impacto sobre os estoques finais, isso não será sentido de forma drástica em 2016 e sim em 2017, quando a estimativa é que haja redução de 2,5% do estoque final.

Tabela 2/I. Milho – Balanço de oferta e demanda mundial – 2010/16

Ano	Área colhida (milhões ha)	Estoque inicial (milhões t)	Produção (milhões t)	Consumo doméstico (milhões t)	Exportações (milhões t)	Importações (milhões t)	Estoque final (milhões t)
2010	164,613	140,916	835,875	854,580	91,290	92,665	123,586
2011	172,081	123,586	889,782	868,399	116,923	100,286	128,332
2012	177,631	128,332	869,735	869,298	95,134	99,655	133,29
2013	180,479	133,290	991,371	942,859	131,172	125,112	175,742
2014	179,917	175,742	1013,452	964,041	141,671	124,924	208,406
2015	176,811	208,406	966,367	980,988	120,622	133,285	206,448
2016 ⁽¹⁾	178,791	206,448	1011,768	1007,111	133,132	127,151	205,124

⁽¹⁾ Estimativa de safra de junho de 2016.

Fonte: Usda, jun./2016.

Quanto às exportações, Estados Unidos, Argentina, Brasil e Ucrânia representaram cerca de 83% do mercado em 2015 (Figura 1). Embora a expectativa no início da safra 2015/16 fosse de aquecimento do mercado externo, principalmente pelo bom momento das exportações vivido pelo Brasil na época, as exportações em 2015 foram cerca de 15% menores em relação à 2014 devido aos problemas climáticos que resultaram em quebra de safra. Já, em 2016, a expectativa é que as exportações atinjam a marca de 133 milhões de toneladas, superior ao observado em 2015. Isso porque os preços internacionais, embora tenham sofrido pressão de baixa no primeiro trimestre de 2016, estão se recuperando. É que nos meses recentes o fortalecimento da demanda global e as preocupações quanto ao comportamento da safra, principalmente na Argentina e Brasil, provocaram reversão nos preços do milho, que vem apresentando comportamento crescente nos últimos meses e devem impulsionar as exportações, embora a projeção de aumento da produção mundial atue como fator limitante ao aumento dos preços internacionais.

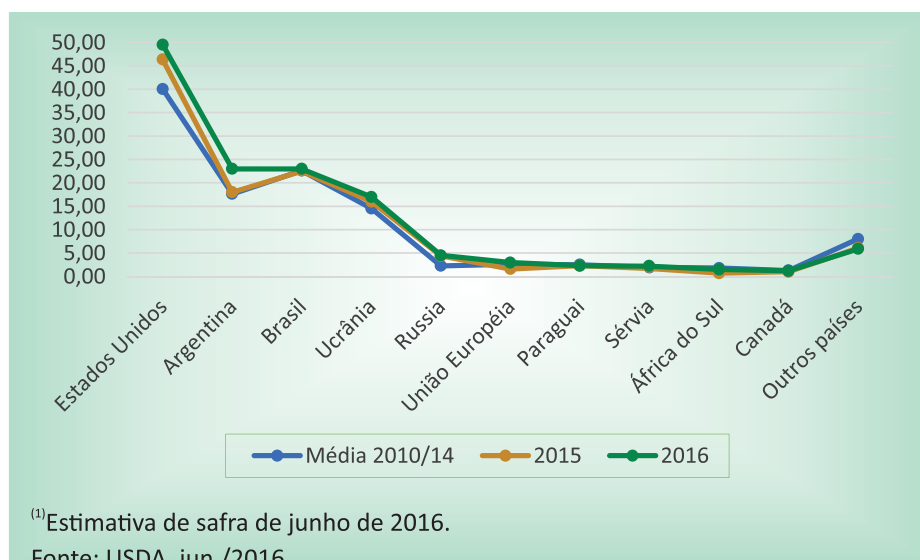


Figura 1/I. Milho – Principais países exportadores – 2010/16

Os principais mercados de destino do milho são Japão, México e União Europeia, que importaram juntos aproximadamente 33% do total mundial (Tabela 3). De 2014 para 2015 as importações aumentaram 6,7%, um índice puxado principalmente pela União Europeia que importou 68% a mais em relação ao ano anterior. A redução de 23,48% da produção do bloco econômico, acima da quebra inicialmente estimada, foi a principal causa do aumento das importações da União Europeia.

Tabela 3/I. Milho – Principais importadores mundiais de milho, em milhões de toneladas – 2010/16

País	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	Tx. Cresc. (10-15)	Var. % (15-16)
Total Mundial	92,67	100,29	99,66	125,11	124,92	133,29	127,15	7,54	-4,60
Japão	15,65	14,89	14,41	15,12	14,66	14,70	14,50	-1,24	-1,36
México	8,25	11,09	5,68	10,95	11,27	12,50	13,00	8,66	4,00
União Europeia	7,39	6,11	11,36	16,01	8,65	14,50	12,00	14,45	-17,24
Coreia do Sul	8,11	7,64	8,17	10,41	10,17	10,00	10,50	4,29	5,00
Egito	5,80	7,15	5,06	8,73	7,84	8,50	8,75	7,93	2,94
Vietnã	1,30	1,10	1,50	3,50	4,90	7,30	6,00	41,21	-17,81
Iran	3,50	4,00	3,70	5,50	6,20	5,50	5,50	9,46	0,00
Colômbia	3,51	3,21	3,27	4,44	4,50	4,50	4,50	5,09	0,00
Argélia	2,78	2,95	2,88	3,74	4,38	4,10	4,10	8,10	0,00
Taiwan	4,13	4,35	4,24	4,18	3,82	4,20	4,10	0,32	-2,38
Outros países	32,25	37,79	39,39	42,54	48,55	47,49	44,20	8,05	-6,92

⁽¹⁾ Estimativa de safra de junho de 2016.

Fonte: Usda, jun./2016.

Produção e mercado nacionais

A produção nacional de milho na safra 2015/16 foi fortemente afetada pelos problemas climáticos desencadeados pelo fenômeno El Niño, fechando em 76,2 milhões de toneladas, redução de 10% em relação à safra anterior (Tabela 4). A tendência de redução da primeira e crescimento da segunda safra do grão foi mantida, como nas últimas três safras, em função do aumento do plantio da soja, resultando em concentração do plantio do milho após a soja.

Tabela 4/I. Milho – Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2010/11-2015/16

UF	Área plantada (milhões de ha)						Produção (milhões de t)					
	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16 ⁽¹⁾	10/11	11/12	12/13	13/14	14/15	15/16 ⁽¹⁾
Brasil	13,8	15,2	15,8	15,8	15,7	15,7	57,4	73,0	81,5	80,1	84,7	76,2
MT	1,90	2,74	3,4	3,3	3,4	3,6	7,62	15,61	19,9	18,0	20,8	19,0
PR	2,5	3,0	3,0	2,6	2,5	2,6	12,2	16,8	17,6	15,7	15,9	16,3
MS	1,0	1,3	1,5	1,6	1,6	1,7	3,4	6,6	7,8	8,2	9,3	8,0
GO	0,9	1,2	1,2	1,2	1,4	1,5	6,0	8,6	7,7	8,0	9,0	7,4
MG	1,2	1,3	1,3	1,3	1,3	1,2	6,5	7,8	7,5	6,9	6,9	6,0
RS	1,1	1,1	1,0	1,0	0,9	0,8	5,8	3,3	5,4	5,7	6,2	5,9
SP	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	4,3	4,9	5,2	3,7	4,2	3,9
SC	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	3,6	2,9	3,4	3,5	3,2	2,7
BA	0,8	0,6	0,6	0,8	0,8	0,6	2,3	2,2	1,9	3,2	2,8	1,7
MA	0,5	0,5	0,5	0,6	0,5	0,4	0,9	0,7	1,3	1,7	1,5	1,0
Outros Estados	2,5	2,0	1,8	2,1	2,1	2,2	4,7	3,6	3,9	5,4	5,1	4,1

⁽¹⁾ Estimativa em junho/2016.

Fonte: Conab, jun./2016.

Dos principais estados produtores apenas o Mato Grosso do Sul teve ganho de produção em função do aumento da produtividade, haja vista que neste Estado o clima favoreceu o aumento da produtividade e permitiu compensar a perda de área. Nos demais estados as maiores reduções da produção foram

observadas na Bahia (-39,9%), Maranhão (-30,6%), Goiás (-17,3%) e Santa Catarina (-14,9%). Os problemas climáticos favoreceram os ataques de lagartas e a ocorrência de doenças fúngicas, que fizeram com que as produtividades fechassem abaixo do que poderia ser proporcionado pelo pacote tecnológico adotado pela maioria dos produtores, principalmente no Centro-Oeste. Na segunda safra do grão o cenário não foi mais otimista e a produção foi abaixo do esperado, causando forte impacto na produção total. A segunda safra, por ser maior, era esperada para frear o aquecimento do mercado, o que não aconteceu pelo baixo desempenho das lavouras e em alguns casos porque a produção foi convertida em silagem.

A forte redução na produção, combinada com os baixos estoques, resultou em preços ascendentes desde meados de 2015 (Figura 2). Além disso, segundo relatório da Conab, a redução na produção pode dificultar a oferta de grãos para cumprir os contratos de exportação, de forma que as trading devem manter as exportações em que todo o acerto logístico já tenha sido contratado, principalmente no que se refere a transporte e armazenagem nos portos. Nos casos em que puder haver reversão para o mercado interno, isso deverá ser feito, uma vez que os preços internos estão mais atrativos atualmente. Até maio de 2016 foram exportados o equivalente a US\$2.055 bilhões, principalmente para Vietnã, Irã e Coreia do Sul, tradicionais compradores do grão brasileiro. Em 2015, chama a atenção o aumento das exportações para Coreia do Sul, Japão e Egito, cujas participações quase dobraram (Tabela 5).

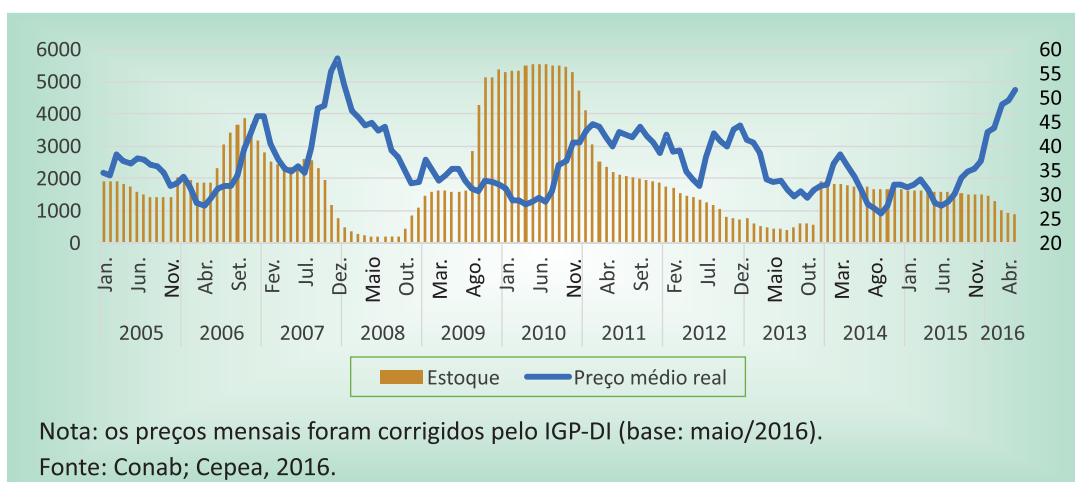


Figura 2/I. Milho – Estoque e preço médio real nacional – jan./2005 a maio/2016

Em termos de oferta e demanda nacional pelo grão, observa-se (Tabela 6) que o consumo total foi reduzido em cerca de 5%, enquanto a oferta total reduziu 11,96%. Os setores mais afetados foram a produção de suínos e aves de corte, que reduziram sua demanda em aproximadamente 5%. A expectativa é que esta situação não melhore no segundo semestre, gerando problemas como aumento dos custos e inviabilização de produção aos principais consumidores internos do grão, a saber, suínos e aves, além de reduzir o esmagamento para produção de etanol.

Tabela 5/I. Milho – Valor das exportações brasileiras por países de destino, bilhões de US\$ – 2011-16

País	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	Part. % 2015
Total Geral	2.716,35	5.383,34	6.307,63	3.931,91	5.008,96	2.055,14	-
Vietnã	30,68	19,39	245,76	600,02	832,74	259,66	16,62
Irã	525,83	798,97	497,56	877,14	736,68	280,22	14,71
Coreia do Sul	37,20	701,12	861,48	353,82	504,91	163,50	10,08
Japão	225,62	814,68	901,01	232,79	461,18	322,29	9,21
Taiwan (Formosa)	325,86	518,60	513,45	266,53	373,49	170,65	7,46
Egito	134,94	491,50	382,65	240,34	340,54	137,71	6,80
Malásia	156,92	173,81	220,73	235,62	289,22	170,63	5,77
Indonésia	53,05	34,36	286,06	238,77	205,96	118,80	4,11
Argélia	191,66	57,32	155,13	123,85	160,19	53,18	3,20
Espanha	95,37	107,99	188,58	41,08	149,05	11,65	2,98
Outros países	939,22	1.665,61	2.055,22	721,95	954,98	366,85	19,06

⁽¹⁾ Dados referentes à soma das exportações de janeiro a junho de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2016.

Tabela 6/I. Milho – Consumo no Brasil, mil toneladas – 2010/11-2015/16

Oferta/demanda	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16 ⁽¹⁾
Oferta						
Estoque inicial	11,55	9,21	11,22	14,08	17,88	14,20
Produção total	53,75	70,91	83,46	82,76	87,15	78,35
Produção 1ª safra	33,02	35,21	37,13	33,42	30,95	28,85
Produção 2ª safra	20,72	35,70	46,34	49,34	56,21	49,50
Importação	0,66	0,83	0,91	0,791	0,37	1,00
Consumo de substitutos	2,40	2,50	2,00	2,00	2,00	1,00
Oferta Total	68,35	83,45	97,60	99,63	107,40	94,55
Demanda						
Consumo animal	38,83	40,30	43,45	47,18	49,45	48,07
Aves de corte	19,13	19,80	21,48	23,52	24,58	24,09
Aves de postura	3,27	3,39	3,66	3,92	4,07	3,99
Suínocultura	10,67	10,94	11,65	12,56	13,25	12,58
Bovinocultura	3,19	3,43	3,68	3,98	4,16	4,07
Outros animais	2,57	2,75	2,98	3,20	3,40	3,33
Consumo industrial	4,64	4,87	5,21	5,99	6,59	6,52
Consumo humano	1,87	1,89	1,88	1,87	1,86	1,84
Outros usos	2,85	3,54	4,26	4,01	4,23	3,80
Perdas	1,075	1,418	1,669	1,655	1,74	1,57
Sementes	393	404	425	381	0,40	0,40
Exportação	9,486	19,802	26,625	20,655	28,92	27,00
Demanda Total	59,139	72,226	83,519	81,744	93,20	89,21
Estoque Final	9,212	11,223	14,077	17,884	14,20	5,35

Fonte: Celeres⁽¹⁾/Secex, jun./2016.

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina a produção de milho também sofreu com os problemas climáticos desencadeados pelo El Niño. Em 2015/16 a área foi 10,9% menor e a produção 16,5% menor em relação à 2014/15. Parte dessa redução se deve à tendência dos últimos anos de substituição das áreas de milho por soja. No entanto,

o excesso de chuva, seguido de seca em algumas regiões do Estado, levou à perda de área e redução na produtividade esperada, culminando em quebra de safra (Tabela 7). Entre as microrregiões onde as quebras na produção foram mais expressivas, destacam-se Xanxerê, Canoinhas, Curitibanos, São Miguel do Oeste, Ituporanga e Rio do Sul, cujas reduções ultrapassaram 22% em relação a 2014/15. Por outro lado, as microrregiões do Sul Catarinense, Tubarão, Araranguá e Criciúma, apresentaram ganho de produção em relação ao último ano-safra. Isso porque, em janeiro de 2016, o clima melhorou nesta região e permitiu que boa parte das lavouras se recuperassem, fechando a produtividade acima do que foi inicialmente projetado.

Tabela 7/I. Milho – Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2011/12-2015/16

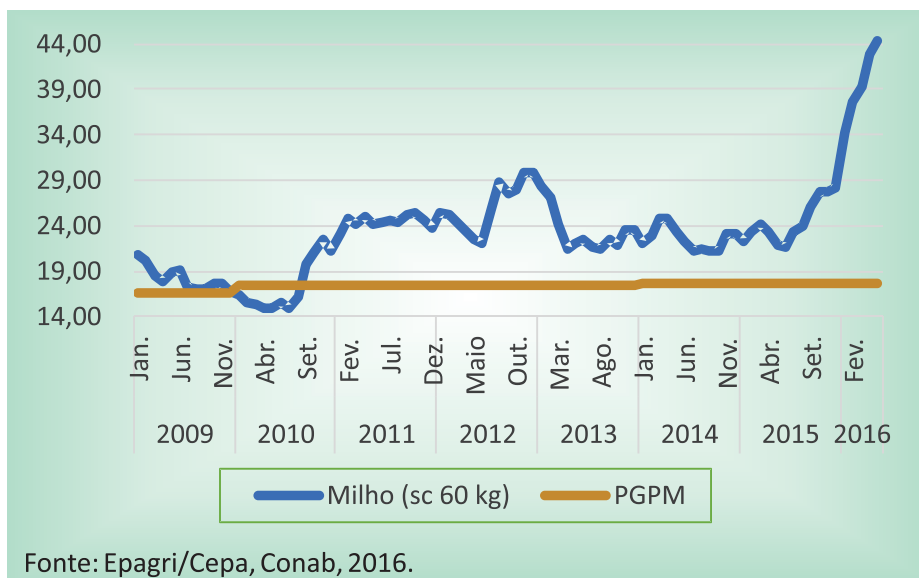
Microrregião	Área plantada (ha)					Quantidade produzida (t)				
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Santa Catarina	527.509	474.753	437.220	417.049	371.828	3.479.054	3.246.896	3.316.951	3.208.246	2.677.944
Chapecó	95.159	77.150	69.725	65.665	62.690	622.014	567.704	557.452	505.391	454.439
Joaçaba	75.254	76.213	68.227	62.877	55.552	483.327	493.219	589.671	531.140	443.751
São Miguel do Oeste	57.910	52.300	48.800	53.100	45.640	396.060	350.031	364.042	365.080	282.792
Canoinhas	66.200	53.700	46.150	39.000	30.500	557.412	488.230	406.900	367.295	266.270
Campos de Lages	40.965	41.550	37.830	35.500	35.500	211.180	220.701	169.925	233.622	233.622
Concórdia	42.610	38.770	36.350	33.750	30.840	244.792	221.756	236.406	232.006	210.406
Xanxerê	38.375	39.030	35.930	31.975	23.430	301.145	337.570	340.246	291.612	207.432
Curitibanos	39.803	36.622	31.368	27.258	22.446	269.951	275.966	292.605	270.358	205.618
Rio do Sul	24.320	20.885	22.870	22.870	19.450	138.265	107.058	141.461	141.461	111.432
Ituporanga	12.260	8.540	11.390	11.390	10.080	81.582	34.521	79.488	79.488	61.600
Criciúma	5.444	5.480	5.572	7.121	7.829	27.792	24.798	27.903	41.793	47.117
São Bento do Sul	8.380	6.980	6.400	6.000	5.500	57.890	49.096	40.320	51.090	44.750
Araranguá	2.956	2.980	3.295	6.880	8.148	15.591	15.321	16.310	37.487	42.999
Tubarão	5.520	5.930	5.145	5.382	6.446	25.960	26.724	25.071	29.228	37.791
Tabuleiro	5.335	2.805	3.660	3.655	3.505	20.991	12.871	12.461	12.505	11.968
Blumenau	2.693	2.723	1.893	1.838	1.673	9.227	9.405	7.180	7.014	6.400
Tijucas	2.570	2.210	1.610	1.630	1.690	10.026	8.701	5.986	7.505	6.237
Florianópolis	1.270	400	520	619	519	4.179	1.494	1.794	2.299	2.035
Joinville	485	485	485	485	390	1.670	1.730	1.730	1.674	1.284

Fonte: Epagri/Cepa, 2016.

A redução na produção na safra 2015/16, aliada à alta do dólar, que aqueceu o mercado externo no primeiro semestre de 2016, resultou em preços crescentes para o grão no Estado (Figura 3). Embora no segundo semestre não sejam esperadas exportações tão aquecidas quanto às observadas no primeiro semestre deste ano, a expectativa de que haja quebra significativa também na segunda safra do grão tende a manter os preços elevados no segundo semestre do ano. Além do mercado de grãos, outro fator tem impulsionado os preços no estado de Santa Catarina. A área de milho silagem, que hoje equivale a cerca de 213 mil ha, tem crescido nos últimos anos, principalmente para suprir a produção de leite no Estado, o que diminui a oferta de grãos e exerce pressão sobre os preços.

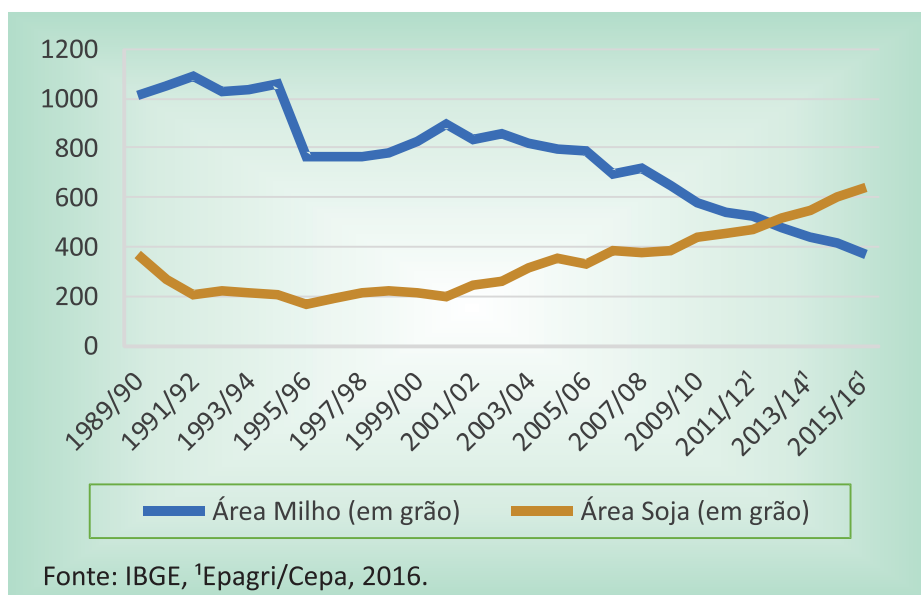
Nos últimos anos, a valorização do preço da saca de soja e a redução do preço da saca de milho resultaram em conversão de áreas de milho em soja no Estado. Desde 2012/13 a área de soja ultrapassou a área de milho, o que se confirmou nos anos seguintes (Figura 4). Essa disputa de área entre as duas culturas pode ser analisada pela relação de troca entre os dois grãos (Figura 5). De 2013 até janeiro de 2016, considerando os custos de produção e o retorno obtido com as duas culturas, observa-se que essa relação se manteve favorável ao sojicultor. No entanto, com os preços do milho em alta, essa relação de troca se

tornou favorável ao produtor de milho em 2016. Embora o mercado de milho seja atrativo no momento, a soja continua sendo um grande concorrente por área no Estado e a conversão de áreas de milho em soja deve continuar ocorrendo na próxima safra, no entanto, a taxas menores. Ademais, a alta no preço do milho se reflete na produção de suínos e aves, que tendo o milho como principal insumo e conjuntura de redução do preço da carne, principalmente suíno, tem encontrado dificuldade de manutenção de parte dos produtores na atividade.



Fonte: Epagri/Cepa, Conab, 2016.

Figura 3/I – Preço Médio mensal ao produtor em Santa Catarina e Preço Mínimo praticado - jan./2009 a maio/2016



Fonte: IBGE, ¹Epagri/Cepa, 2016.

Figura 4/I. Evolução da área plantada de milho e soja em Santa Catarina – 1989/90-2015/16

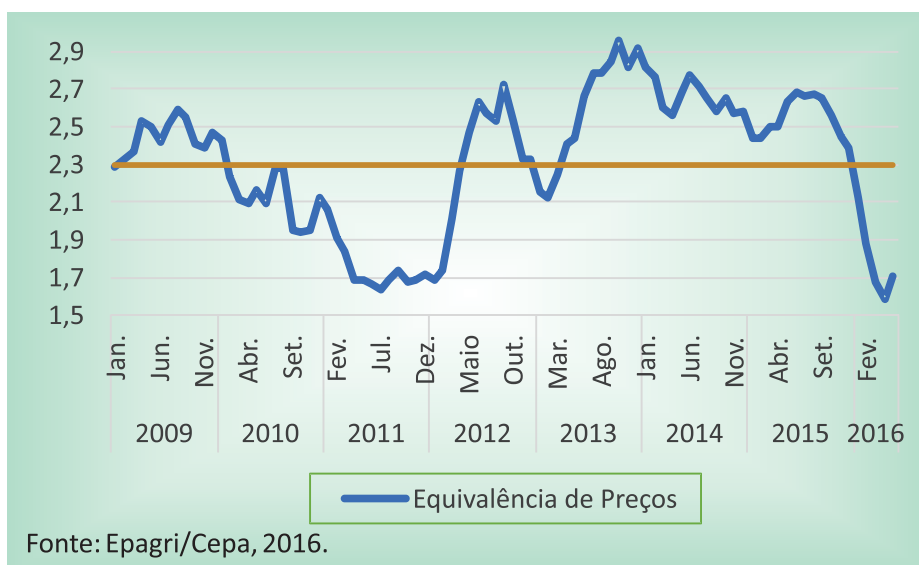


Figura 5/I. Milho – Equivalência de preços mensais entre soja e milho – 2009-16

No que se refere à disponibilização de crédito para custeio da atividade no Estado em 2015, observa-se que ele manteve comportamento semelhante aos anos anteriores, embora com volumes ligeiramente menores, em função de atrasos na entrega ao público-alvo (Figura 6). O acesso ao crédito é compatível com o período de plantio da cultura no estado, que ocorre entre agosto e novembro, com aquisição de insumos a partir de julho. Em 2015, foram feitos 24.815 contratos de crédito para custeio junto a instituições financeiras que totalizaram R\$ 457 milhões. Desse total, 66% se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 14% corresponde ao Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e 20% às demais linhas de crédito.

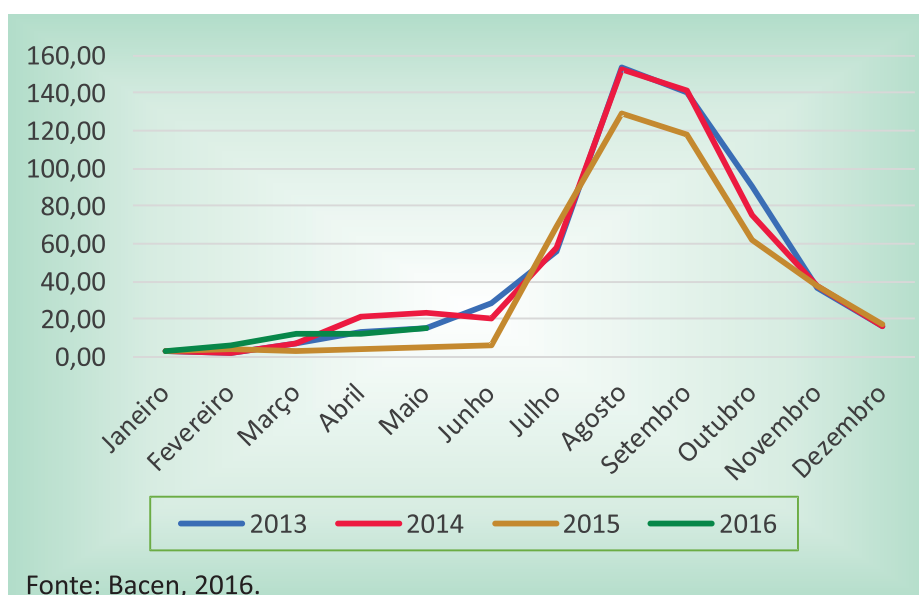


Figura 6/I. Milho – Financiamento de custeio, todas as fontes – 2013-16

Soja

Glaucia Padrão, Economista, Dra. – Epagri/Cepa
glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundial

A safra de soja nos principais produtores em 2015/16 foi fortemente influenciada pelo fenômeno El Niño, marcada por excesso de chuvas, baixa luminosidade e excesso de calor, o que resultou em 312,7 milhões de toneladas, cerca de 2,22% menor que a safra anterior. Entre os principais produtores, destacam-se Estados Unidos com 107 milhões de toneladas de grão, seguido de Brasil e Argentina com 96,5 e 56,5 milhões de toneladas, respectivamente. No que diz respeito à produção mundial de derivados da soja, farelo e óleo de soja, a China se destaca com o maior volume, seguido dos Estados Unidos e Argentina. Para a safra 2016/17 é esperada uma recuperação mais que proporcional da produção mundial de soja em grão, farelo e óleo. No total mundial, a expectativa é que o arrefecimento do fenômeno El Niño e o fortalecimento do fenômeno La Niña favoreçam a produção de soja nos principais países, devendo a produção de grãos totalizar 330 milhões de toneladas, a de farelo 228 milhões de toneladas e a de óleo 54 milhões de toneladas, aproximadamente (Tabela 1). A forte demanda da China pela soja, que já no início da safra superou as expectativas das estimativas iniciais e a safra recorde prevista para o maior produtor, Estados Unidos, com o intuito de recuperar as perdas da última safra, vem derrubando os preços no mercado futuro.

Como resultado, as exportações do grão, que em 2015/16 fecharam em 132,8 milhões de toneladas, voltam a recuperar o ritmo de crescimento e devem aumentar 4,65% em 2016/17. O Brasil permanecerá como principal exportador, aumentando 5,48% o volume que na safra que se encerrou foi de 56,6 milhões de toneladas. Além do grão, o farelo de soja também terá suas exportações mundiais ampliadas em 4,08% e, contrariando o comportamento dos demais componentes do complexo, o óleo de soja deverá reduzir suas exportações em 1,76%, devido principalmente à redução de participação do Brasil nesse mercado na safra 2016/17 (Tabela 2).

O estoque mundial, por sua vez, foi reduzido em aproximadamente 7 milhões de toneladas na última safra e deverá reduzir outros 2 milhões de toneladas na safra que se inicia. As perdas observadas na produção mundial e a compensação dessas perdas nos principais países consumidores, via utilização dos estoques, foram as causas desse resultado. Se confirmada uma safra expressiva nos Estados Unidos, espera-se um estoque muito superior nesse país, o que não compensa a redução nos estoques de países como a Argentina e China (Tabela 3).

Tabela 1/I. Soja – Principais países produtores do grão, farelo e óleo – 2011/12-2016/17

(mil t)

País	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾
Soja em grão						
Total mundial	240.427	268.571	282.462	319.776	312.672	330.414
Estados Unidos	84.291	82.791	91.389	106.878	106.934	110.500
Brasil	66.500	82.000	86.700	97.200	96.500	103.000
Argentina	40.100	49.300	53.400	61.400	56.500	57.000
China	14.485	13.050	11.950	12.150	11.600	12.200
Índia	11.700	12.186	9.477	8.711	7.000	11.400
Paraguai	4.043	8.202	8.190	8.154	9.000	9.170
Canadá	4.467	5.086	5.359	6.049	6.235	6.250
Outros	14.841	15.956	15.997	19.234	18.903	20.894
Farelo de soja						
Total mundial	180.470	181.192	189.902	207.355	218.583	227.894
China	48.288	51.440	54.531	59.008	64.782	68.900
Estados Unidos	37.217	36.174	36.909	40.880	40.746	41.799
Argentina	27.945	26.089	27.892	30.928	34.050	34.350
Brasil	29.510	27.310	28.540	31.300	31.500	31.350
União Europeia	9.668	9.875	10.586	10.744	11.060	10.902
Índia	7.720	8.000	6.560	5.440	4.700	7.040
México	2.910	2.890	3.185	3.300	3.360	3.385
Outros	17.212	19.414	21.699	25.755	28.385	30.168
Óleo de soja						
Total mundial	42.740	43.085	45.002	48.123	50.658	53.946
China	10.914	10.914	11.626	12.335	13.280	15.587
Estados Unidos	8.954	8.954	8.990	9.131	9.550	10.163
Argentina	6.839	6.839	6.364	6.785	7.380	8.440
Brasil	7.310	7.310	6.760	7.070	7.570	7.750
União Europeia	2.359	2.359	2.501	2.553	2.642	2.622
Índia	1.708	1.708	1.752	1.478	1.315	1.558
Paraguai	172	172	564	640	707	800
Outros	4.484	4.484	4.528	5.010	5.679	7.026

⁽¹⁾ Refere-se à estimativa para a safra 2016/17 no mês de agosto de 2016.

Fonte: Usda, ago. 2016.

Tabela 2/I. Soja – Exportações mundiais e dos principais exportadores, milhões de toneladas – 2012/13, 2015/16-2016/17⁽¹⁾

Exports	Soja em grão				Farelo de soja				Óleo de soja			
	2012/13	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾	Var. % (15/16 -16/17)	2012/13	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾	Var. % (15/16 -16/17)	2012/13	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾	Var. % (15/16 -16/17)
Total mundial	100,80	132,80	138,97	4,65	57,93	67,58	70,34	4,08	9,36	12,17	11,96	-1,76
Brasil	41,90	56,60	59,70	5,48	13,24	15,80	15,80	0,00	1,25	1,50	1,33	-11,33
Estados Unidos	36,13	51,17	53,07	3,72	10,11	10,71	11,16	4,23	0,98	1,09	1,09	-0,09
Argentina	7,74	10,50	10,65	1,43	23,67	32,20	32,80	1,86	4,24	5,90	5,98	1,36
Paraguai	5,52	4,80	4,95	3,13	2,15	2,98	3,03	1,51	0,56	0,75	0,77	2,68
Outros	6,04	5,46	6,45	18,16	7,39	4,05	5,71	41,03	0,90	1,10	1,15	3,80

⁽¹⁾ Refere-se à estimativa para a safra 2016/17 no mês de agosto de 2016.

Fonte: Usda, ago./2016.

Tabela 3/I. Soja em grão – Estoque mundial e de países selecionados – 2011/12-2016/17

País	(mil t)					
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17 ⁽¹⁾
Total Mundial	53.889	56.153	62.725	80.565	72.999	71.244
Argentina	15.949	20.962	26.050	33.450	29.916	27.816
Brasil	13.024	15.330	15.945	18.320	16.153	16.103
China	15.909	12.378	14.427	17.552	15.984	13.834
Estados Unidos	4.610	3.825	2.504	6.530	6.950	8.972
Outros	4.165	4.353	4.292	4.814	3.996	4.519

⁽¹⁾ Refere-se à estimativa para a safra 2016/17 no mês de agosto de 2016.

Fonte: Usda, ago. 2015.

Produção e mercado nacionais

No Brasil, a produção de soja em grão reduziu em 0,85% na safra 2015/16, o que é explicado principalmente pela redução na produtividade, que ficou aquém do esperado em razão das intempéries climáticas. A trajetória de incorporação de área à produção de soja se manteve, aumentando 3%, pela maior liquidez e rentabilidade da soja em relação à cultura do milho, que concorre diretamente em área. Entre os maiores produtores no País, destacam-se Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, que juntos cultivaram mais de 60% da área de soja (Tabela 4). A ocorrência do El Niño não gerou resultados catastróficos à produção de soja, uma vez que no Centro-Oeste, onde se encontra 48% da produção nacional, a precipitação se distribuiu de forma equilibrada nas principais fases de desenvolvimento da cultura, compensando o baixo desempenho observado em outros estados produtores.

Apesar do leve aumento observado na produção de soja em 2015/16 os estoques finais de grão, farelo e óleo foram reduzidos em 23,5%, 4,09% e 26,21%, respectivamente (Tabela 5). Isso se deve principalmente ao aumento das exportações do complexo soja, que vem sendo observado nos últimos anos. Em 2015, as exportações atingiram 54 milhões de toneladas, um acréscimo de 19% em relação ao ano anterior (Tabela 7). Para 2016 espera-se um crescimento dessas exportações, devido à valorização do dólar frente ao real e ao aquecimento dos preços internacionais, influenciados pelas perdas esperadas para a safra 2015/16 no momento das negociações de contratos para o ano.

No que se refere à indústria de óleos vegetais e farelos, observa-se crescimento de 2010 a 2015, de aproximadamente 3% ao ano. Em 2015, foram processadas 40,6 milhões de toneladas de soja, equivalente a 42% do total produzido. Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul possuem a maior capacidade de

processamento, somando 59% da capacidade nacional. Santa Catarina permanece no 9º lugar, com aproximadamente 2% da capacidade nacional. Até junho de 2016 já foram processadas cerca de 16,1 milhões de toneladas de soja, o que representa cerca de 40% da capacidade média do País (Tabela 6). Espera-se que o volume esmagado de soja em 2016 não supere o volume de 2015, uma vez que o aumento da produção não foi significativo e as exportações aumentaram no referido ano.

Tabela 4/I. Soja – Área plantada, quantidade produzida e rendimento do Brasil e principais estados produtores – 2011-16

UF	Área plantada (milhões ha)						Quantidade produzida (milhões t)						Rendimento (t/ha)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
BR	24,03	25,09	27,91	30,26	32,13	33,17	74,82	65,85	81,70	86,42	97,18	96,35	3,11	2,62	2,93	2,86	3,02	2,90
MT	6,46	6,98	7,93	8,61	8,95	9,15	20,80	21,84	23,42	26,44	27,77	26,89	3,22	3,13	2,95	3,06	3,10	2,94
PR	4,56	4,46	4,76	5,02	5,24	5,44	15,46	10,94	15,92	14,81	17,23	16,97	3,39	2,45	3,35	2,95	3,29	3,12
RS	4,08	4,27	4,73	4,99	5,26	5,47	11,72	5,95	12,76	13,04	15,70	16,19	2,88	1,39	2,70	2,62	2,98	2,96
GO	2,57	2,67	2,94	3,16	3,26	3,30	7,70	8,40	8,90	8,87	8,61	10,20	3,00	3,15	3,03	2,81	2,64	3,09
MS	1,76	1,81	1,99	2,16	2,35	2,45	5,08	4,59	5,78	6,34	7,31	7,41	2,88	2,53	2,91	2,93	3,11	3,02
MG	1,02	1,03	1,15	1,24	1,33	1,47	2,94	3,07	3,38	3,35	3,52	4,74	2,88	2,99	2,93	2,66	2,65	3,22
BA	1,05	1,11	1,21	1,28	1,44	1,49	3,51	3,21	2,77	3,21	4,51	3,14	3,36	2,89	2,28	2,82	3,14	2,11
SP	0,49	0,56	0,61	0,71	0,76	0,83	1,27	1,57	1,93	1,63	2,23	2,64	2,60	2,78	3,14	2,27	2,93	3,18
SC	0,46	0,45	0,52	0,56	0,61	0,66	1,49	1,08	1,59	1,69	2,00	2,14	3,26	2,39	3,04	2,96	3,28	3,24
MA	0,53	0,56	0,56	0,68	0,76	0,78	1,57	1,64	1,58	1,88	2,10	1,28	2,96	2,95	2,81	2,77	2,76	1,64
Outros	1,08	1,19	1,50	1,86	2,17	2,13	3,27	3,56	3,68	5,18	6,21	4,75	3,04	3,00	2,46	2,69	2,86	2,23

⁽¹⁾ Refere-se à estimativa para a safra 2015/16 no mês de agosto de 2016.

Fonte: IBGE (PAM e LSPA), 2016.

Tabela 5/I. Soja e derivados – Balanço de oferta e demanda nacional – 2010-16

Discriminação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	Var. (%) 2010-15
Soja								
Estoque inicial	2.011	3.670	5.852	1.790	1.682	2.393	1.831	19,00
Produção	68.919	75.248	67.920	81.593	86.397	96.994	96.600	40,74
Importação	119	40	268	283	578	324	500	172,27
Sementes/outros	2.800	2.850	2.900	2.950	2.950	3.000	3.000	7,14
Exportação	29.073	32.986	32.916	42.796	45.692	54.324	53.000	86,85
Processamento	35.506	37.270	36.434	36.238	37.622	40.556	40.700	14,22
Estoque final	3.670	5.852	1.790	1.682	2.393	1.831	2.231	-50,11
Farelo								
Estoque inicial	871	1.116	1.254	1.089	988	1.124	1.078	29,05
Produção	26.998	28.322	27.767	27.621	28.752	30.765	30.900	13,95
Importação	39	25	5	4	1	1	0	-97,44
Consumo doméstico	12.944	13.758	14.051	14.350	14.799	16.017	15.700	23,74
Exportação	13.849	14.451	13.885	13.376	13.817	14.796	15.200	6,84
Estoque final	1.116	1.254	1.089	988	1.124	1.078	1.078	-3,41
Óleo								
Estoque inicial	311	361	391	314	288	328	242	5,47
Produção	6.928	7.340	7.013	7.075	7.443	8.074	8.050	16,54
Importação	16	0	1	5	0	25	50	56,25
Consumo doméstico	5.404	5.528	5.328	5.723	6.109	6.521	6.500	20,67
Exportação	1.490	1.782	1.764	1.383	1.295	1.665	1.500	11,74
Estoque final	361	391	314	288	328	242	342	-32,96

⁽¹⁾ Refere-se à estimativa para a safra 2016 no mês de julho de 2016.

Fonte: Abiove, 2016.

Tabela 6/I. Soja - Evolução do processamento no Brasil – 2010-16

Ano/Mês	(mi t)						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Jan.	1.767	1.962	1.956	1.751	1.944	2.518	1.754
Fev.	2.456	2.510	3.021	2.387	2.437	2.894	2.512
Mar.	3.276	3.186	3.536	3.261	3.353	3.567	2.932
Abr.	3.423	3.536	3.653	3.604	3.532	3.761	3.123
Mai	3.533	3.653	3.799	3.796	3.775	3.987	3.025
Jun.	3.374	3.548	3.536	3.464	3.578	3.753	2.781
Jul.	3.480	3.451	3.270	3.356	3.433	3.810	
Ago.	3.256	3.073	3.285	3.307	3.402	3.581	
Set.	2.910	3.381	3.057	2.987	3.081	3.478	
Out.	3.022	3.385	2.678	3.033	2.959	3.398	
Nov.	2.949	2.896	2.462	2.848	3.163	3.087	
Dez.	2.059	2.689	2.182	2.445	2.964	2.723	
Total	35.506	37.270	36.434	36.237	37.622	40.556	16.127

⁽¹⁾ A amostragem de janeiro a junho de 2016 representa de 76% a 80% do setor.

Fonte: Abiove, 2016.

Tabela 7/I. Soja – Evolução das exportações brasileiras do complexo soja – 2011-16

Ano	Valor das exportações		Quantidade	
	US\$ milhões	Var. %	1.000t	Var. %
2011	16.327		32.986	
2012	17.455	6,91	32.916	-0,21
2013	22.812	30,69	42.796	30,01
2014	23.277	2,04	45.692	6,77
2015	20.984	-9,85	54.324	18,89
2016 ⁽¹⁾	10.921		30.807	

⁽¹⁾ Referente à soma das exportações de janeiro a maio de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb, 2016.

Produção e mercado estaduais

A produção de soja em Santa Catarina vem aumentando nos últimos anos em decorrência do aumento da área. Entre 2011/12 e 2015/16, a área catarinense destinada à soja vem crescendo cerca de 8% ao ano e os maiores incrementos ocorreram em Rio do Sul, Ituporanga e Campos de Lages. Em tais regiões, a substituição de áreas de milho, feijão e pastagens é nítida, sendo o principal indicador para esse crescimento a relação entre preço e custo da soja e a rentabilidade proporcionada por essa cultura, que em geral tem influenciado a escolha entre a soja e as demais culturas concorrentes em área (Tabela 8). O milho, principal concorrente da soja em área, dada a relação entre custos de produção e capacidade de rendimento das culturas, é um exemplo. Em geral, quando o preço da soja é pelo menos 2,3 vezes o preço do milho, a produção de soja é mais favorável ao produtor, que opta pela oleaginosa. Em Santa Catarina, essa tendência clara tem sido observada há vários anos, o que explica a substituição de áreas de milho por áreas de soja. Destaca-se, contudo, que devido aos problemas climáticos observados no decorrer da safra, o aparecimento de pragas e doenças, principalmente a ferrugem asiática, resultou em aumento dos custos, o que reduziu a margem do produtor de soja no Estado. Esse aumento dos custos, combinado ao aumento do preço do milho mais que proporcional ao aumento do preço da soja, que alterou a relação de

troca entre os dois grãos, deve influenciar na decisão do produtor na próxima safra. Dessa forma, espera-se que o aumento da área de soja seja menor que o observado nos últimos anos, haja vista que boa parte dos produtores deve optar por produzir milho em 2016/17.

Tabela 8/I. Soja – Área plantada e quantidade produzida no Estado e microrregiões – 2011/12-2015/16

Microrregião	2011/12		2012/13		2013/14		2014/15		2015/16	
	Área (ha)	Qtde. produzida (t)	Área (ha)	Qtde. produzida (t)	Área (ha)	Qtde. produzida (t)	Área (ha)	Qtde. produzida (t)	Área (ha)	Qtde. produzida (t)
Santa Catarina	467.011	1.392.509	522.504	1.626.648	561.610	1.731.307	598.373	1.945.961	637.865	2.098.854
Xanxerê	129.150	443.895	124.450	405.034	130.600	391.338	132.635	396.740	140.000	448.763
Canoinhas	91.450	295.781	110.380	386.280	120.000	407.278	127.300	441.338	133.320	456.456
Curitibanos	71.035	178.631	74.036	221.910	78.860	291.798	88.301	320.788	94.005	333.160
Chapecó	80.110	201.502	78.960	225.361	79.910	200.713	84.610	240.875	91.575	262.779
Campos de Lages	24.840	67.257	37.440	101.370	41.450	111.245	53.900	176.500	60.430	201.440
Joaçaba	31.596	84.039	41.440	122.984	47.293	169.178	53.671	190.996	57.905	207.558
S. Miguel do Oeste	30.000	96.543	33.960	96.676	35.840	72.065	37.220	111.682	36.270	108.882
São Bento do Sul	4.570	12.354	6.050	19.180	9.300	29.290	9.800	32.340	10.400	34.320
Ituporanga	1.400	4.875	10.300	33.336	11.500	37.860	5.750	18.930	6.350	21.265
Concórdia	2.420	6.720	2.930	7.689	3.115	9.024	3.315	10.014	4.235	13.290
Rio do Sul	440	912	2.558	6.828	3.742	11.518	1.871	5.759	3.375	10.941

Fonte: Epagri/Cepa.

As exportações catarinenses do complexo soja em 2015 reduziram 7,42% em relação ao ano anterior. De janeiro a maio de 2016 foram exportadas 828 mil toneladas, o que equivale a aproximadamente 55% do total exportado no ano anterior (Tabela 9). Os principais países de destino das exportações continuam sendo China (aproximadamente 85% do total) e Estados Unidos.

Tabela 9/I. Soja e derivados – Exportações e importações catarinenses – 2011-16

Ano	Descrição	Exportações	Importações
2011	US\$	217.934.615	3.963.380
	Kg	436.164.686	10.000.000
2012	US\$	306.808.148	25.089.190
	Kg	599.096.364	43.050.000
2013	US\$	482.349.602	2.351.054
	Kg	914.612.157	4.595.510
2014	US\$	833.597.334	-
	Kg	1.630.453.480	-
2015	US\$	582.484.128	1.816.520
	Kg	1.509.433.669	5.032.000
2016 ⁽¹⁾	US\$	291.246.213	-
	Kg	828.585.821	-

⁽¹⁾ Referente à soma dos meses de janeiro a maio de 2016.

Fonte: Aliceweb/MDIC.

No que se refere à disponibilização de crédito para custeio da atividade no Estado em 2015, observa-se um comportamento semelhante aos anos anteriores no que se refere à distribuição ao longo do ano, embora com volumes maiores que anos anteriores (Figura 6). O acesso ao crédito é compatível com o período de

plântio da cultura, que no Estado ocorre entre setembro e novembro, com aquisição de insumos a partir de julho. Em 2015, os projetos de crédito para custeio aprovados totalizaram R\$ 506,23 milhões, sendo 31% proveniente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), 32,43% do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e o restante referente às demais linhas de crédito.

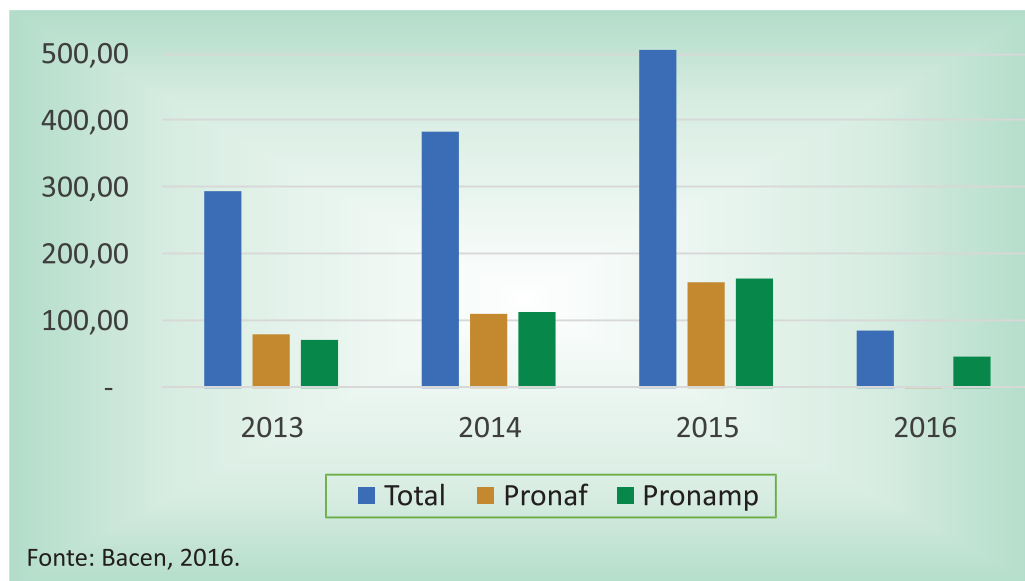


Figura 1/I. Soja – Crédito de custeio provenientes de todas as fontes, Pronaf e Pronamp, em milhões de reais – 2013-16

Tabaco¹

Luiz Augusto Araujo – Eng.-agr., MSc. – Epagri/Cepa
laraujo@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Segundo a FAO, o tabaco era cultivado em 128 países em 2013. Os dez maiores produtores detêm 81% da produção mundial. O maior produtor mundial é a China, responsável por 42,4% da produção de 2013. O Brasil ocupa a segunda posição no ranking dos maiores produtores mundiais, com 11,44% do total produzido, e a terceira posição na área plantada em 2013. Como importantes produtores mundiais aparecem, ainda, Índia (11,16%), Estados Unidos(4,65%), Indonésia (3,49%) e Zimbábue, com 2,02% (Tabela 1).

Tabela 1/I. Tabaco – Produção dos principais países produtores e mundial – 2009-13

País	Área (mil ha)					Produção (mil t)				
	2009	2010	2011	2012	2013	2009	2010	2011	2012	2013
China	1.391,7	1.345,7	1.462,1	1.481,2	1.527,6	3.067,9	3.005,9	3.158,7	3.127,9	3.150,2
Brasil	442,4	449,6	454,5	410,2	405,3	863,1	787,8	951,9	810,6	850,7
Índia	390,7	444,3	490,0	460,0	490,0	622,8	690,0	830,0	820,0	830,0
EUA	143,3	136,6	131,5	136,1	136,1	373,1	325,8	271,4	345,8	345,8
Indonésia	204,5	216,3	228,8	270,3	270,2	176,5	135,7	214,6	260,8	260,2
Zimbábue	101,8	94,2	92,6	93,0	115,0	85,1	109,7	111,6	115,0	150,0
Malawi	183,1	165,6	162,7	71,2	120,2	208,2	172,9	174,9	72,6	132,8
Argentina	74,5	75,5	76,4	59,2	59,2	135,5	137,0	145,0	115,3	115,3
Paquistão	49,7	55,8	51,3	45,8	49,8	105,0	119,3	102,8	97,9	108,3
Turquia	116,1	81,3	76,7	108,0	136,2	85,0	55,0	45,0	75,0	90,0
Outros	842,1	891,1	986,2	954,9	928,6	1.334,7	1.350,7	1.442,9	1.407,5	1.401,7
Mundo	3.939,8	3.956,0	4.212,8	4.090,0	4.238,1	7.056,9	6.889,9	7.448,8	7.248,3	7.435,1

Obs.: Tabaco não manufaturado.

Fonte: <http://faostat3.fao.org/download/Q/QC/E>. 20 July 2015.

Recentemente alguns países da África (concorrentes brasileiros) apresentaram crescimento significativo na produção, contribuindo para isso a disponibilidade de mão de obra para o cultivo. Entretanto, tanto em 2015 quanto em 2016, a produção africana esteve aquém do esperado.

Em 2012, os maiores exportadores mundiais de tabaco são o Brasil, participando com 23,6% do total exportado, a Índia e a China (Tabela 2). Os principais países importadores mundiais são a Rússia, participando com 9,51% do total importado, seguida por Estados Unidos, China, Alemanha e Países Baixos (Tabela 3).

¹ Para este artigo, foram utilizadas as seguintes fontes:

IBGE – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Vários; www.fao.org; www.afubra.com.br; jornais diversos e internet.

Tabela 2/I. Tabaco – Exportações dos principais países exportadores e mundial – 2008-12

País	Tonelada				
	2008	2009	2010	2011	2012
Brasil	677.877	661.738	493.003	533.579	624.699
Índia	208.314	230.804	218.914	188.223	234.221
China	198.622	207.835	251.276	225.966	212.369
EUA	169.231	172.244	180.937	187.020	165.039
Malawi	138.896	183.552	144.676	159.842	141.009
Zimbábue	59.103	54.262	90.196	134.466	131.853
Tanzânia	45.910	43.561	69.095	74.022	107.593
Argentina	104.263	89.125	65.497	80.618	89.122
Bélgica	63.634	81.164	74.140	78.594	85.536
Itália	100.194	80.200	75.253	61.232	76.654
Subtotal	1.766.044	1.804.485	1.662.987	1.723.562	1.868.095
Outros	885.481	832.686	810.487	741.619	774.318
Total mundial	2.651.525	2.637.171	2.473.474	2.465.181	2.642.413

Obs: Tabaco não manufaturado.

Fonte: <http://faostat3.fao.org/download/T/TP/E>. 20 July 2015.

Tabela 3/I. Tabaco – Importações dos principais países importadores e mundial – 2008-12

País	Tonelada				
	2008	2009	2010	2011	2012
Rússia	304.840	256.382	241.905	238.440	250.324
EUA	214.042	197.840	159.189	171.886	219.159
China	104.847	105.032	89.626	130.481	180.306
Alemanha	178.279	175.839	175.744	182.876	173.253
Países Baixos	107.581	142.572	140.473	147.440	151.815
Indonésia	77.302	53.198	65.685	106.570	137.426
França	117.193	120.452	101.691	103.961	117.236
Bélgica	98.249	121.528	105.034	104.930	114.592
Polônia	67.231	69.543	81.446	80.395	89.338
Malásia	43.371	46.892	48.039	55.399	63.554
Subtotal	1.312.935	1.289.278	1.208.832	1.322.378	1.497.003
Outros	1.250.393	1.147.511	1.298.665	1.112.002	1.134.455
Total mundial	2.563.328	2.436.789	2.507.497	2.434.380	2.631.458

Obs: Tabaco não manufaturado.

Fonte: <http://faostat3.fao.org/download/T/TP/E>. 20 July 2015.

Produção e mercado nacionais

Com a demanda mundial em declínio em 2015, as federações dos produtores e as indústrias solicitaram aos produtores que reduzissem suas áreas de plantio, o que de fato ocorreu. Nos últimos anos, aliás, apenas na safra de 2014 houve aumento na área plantada em relação à safra anterior. Segundo o IBGE, a área plantada na safra brasileira 2015/16 decresceu 5% em relação à da safra 2014/15. Além disso, em função do fenômeno climático El Niño, que elevou o volume de chuvas nos meses de outubro/novembro de 2015, e da ocorrência de granizo, o rendimento alcançado foi o mais baixo das últimas safras. Com isso, a produção ficou 21,6% abaixo da alcançada na safra 2014/15. (Tabela 4).

Tabela 4/I. Tabaco – Safra brasileira – 2010/11-2015/16

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento médio (kg/ha)
2010/11	454.521	951.933	2.094
2011/12	410.675	810.550	1.974
2012/13	405.146	851.133	2.101
2013/14	415.200	857.484	2.065
2014/15	405.413	865.674	2.138
2015/16 ⁽¹⁾	385.127	678.375	1.774

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alteração
 Fonte: IBGE (LSPA agosto/2016).

A Região Sul responde por 98% da produção brasileira (Tabela 5). O dimensionamento do plantio na Região Sul é realizado em regime de integração com a indústria e se dá de acordo com as necessidades internas e de exportação do produto.

Tabela 5/I. Tabaco – Safras da Região Sul do Brasil – 2013-16⁽¹⁾

Estado	Área Plantada (ha)				Produção (t)				Rend. médio (kg/ha)			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
RS	203.823	205.306	199.963	187.125	430.903	412.622	414.936	323.556	2.114	2.010	2.078	1.740
SC	117.060	120.641	116.388	110.826	244.458	258.245	255.952	195.273	2.088	2.141	2.201	1.785
PR	71.172	76.137	75.155	73.715	160.956	171.673	177.834	148.992	2.262	2.255	2.369	2.021
Total	392.055	402.084	391.506	371.666	836.317	842.540	848.722	667.821	2.133	2.095	2.171	1.810

⁽¹⁾ Dados de 2016 são preliminares.
 Fonte: IBGE.

Na safra 2015/16, em decorrência da quebra de safra (e também da quebra de safra ocorrida em importantes regiões produtoras na África), o preço médio pago ao produtor aumentou significativamente em relação à safra 2014/15, cuja comercialização foi marcada por dificuldades e os preços ficaram menores do que os da safra 2013/14.

Segundo a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), na comercialização da safra 2015/2016 o preço médio ao produtor aumentou 37% no Virgínia e 48% no Burley em relação à safra passada. A queda na safra brasileira de tabaco explica parte do aumento observado nos preços. Embora não acentuadas como essas, as flutuações de preços aos produtores não têm sido novidade nas últimas comercializações, conforme mostra a evolução do preço médio recebido pelo produtor para o fumo estufa e galpão (Figura 1).

O tabaco brasileiro tem qualidade e seu sabor é apreciado no mercado internacional. Com isso tem sido o mais procurado pelos clientes internacionais, o que mantém a importância do produto no desempenho das exportações da economia brasileira e contribui para que o País mantenha-se como o maior exportador mundial. A maior parte da produção brasileira tem como destino o mercado internacional (Tabela 6).



Figura 1/I. Evolução do preço médio aos produtores do Sul do Brasil - Safras 2005/06- 2015/16

Tabela 6/I. Tabaco – Produção e exportação do Brasil – 2010-16

Ano	Produção (t)	Exportação (t)	Exp./Prod. (%)
2010	780.942	505.620	64,7
2011	949.216	545.603	57,5
2012	806.685	637.776	79,1
2013	851.133	627.226	73,7
2014	857.404	476.217	55,5
2015	865.674	516.756	59,7
2016	678.375 ⁽¹⁾	245.797 ⁽²⁾	-
Média⁽³⁾	851.842	551.533	65

⁽¹⁾ Dado de produção sujeito a alterações.

⁽²⁾ Janeiro a julho de 2016.

⁽³⁾ 2010 a 2015.

Fonte: IBGE, MDIC (Sistema Alice) e AGROSTAT - Estatísticas de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro

Em 2015, o desempenho das exportações não foi o mesmo de 2012 e 2013, mas sensivelmente melhor que o de 2014, quando decresceram quase 25% em relação ao ano anterior, deixando um estoque considerável na indústria. Entre outras variáveis, esse baixo resultado de 2014 deveu-se à valorização do real em parte do ano e ao aumento da produção em países concorrentes, especialmente os africanos.

Segundo o Sinditabaco News, essas 517 mil toneladas exportadas em 2015 geraram um valor de US\$2,19 bilhões. Em 2014, apesar das exportações terem sido em menor quantidade, alcançaram US\$2,5 bilhões, 14% a mais que em 2015. A diminuição nos preços em 2015 deveu-se à readequação ao mercado e permitiu que o Brasil continuasse competitivo diante de outros países onde o custo de produção é inferior. O tabaco brasileiro foi embarcado para 97 países, em 2015, mas os principais importadores foram: Bélgica, China, Estados Unidos, Rússia, Holanda e Alemanha.

Produção e mercado estaduais

Segundo o IBGE, em Santa Catarina, a área plantada na safra 2015/16 decresceu pouco menos de 6%, em relação à safra 2014/15. Com o excesso de chuvas nos meses de setembro e outubro e a ocorrência de granizo em áreas produtoras houve redução ainda mais significativa no rendimento médio. Com isso, a produção deve ficar quase 24% abaixo da alcançada na safra 2014/15 (Tabela 7).

Tabela 7/I. Tabaco - Safra de Santa Catarina - 2011/12- 2015/16

Safra	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
2011/12	118.280	237.213	2.006
2012/13	117.060	244.458	2.088
2013/14	120.641	258.245	2.141
2014/15	116.392	255.961	2.199
2015/16 ⁽¹⁾	109.389	195.273	1.785

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alteração.

Fonte: IBGE.

A safra 2014/15 de tabaco catarinense também apresentou uma redução de 3,5% de área plantada em relação à safra anterior. Diferentemente das duas safras mais recentes, na safra 2013/2014 ocorreu acréscimo de 3,1% na área plantada. Isso, aliado às condições climáticas favoráveis, que contribuíram para um bom rendimento médio, elevou a produção daquela safra em 5,6%. Na safra 2015/16, exceto a microrregião de Curitibanos, de baixa participação na safra estadual, houve em maior ou menor dimensão redução na área e na produção em todas as microrregiões de Santa Catarina (Tabela 8).

Tabela 8/I. Tabaco – Safra por micro e mesorregião geográfica de SC – 2013/14-2015/16⁽¹⁾

Micro/Mesorregião	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2013/14	2014/15	2015/16	2013/14	2014/15	2015/16	2013/14	2014/15	2015/16
São Miguel do Oeste	7.120	6.695	5.594	14.357	11.854	9.301	2.016	1.771	1.663
Chapecó	7.425	6.929	5.555	15.152	13.385	9.388	2.041	1.932	1.690
Xanxerê	1.333	1.223	942	2.784	2.340	1.688	2.089	1.913	1.792
Joaçaba	916	896	871	1.439	1.539	1.359	1.571	1.718	1.560
Concórdia	234	214	152	426	401	258	1.821	1.874	1.697
Oeste Catarinense	17.028	15.957	13.114	34.158	29.519	21.994	2.006	1.850	1.677
Canoinhas	37.535	35.915	35.810	85.036	86.952	68.048	2.266	2.421	1.900
São Bento do Sul	887	937	750	1.813	1.913	1.240	2.044	2.042	1.653
Norte Catarinense	38.422	36.852	36.560	86.849	88.865	69.288	2.260	2.411	1.895
Curitibanos	623	526	543	1.193	1.034	1.050	1.915	1.966	1.934
Campos de Lages	906	1.116	861	1.651	2.224	1.724	1.822	1.993	2.002
Serrana	1.529	1.642	1.404	2.844	3.258	2.774	1.860	1.984	1.976
Rio do Sul	20.042	19.907	19.422	43.084	44.666	32.860	2.150	2.244	1.692
Blumenau	691	611	581	1.517	1.373	1.292	2.195	2.247	2.224
Ituporanga	13.200	13.150	12.650	27.160	29.778	21.600	2.058	2.264	1.708
Vale do Itajaí	33.933	33.668	32.653	71.761	75.817	55.752	2.115	2.252	1.707
Tijucas	3.266	2.923	2.840	6.533	6.323	4.499	2.000	2.163	1.584
Tabuleiro	1.369	1.369	1.009	2.486	2.486	1.825	1.816	1.816	1.809
Grande Florianópolis	4.635	4.292	3.849	9.019	8.809	6.324	1.946	2.052	1.643
Tubarão	9.008	8.573	8.395	20.399	18.158	16.273	2.265	2.118	1.938
Criciúma	6.356	6.078	5.804	13.565	12.685	11.224	2.134	2.087	1.934
Araranguá	9.730	9.330	7.610	19.650	18.850	11.644	2.020	2.020	1.530
Sul Catarinense	25.094	23.981	21.809	53.614	49.693	39.141	2.137	2.072	1.795
Santa Catarina	120.641	116.392	109.389	258.245	255.961	195.273	2.141	2.199	1.785

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alteração.

Fonte: IBGE.

Para a safra catarinense 2016/17, as previsões iniciais são de que a área de plantio deve aumentar pouco menos de 2%. Na expectativa de que a safra transcorra normalmente a produção estadual deve se aproximar das 250 mil toneladas. A ampliação da área plantada decorre dos sinais de mercado do tabaco, onde os preços mais elevados tornaram a expectativa de lucro mais atrativa para essa nova safra.

Tomate

Evandro Uberdan Anater, Téc.-agr. – Licenciado em Estudos Sociais - Epagri/Cepa-Joaçaba
anater@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado nacionais

Produzir tomates representa enfrentar novos desafios a cada ano. Na safra 2014/15 o grande vilão foi o clima. Com menos chuvas no Nordeste, estiagem histórica no Sudeste, sobretudo Minas e São Paulo, e chuva em demasia no Sul. Na safra 2015/16, a elevação dos custos puxados pela alta do dólar afetou a rentabilidade de todas as lavouras. Fertilizantes, defensivos, sementes, energia e mão de obra apresentaram substancial elevação de preços. Com isso as lavouras denominadas de inverno (Sudeste) se apresentaram 14,6% mais caras com o custo da caixa atingindo R\$ 26,00. Igualmente, as lavouras de verão (Sul) também foram impactadas por essa elevação dos insumos, e o custo de produção por caixa passou a R\$ 31,00, elevação de 27,6% no período. O crédito além de escasso ficou mais caro e as chuvas no Sul voltaram a causar prejuízos no período de transplante das mudas.

Este cenário desfavorável levou muitos produtores a diminuir seu plantio ou até mesmo migrar para outras culturas menos onerosas e de rentabilidade mais segura. Como consequência, nestas últimas safras houve redução da produção nacional, decorrente, sobretudo, do encolhimento da área plantada.

Os números relativos a área plantada e produção da safra 2015/16, embora preliminares, estão 11,3% e 15,1% menores que os da safra 2014/15. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás permanecem como os maiores produtores nacionais, representando juntos 63% da produção nacional, e 54%, da área plantada na safra 2015/16. Goiás, antes o maior produtor nacional, encolheu sensivelmente a sua área plantada e produção nas duas últimas safras. Santa Catarina, por sua vez, atingiu a sua maior área de plantio das últimas cinco safras (Tabela 1).

Tabela 1/I. Tomate – Comparativo de safras do Brasil e principais estados – 2013/14-2015/16

UF	Área Plantada (mil hectares)			Produção (mil toneladas)			Rendimento Médio (t/ha)		
	2013/14	2014/15	2015/16	2013/14	2014/15	2015/16	2013/14	2014/15	2015/16
São Paulo	10,1	14,1	11,2	956,9	1.035,2	753,3	94,7	73,4	67,3
Minas Gerais	9,0	9,7	10,5	675,0	716,0	732,7	75,0	73,8	69,8
Goiás	15,6	10,5	8,1	1.055,3	907,6	718,3	67,6	86,4	88,7
Bahia	5,8	4,5	5,7	288,5	244,5	246,9	49,7	54,9	43,3
Rio de Janeiro	2,7	2,5	2,5	207,4	185,9	192,0	76,8	71,5	76,8
Santa Catarina	2,4	2,6	2,8	184,5	180,5	171,4	76,9	69,4	61,2
Paraná	2,9	3,7	2,7	253,4	227,2	157,0	87,4	61,4	58,1
Espírito Santo	2,4	2,5	2,5	188,4	144,8	148,4	78,5	57,9	59,4
Ceará	2,2	2,2	2,7	113,7	95,1	147,9	51,7	43,2	57,8
Rio G. do Sul	2,3	4,5	2,3	117,2	221,9	112,6	51,0	49,3	49,0
Pernambuco	1,7	2,5	1,8	128,9	93,7	62,4	75,8	37,5	34,7
Outras UF	3,4	2,7	2,4	133,6	93,1	76,3	39,3	34,5	31,8
Brasil	64,0	62,1	55,1	4.302,8	4.145,5	3.519,2	67,2	66,8	63,9

Nota: Safras 2014/15 e 2015/16 são dados preliminares.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (Safras 2013/14); LSPA – julho 2016 (Safras 2014/15 e 2015/16).

Produção e mercado estaduais

Embora a cada safra as dificuldades de clima, preços, crédito, comercialização se renovem, o produtor catarinense tem se mantido fiel na exploração da cultura, e, até mesmo expandindo sua produção, ignorando os apelos de menor custo, menores riscos e rentabilidade mais segura das culturas anuais como milho e soja, ou até mesmo outra hortifrutícola.

Os números preliminares da safra catarinense 2015/16 apontam para uma área de plantio 4,6% maior que a da safra 2014/15, e praticamente estável quando comparada à safra 2013/14. No que tange à produção, o montante obtido foi 5,0% menor que a safra 2014/15, e 7,5% menor que na safra 2012/13, fruto de anormalidades climáticas, excesso de chuva desde a implantação, até o desenvolvimento, a floração e o início da colheita. O rendimento médio obtido alcançou 62t/ha, abaixo das 68,2t/ha obtidas na safra anterior (Tabela 2).

Tabela 2/I. Tomate – Comparativo de safra de Santa Catarina – 2011/12-2015/16

Safra	Área Plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento Médio (t/ha)
2011/12	2.311	153.014	66,2
2012/13	2.390	166.127	69,5
2013/14	2.748	185.332	67,4
2014/15	2.644	180.486	68,2
2015/16	2.766	171.385	62,0

Nota: Safras 2014/15 e 2015/16 são dados preliminares.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal; LSPA – julho. 2016.

Na microrregião de Joaçaba, o principal polo produtor do Estado (Tabela 3), duas cidades – Caçador e Lebon Régis – destacam-se na produção de tomates, cultivando juntas 1.170ha (770ha e 400ha respectivamente). A safra se inicia na primavera, quando os produtores começam a transplantar as mudas produzidas na Região Sudeste do País a partir de sementes e variedades adquiridas por eles. Esse transplante se dá em até quatro etapas, escalonadamente até dezembro. A produção começa a ser colhida próxima ao Natal e tem como principal consumidor o Sudeste do País, porém não é incomum ter como destino o Norte e o Nordeste, além do próprio Sul.

Tabela 3/I. Tomate – Comparativo de safras das principais microrregiões de SC – 2011/12-2013/14

MRG	Área Plantada (ha)			Produção (mil t)			Rendimento médio (t/ha)		
	2011/12	2012/13	2013/14	2011/12	2012/13	2013/14	2011/12	2012/13	2013/14
Joaçaba	1.019	1.122	1.378	80,3	89,3	108,7	78,8	79,6	78,9
Tabuleiro	296	237	237	11	10,8	10,9	37,2	45,6	46
Campos de Lages	407	386	451	33,1	31,1	29,9	81,3	80,6	66,3
Florianópolis	163	177	177	7,7	9	9	47,2	50,8	50,8
Canoinhas	110	127	151	6,6	8,3	9,5	60	65,4	62,9
Outras	311	341	341	14,3	17,6	16,5	46,0	51,6	48,4
Santa Catarina	2.306	2.390	2.735	153	166,1	184,5	66,3	69,5	67,5

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Na safra 2015/16, similarmente ao que ocorrera nas duas safras imediatamente anteriores, a implantação e o desenvolvimento da cultura se deu sob condições climáticas severas, com períodos de chuva intensa e

volumes acumulados muito acima do esperado para o período, prejudicando o normal desenvolvimento das plantas.

A partir do início da colheita, em dezembro, as condições climáticas melhoraram, apresentando dias claros e ensolarados que permitiram a obtenção de uma produção com qualidade, de boa coloração, forma e tamanho. Isso, aliado à escassez do produto em outras regiões produtoras, permitiu que o produto fosse negociado por determinado período com valores superiores a R\$100,00/cx.

Entretanto, já em meados de janeiro, quando as atividades de colheita se intensificaram e outras regiões produtoras também começaram a ofertar a mercadoria, os preços “voltaram à realidade”, dentro da expectativa dos produtores quando da implantação das lavouras, porém, as condições climáticas voltaram a se deteriorar. As chuvas escassearam configurando uma pequena estiagem que, por si só, não seria tão grave. Entretanto, uma onda de forte calor passou a atuar sobre o Estado, o que acelerou e concentrou a maturação das lavouras, aumentando significativamente a oferta de produto num curto espaço de tempo, pressionando para baixo as cotações. Essa situação se manteve durante os meses de fevereiro e março, durante o “pico” da safra, mudando completamente o cenário que se desenhara no início da mesma.

Com as lavouras maturando rapidamente, produtores tendo que acelerar a colheita e preços se deteriorando a cada dia, foi assim que se encerrou a safra 2015/16 (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4/I. Tomate⁽¹⁾ – Preço aos produtores da microrregião de Joaçaba⁽²⁾ – 2012-16

Mês/Ano	(R\$/cx de 20 a 23kg)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	32,00	37,16	18,11	28,06	63,10
Fevereiro	10,56	50,00	32,91	32,00	37,33
Março	11,59	55,83	40,54	30,70	35,38
Abril	9,00	38,50	43,75	32,22	14,32

⁽¹⁾ Tomate longa vida extra “AA”.

⁽²⁾ A colheita na microrregião de Joaçaba ocorre no período de janeiro a abril.

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 5/I. Tomate⁽¹⁾ – Preço no atacado da microrregião de Joaçaba – 2012-16

Mês/Ano	(R\$/cx de 20 a 23kg)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	40,75	54,18	34,50	44,50	78,68
Fevereiro	30,00	58,00	43,75	57,21	69,33
Março	27,36	69,17	82,78	54,00	62,62
Abril	29,67	67,27	50,53	61,00	42,68
Mai	39,45	42,30	64,44	66,50	55,00
Junho	43,16	61,50	71,42	66,78	70,41
Julho	69,32	37,39	52,95	68,82	
Agosto	83,39	37,90	51,38	58,10	
Setembro	66,89	40,20	51,68	52,62	
Outubro	53,91	58,05	59,91	59,38	
Novembro	47,53	55,85	55,00	60,89	
Dezembro	43,08	54,53	49,71	78,33	

⁽¹⁾ Tomate longa vida extra “AA”.

Fonte: Epagri/Cepa.

Trigo

João Rogério Alves - Eng.-agr. M.Sc. – Epagri/Cepa
joaoalves@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial da safra 2015/16 foi levemente superior à da safra 2014/15, mas com variações distintas entre os principais produtores mundiais. As projeções para a safra 2016/17 indicam outro pequeno aumento (Tabela 1).

Tabela 1/I. Trigo – Produção mundial e dos principais produtores - Safras 2012/13-2016/17

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16 ⁽¹⁾	2016/17 ⁽²⁾
União Europeia	133,95	144,58	156,83	160,01	156,50
China	121,02	121,93	126,21	130,19	130,00
Índia	94,88	93,51	95,85	86,53	88,00
Rússia	37,72	52,09	59,08	61,04	65,00
EUA	61,30	58,11	55,15	55,84	61,53
Canadá	27,21	37,53	29,42	27,60	29,00
Austrália	22,86	25,30	23,91	24,50	25,50
Paquistão	23,47	24,21	25,98	25,10	25,30
Ucrânia	15,76	22,28	24,75	27,27	25,00
Argentina	9,30	10,50	14,00	11,30	15,00
Cazaquistão	9,84	13,94	13,00	13,75	13,00
Outros	100,98	110,99	103,68	111,49	104,68
Mundo	658,28	714,97	727,85	734,62	738,51

⁽¹⁾ Estimado.

⁽²⁾ Projetado.

Fonte: Usda (WASDE, julho/16).

As estimativas indicam um balanço de oferta e demanda mundial sem problemas de abastecimento na safra 2016/17. A produção mundial é estimada em um recorde de 738,5 milhões de toneladas, para um consumo global de 729,3 milhões. O aumento no consumo decorre da expectativa de crescimento no uso de trigo para alimentação animal. Ainda assim cresce sensivelmente o estoque final mundial (Tabela 2).

Tabela 2/I. Trigo – Balanço de oferta e demanda mundial - Safras 2012/13-2016/17

Discriminação	(Milhões de toneladas)				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16 ⁽¹⁾	2016/17 ⁽²⁾
Estoque inicial	197,86	177,09	194,18	217,40	244,52
Produção	658,28	714,97	727,85	734,62	738,51
Consumo	679,05	697,88	704,63	707,50	729,34
Estoque final	177,09	194,18	217,40	244,52	253,70

⁽¹⁾ Estimado.

⁽²⁾ Projetado.

Fonte: Usda (WASDE, julho/16).

O ranking dos três maiores consumidores é coincidente com o dos três maiores produtores mundiais: União Europeia, China e Índia, que respondem por 50,7% da produção e 46,5% do consumo mundial. O Brasil ocupa a décima posição no ranking dos maiores consumidores (Tabela 3).

Tabela 3/I. Trigo – Principais consumidores – 2012/13-2016/17

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16 ⁽¹⁾	2016/17 ⁽²⁾
União Europeia	119,25	117,30	123,50	128,80	129,30
China	125,00	116,50	116,50	112,00	117,00
Índia	83,82	93,85	93,12	88,64	93,10
Rússia	33,55	34,10	35,50	37,00	37,50
EUA	37,77	34,29	31,55	31,59	36,25
Paquistão	23,90	24,10	24,50	24,40	24,50
Egito	18,70	18,50	19,10	19,20	19,70
Iran	16,00	17,00	17,50	18,00	18,50
Turquia	17,65	17,75	17,50	18,00	17,80
Brasil	10,90	11,40	10,70	10,20	10,10
Outros	190,82	196,19	200,77	209,02	212,56
Mundo	679,05	697,88	704,63	707,50	729,34

⁽¹⁾ Estimado.

⁽²⁾ Projetado.

Fonte: Usda (WASDE, julho/16).

O Egito é o principal importador mundial de trigo. Estima-se que responderá por 7,4% das importações mundiais previstas para 2016. Com produção longe de atender a demanda interna, o Brasil tradicionalmente figura entre os maiores importadores (Tabela 4).

Tabela 4/I. Trigo – Principais importadores de trigo e seus derivados⁽¹⁾ – 2012-16

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Egito	8.400	10.150	11.100	11.500	12.000
Indonésia	7.146	7.391	7.478	9.100	9.100
Argélia	6.484	7.484	7.257	8.100	7.500
Brasil	7.357	7.066	5.374	6.000	6.000
Japão	6.598	6.123	5.878	5.700	5.700
União Europeia	5.276	3.976	5.975	6.700	5.500
Marrocos	3.833	3.928	4.086	4.700	5.500
Filipinas	3.620	3.476	5.055	4.500	4.800
Turquia	3.622	4.030	5.947	4.300	4.500
Bangladesh	2.725	3.354	3.915	4.200	4.400
Mundo	145.357	158.428	158.838	165.941	162.023

⁽¹⁾ Inclui farinha.

Fonte: Usda (WASDE, junho/16).

No que diz respeito às exportações destacam-se a União Europeia, a Rússia e os Estados Unidos, que deverão ser responsáveis por 51% das exportações mundiais de 2016 (Tabela 5).

Tabela 5/I. Trigo – Principais exportadores de trigo e seus derivados⁽¹⁾ – 2012-16

País/Bloco	(Milhões de toneladas)				
	2012	2013	2014	2015	2016
União Europeia	22.786	32.032	35.418	33.000	35.500
Rússia	11.308	18.609	22.800	24.500	25.000
EUA	27.544	32.001	23.249	21.092	24.494
Canadá	18.953	23.268	24.164	22.500	20.000
Austrália	18.647	18.615	16.590	16.500	17.000
Ucrânia	7.190	9.755	11.269	15.800	11.500
Argentina	3.550	2.250	5.301	9.000	8.500
Cazaquistão	6.288	8.100	5.539	7.500	7.000
Turquia	3.439	4.441	4.059	5.500	5.000
Brasil	1.584	80	1.691	1.200	1.000
Mundo	137.510	165.917	164.144	168.284	165.591

⁽¹⁾ Inclui farinha.

Fonte: Usda (WASDE, junho/16).

Produção e mercado nacionais

A área plantada na safra brasileira 2015/16 teve redução de 11,5% em relação à safra 2014/15. No Rio Grande do Sul a redução foi de 12,3% e no Paraná, principal produtor nacional do grão, de 13%. No que diz respeito à produção, embora o excesso de chuvas tenha prejudicado a qualidade do grão colhido, houve crescimento de 18,4% (Tabela 6). As perdas qualitativas determinaram que boa parte da produção tenha sido destinada à fabricação de rações.

Tabela 6/I. Trigo – Área, produção e rendimento dos principais estados e do Brasil – 2013-16

Estado	Área plantada (1000 ha)				Produção (1000 t)				Rendimento (kg/ha)			
	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	2013	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾
PR	987	1.388	1.301	1.131	1.875	3.816	3.303	3.401	1.901	2.749	2.540	3.006
RS	1.059	1.182	883	774	3.352	1.671	1.392	2.166	3.164	1.413	1.577	2.798
SC	77	95	75	60	244	261	132	174	3.162	2.751	1.765	2.901
Brasil	2.212	2.837	2.434	2.154	5.718	6.262	5.368	6.355	2.585	2.207	2.206	2.950

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: IBGE, PAM (2013 e 2014); LSPA (2015 e 2016).

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) trabalha com números de produção um pouco distintos aos do IBGE, mas considerando esse aumento da produção nacional prevê um balanço de oferta e demanda com uma pequena redução nas importações e aumento do estoque final de 2016 (Tabela 7).

Exceto em situações excepcionais, como foram os anos de 2013 e 2014, quando os EUA tiveram grande destaque, as importações brasileiras são provenientes especialmente da Argentina (Tabela 8).

Tabela 7/I. Trigo – Brasil – Balanço de oferta e demanda – 2012-16

Discriminação	(Mil toneladas)				
	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estoque inicial (1/8)	1.956,1	1.527,6	2.268,9	1.274,6	743,7
Produção	4.379,5	5.527,8	5.971,1	5.534,9	6.203,1
Importação	7.010,2	6.642,4	5.328,8	5.352,0	5.300,0
Suprimento	13.345,8	13.697,8	13.568,8	12.161,5	12.246,8
Consumo	10.134,3	11.381,5	10.613,7	10.367,3	10.516,1
Exportação	1.683,9	47,4	1.680,5	1.050,5	800,0
Estoque final (31/7)	1.527,6	2.268,9	1.274,6	743,7	930,7

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Conab (acompanhamento da safra brasileira de grãos - 11º Levantamento), agosto/16.

Tabela 8/I. Trigo – Importação brasileira por país de origem – 2013-16

País	(Mil toneladas)							
	2013		2014		2015		2016 ⁽¹⁾	
	Trigo-grão	Farinha	Trigo-grão	Farinha	Trigo-grão	Farinha	Trigo-grão	Farinha
Argentina	2.539,7	121,7	1.569,5	221,8	3.819,5	296,7	2.271,5	180,4
Paraguai	522,1	47,9	172,6	8,7	566,7	16,0	553,3	13,7
Uruguai	408,0	36,7	1.079,2	28,0	317,9	12,7	297,8	7,4
EUA	3.475,3	0,1	2.639,6	0,5	451,8	0,5	218,0	0,3
Outros	328,2	20,1	322,0	31,2	14,5	21,1	28,9	14,9
Total	7.273,3	227,5	5.782,8	290,2	5.170,4	347,0	3.369,5	216,8

⁽¹⁾ Janeiro a julho.

Fonte: Aliceweb, MIDC.

Produção e mercado estaduais

Em Santa Catarina, a safra de 2015 foi uma das piores de todos os tempos. Além da sensível redução na área plantada, o excesso de chuvas prejudicou as lavouras e o rendimento médio estadual das principais regiões produtoras ficou bem abaixo do inicialmente esperado e alcançado em safras recentes. Isso contribuiu para que haja nova redução na área de plantio de 2016, que ainda assim poderá ter produção maior que a de 2015, desde que não haja problemas que redundem em perda na produtividade prevista (Tabela 9 e 10).

Tabela 9/I. Trigo – Área, produção e rendimento médio no Brasil – Safras 2012/16

Safra	Área plantada (ha)	Produção (t)	Rendimento (kg/ha)
2012	66.591	139.416	2.094
2013	79.294	250.214	3.156
2014	94.974	261.308	2.751
2015 ⁽¹⁾	74.520	131.518	1.765
2016 ⁽²⁾	59.946	173.932	2.901

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: IBGE, PAM (2012 a 2014); LSPA (2015 e 2016).

Tabela 10/I. Trigo – Área, produção e rendimento por microrregião geográfica de SC – Safras 2014/16

Microrregião	Área plantada (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾	2014	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽²⁾
Xanxerê	26.325	16.710	12.580	71.013	39.276	38.580	2.698	2.350	3.067
Canoinhas	19.650	17.300	11.650	60.410	22.905	35.580	3.074	1.324	3.054
Chapecó	20.326	18.660	13.642	41.609	42.675	34.841	2.047	2.287	2.554
Curitibanos	12.820	9.400	8.764	43.870	22.120	32.199	3.422	2.353	3.674
Joaçaba	5.005	4.115	4.265	14.053	9.339	8.952	2.808	2.270	2.099
São Miguel do Oeste	5.420	5.200	3.967	15.561	10.658	8.737	2.871	2.050	2.202
Campos de Lages	1.710	1.600	1.760	5.642	4.520	6.880	3.299	2.825	3.909
Ituporanga	1.520	1.655	1.650	3.261	1.722	4.171	2.145	1.040	2.528
Concórdia	1.076	896	660	2.957	2.254	1.947	2.748	2.516	2.950
Rio do Sul	494	682	500	1.022	829	1.181	2.069	1.216	2.362
São Bento do Sul	550	430	430	1.760	234	714	3.200	544	1.660
Tabuleiro	48	48	48	96	5	96	2.000	104	2.000
Blumenau	30	30	30	54	54	54	1.800	1.800	1.800
Santa Catarina	94.974	76.726	59.946	261.308	156.591	173.932	2.751	2.041	2.901

⁽¹⁾ Dados sujeitos a alterações.

⁽²⁾ Estimativa.

Fonte: IBGE, PAM (2014); LSPA (2015 e 2016).

O excesso de chuvas prejudicou também a qualidade do trigo colhido na safra de 2015. Ainda assim, os elevados preços do milho, sobretudo em 2016, estimularam a utilização de trigo para rações destinadas a alimentação animal, o que fez com que os preços aos produtores ficassem em patamares bem mais elevados do que seria esperado para o trigo de baixa qualidade (Tabela 11).

Tabela 11/I. Trigo – Preços médios mensais aos produtores de Santa Catarina – 2012-16

Mês/ano	(R\$/sc 60kg)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Janeiro	24,00	36,94	40,17	29,13	37,67
Fevereiro	24,00	38,30	39,76	29,75	38,00
Março	24,00	36,67	38,41	30,88	38,80
Abril	24,79	36,30	39,51	33,24	38,16
Maio	25,95	36,67	39,93	32,84	39,52
Junho	26,47	36,90	39,67	32,39	41,88
Julho	27,50	37,33	36,81	32,00	41,16
Agosto	28,83	39,13	31,27	32,88	
Setembro	30,25	44,04	29,53	33,73	
Outubro	31,38	44,88	28,69	35,89	
Novembro	33,21	42,17	28,47	37,11	
Dezembro	34,36	40,36	28,50	37,50	
Média	27,89	39,14	35,06	33,11	39,31

Nota: Trigo superior PH78.

Fonte: Epagri/Cepa.

Uva e vinho

Vinícius Caliari, Químico Industrial - Epagri/ Estação Experimental de Videira
caliari@epagri.sc.gov.br

Contextualização mundial¹

Em 2015 a área total plantada com videiras no mundo apresentou pequena redução, principalmente pela redução de vinhedos na maioria dos países da Europa. A maior ampliação de área foi registrada novamente na China, que, com aumento de 34 mil hectares de 2014 para 2015, se distanciou da França na segunda posição em área plantada. Nos Estados Unidos da América (EUA) e na Argentina há estabilidade de área de produção. O Brasil vinha com área de produção estável e teve pequena redução de 2014 para 2015, ocupa a 13ª posição mundial (Tabela 1).

Tabela 1/I. Área de vinhedos nos principais países e mundial – 2011-15

País	(Mil hectares)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Espanha	1.032	1.017	1.021	1.022	1.021
China	633	709	760	796	830
França	796	792	793	792	786
Itália	720	712	705	690	682
Turquia	508	497	504	502	497
EUA	413	412	424	419	419
Argentina	219	222	224	226	225
Portugal	236	233	229	224	217
Chile	206	206	208	211	211
Romênia	191	192	192	192	192
Austrália	170	162	157	154	149
África do Sul	133	135	133	132	130
Brasil	90	91	90	89	85
Hungria	65	64	64	58	56
Bulgária	75	67	65	64	64
Total mundial	7.485	7.486	7.538	7.541	7.534

Fonte: OIV.

Na produção de vinhos, em 2015 a Itália passou a ocupar o lugar da França como primeiro produtor mundial, a Espanha e os EUA ocupam a terceira e quarta posições, respectivamente. Na América do Sul, a Argentina reduziu, o Chile aumentou e o Brasil manteve a produção de vinho estável. Em 2016 a produção brasileira terá grande redução (Tabela 2).

Em 2015, o mundo consumiu 240 milhões de hectolitros (mhl) de vinho. O maior consumidor mundial são os EUA, com 31mhl, seguido por França, com 27,2mhl, Itália, com 20,5mhl, Alemanha, com 20,5mhl, China, com 16,0mhl e Reino Unido, com 12,9mhl.

¹ Fonte: Organização Internacional da Vinha e do Vinho (OIV) - State of the Vitiviculture World Market (abr. 2016). Disponível em: <http://www.oiv.int/en/technical-standards-and-documents/statistical-analysis/state-vitiviculture>.

Tabela 2/I. Produção mundial de vinhos (excluído sucos e mostos) – 2011-15

País	(Milhares de hectolitros)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Itália	42,8	45,6	54,0	44,2	49,5
França	50,8	41,5	42,0	46,5	47,5
Espanha	33,4	31,1	45,7	39,5	37,2
EUA	19,1	21,7	23,6	22,0	22,1
Argentina	15,5	11,8	15,0	15,2	13,4
Chile	10,5	11,6	12,8	10,0	12,9
Austrália	11,2	12,3	12,5	11,9	11,9
África do Sul	9,7	10,6	11,0	11,5	11,2
China	13,2	13,5	11,8	11,6	11,0
Alemanha	9,1	9,0	8,4	9,2	8,9
Portugal	5,6	6,3	6,3	6,2	6,7
Rússia	7,0	6,2	5,3	4,9	4,9
Romênia	4,1	3,3	5,1	3,7	3,5
Hungria	2,8	1,8	2,7	2,6	2,9
Brasil	3,5	3,0	2,7	2,7	2,8
Total mundial	267,8	258,2	288,9	268,8	274,4

Fonte: OIV.

Os maiores exportadores mundiais de vinho, em ordem decrescente de volume, são: Espanha, com 24,0mhl, Itália, com 20,0mhl, França, com 14,0mhl e o Chile, com 8,8mhl. Em valores, tendo por base o Euro, os maiores exportadores mundiais em ordem decrescente são: França, com 8,2 bilhões, Itália, com 5,3 bilhões, Espanha, com 2,6 bilhões e Chile, com 1,6 bilhões de Euros, o que demonstra os maiores valores agregados pela França e Itália.

Os maiores importadores mundiais de vinho são, nessa ordem, Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, França, China, Canadá, Rússia, Holanda, Bélgica e Japão.

Contextualização nacional

Segundo o IBGE, em 2016 a área brasileira plantada com uvas foi pouco superior a 76 mil hectares, compreendendo tanto a área de uva para processamento como para o consumo in natura. A área de plantio decresceu nos últimos anos, sendo que o Rio Grande do Sul se destaca em relação aos demais estados, representando cerca de 65% da área plantada no País (Tabela 3).

Tabela 3/I. Uva – Área colhida e produção dos principais estados e do Brasil – 2012-16⁽¹⁾

Estado	Área colhida (mil hectares)					Produção (mil toneladas)				
	2012	2013	2014	2015	2016	2012	2013	2014	2015	2016
RS	49,9	49,8	50	49,7	49,2	840,3	807,7	812,5	876,3	415,7
PE	6,8	6,8	6,8	6,8	6,8	224,8	228,7	236,7	237,4	237,4
SP	10,7	8,8	8	7,7	7,7	214,7	166,6	153,8	142,1	143,8
BA	2,5	2,4	2,9	2,9	1,9	62,3	52,8	77,5	77,4	57,2
SC	5	5	4,9	4,8	4,7	71	69,5	68,7	69,1	37,3
PR	5,8	5,3	4,7	4,2	4,5	78,6	88,4	79	64,8	42,8
Outros	1,4	1,5	1,5	1,5	1,5	23,2	25,8	25,6	25,1	25,3
Brasil	82,1	79,5	78,8	77,5	76,3	1.514,80	1.439,50	1.453,90	1.492,10	959,5

⁽¹⁾ Os dados de 2015 e 2016 são preliminares.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal e Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Em face de uma expressiva quebra de produção, de 2015 para 2016 a quantidade de uvas processadas decresceu 57,3 % no Rio Grande do Sul e 68,7 % em Santa Catarina (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4/I. Uva – Quantidade processada pelas empresas do RS – 2007-16

Classificação	Tipo	(Milhões de kg)									
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Americanas/ Híbridas	Branças	56,6	68,8	60,6	58,5	78,8	78,6	66,3	58,8	79,1	28,3
	Rosadas	11,3	15,1	10,5	13,1	15,3	14,9	10,8	9,9	16,2	4,4
	Tintas	430,5	466,4	391,0	409,2	532,8	527,1	460,2	471,3	537,2	235,3
Total de Americanas/Híbridas		498,4	550,3	462,1	480,8	626,9	620,6	537,3	540,1	632,5	268,0
Viníferas	Branças	28,1	34,4	32,4	22,0	37,7	36,3	36,8	35,7	40,0	18,7
	Rosadas	0,2	0,3	0,2	0,1	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1
	Tintas	43,9	49,1	39,8	24,0	44,7	39,7	36,9	30,1	30,2	13,5
Total de Viníferas		72,2	83,8	72,4	46,1	82,7	76,3	73,9	66,0	70,4	32,3
Total global		570,5	634,0	534,5	526,9	709,6	696,9	611,3	606,1	702,9	300,3

Fonte: IBRAVIN/MAPA/SEAPI-RS - Cadastro Vinícola.

Tabela 5/I. Uva – Quantidade processada pelas empresas de SC – 2007-16

Classificação	(Milhões de kg)									
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total de Americanas/Híbridas	28,3	26,7	18,9	24,9	22,0	26,8	24,6	25,1	31,5	9,8
Total de Viníferas	0,3	0,3	0,3	0,4	0,6	0,6	0,8	0,5	0,8	0,3
Total global	28,6	26,9	19,2	25,3	22,6	27,4	25,4	25,6	32,3	10,1

Fonte: IBRAVIN/MAPA/SEAPI-RS - Cadastro Vinícola.

A expressiva perda de produção foi motivada pela combinação de temperaturas mais elevadas durante o inverno, frente fria com uma massa de ar polar e ocorrência de fortes geadas em várias regiões no início de setembro, excesso de chuva e altas temperaturas na primavera e finalmente a ocorrência de granizos em algumas regiões. As temperaturas mais elevadas durante o inverno minimizaram a dormência das gemas, anteciparam a brotação e resultaram em brotação desuniforme e inferior. As geadas do início de setembro provocaram a supressão da produção das primeiras brotações. O excesso de chuva e as altas temperaturas na primavera potencializam a incidência de doenças fúngicas, reduziram a polinização e, como isso, houve um menor número de bagas. A ocorrência de granizos contribuiu para a redução e danos à produção.

Embora a produção de vinhos, suco de uva e derivados da uva e do vinho também ocorra em outras regiões, a maior concentração está no Rio Grande do Sul, onde são elaborados 95% da produção nacional. Dentre os derivados de uvas, o vinho de mesa ainda é o maior expoente. Porém as uvas americanas e híbridas têm outras utilizações e existe uma tendência de mercado de conversão da produção de vinhos de mesa para produção de sucos (Figura 1).

Historicamente, a produção de vinhos finos e demais produtos derivados de uvas viníferas tem variado entre aumentos e reduções. A exceção da produção de espumantes, que vem apresentando aumentos significativos (Figura 2).

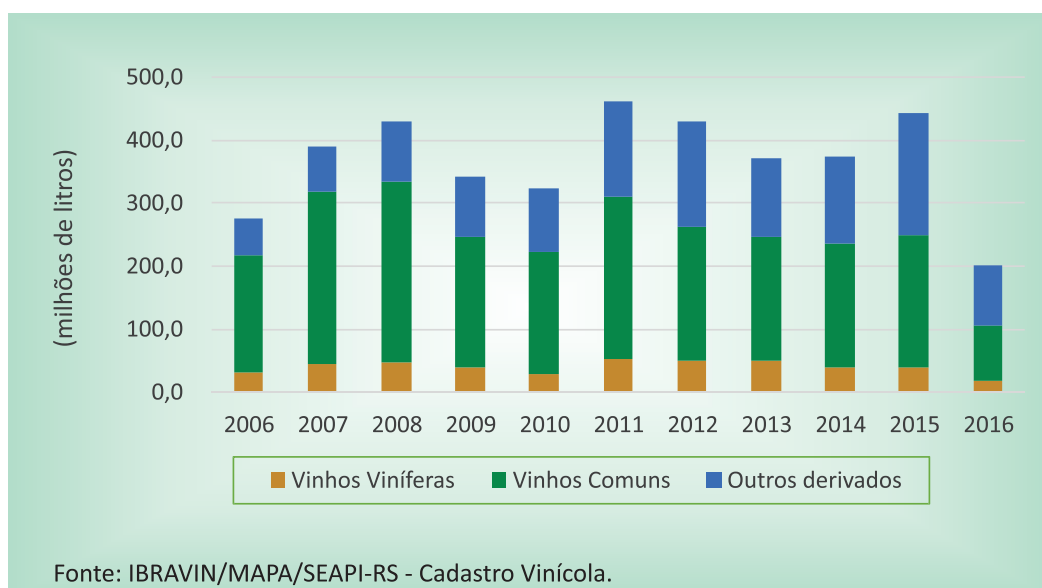


Figura 1/I. Produção de vinhos e outros derivados da uva e vinho - RS - 2006-16

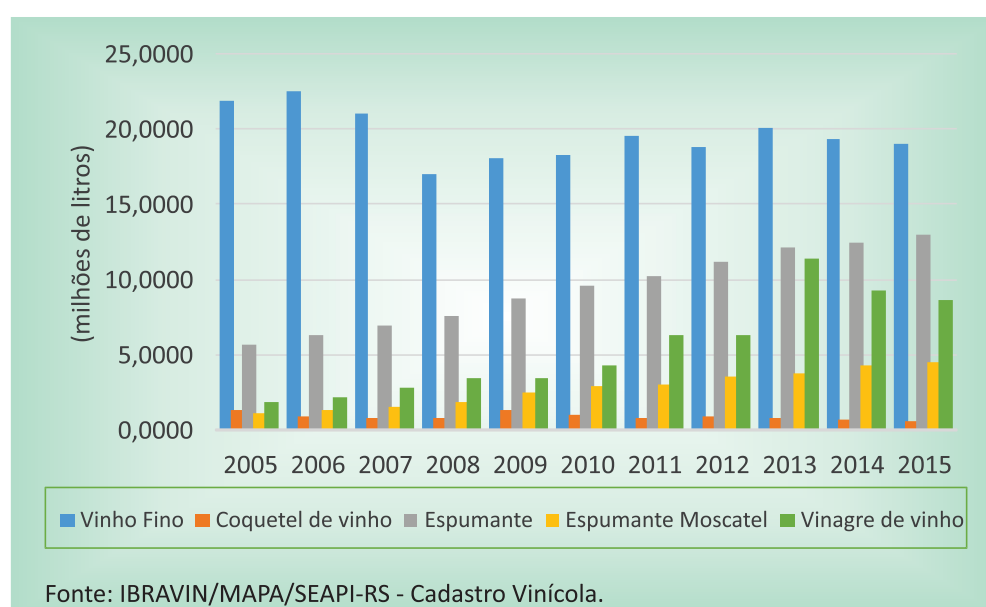


Figura 2/I. Produção de vinhos finos, coquetel de vinho, espumantes, néctares e vinagres no BR - 2005-15

Isso se deve à grande qualidade do espumante nacional, que apresenta acidez pronunciada, características refrescantes e complexidade aromática². Outra produção crescente nos últimos anos é a de vinagre de vinho, o que se explica pela proibição da comercialização e produção de agrin (vinagre sintético).

² CALIARI, V.; BURIN, V.M.; ROSIER, J.P.; BORDIGNON-LUIZ, M.T. (2014) - Aromatic profile of Brazilian sparkling wines produced with classical and innovative grape varieties. Food Research International, v. 62, p. 965-973.

O nível tecnológico utilizado no processo de elaboração dos vinhos finos brasileiros é comparável aos dos países de vitivinicultura avançada. Embora essa evolução tecnológica nem sempre ocorra na elaboração de vinhos de consumo corrente, mais recentemente tem se observado que mais vinícolas estão produzindo vinhos de mesa com a mesma tecnologia dos vinhos finos. Com isso, os vinhos finos nacionais têm apresentado uma grande evolução qualitativa, reconhecida nacional e até internacionalmente, haja vista o bom desempenho de algumas vinícolas brasileiras em concursos internacionais de vinhos.

No que tange à comercialização de vinhos e derivados, comparando-se os primeiros semestres de 2015 e de 2016, os dados da União Brasileira de Vitivinicultura (Uvibra³) relativos aos produtos elaborados no Rio Grande do Sul⁴ mostram o seguinte: redução de 5,57% nos vinhos de mesa (de uvas americanas e híbridas) e aumentos de 9,40% nos vinhos finos (de variedades *Vitis vinífera* L.), de 72,63% nos vinhos-base para champenoise e de 247,81% no vinho base para espumante moscatel. Quando avaliados os produtos prontos observa-se redução de 10,99% na comercialização de espumantes e 5,46% nos espumantes moscatéis. A comercialização de suco de uva reduziu de 63,5 ML para 59,3ML, uma variação de -6,5%.

Com relação às exportações brasileiras, a comparação dos dados do primeiro semestre de 2016 com os do mesmo período de 2015 mostra aumento de 71,80% para o vinho de mesa e de 31,94% para os vinhos finos. Houve redução de 26,80% na exportação dos espumantes, embora os espumantes moscatéis tenham aumento 3,32%. As exportações de suco de uva aumentaram de 778.639 litros para 1.095.493 litros, variação de 40,69%.

Segundo a Uvibra, de todo vinho fino comercializado no Brasil no primeiro semestre de 2015, 78,5% foi vinho importado e 21,5% vinho nacional. No primeiro semestre de 2016 houve discreto crescimento na participação do vinho nacional, que respondeu por 22,3% do mercado, contra 77,7% do vinho importado. A comercialização e consumo de vinhos importados continua sendo uma tendência no Brasil, porém com aumento de comercialização do produto nacional.

No primeiro semestre de 2016, a principal origem das importações brasileiras de vinhos continuou sendo o Chile, com 18.582.178 de litros, representando 53,2% do total importado. Da Argentina foram 5.465.385 de litros e de Portugal, Itália e França foram 3.888.497, 2.926.771 L e 1.430.453 de litros, respectivamente, nos países da zona do euro houve uma pequena redução nas importações devido à valorização do Euro e do Dólar.

Contextualização estadual

Em Santa Catarina, de 2015 para 2016 houve uma redução de área de vinhedos de 4.843 ha para 4.694ha, havendo simultaneamente eliminação de vinhedos em algumas regiões e implantação de novos vinhedos em outras. Conforme analisado na contextualização nacional, a produção estadual de 2016 foi fortemente prejudicada por uma combinação de adversidades e ficou 46% abaixo da de 2015, percentual bem acima da redução de 3,1% observada na área plantada.

Os dados de 2015 e 2016 ainda não disponíveis regionalmente, mas os de anos anteriores mostram uma importante concentração regional/municipal da safra estadual, com destaque para os municípios de Tangará, Videira, Pinheiro Preto e Caçador, que representam mais de 45% da produção estadual (Tabela 6). A maior produção de vinhos está concentrada no município de Pinheiro Preto.

³ Uvibra (2016). Disponível em: http://www.uvibra.com.br/dados_estatisticos.htm.

⁴ Por ser o maior produtor de uvas e vinhos do Brasil, os dados do Rio Grande do Sul podem ser considerados representativos de todo o País.

Tabela 6/I. Uva – Área colhida e produção dos principais municípios e de SC – 2010-14

Município	Área colhida (ha)					Produção (t)				
	2010	2011	2012	2013	2014	2010	2011	2012	2013	2014
Tangará	540	463	463	538	538	10.800	9.260	9.260	10.760	10.760
Videira	450	450	450	450	450	9.000	7.650	9.000	7.650	9.000
Pinheiro Preto	408	370	400	364	364	7.344	6.660	8.000	7.480	7.280
Caçador	340	350	350	350	350	6.800	7.000	7.000	5.250	5.250
Pedras Grandes	122	122	122	122	122	1.586	2.440	2.440	2.440	2.440
Concórdia	87	87	92	92	92	435	696	920	920	1.840
Major Gercino	100	100	100	100	90	1.800	1.800	2.000	2.000	1.350
Fraiburgo	50	62	62	62	62	1.000	744	744	1.240	1.240
Rio das Antas	70	70	70	50	50	1.400	1.260	1.260	535	1.035
São Joaquim	166	196	196	200	200	996	921	980	1.000	1.000
Outros	2.749	2.715	2.692	2.635	2.579	25.090	28.890	29.415	30.228	27.548
Santa Catarina	5.082	4.985	4.997	4.963	4.897	66.251	67.321	71.019	69.503	68.743

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

No que diz respeito à produção de derivados, a predominância é a produção de vinhos de mesa (Figura 3), mas houve grande incremento na produção de vinhos finos nos últimos anos, o que está relacionado, principalmente, às tendências de consumo de vinhos finos no Brasil e ao desenvolvimento da atividade nas regiões de altitude de Santa Catarina. É relevante também o aumento na produção de vinhos espumantes, o que acompanha a evolução de consumo em todo o País. Verifica-se também importante aumento na produção de sucos de uva e sua relação inversa com a produção de vinhos de mesa. Isso é observado especialmente a partir de 2012, com conversão da produção de vinhos de mesa na produção de sucos de uvas.

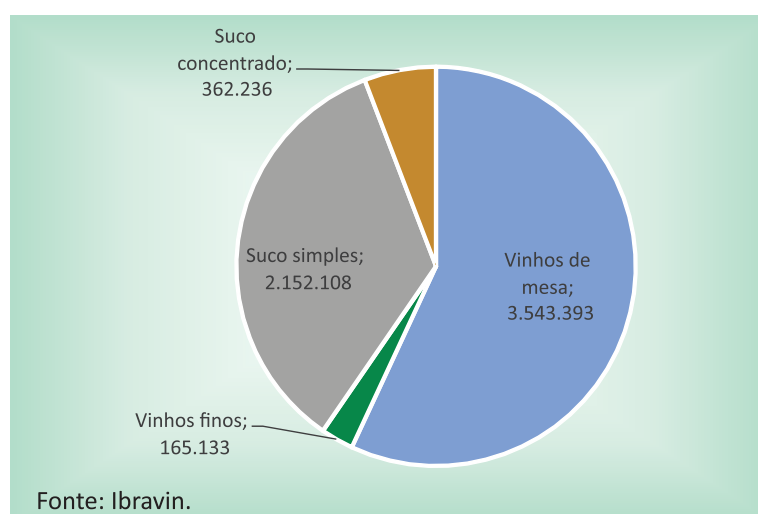


Figura 3/I. Derivados de uva (litros) produzidos em Santa Catarina - 2016

Em face da carência de produção de uvas americanas, principalmente do cultivar Bordô, que atribui a vinhos e sucos coloração, estrutura e sabor característico apreciado pelo consumidor, o Estado continua buscando matéria-prima principalmente no Rio Grande do Sul, o que indica a necessidade de implantação de novos parreirais para produção de sucos.

Desempenho da produção animal

Carne bovina

Alexandre Luís Giehl, Eng.-agr. - Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

De acordo com as estimativas do United States Department of Agriculture (USDA), após uma queda de 1,75% em 2015, em 2016 a produção mundial de carne bovina deverá registrar um aumento de 0,77%. A maioria dos principais países produtores deverá aumentar sua produção, com destaque para Estados Unidos (5,29%), Índia (3,66%) e China (2,99%). Por outro lado, estima-se queda na produção de Brasil, Argentina, Austrália e Rússia. O caso mais crítico é o da Austrália, onde é esperada uma queda de 18,53% na produção, em decorrência da baixa incidência de chuvas nos últimos três anos (Tabela 1).

Tabela 1/I. Carne bovina – Produção mundial – 2012-16

País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estados Unidos	11.848	11.751	11.075	10.817	11.389
Brasil	9.307	9.675	9.723	9.425	9.284
União Europeia	7.708	7.388	7.443	7.691	7.850
China	6.623	6.730	6.890	6.700	6.900
Índia	3.491	3.800	4.100	4.100	4.250
Argentina	2.620	2.850	2.700	2.720	2.600
Austrália	2.152	2.359	2.595	2.547	2.075
México	1.821	1.807	1.827	1.850	1.880
Paquistão	1.587	1.630	1.675	1.710	1.750
Turquia	1.121	1.217	1.245	1.423	1.587
Rússia	1.380	1.385	1.375	1.355	1.340
Outros países	10.055	10.193	10.445	9.684	9.581
Total	59.713	60.785	61.093	60.022	60.486

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

A produção ficará ainda mais concentrada nos cinco maiores produtores, os quais devem atingir 65,59% do total mundial em 2016 (no ano anterior esse montante era de 64,53%).

As projeções iniciais do USDA para 2017 apontam perspectiva de crescimento na produção mundial de aproximadamente 1,4%, devendo o cenário ser favorável em praticamente todos os principais produtores, com destaque para os Estados Unidos, que devem ter aumento de 3,7%. As exceções provavelmente serão Austrália e Rússia, que devem novamente registrar decréscimos (-2,9% e -1,9%, respectivamente).

Em 2016 o consumo mundial deve aumentar 0,97%, em comparação com 2015, de acordo com as estimativas do USDA. Os Estados Unidos seguem como principal consumidor mundial de carne bovina e, juntamente com Brasil, União Europeia e China, respondem por 59,13% do total mundial (Tabela 2). Entre esses países, o aumento mais significativo deve ocorrer na China, com 4,55%. Por outro lado, o Brasil deverá apresentar queda de 3,62%, passando da 2ª para a 4ª colocação.

Tabela 2/I. Carne bovina – Consumo mundial – 2012-16

	(mil t)				
País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estados Unidos	11.739	11.608	11.241	11.276	11.664
União Europeia	7.760	7.520	7.514	7.751	7.890
China	6.667	7.112	7.277	7.339	7.673
Brasil	7.845	7.885	7.896	7.781	7.499
Argentina	2.458	2.664	2.503	2.534	2.390
Índia	2.080	2.035	2.018	2.294	2.400
Rússia	2.398	2.398	2.294	1.966	1.915
México	1.836	1.873	1.839	1.797	1.805
Paquistão	1.538	1.576	1.617	1.636	1.666
Turquia	1.153	1.221	1.250	1.457	1.620
Japão	1.255	1.232	1.225	1.186	1.200
Outros países	11.543	11.998	12.350	11.147	11.006
Total	58.272	59.122	59.024	58.164	58.728

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

A Rússia apresentou retração significativa no consumo nos últimos dois anos e perdeu a posição para a Índia, cujo consumo cresceu 13,68% em 2015 e 4,62% em 2016.

No mercado internacional, as estimativas para 2016 indicam que a China deve se transformar no segundo maior importador de carne bovina, atrás apenas dos Estados Unidos. O país, que já havia aumentado suas importações (58,99%) em 2015, deverá apresentar novo acréscimo de 24,43% em 2016, caso se confirmem as expectativas. Levando-se em consideração tais estimativas preliminares, de 2012 a 2016 as importações chinesas deverão apresentar um crescimento de 859,3% (Tabela 3).

Tabela 3/I. Carne bovina – Importações mundiais – 2012-16

	(mil t)				
País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estados Unidos	1.007	1.020	1.337	1.529	1.370
China	86	412	417	663	825
Japão	737	760	739	707	715
Rússia	1.027	1.023	929	621	585
Coréia do Sul	370	375	392	414	510
Hong Kong	241	473	646	339	375
União Europeia	348	376	372	363	370
Egito	250	195	270	360	340
Canadá	301	295	284	280	260
Chile	187	210	210	213	240
Malásia	174	194	205	237	240
Outros países	1.987	2.115	2.080	1.921	1.836
Total	6.715	7.448	7.881	7.647	7.666

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Na média mundial, as importações deverão apresentar pequeno aumento de 0,25% em 2016, não obstante o recuo de 10,40% nas importações dos Estados Unidos. Vale mencionar que no ano anterior a variação

no volume global de importações foi de -2,97%. Dois importantes destinos da carne brasileira, Rússia e Hong Kong, que em 2015 registraram quedas significativas (-33,15% e -47,52%, respectivamente), deverão finalizar 2016 com um cenário um pouco melhor. Hong Kong deve aumentar em 10,62% suas importações de carne bovina, enquanto a Rússia ainda deve registrar queda (-5,80%), mas menos expressiva que no ano anterior.

Quanto às exportações, assim como em 2015 (quando se registrou uma queda de 4,55%), 2016 também deverá apresentar números negativos no volume de carne bovina exportada (-1,03%). Entre os 11 maiores exportadores, Austrália e Nova Zelândia deverão registrar quedas, que podem chegar a -25,30% no caso do primeiro (Tabela 4).

Tabela 4/I. Carne bovina – Exportações mundiais – 2012-16

País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Índia	1.411	1.765	2.082	1.806	1.850
Brasil	1.524	1.849	1.909	1.705	1.850
Austrália	1.407	1.593	1.851	1.854	1.385
Estados Unidos	1.112	1.174	1.167	1.028	1.120
Nova Zelândia	517	529	579	639	580
Canadá	335	332	378	390	430
Paraguai	251	326	389	381	390
Uruguai	360	340	350	373	385
União Europeia	296	244	301	303	330
México	200	166	194	228	255
Argentina	164	186	197	186	210
Outros países	554	618	595	644	654
Total	8.131	9.122	9.992	9.537	9.439

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

As estimativas do USDA para 2016 constantes na tabela anterior apontam um empate entre Índia e Brasil na primeira posição no ranking de exportações de carne bovina. Contudo, em documento publicado em junho de 2016 (Food Outlook), a Food and Agriculture Organization (FAO) estima que o Brasil deverá recuperar a posição de maior exportador mundial de carne bovina este ano. Destaca-se que o USDA estima um aumento de 8,5% nas exportações brasileiras em 2016. Embora o País tenha encerrado o primeiro semestre com um aumento de 12,24%, no início do segundo semestre houve uma redução no ritmo das exportações. Até o final de setembro/2016 o total exportado no ano foi 6,67% superior ao mesmo período de 2015.

Produção e mercado nacionais

Nos últimos anos a bovinocultura de corte brasileira tem apresentado números bastante modestos, inclusive com variações negativas de parte dos indicadores em alguns períodos. O rebanho bovino, por exemplo, cresceu somente 1,12% entre os anos de 2011 e 2015. Nesse período, destaca-se o crescimento significativo observado no Pará (11,00%) e em Rondônia (9,98%). Por outro lado, o Rio Grande do Sul apresentou a maior queda entre os principais estados (-5,12%). Quando se compara 2015 com o ano anterior, a variação total é um pouco maior, atingindo 1,34% (Tabela 5).

Tabela 5/I. Evolução do rebanho bovino brasileiro – 2011-15

Unidades da Federação	(Nº de cabeças)					Variação (%) 2011-15
	2011	2012	2013	2014	2015	
1º Mato Grosso	29.265.718	28.740.802	28.395.205	28.592.183	29.364.042	0,34
2º Minas Gerais	23.907.915	23.965.914	24.201.256	23.707.042	23.768.959	-0,58
3º Goiás	21.744.650	22.045.776	21.580.398	21.538.072	21.887.720	0,66
4º Mato Grosso do Sul	21.553.851	21.498.382	21.047.274	21.003.830	21.357.398	-0,91
5º Pará	18.262.547	18.605.051	19.165.028	19.911.217	20.271.618	11,00
6º Rio Grande do Sul	14.478.312	14.140.654	14.037.367	13.956.953	13.737.316	-5,12
7º Rondônia	12.182.259	12.218.437	12.329.971	12.744.326	13.397.970	9,98
8º Bahia	10.667.903	10.250.975	10.828.409	10.824.134	10.758.372	0,85
13º Santa Catarina	4.039.217	4.072.960	4.201.561	4.285.931	4.382.299	8,49
Outros estados	56.712.939	55.740.131	55.977.823	55.780.244	56.273.794	-0,77
Brasil	212.815.311	211.279.082	211.764.292	212.343.932	215.199.488	1,12

Fonte: IBGE (2016).

O lento crescimento do rebanho nos últimos anos, somado a outros fatores, teve reflexos sobre o número de animais abatidos e a produção nacional de carne, ambos com variações negativas bastante significativas. Assim como já havia acontecido em 2014, em 2015 registrou-se queda no número de animais abatidos no País. Dessa vez a variação foi de -9,60%, com valores bastante expressivos nos principais produtores. Santa Catarina foi um dos poucos estados a registrar aumento no número de animais abatidos (Tabela 6).

Tabela 6/I. Abate de bovinos por Unidade da Federação – 2011-15

Unidades da Federação	(Nº de cabeças)					Variação (%) 2014-15
	2011	2012	2013	2014	2015	
1º Mato Grosso	4.475.152	5.015.717	5.837.857	5.352.226	4.540.805	-15,16
2º Mato Grosso do Sul	3.283.771	3.988.813	4.120.813	3.931.653	3.408.741	-13,30
3º Goiás	2.701.839	2.922.751	3.466.231	3.409.851	3.060.939	-10,23
4º São Paulo	3.269.852	3.348.472	3.548.939	3.523.974	3.052.511	-13,38
5º Minas Gerais	2.099.739	2.480.113	3.032.618	3.240.379	2.840.812	-12,33
6º Pará	2.079.954	2.177.806	2.447.439	2.624.231	2.647.762	0,90
7º Rondônia	1.893.136	2.046.868	2.289.653	2.004.591	1.904.823	-4,98
8º Rio Grande do Sul	1.885.435	1.934.150	1.920.627	1.885.555	1.821.798	-3,38
13º Santa Catarina	419.887	420.706	405.425	432.871	440.314	1,72
Demais estados	6.715.179	6.783.344	7.342.468	7.502.387	6.933.297	-7,59
Brasil	28.823.944	31.118.740	34.412.070	33.907.718	30.651.802	-9,60

Fonte: IBGE (2016).

No primeiro semestre de 2016 foram abatidos 14,92 milhões de bovinos, o que representa uma diminuição de 2,93% em relação ao ano anterior. Entre os maiores produtores, a queda mais expressiva ocorreu em Minas Gerais, que no primeiro semestre abateu 14,23% menos animais do que no mesmo período de 2015, enquanto Rondônia ampliou os abates em 9,46%. Em Santa Catarina observou-se uma queda de 4,37% no período. Entre os fatores responsáveis por tal cenário, destacam-se a redução no consumo, decorrente das incertezas econômicas do País, os problemas climáticos que afetaram as pastagens em algumas regiões e os elevados preços do milho, que encareceram e desestimularam o confinamento.

A Tabela 7 apresenta o balanço da oferta e demanda de carne bovina no Brasil. Em relação a 2014, a disponibilidade por habitante sofreu redução de 6,85% em 2015. Considerando-se que a importação

desse produto é pouco significativa, a população brasileira aumentou somente 0,83% nesse período e a exportação diminuiu, fica evidente que o fator que mais afetou o resultado foi a queda de 7,07% na produção de carne (carcaça) em 2015.

Tabela 7/I. Carne bovina – Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2011-15

Parâmetro	2011	2012	2013	2014	2015
Produção ⁽¹⁾	6.783,5	7.351,1	8.166,7	8.063,2	7.493,4
Importação	38,0	48,5	45,5	60,8	47,1
Exportação	1.095,7	1.242,5	1.504,3	1.545,0	1.361,4
Disponibilidade	5.725,9	6.157,2	6.707,9	6.579,0	6.179,1
População (milhões de hab.)	197,4	199,2	201,0	202,8	204,5
Kg/habitante/ano	29,01	30,90	33,37	32,45	30,22

⁽¹⁾ Referente à soma dos abates com inspeção municipal, estadual e federal.

Fonte: IBGE (2016), MDIC/Aliceweb (2016).

Quanto ao mercado externo, após três anos consecutivos de elevação, em 2015 o Brasil exportou 11,89% menos carne bovina que em 2014 (Figura 1). Em termos de valores, a variação foi mais expressiva ainda, com uma queda de 18,94%, tendo 2015 finalizado com o montante de US\$ 5,80 bilhões, principalmente em função da redução nas importações por parte de alguns importantes parceiros comerciais, como Rússia, Venezuela e Hong Kong. No caso dos dois primeiros, esse cenário é resultado especialmente do baixo valor que o barril de petróleo atingiu no mercado internacional, o que prejudicou sensivelmente a economia daqueles países.

Em 2015 os congelados in natura representaram o maior percentual da carne bovina exportada pelo País, com 80,48% do volume.

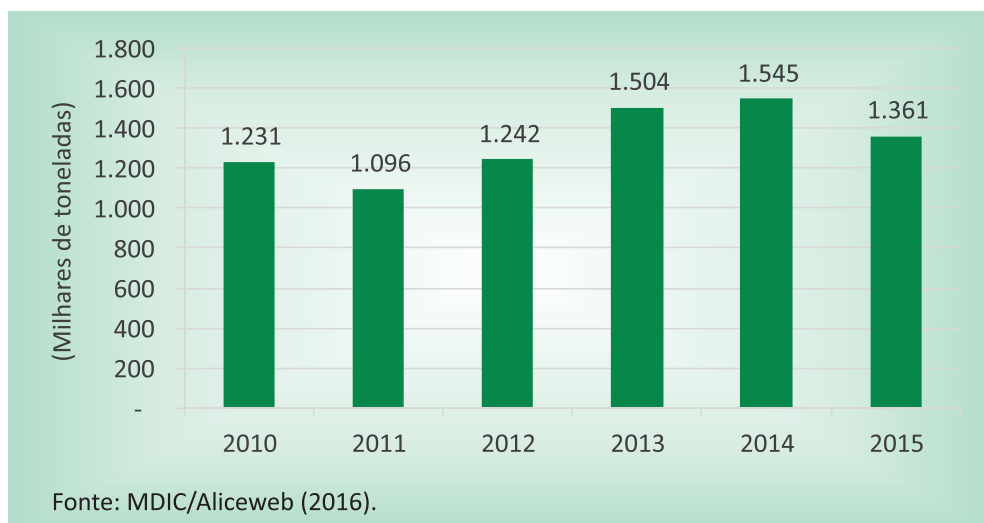


Figura 1/I. Carne bovina – Evolução das exportações – 2010-15

No entanto, é preciso ressaltar que, apesar dos números negativos de 2015, a partir de meados do segundo semestre daquele ano observou-se uma recuperação no ritmo das exportações. Esse movimento teve continuidade no ano seguinte, a ponto de o primeiro semestre de 2016 registrar uma elevação de 12,24%

na quantidade exportada em relação ao mesmo período de 2015. No início do segundo semestre houve nova desaceleração, mas até o final de setembro de 2016, o total exportado no ano ainda superava igual período do ano anterior em 6,67%.

Apesar da redução em relação ao ano anterior, em 2015 Hong Kong manteve-se como principal destino das exportações de carne bovina do Brasil. Juntos, os cinco primeiros no ranking responderam por 55,74% do valor e 61,0% da quantidade exportada pelo País (Tabela 8).

Tabela 8/I. Carne bovina – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2015

País	Valor (milhões de US\$)	%	Quantidade (t)	%
Hong Kong	975,46	16,83	263.842	19,38
Egito	661,25	11,41	195.933	14,39
Rússia	579,03	9,99	179.176	13,16
Venezuela	537,74	9,28	93.905	6,90
China	476,60	8,22	97.535	7,16
Irã	382,75	6,60	97.792	7,18
Estados Unidos	285,20	4,92	30.718	2,26
Chile	260,45	4,49	54.894	4,03
Itália	229,60	3,96	33.838	2,49
Outros países	1.407,02	24,28	313.763	23,05
Total	5.795,10	100,00	1.361.395	100,00

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

É importante chamar a atenção para o crescimento das exportações para a China, como é possível observar na Tabela 9. Em 2011 a China ocupava a 33ª posição no ranking de países de destino da carne bovina brasileira. Em 2015 saltou para a 5ª colocação e em setembro de 2016 figurava como 3º principal importador.

Tabela 9/I. Carne bovina – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2011-16

País	Valor exportado (milhões de US\$)						Incremento (%) 2011-15
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	
Hong Kong	691,47	823,00	1.447,17	1.691,12	975,46	776,14	41,07
Egito	439,90	551,31	486,50	611,12	661,25	506,52	50,32
Rússia	1.060,70	1.103,53	1.213,01	1.314,98	579,03	298,30	-45,41
Venezuela	376,35	448,21	844,37	904,19	537,74	121,80	42,88
China	10,74	74,87	1,48	0,49	476,60	471,69	4.339,53
Irã	689,22	323,94	266,30	272,91	382,75	240,68	-44,47
Outros países	2.080,39	2.419,28	2.401,18	2.354,10	2.182,27	1.638,98	4,90
Total	5.348,77	5.744,13	6.660,01	7.148,92	5.795,10	4.054,11	8,34

⁽¹⁾ Valores parciais, referentes ao período de janeiro a setembro de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Embora o incremento nos valores exportados no período 2011-15 tenha sido de somente 8,34%, em termos de quantidade houve crescimento de 24,25%, destacando-se China (3.209,91%), Estados Unidos (134,54%) e Egito (85,45%).

Quase 80% da carne bovina destinada à exportação é oriunda de 5 unidades da federação, conforme

apresentado na Tabela 10. Em relação a 2014, destaca-se o crescimento da participação de Rondônia, que ultrapassou Mato Grosso do Sul. Entre os 15 estados exportadores, Santa Catarina ocupa a última posição no ranking. Aliás, com exceção de 2012, o volume de carne bovina exportada pelo estado vem caindo desde 2010.

Tabela 10/I. Carne bovina – Principais estados exportadores – 2015

Estado	Valor (milhões de US\$)	% do total	Quantidade (t)	% do total
São Paulo	1.590,4	27,44	345.553	25,38
Mato Grosso	1.110,1	19,15	253.480	18,62
Goiás	863,0	14,89	204.041	14,99
Rondônia	546,6	9,43	135.355	9,94
Mato Grosso do Sul	497,3	8,58	121.787	8,95
Santa Catarina	6,3	0,11	2.100	0,15
Brasil (total)	5.795,1		1.361.395	

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Produção e mercado estaduais

De acordo com dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), no final de 2015 o rebanho bovino catarinense totalizava 4,39 milhões de cabeças. Embora o estado seja mais conhecido pela produção de leite do que de carne, há predomínio de animais de corte: 51,4% possuem aptidão para corte, 34,74% aptidão para leite, 13,75% aptidão mista e 0,11% não se enquadram em nenhuma das categorias (Tabela 11).

O rebanho catarinense é composto basicamente por fêmeas (73,22%), em sua maioria adultas. Do rebanho total de 2015, 34,96% eram animais jovens com 0 a 24 meses de idade.

Tabela 11/I. Rebanho bovino catarinense, por faixa etária e sexo – 2015

Faixa etária (meses)	Sexo		Total
	Macho	Fêmea	
0 a 12	326.498	420.159	746.657
13 a 24	313.827	474.928	788.755
25 a 36	180.709	404.346	585.055
> 36	355.370	1.916.670	2.272.040
Total	1.176.404	3.216.103	4.392.507

Fonte: Adaptado de Cidasc (2016).

Ainda segundo a Cidasc, a bovinocultura está presente em 291 municípios catarinenses (98,6% do total) e o rebanho distribui-se em 78.729 produtores, dos quais 35.713 (45,36%) com finalidade comercial e 43.016 (54,64%) sem finalidade comercial.

Em 2015 foram abatidas 546,7 mil cabeças de bovinos em Santa Catarina, no âmbito dos sistemas de inspeção sanitária (municipal, estadual e federal)¹. Tal montante representa um aumento de 1,10% em

¹ Ressalta-se que os dados referentes ao abate de bovinos em Santa Catarina disponibilizados pela Cidasc e utilizados nesta seção do texto destoam daqueles informados pelo IBGE, principalmente por questões relacionadas à metodologia de coleta. Não obstante tais diferenças, optou-se por utilizar as informações da Cidasc no segmento “Produção e mercado estaduais” em função do maior grau de detalhamento dos dados, necessário para a realização de algumas análises aqui pretendidas. Contudo, em outros segmentos em que se realiza análises de abrangência nacional, adotaram-se os dados do IBGE para possibilitar comparações com outras unidades da federação.

relação a 2014. Ao contabilizar também os animais abatidos com fim de autoconsumo, registra-se em 2015 um crescimento de 0,54% em comparação com o total do ano anterior (Tabela 12). No âmbito nacional registrou-se um decréscimo de 9,60% nos abates de 2015.

Tabela 12/I. Bovinos abatidos por destino – Santa Catarina – 2013-15

Destino	Nº de cabeças			Participação % no total 2015
	2013	2014	2015	
Com sistema de inspeção	459.515	540.781	546.738	85,21
Autoconsumo	96.834	97.379	94.917	14,79
Comércio interestadual	34	112	71	0,00
Total	556.383	638.272	641.656	100,00

Fonte: Cidasc (2016).

Os abates realizados em Santa Catarina no ano de 2015 com algum tipo de inspeção sanitária produziram cerca de 122,5 mil toneladas de carcaças bovinas. Em relação aos animais abatidos para o autoconsumo, estima-se que o montante total de 2015 seja de aproximadamente 19,8 mil toneladas.

Mais de 80% do abate de bovinos em Santa Catarina no âmbito dos sistemas de inspeção sanitária ocorre em abatedouros que possuem SIM ou SIE (Tabela 13). Tal situação se justifica essencialmente porque a produção estadual é menor que a demanda, bem como pela distribuição geográfica dessas unidades.

Tabela 13/I. Bovinos abatidos de acordo com o sistema de inspeção – Santa Catarina – 2015

Sistema de Inspeção	%
Federal	20,07
Estadual	74,45
Municipal	5,48
Total	100,00

Fonte: Cidasc (2016).

A Tabela 14 apresenta a distribuição da produção catarinense de bovinos para abate, de acordo com a microrregião de origem dos animais (independente da microrregião em que foram abatidos). Ressalta-se que somente foram contabilizados os animais abatidos em unidades com algum tipo de inspeção sanitária, não sendo considerados no referido quadro aqueles destinados ao autoconsumo.

A Mesorregião Oeste (que reúne as microrregiões de Chapecó, Joaçaba, São Miguel do Oeste, Xanxerê e Concórdia) é responsável por quase metade (49,13%) dos animais destinados ao abate em 2015.

A Figura 2 apresenta a distribuição da produção catarinense de bovinos de acordo com o município de origem dos animais abatidos em 2015. Os tons mais escuros representam um maior número de animais.

Tabela 14/I. Produção de bovinos – Microrregiões de origem dos animais abatidos em SC – 2015

Microrregião	Total de bovinos (cabeças)	%
1º Chapecó	80.757	14,77
2º Joaçaba	75.717	13,85
3º São Miguel do Oeste	54.696	10,00
4º Tubarão	45.148	8,26
5º Campos de Lages	43.458	7,95
6º Curitibanos	35.600	6,51
7º Canoinhas	33.644	6,15
8º Xanxerê	29.815	5,45
9º Concórdia	27.627	5,05
10º Blumenau	21.561	3,94
11º Rio do Sul	21.042	3,85
12º Florianópolis	16.235	2,97
13º Itajaí	13.495	2,47
14º Araranguá	9.839	1,80
15º Joinville	8.537	1,56
16º Criciúma	8.041	1,47
17º Tijucas	6.881	1,26
18º Ituporanga	6.499	1,19
19º São Bento do Sul	4.792	0,88
20º Tabuleiro	3.354	0,61
Total	546.738	100,00

Fonte: Cidasc (2016).

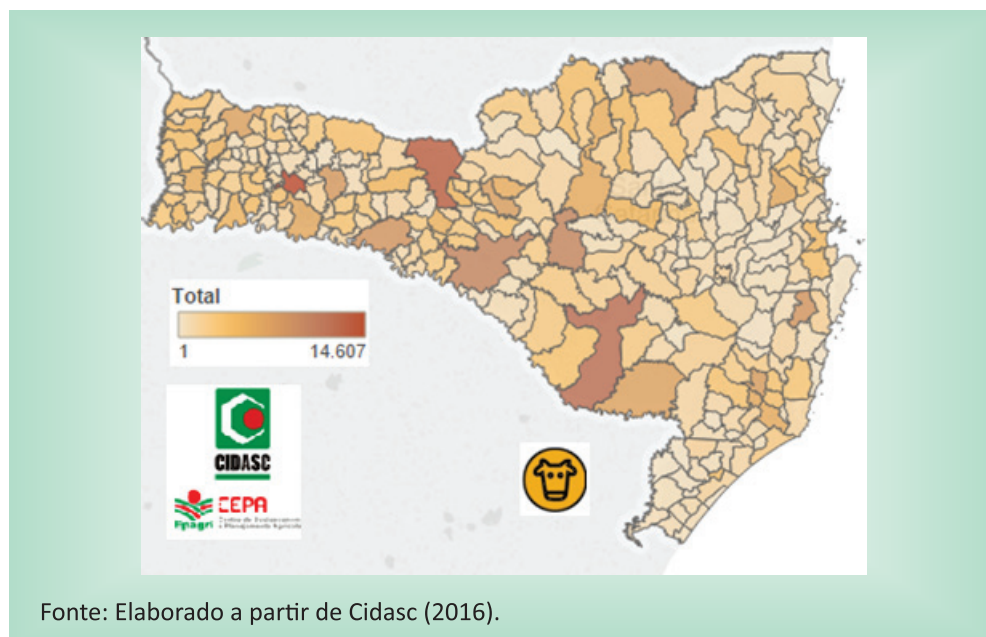


Figura 2/I. Distribuição da produção de bovinos destinados ao abate em Santa Catarina – 2015

Durante o ano de 2015 e no primeiro semestre de 2016 manteve-se a tendência de alta nos preços médios recebidos pelos produtores, já observada nos anos anteriores. Entre janeiro de 2015 e setembro de 2016, os preços ao produtor aumentaram 12,11% na média das praças de referência de Chapecó e Rio do Sul (Figura 3), registrando-se poucos momentos de oscilação negativa.

Ao longo de 2016 os preços têm se mostrado mais estáveis que no ano anterior, principalmente em função da retração no consumo. A variação entre os preços de janeiro e de setembro foi de somente 0,34%.

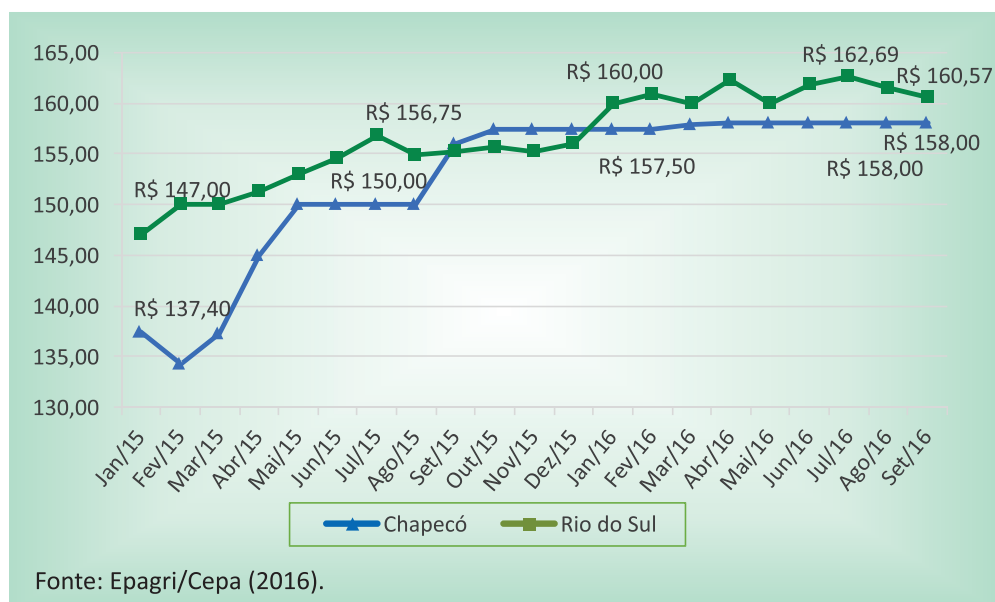


Figura 3/I. Boi gordo – Preços médios ao produtor em duas praças de referência – Santa Catarina – 2015-16

Em relação ao mercado externo, tradicionalmente pouco significativo para a bovinocultura de corte catarinense, vale destacar que em junho de 2016 o estado registrou seu primeiro embarque de animais vivos. Foram exportados cerca de 4,1 mil terneiros entre 6 e 8 meses, com destino à Turquia.

A expectativa é de que o ano de 2016 registre uma queda de 3 a 4% no número de animais abatidos em Santa Catarina, conforme já vêm sinalizando os dados parciais. Mesmo com a oferta reduzida, os preços devem se manter estáveis em função da fraca demanda.

Em relação às perspectivas futuras, eventuais melhorias para o produtor dependem do cenário econômico em 2017, já que a demanda está fortemente relacionada a esse fator. Além disso, o comportamento do câmbio pode também influenciar o setor, favorecendo ou não as exportações (destino de cerca de 20% da produção brasileira). Alguns analistas apontam expectativas positivas para as exportações em 2017, em decorrência da abertura de novos mercados, como os Estados Unidos, e de queda na produção de outros tradicionais exportadores, como a Austrália. Embora as exportações catarinenses sejam pouco significativas, há que se considerar, que os preços pagos no estado são influenciados, entre outros fatores, pelo comportamento dessa variante nos principais estados produtores.

Carne de frango

Alexandre Luís Giehl, Eng.-agr. - Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Nas últimas décadas, cada vez mais a carne de frango tem ganho espaço na alimentação humana, constituindo-se numa das principais fontes de proteína de origem animal disponíveis. Nesse quesito, atualmente o frango ocupa a terceira posição, atrás apenas do pescado e da carne suína.

Os Estados Unidos são o maior produtor, com 20,42% da produção mundial, levando em consideração as estimativas para 2016, seguido por Brasil (15,19%), China (14,18%) e União Europeia (12,36%). Os quatro maiores produtores mundiais são responsáveis por 62,15% da produção (Tabela 1).

Tabela 1/I. Carne de frango – Produção mundial – 2012-16

País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estados Unidos	16.621	16.976	17.306	17.971	18.283
Brasil	12.645	12.308	12.692	13.146	13.605
China	13.700	13.350	13.000	13.400	12.700
União Europeia	9.660	10.050	10.450	10.810	11.070
Índia	3.160	3.450	3.725	3.900	4.200
Rússia	2.830	3.010	3.260	3.600	3.750
México	2.958	2.907	3.025	3.175	3.270
Argentina	2.014	2.060	2.050	2.080	2.100
Turquia	1.723	1.758	1.894	1.909	1.900
Tailândia	1.550	1.500	1.570	1.700	1.780
Indonésia	1.540	1.550	1.565	1.625	1.640
Outros países	14.866	15.480	16.018	15.378	15.250
Total	83.267	84.399	86.555	88.694	89.548

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

As estimativas do United States Department of Agriculture (USDA) apontam um crescimento de apenas 0,96% no ano de 2016 em relação a 2015, valor bastante próximo àquele estimado pela Food and Agriculture Organization (FAO) no documento Food Outlook (jun./2016), que é de 1,1%. A maioria dos principais produtores mundiais deverá apresentar incrementos mais significativos, com destaque para a Índia, cuja produção deve crescer 7,69%. Por outro lado, prevê-se diminuição de aproximadamente 5% na produção da China (tanto nas estimativas da FAO quanto do USDA), o que faz com que o crescimento médio mundial seja modesto. A perspectiva de queda na produção chinesa é decorrente de restrições na demanda interna e do surgimento de focos de Influenza Aviária nos Estados Unidos, principal fornecedor de matrizes de frango de corte para a China, em dezembro de 2014. Com isso, em 2015 o governo chinês embargou a importação de produtos avícolas estadunidenses, o que comprometeu a renovação dos plantéis daquele país.

Em 2015 os Estados Unidos apresentaram um crescimento de 3,84%, número que poderia ter sido mais significativo não fosse a ocorrência do surto de Influenza Aviária, avalia a FAO. O ressurgimento da doença em algumas áreas do estado de Indiana, em janeiro de 2016, reacendeu as preocupações sobre o comportamento da produção estadunidense nesse ano.

As projeções iniciais do USDA para 2017 apontam perspectiva de crescimento na produção mundial de aproximadamente 1%, com números positivos em praticamente todos os principais produtores. A única exceção é a China, que deve registrar queda mais acentuada do que aquela observada em 2016, podendo atingir -9,5%.

Em relação ao consumo, o USDA estima que em 2016 haverá um incremento de 0,78% em termos mundiais. Essa fraca alteração se dará principalmente pela redução no consumo de carne de frango pelos chineses, o qual deve sofrer queda de 4,16%. Destaques positivos são a Índia e a África do Sul, onde a demanda deverá aumentar 7,76% e 6,21%, respectivamente.

Ainda em relação a 2016, a participação dos quatro maiores consumidores deverá ter leve queda, de 55,24% para 54,95% do total mundial, resultante especialmente da redução no consumo da China (Tabela 2).

Tabela 2/I. Carne de frango – Consumo mundial – 2012-16

	(mil t)				
País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estados Unidos	13.346	13.691	14.043	15.094	15.379
China	13.543	13.174	12.830	13.267	12.715
União Europeia	9.293	9.638	10.029	10.361	10.570
Brasil	9.139	8.829	9.137	9.309	9.497
Índia	3.156	3.445	3.716	3.892	4.194
México	3.568	3.582	3.738	3.960	4.087
Rússia	3.350	3.504	3.660	3.804	3.835
Japão	2.214	2.209	2.228	2.321	2.366
Argentina	1.723	1.729	1.773	1.894	1.955
África do Sul	1.582	1.556	1.572	1.690	1.795
Indonésia	1.540	1.550	1.565	1.625	1.640
Outros países	19.170	19.976	20.654	19.739	19.605
Total	81.624	82.883	84.945	86.956	87.638

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

No que diz respeito às importações, estimativas do USDA apontam um crescimento de 3,25% no total mundial em 2016. Entre os 10 maiores importadores, somente a Arábia Saudita deverá apresentar redução (-1,51%). Por outro lado, merecem destaque China, Filipinas e África do Sul, cujas importações devem crescer 52,99%, 26,83% e 19,27%, respectivamente (Tabela 3). Para além dos 10 principais importadores, os demais países (responsáveis por pouco mais de 1/3 das importações) devem apresentar queda de 4,64% em 2016.

Do lado dos exportadores, a expectativa é de que haja crescimento de 5,26% nos volumes exportados em 2016 em comparação com o ano anterior. Dentre os 11 principais exportadores, as maiores taxas de crescimento devem ser apresentadas por Rússia e Ucrânia, com 83,10% e 35,22%, respectivamente. Contudo, o que mais impacta a perspectiva de ampliação nas exportações mundiais são as taxas dos três maiores exportadores, Brasil, Estados Unidos e União Europeia, que devem crescer 7,00%, 3,87% e 6,20%, segundo o USDA. Esses três respondem por 76,90% das exportações mundiais.

No grupo dos 11 principais exportadores, devem ser registradas quedas na China (-1,50%) pelas razões já destacadas anteriormente, bem como na Turquia (-12,77%) e Argentina (-17,11%) (Tabela 4).

Tabela 3/I. Carne de frango – Importações mundiais – 2012-16

País	(mil t)				
	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Japão	877	854	888	936	955
Arábia Saudita	750	838	762	863	850
México	616	682	722	790	820
União Europeia	727	671	712	728	750
Iraque	610	673	698	625	670
África do Sul	371	355	369	436	520
China	254	244	260	268	410
Hong Kong	300	272	299	312	325
Emirados Árabes	223	217	225	277	305
Filipinas	150	148	199	205	260
Outros países	3.617	3.683	3.715	3.127	2.982
Total	8.546	8.692	8.902	8.626	8.906

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Tabela 4/I. Carne de frango – Exportações mundiais – 2012-16

País	(mil t)				
	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Brasil	3.508	3.482	3.558	3.841	4.110
Estados Unidos	3.299	3.332	3.310	2.867	2.978
União Europeia	1.094	1.083	1.133	1.177	1.250
Tailândia	538	504	546	622	670
China	411	420	430	401	395
Turquia	284	337	378	321	280
Ucrânia	75	141	167	159	215
Argentina	295	334	278	187	155
Canadá	141	150	137	133	135
Bielorrússia	105	105	113	135	135
Rússia	35	48	50	71	130
Outros países	303	338	377	340	340
Total	10.088	10.274	10.477	10.254	10.793

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Corroborando as estimativas anteriormente apresentadas, ressalta-se que de janeiro a setembro de 2016 o Brasil já exportou cerca de 3,32 milhões de toneladas de carne de frango, um incremento de 6,14% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Produção e mercado nacionais

Se em termos mundiais a carne de frango tem se destacado como fonte de proteína de origem animal, no Brasil esse papel ganha ainda mais destaque, uma vez que desde o início dos anos 2000 ela é a carne mais consumida no País.

O número de frangos abatidos cresceu 5,44% no ano de 2015 em relação a 2014, conforme demonstram os dados do IBGE apresentados na Tabela 5. Em 2016, por sua vez, o número de aves abatidas no primeiro semestre apresentou crescimento de 6,82% na comparação com o mesmo período de 2015.

Tabela 5/I. Abate de frangos de corte – Brasil – 2011-16

Mês	(milhões cab.)					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Janeiro	431,74	455,22	457,05	474,58	462,64	481,48
Fevereiro	414,88	424,94	401,79	433,42	422,07	477,46
Março	460,41	468,71	426,66	444,16	497,70	521,68
Abril	414,58	400,97	472,53	440,26	452,02	490,75
Mai	455,32	452,74	464,35	461,92	469,63	490,11
Junho	440,27	420,39	433,64	427,72	481,22	513,84
Julho	447,65	446,49	479,93	488,69	517,77	-
Agosto	464,12	472,84	467,40	451,11	492,39	-
Setembro	438,42	412,55	433,71	466,19	492,90	-
Outubro	430,59	455,60	485,76	490,95	513,88	-
Novembro	430,84	428,79	435,54	449,66	486,22	-
Dezembro	458,88	404,34	435,40	467,73	507,21	-
Total	5.287,70	5.243,58	5.393,75	5.496,39	5.795,63	2.975,32

⁽¹⁾ Valores parciais, referentes ao primeiro semestre de 2016.

Fonte: IBGE (2016).

Com o aumento da produção em 2015, a disponibilidade por habitante também sofreu uma variação positiva, apesar do aumento observado nas exportações (Tabela 6).

Tabela 6/I. Carne de frango – Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2011-15

Parâmetro	(t)				
	2011	2012	2013	2014	2015
Produção ⁽¹⁾	11.421.731	11.534.972	11.964.353	12.515.462	13.133.018
Importação	2.354	2.246	3.362	2.711	4.110
Exportação	3.944.989	3.919.826	3.895.083	3.997.874	4.229.219
Disponibilidade interna	7.479.095	7.617.391	8.072.632	8.520.299	8.907.909
População (milhões hab.)	197,4	199,2	201,0	202,8	204,5
Kg/habitante/ano	37,89	38,23	40,16	42,02	43,57

⁽¹⁾ Referente à soma dos abates com inspeção municipal, estadual e federal.

Fonte: IBGE (2016), MDIC/Aliceweb (2016).

As exportações brasileiras de carne de frango registraram aumentos nos últimos dois anos (2014 e 2015) de 2,66% e 5,76%, em termos de quantidade exportada (Figura 1).

Para o ano de 2016 estima-se novo saldo positivo, devendo o incremento ser de 6 a 7% superior ao ano anterior, em termos de quantidade. Os dados preliminares (janeiro a setembro/2016) demonstram que já se atingiu o patamar de 3,32 milhões de toneladas exportadas, o que representa um acréscimo de 6,14% em relação ao mesmo período de 2015.

Já em termos financeiros, os números não são tão favoráveis. A carne de frango exportada em 2015 gerou um montante de US\$7,071 bilhões, o que representa uma variação de -10,87% em relação ao ano anterior. Em 2016, mesmo com o significativo incremento nas exportações reportado anteriormente, o valor exportado de janeiro a setembro foi de US\$5,172 bilhões, 3,61% menor que igual período do ano anterior.

Quanto ao destino das exportações brasileiras de frango, os principais mercados continuam sendo a Arábia Saudita e o Japão, que juntos respondem por 28,64% da quantidade e 31,28% do valor exportado pelo Brasil em 2015 (Tabela 7).

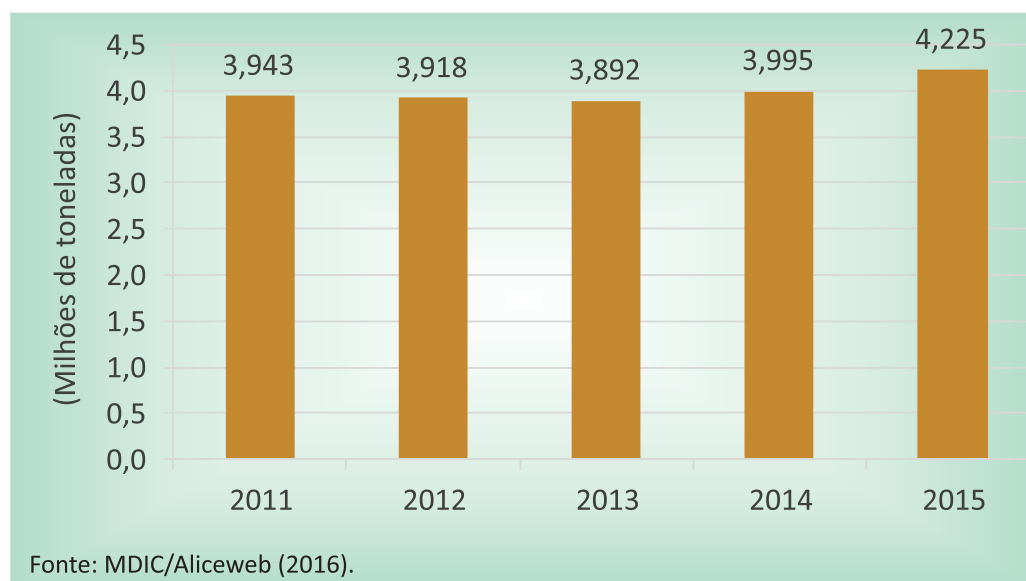


Figura 1/I. Carne de frango – Evolução das exportações – 2011-15

Tabela 7/I. Carne de frango – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2015

País	Exportações (%)			
	Valor (milhões de US\$)	%	Quantidade (t)	%
Arábia Saudita	1.369,51	19,37	789.302	18,68
Japão	842,15	11,91	420.597	9,95
China	607,66	8,59	307.042	7,27
Emirados Árabes	509,49	7,21	303.737	7,19
Países Baixos	460,51	6,51	192.641	4,56
Venezuela	305,69	4,32	132.080	3,13
Hong Kong	293,33	4,15	236.291	5,59
Reino Unido	217,61	3,08	77.517	1,83
Kuwait	192,08	2,72	121.615	2,88
Coreia do Sul	181,50	2,57	93.285	2,21
Outros países	2.091,00	29,57	1.551.001	36,71
Total	7.070,55	100,00	4.225.109	100,00

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Contudo, quando se analisa uma série histórica um pouco mais longa, ganha destaque o crescimento da China como parceiro comercial nesse segmento. As exportações brasileiras para aquele país apresentaram um incremento de 43,68% em valor e 56,78% em quantidade entre 2011 e 2015. Os dados parciais de 2016 (janeiro a setembro) demonstram que provavelmente a China deve finalizar esse ano como 2ª colocada no ranking dos importadores da carne de frango brasileira (Tabela 8).

Tabela 8/I. Carne de frango – Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2011-16

País	Valor exportado (milhões de US\$)						Incremento (%)
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾	2011-15
Arábia Saudita	1.215,92	202,84	1.411,75	1.228,18	1.369,51	867,80	12,63
Japão	1.327,65	976,44	978,33	1.082,96	842,15	579,99	-36,57
China	422,93	492,83	440,79	518,79	607,66	691,63	43,68
Emirados Árabes	429,70	458,51	517,88	508,42	509,49	357,69	18,57
Países Baixos	811,08	620,16	590,75	567,13	460,51	305,70	-43,22
Venezuela	356,39	205,71	341,77	428,37	305,69	116,02	-14,22
Outros países	3.689,31	3.746,52	3.685,25	3.598,77	2.975,53	2.253,52	-19,35
Total	8.252,99	7.703,00	7.966,53	7.932,62	7.070,55	5.172,35	-14,33

⁽¹⁾ Valores parciais, referentes ao período de janeiro a setembro de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Em termos regionais, o Sul do Brasil responde por mais de $\frac{3}{4}$ das exportações brasileiras, com destaque para o estado do Paraná (Tabela 9).

Tabela 9/I. Exportação de carne de frango – Total do Brasil e dos principais estados – 2015

Abrangência	Quantidade (t)	% do total	Valor (milhões de US\$)	% do total
Brasil	4.225.109	100,00	7.070,55	100,00
Região Sul	3.212.513	76,03	5.387,74	76,20
Paraná	1.481.878	35,07	2.365,49	33,46
Santa Catarina	984.318	23,30	1.791,00	25,33
Rio Grande do Sul	746.317	17,66	1.231,25	17,41

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

A perspectiva é de que se registre um crescimento moderado na produção brasileira de frangos em 2016. Embora o número de abates e o peso de carcaça no primeiro semestre tenham sido 6,82% e 4,01% superiores ao mesmo período de 2015, os prognósticos apontam que esse ritmo não deve se manter no segundo semestre.

Produção e mercado estaduais

A participação de Santa Catarina na produção nacional de aves de corte, que em 2011 era de 17,90% do total de frangos abatidos no País, tem caído ano a ano, atingindo o patamar de 15,22% em 2015, conforme demonstram os dados do IBGE (Figura 2).

Levando-se consideração os valores preliminares de 2016, referentes ao primeiro semestre, a participação catarinense cai para 14,72%.

Não obstante tal situação, de acordo com os dados de 2015 o estado de Santa Catarina continuava ocupando a 2ª posição no ranking nacional, atrás do Paraná (30,60%) e à frente do Rio Grande do Sul (13,82%). Somando-se a produção dos três estados, a Região Sul responde por 59,64% do total nacional.

No âmbito estadual, a produção encontra-se concentrada no Oeste Catarinense, responsável por 77,79% dos frangos abatidos em Santa Catarina em 2015. A tabela a seguir, elaborada a partir de dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), apresenta a distribuição

dos frangos abatidos no ano de 2015 de acordo com a microrregião de origem dos animais, independente do local de abate.

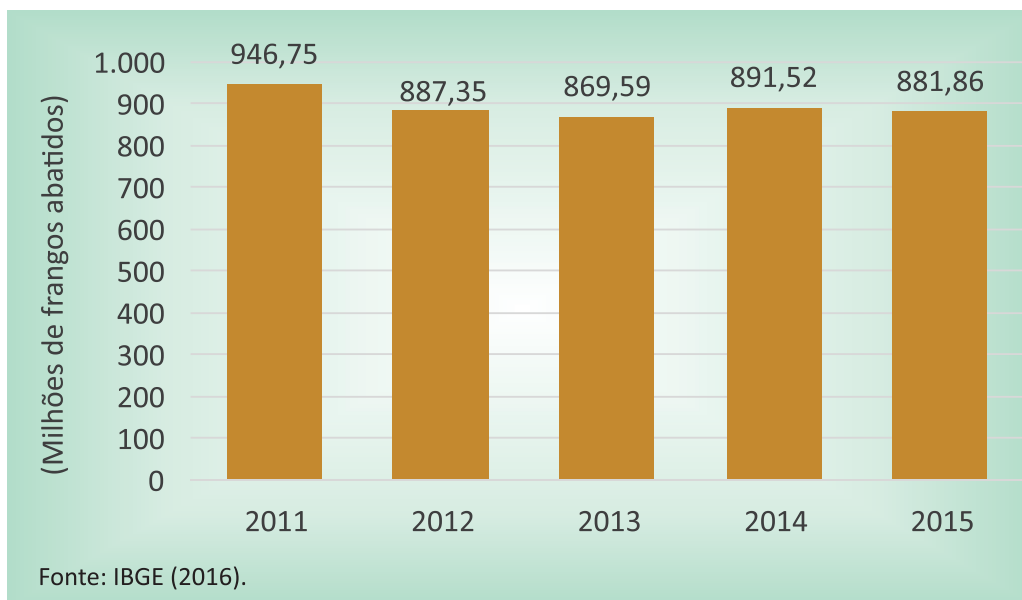


Figura 2/I. Evolução do abate de frangos em Santa Catarina – 2011-15

Tabela 10/I. Produção de frangos – Microrregiões de origem dos animais abatidos em SC – 2015

Microrregião	Nº de aves (milhões)	%
Joaçaba	202,29	22,94
Chapecó	189,73	21,52
Concórdia	160,45	18,20
Xanxerê	68,45	7,76
São Miguel do Oeste	65,01	7,37
Criciúma	45,63	5,17
Araranguá	43,09	4,89
Canoinhas	29,26	3,32
Tubarão	26,26	2,98
Curitibanos	11,11	1,26
São Bento do Sul	7,78	0,88
Tabuleiro	7,20	0,82
Florianópolis	7,16	0,81
Joinville	5,79	0,66
Blumenau	3,41	0,39
Rio do Sul	3,36	0,38
Tijucas	2,53	0,29
Itajaí	2,16	0,25
Campos de Lages	0,75	0,09
Ituporanga	0,35	0,04
Total	881,75	100,00

Fonte: Cidasc (2016).

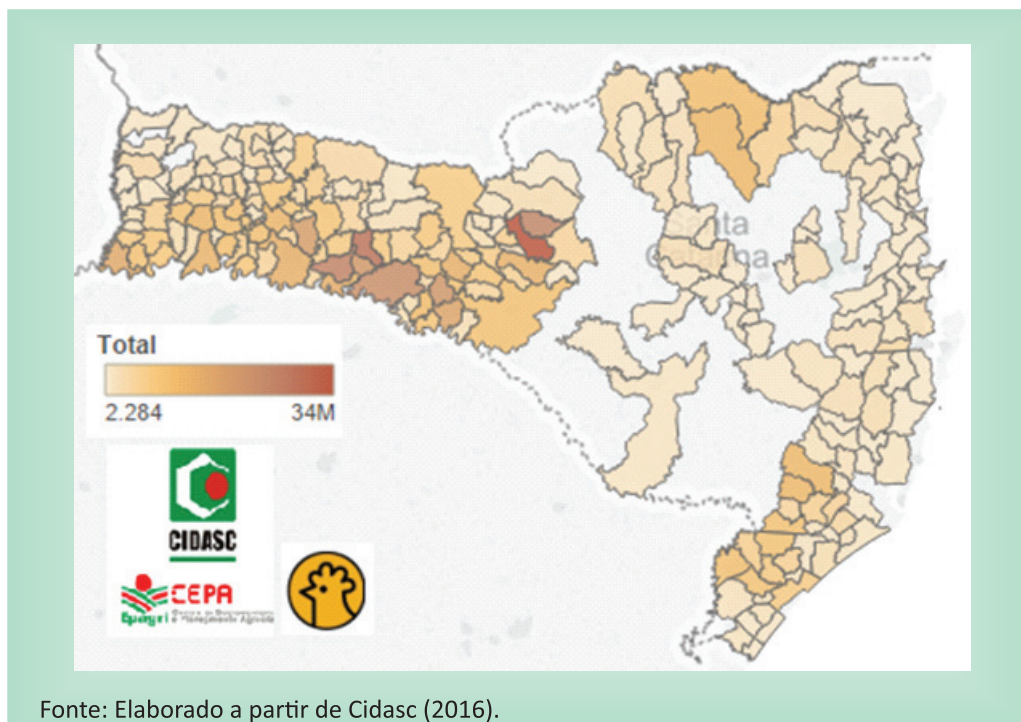
Ao analisar a concentração da produção no nível municipal, verifica-se que os 10 municípios que mais produziram frangos de corte em 2015 localizam-se na Região Oeste, sendo responsáveis por 22,42% do total do estado (Tabela 11).

Tabela 11/I. Produção de frangos – Principais municípios de origem dos animais – 2015

Município	Nº aves (milhões)	%
1º Videira	34,346	3,90
2º Ipumirim	28,542	3,24
3º Concórdia	22,190	2,52
4º Ouro	19,810	2,25
5º Arabutã	19,367	2,20
6º Xaxim	17,896	2,03
7º Itapiranga	15,403	1,75
8º Itá	13,932	1,58
9º Chapecó	13,202	1,50
10º Joaçaba	12,994	1,47
Demais municípios	684,072	77,58
Total	881,753	100,00

Fonte: Cidasc (2016).

A Figura 3 apresenta a distribuição da produção de frangos de corte nos municípios catarinenses no ano de 2015, de acordo com o município de origem dos animais. Os tons mais escuros representam um maior número de animais.



Fonte: Elaborado a partir de Cidasc (2016).

Figura 3/I. Distribuição da produção de frangos destinados ao abate em Santa Catarina – 2015

Além de seu destaque na produção nacional de frangos, Santa Catarina ocupa também a 2ª colocação no ranking de exportações, tanto em termos de quantidade quanto de valores exportados, conforme dados apresentados na tabela 9.

Em relação a 2014, as exportações catarinenses de carne de frango no ano de 2015 apresentaram incremento de 0,75% na quantidade. O saldo positivo é devido ao desempenho do segundo semestre daquele ano, já que o primeiro encerrou-se com um saldo negativo de 2,57%. Já em valores, as exportações de 2015 foram 17,74% menores que no ano anterior, principalmente em decorrência da valorização do dólar frente ao real, o que aumenta a competitividade internacional dos produtos, mas de forma geral reduz o preço em dólar por unidade exportada (Tabela 12).

Na comparação entre os três primeiros trimestres de 2016 e igual período de 2015, observa-se um crescimento de 3,46% na quantidade exportada. Contudo, em termos de valores novamente a variação é negativa, atingindo -6,05%.

Tabela 12/I. Exportação de carne de frango de Santa Catarina – 2014-16

Parâmetro	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Valor exportado (milhão - US\$)	2.177,35	1.791,00	1.275,74
Quantidade exportada (mil t)	977,00	984,32	753,55

⁽¹⁾ Valores parciais, referentes ao período de janeiro a setembro de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

A Tabela 13 apresenta os principais países compradores do frango produzido no estado. Segundo os dados de 2015, o Japão segue como principal destino da carne catarinense. Destaca-se o crescimento da participação da China, que em 2015 ocupou a 3ª colocação no ranking e em 2016, conforme dados parciais de janeiro a setembro, figurava na 2ª posição.

Tabela 13/I. Principais destinos das exportações de carne de frango de Santa Catarina – 2012-16

País	(milhões de US\$)				
	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Japão	446,47	431,82	429,54	300,74	207,58
Países Baixos	318,66	316,60	274,71	230,41	150,59
China	127,78	121,89	147,23	175,72	151,64
Arábia Saudita	155,38	205,47	151,07	172,67	113,19
Reino Unido	98,26	124,39	149,18	107,37	85,90
Demais países	1.058,33	948,90	1.025,62	804,09	566,84

⁽¹⁾ Valores parciais, referentes ao período de janeiro a setembro de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Os preços recebidos pelo frango vivo, posto na plataforma da indústria, de janeiro de 2015 a setembro de 2016 registram tendência geral de crescimento (em maior ou menor ritmo) em grande parte do período. Os maiores picos de crescimento ocorreram no primeiro semestre e no último trimestre de 2015 (Figura 4).

O preço médio do frango vivo em setembro de 2016 é 26,79% maior que aquele praticado em janeiro de 2015. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, o preço de setembro de 2016 é 22,82% superior.

Contudo, como é possível visualizar no gráfico da Figura 4, grande parte desse aumento deu-se durante o ano de 2015 e, principalmente, no período de dezembro de 2015 a janeiro de 2016. Durante o ano de 2016 o preço manteve-se relativamente estável, registrando-se variação de apenas 4,95% quando se compara o preço de setembro com aquele praticado em janeiro deste ano.

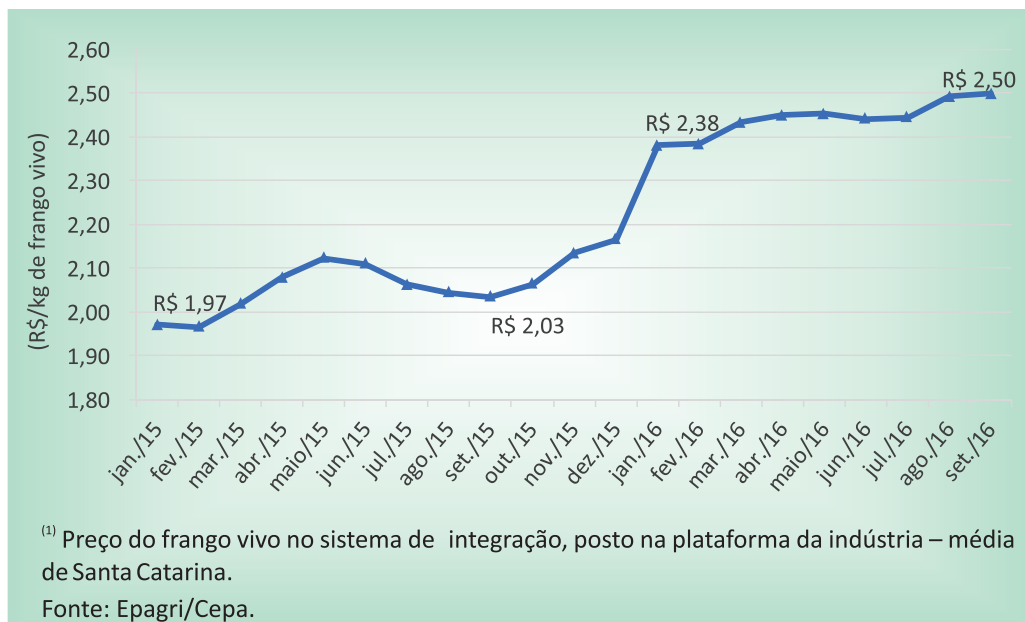


Figura 4/I. Evolução dos preços⁽¹⁾ de frango vivo em Santa Catarina – 2015-16

Apesar dessa relativa estabilidade nos preços, 2016 registrou significativos aumentos nos custos de produção e na relação de troca insumo/produto, como expressa a Figura 5. O principal fator responsável pela variação desse indicador foi o aumento no preço do milho, especialmente a partir do último trimestre de 2015. Em setembro de 2016 a saca de milho de 60kg no atacado na região de Chapecó era comercializada por valor 80,55% superior ao preço médio de janeiro de 2015 e 58,01% superior ao de setembro daquele ano. No momento de pico, o milho chegou a atingir cotações de R\$55,00/saca (preço diário mais comum), no atacado na região de Chapecó.



Figura 5/I. Quantidade de frango vivo necessário para adquirir um saco de milho em SC⁽¹⁾ – 2015-16

Os preços alcançados pelo milho durante 2015 e 2016 foram decorrência de diversos fatores, entre os quais se pode destacar o aumento nas exportações do grão (reduzindo-se a disponibilidade no mercado interno), os elevados preços no mercado internacional (estimulando as exportações), o aumento na demanda (em função da perspectiva de ampliação na produção de carnes) e, principalmente, a redução de 19,1% na produção nacional da safra 2015/2016 em relação à safra anterior (em razão de problemas climáticos).

De acordo com as estimativas preliminares, a produção catarinense de carne de frango em 2016 deve ser cerca de 1% superior àquela registrada no ano anterior, valor que poderia ser mais significativo não fosse a elevação dos custos de produção, principalmente por conta do preço do milho, e as restrições no consumo, decorrentes da situação econômica do País. Como destacado anteriormente, o principal fator responsável pela perspectiva de crescimento é o mercado externo, que tem se mostrado bastante favorável, não obstante a desvalorização do dólar frente ao real a partir do final do primeiro semestre.

Carne suína

Alexandre Luís Giehl, Eng.-agr. - Epagri/Cepa
alexandregiehl@epagri.sc.gov.br

Produção e comércio mundiais

A carne suína é a segunda proteína de origem animal mais consumida no mundo, ficando atrás apenas do pescado. Não obstante tal relevância, recentemente tem sido observados números negativos no setor, em termos mundiais. Exemplo disso é que em 2015 a produção mundial apresentou um recuo de 0,17% em relação a 2014. As estimativas para 2016 apontam uma queda ainda maior, que deve atingir -1,97% em relação ao ano anterior, conforme o United States Department of Agriculture (USDA). A principal responsável por esse cenário é a China, que em 2016 deve apresentar uma queda de 5,50% na produção (em 2015 o país já havia registrado variação de -3,24%). Contudo, vale ressaltar que dentre os 11 maiores produtores mundiais, 10 devem registrar aumentos na produção em 2016 (Tabela 1).

Tabela 1/I. Carne suína – Produção mundial – 2012-16

País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
China	53.427	54.930	56.710	54.870	51.850
União Europeia	22.526	22.359	22.540	23.290	23.350
Estados Unidos	10.554	10.525	10.368	11.121	11.307
Brasil	3.330	3.335	3.400	3.519	3.710
Rússia	2.175	2.400	2.510	2.615	2.770
Vietnã	2.307	2.349	2.425	2.475	2.525
Canadá	1.844	1.822	1.805	1.899	1.975
Filipinas	1.310	1.340	1.353	1.370	1.440
México	1.239	1.284	1.290	1.323	1.385
Japão	1.297	1.309	1.264	1.254	1.275
Coreia do Sul	1.086	1.252	1.200	1.217	1.232
Outros países	5.778	5.923	5.701	5.423	5.382
Total	106.873	108.828	110.566	110.376	108.201

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Em sua publicação Food Outlook (junho/2016), a Food and Agriculture Organization (FAO) estima uma queda menor na produção mundial de carne suína, de aproximadamente 0,7%. A FAO também credita esse resultado à variação na produção chinesa, naquela ocasião estimada em -2,5%. As principais razões para isso seriam o crescimento dos preços da alimentação animal e a implementação de novas regulamentações ambientais.

Apesar das quedas nos últimos dois anos, a China segue como principal produtor, devendo ser responsável por 47,92% da produção em 2016. Os três maiores produtores mundiais somados responderão por 79,95% da produção. O Brasil, que ocupa a 4ª colocação, deve ampliar um pouco sua participação na produção mundial, passando a responder por 3,43% do total (em 2015 respondia por 3,19%).

As projeções iniciais do USDA apontam crescimento de aproximadamente 2,6% na produção mundial de carne suína em 2017, número devido principalmente à China, que deve voltar a crescer (3,6%). A maioria dos principais produtores deve registrar índices positivos. Para o Brasil o USDA prevê crescimento de 3,8%.

Em termos de consumo, China, União Europeia, Brasil e Taiwan devem apresentar queda em 2016 quando comparados a 2015, conforme estimativa do USDA. Com isso o consumo total mundial deverá sofrer um recuo de 1,73%. Apesar da variação negativa, a China continuará respondendo por mais da metade do consumo mundial de carne suína (50,06%). Juntos, os três maiores consumidores (China, União Europeia e Estados Unidos) somam 77,39% do total (Tabela 2).

Tabela 2/I. Carne suína – Consumo mundial – 2012-16

País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
China	53.922	55.456	57.195	55.668	54.070
União Europeia	20.382	20.147	20.390	20.913	20.062
Estados Unidos	8.441	8.665	8.545	9.341	9.452
Rússia	3.239	3.267	3.024	3.016	3.160
Brasil	2.670	2.751	2.845	2.893	2.811
Japão	2.557	2.549	2.543	2.568	2.590
Vietnã	2.279	2.333	2.408	2.456	2.506
México	1.850	1.956	1.991	2.176	2.270
Coreia do Sul	1.546	1.628	1.660	1.813	1.868
Filipinas	1.446	1.511	1.551	1.544	1.659
Taiwan	906	892	875	930	897
Outros países	7.152	7.277	6.869	6.587	6.656
Total	106.390	108.432	109.896	109.905	108.001

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Considerando-se a produção e o consumo estimados para 2016, os três países que apresentam o maior déficit são Japão, China e México, com um total de 4,42 milhões de toneladas. Os maiores superávits ficam por conta da União Europeia, Estados Unidos e Brasil, que totalizam 6,04 milhões de toneladas.

As importações mundiais de carne suína deverão apresentar um incremento de 23,98% em 2016, principalmente em função do aumento das compras externas dos principais países: China (133,24%), Japão (3,94%) e México (4,49%). Vale ressaltar que o Japão apresentou índice negativo em 2015, devendo voltar agora a um patamar muito próximo ao de 2014. A China, por sua vez, já havia apresentado um significativo aumento no ano anterior (35,22%), assim como o México (19,93%). Por outro lado, dentre os 11 principais importadores, somente Canadá e Singapura deverão reduzir as importações. A Rússia, que até 2013 era o segundo maior importador mundial de carne suína, vem reduzindo sua participação ano a ano, não obstante o pequeno crescimento previsto para 2016 (Tabela 3).

Em relação às exportações, existe a expectativa de um crescimento de 18,19%, decorrente dos números positivos dos principais exportadores. Os 4 maiores exportadores devem ampliar ainda mais sua participação no mercado, passando a responder por 92,60% das exportações mundiais (Tabela 4).

Tabela 3/I. Carne suína – Importações mundiais – 2012-16

	(mil t)				
País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
China	730	770	761	1.029	2.400
Japão	1.259	1.223	1.332	1.270	1.320
México	706	783	818	981	1.025
Coreia do Sul	502	388	480	599	610
Estados Unidos	364	399	459	506	517
Hong Kong	414	399	347	397	485
Rússia	1.077	868	515	408	410
Filipinas	138	172	199	175	220
Austrália	194	183	191	220	215
Canadá	240	220	214	216	210
Singapura	105	98	117	116	110
Outros países	1.129	1.092	900	789	792
Total	6.858	6.595	6.333	6.706	8.314

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Tabela 4/I. Carne suína – Exportações mundiais – 2012-16

	(mil t)				
País	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Estados Unidos	2.440	2.262	2.309	2.272	2.356
União Europeia	2.165	2.227	2.164	2.389	3.300
Canadá	1.243	1.246	1.218	1.239	1.350
Brasil	661	585	556	627	900
China	235	244	276	231	180
Chile	180	164	163	178	175
México	95	111	117	128	140
Austrália	36	36	37	36	35
Vietnã	32	22	21	21	21
Rússia	13	1	1	7	20
Bielorrússia	104	74	25	5	15
Outros países	59	36	75	91	46
Total	7.263	7.008	6.962	7.224	8.538

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: USDA – Out./2016.

Produção e comércio nacionais

De acordo com os dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE, o rebanho suíno brasileiro em 2015 era de 40,33 milhões de cabeças, o que representa um crescimento de 6,33% em relação ao ano anterior. A Região Sul continua detendo o maior rebanho, com 49,28% do total, seguida pelo Sudeste, com 17,25%. A novidade é a Região Centro-Oeste, que ultrapassou o Nordeste e atualmente ocupa a 3ª colocação. O principal fator responsável por essa mudança no ranking foi a expansão do rebanho de Mato Grosso, que apresentou um surpreendente incremento de 54,77% em 2015. Atualmente Mato Grosso possui 45,08% do rebanho do Centro-Oeste (Tabela 5).

Tabela 5/I. Suínos – Efetivo do rebanho por região geográfica – 2011-15

(cabeça)					
Região	2011	2012	2013	2014	2015
Sul	19.094.595	19.212.426	17.914.294	18.681.908	19.875.316
Sudeste	7.024.065	7.131.055	6.904.686	7.033.944	6.957.511
Centro-Oeste	5.539.628	5.105.469	5.103.633	5.239.486	6.320.813
Nordeste	6.079.495	5.857.733	5.559.110	5.666.815	5.815.558
Norte	1.569.553	1.489.219	1.261.870	1.308.154	1.363.355
Brasil	39.307.336	38.795.902	36.743.593	37.930.307	40.332.553

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2016).

No período 2014/2015 quase todas as regiões brasileiras apresentaram crescimento no rebanho, com exceção do Sudeste, que registrou um decréscimo de 1,09%. Quando se analisa o período 2011/2015, a evolução do rebanho suíno brasileiro é de 2,61%, com destaque para o Centro-Oeste (14,10%) e Sul (4,09%). As demais regiões apresentaram redução de seus rebanhos.

Em relação à produção de carne suína, os dados do IBGE demonstram que no período 2011/2015 o número de animais abatidos aumentou 12,59%. Contudo, o peso total das carcaças sofreu uma variação de apenas 1,81%. Já em relação a 2014, o ano de 2015 registra um aumento de 5,75% no número de animais abatidos e de 7,45% no peso total das carcaças (Tabela 6).

Tabela 6/I. Abate e produção de carne suína do Brasil – 2011-15

Ano	Animais abatidos (milhões de cab.)	Peso das carcaças (milhões de t)
2011	34,873	3,370
2012	36,006	3,150
2013	36,286	3,117
2014	37,130	3,193
2015	39,264	3,431

Fonte: IBGE (2016).

Conforme apontam os dados mais atuais do IBGE, apresentados na Tabela 7, Santa Catarina segue como principal produtor nacional, participando com 26,18% do total de animais abatidos e 26,70% do peso total das carcaças. Em 2015 o número de abates no estado cresceu 9,05% em relação ao ano anterior. Em termos de peso de carcaça, o crescimento foi de 12,24%.

Em 2015 observa-se um aumento de 5,99% na disponibilidade de carne suína por habitante, conforme demonstrado na Tabela 8. Apesar das exportações terem sido mais de 10% superiores ao ano anterior, o aumento da produção, já relatado anteriormente, possibilitou essa expansão. Contudo, a disponibilidade per capita ainda está 2,11% abaixo daquela registrada em 2011.

Tabela 7/I. Abate e produção de carne suína nos principais estados produtores – 2013-15

UF	2013		2014		2015	
	Suínos abatidos (milhões de cab.)	Peso de carcaça (mil t)	Suínos abatidos (milhões de cab.)	Peso de carcaça (mil t)	Suínos abatidos (milhões de cab.)	Peso de carcaça (mil t)
Santa Catarina	8,85	770,53	9,43	815,95	10,28	915,85
Rio Grande do Sul	7,96	677,63	8,01	689,55	7,92	704,05
Paraná	6,91	606,45	6,92	611,18	7,72	676,26
Minas Gerais	4,80	408,15	4,98	415,77	5,12	429,09
São Paulo	1,78	140,40	1,92	151,67	2,05	160,88
Mato Grosso	2,03	175,34	1,93	172,67	2,02	179,41
Goiás	1,88	169,18	1,74	158,39	1,77	163,76
Mato Grosso do Sul	1,21	107,38	1,33	115,88	1,42	129,91
Demais estados	0,89	62,03	0,87	61,84	0,97	71,52
Brasil	36,29	3.117,09	37,13	3.192,92	39,26	3.430,73

Fonte: IBGE (2016).

Tabela 8/I. Carne suína – Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2011-15

Parâmetro	2011	2012	2013	2014	2015
Produção ⁽¹⁾	3.369.616	3.149.726	3.117.087	3.192.918	3.430.734
Importação	10.947	13.182	12.179	15.392	15.827
Exportação	515.833	576.770	513.283	490.641	542.129
Disponibilidade interna	2.864.730	2.586.138	2.615.984	2.717.669	2.904.432
População (milhões hab.)	197.397.018	199.242.462	201.032.714	202.768.562	204.450.649
Kg/habitante/ano	14,51	12,98	13,01	13,40	14,21

⁽¹⁾ Referente à soma dos abates com inspeção municipal, estadual e federal.

Fonte: IBGE (2016), MDIC/Aliceweb (2016).

Em relação ao comércio exterior, as exportações brasileiras de carne suína apresentaram um aumento de 10,49% em 2015, em comparação com o ano anterior. Contudo, em termos de valores houve uma queda de 20,23% (Tabela 9).

Tabela 9/I. Carne suína – Exportações brasileiras – 2011-15

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Quantidade (t)	515.833	576.770	513.283	490.641	542.129
Valor (milhões de US\$)	1.433,04	1.488,45	1.353,09	1.584,51	1.263,89

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

O ano de 2016 têm registrado crescimentos ainda mais significativos nas exportações brasileiras de carne suína. No período de janeiro a setembro foram exportadas 542,22 mil toneladas, o que representa um aumento de 41,31% em relação ao mesmo período do ano anterior (Figura 1). Chama-se a atenção para o fato de que durante todo o ano de 2015 foram exportadas 542,13 mil toneladas, montante já superado em setembro de 2016.

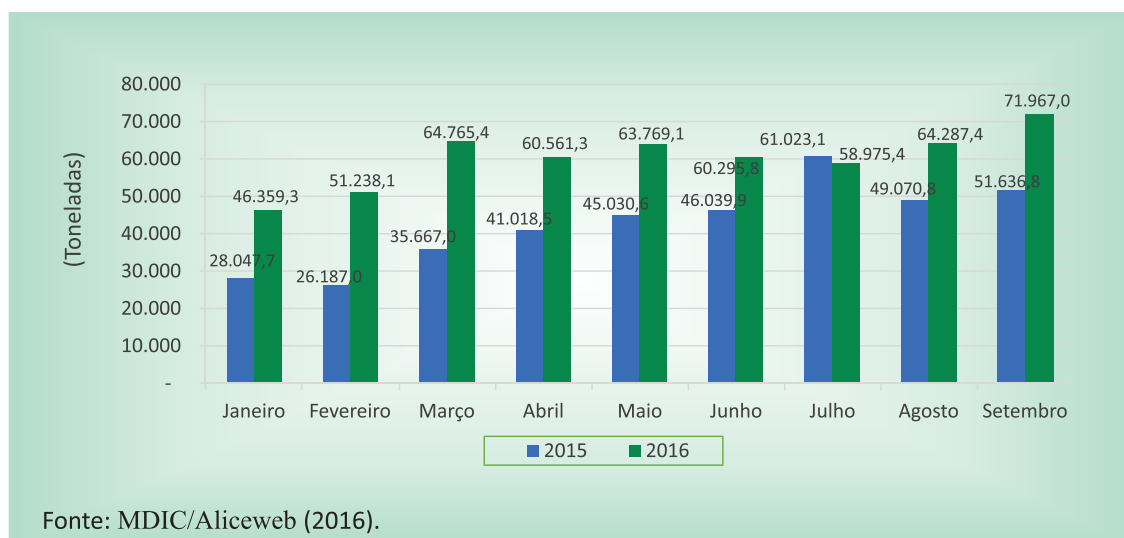


Figura 1/I. Exportações brasileiras de carne suína – janeiro a setembro – 2015 e 2016

A Rússia segue como principal destino das exportações brasileiras de carne suína. Apesar de 2015 apresentar uma redução nos valores (-19,83%), em termos de quantidade os números são favoráveis, atingindo-se 243,7 mil toneladas (um aumento de 30,58% em relação a 2014). Na Tabela 10, apresentada na sequência, chama-se a atenção para os dados parciais de 2016. Como é possível perceber, a Venezuela, que era o 6º maior comprador da carne brasileira, reduziu significativamente suas compras nesse ano. Por outro lado, a China, que era o 11º em 2015, no final de setembro de 2016 ocupava o 3º lugar do ranking, devendo finalizar o ano nessa posição (Tabela 10).

Tabela 10/I. Carne suína – Principais destinos⁽¹⁾ das exportações brasileiras – 2011-16

País	Valor (milhões de US\$)						Variação % - 2011/2015
	2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽²⁾	
1º Rússia	393,54	367,12	411,90	810,51	649,77	372,15	65,11
2º Hong Kong	323,78	305,18	289,13	278,99	238,23	228,73	-26,42
3º Singapura	74,43	82,37	83,13	95,22	63,87	52,11	-14,19
4º Uruguai	46,56	55,70	63,45	63,03	54,38	42,26	16,79
5º Angola	76,96	84,87	92,53	94,08	50,15	26,09	-34,83
6º Venezuela	48,41	22,66	34,82	19,19	48,02	12,74	-0,82
7º Argentina	129,04	74,58	37,84	28,43	32,68	70,70	-74,67
8º Chile	9,62	9,23	12,32	24,66	20,20	37,92	109,88
11º China	0,08	8,00	3,45	1,86	9,82	150,87	12.837,01
Outros países	330,72	486,73	327,97	170,40	106,60	87,72	-67,77
Total	1.433,04	1.488,45	1.353,09	1.584,51	1.263,89	1.051,30	-11,80

⁽¹⁾Ranking elaborado com base nos valores das exportações do ano de 2015.

⁽²⁾Dados parciais, referentes ao período de janeiro a setembro de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Produção e comércio estaduais

Enquanto a produção nacional de carne suína cresceu 7,45% em 2015, Santa Catarina registrou um salto de 12,24%, mantendo-se como principal produtor nacional de suínos e ampliando sua participação no total (Tabela 11).

Tabela 11/I. Produção de carne suína do Brasil e de Santa Catarina – 2011-16

Ano	Brasil	Santa Catarina	Participação % de SC
2011	3.369,62	921,84	27,36
2012	3.149,73	785,48	24,94
2013	3.117,09	770,53	24,72
2014	3.192,92	815,95	25,56
2015	3.430,73	915,85	26,70
2016 ⁽¹⁾	1.797,49	480,47	26,73

⁽¹⁾ Valores preliminares, referentes ao primeiro semestre de 2016.

Fonte: IBGE (2016).

Os dados parciais de 2016 demonstram que a produção continua crescendo de forma significativa, ao menos no primeiro semestre. Em termos de peso de carcaça, os abates de janeiro a junho de 2016 apresentaram um incremento de 9,27% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contudo, há perspectiva de que no segundo semestre essa margem se estreite, em decorrência da redução da demanda e da elevação dos custos de produção. Em termos nacionais a variação é de 8,64% em relação ao primeiro semestre de 2015 (Figura 2).

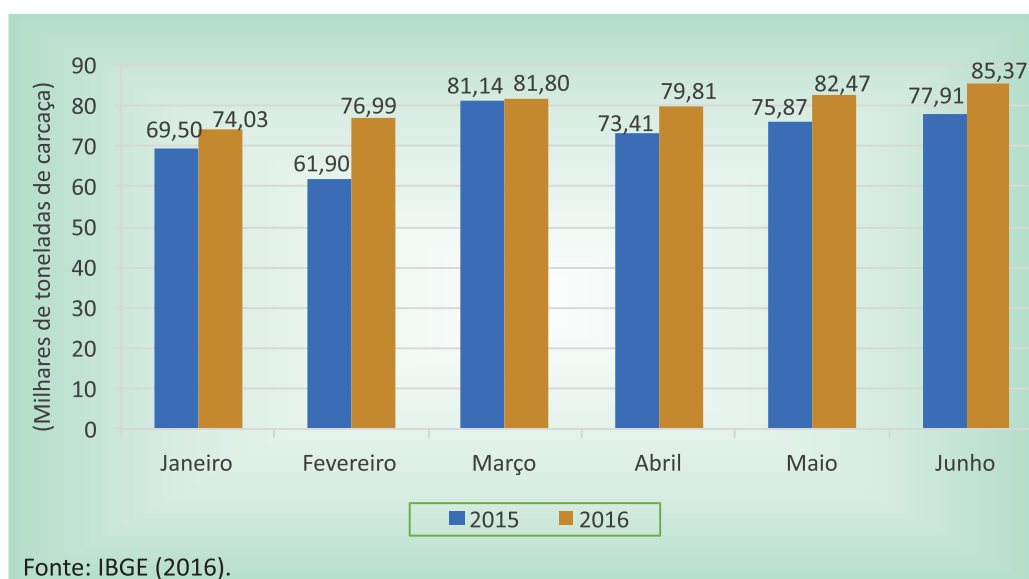


Figura 2/I. Peso das carcaças suínas – Produção de Santa Catarina no primeiro semestre – 2015 e 2016

Os dados do IBGE apontam um crescimento de 9,94% em 2015 no rebanho suíno catarinense. A maioria das regiões apresentou incrementos, com exceção da Mesorregião Serrana, que registrou um decréscimo de 12,66% e perdeu uma posição no ranking estadual. Dentre as demais, destaca-se o surpreendente crescimento de 61,20% no Sul Catarinense. Já a Mesorregião Oeste, embora continue sendo a mais importante área de produção suinícola, apresentou crescimento de apenas 1,46% no rebanho, reduzindo sua participação no total do estado (Tabela 12).

Tabela 12/I. Santa Catarina – Efetivo do rebanho suíno por mesorregião geográfica – 2013-15

Mesorregião Geográfica	2013		2014		2015	
	Nº de animais (mil cabeças)	Participação no total (%)	Nº de animais (mil cabeças)	Participação no total (%)	Nº de animais (mil cabeças)	Participação no total (%)
Oeste Catarinense	4.481,2	71,46	4.477,8	72,47	4.543,1	66,88
Sul Catarinense	764,3	12,19	761,0	12,32	1.226,7	18,06
Vale do Itajaí	417,0	6,65	414,0	6,70	488,1	7,19
Norte Catarinense	347,5	5,54	252,3	4,08	286,8	4,22
Serrana	244,0	3,89	259,5	4,20	226,7	3,34
Grande Florianópolis	16,9	0,27	14,1	0,23	21,4	0,31
Santa Catarina	6.270,8	100,00	6.178,70	100,00	6.792,7	100,00

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal (2016).

Em termos de produção de animais para o abate, os dados da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) demonstram que o peso da Mesorregião Oeste no cenário estadual é ainda maior do que sua participação no rebanho. Conforme demonstra a Tabela 13, as 5 microrregiões que compõem o Oeste Catarinense ocupam as primeiras posições no ranking estadual. Somadas, foram responsáveis pela produção de 78,05% dos suínos abatidos em 2015 (Tabela 13).

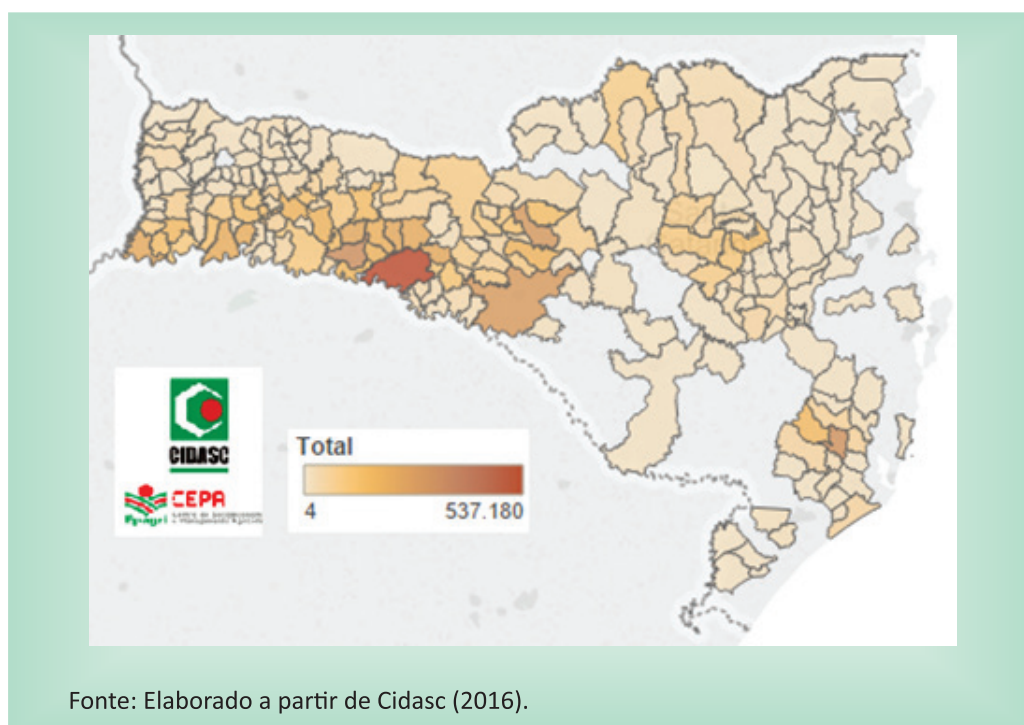
Tabela 13/I. Principais microrregiões de origem dos suínos abatidos em Santa Catarina – 2015

Microrregião	Nº de cabeças (mil)	%
1º Concórdia	2.384,9	23,20
2º Joaçaba	2.003,3	19,49
3º Chapecó	1.794,6	17,46
4º São Miguel do Oeste	952,1	9,26
5º Xanxerê	888,4	8,64
6º Rio do Sul	752,7	7,32
7º Tubarão	728,6	7,09
8º Curitibanos	334,8	3,26
9º Canoinhas	224,6	2,18
10º Ituporanga	141,7	1,38
11º Blumenau	28,0	0,27
12º Criciúma	26,1	0,25
13º Joinville	7,9	0,08
14º São Bento do Sul	4,0	0,04
15º Campos de Lages	3,7	0,04
16º Tabuleiro	1,8	0,02
17º Araranguá	1,3	0,01
18º Florianópolis	0,6	0,01
19º Itajaí	0,2	0,002
20º Tijucas	0,01	0,0001
Total	10.279,3	100,00

Fonte: Cidasc (2016).

Contudo, dentre os 5 municípios que apresentaram a maior produção de suínos para abate em 2015, surgem representantes de outras meso e microrregiões: Concórdia (5,23%), Seara (3,05%), Braço do Norte (2,90%), Videira (2,67%) e Campos Novos (2,59%).

A Figura 3 apresenta a distribuição da produção de suínos destinados ao abate nos municípios catarinenses no ano de 2015, de acordo com o município de origem dos animais. Os tons mais escuros representam um maior número de animais abatidos.



Fonte: Elaborado a partir de Cidasc (2016).

Figura 3/I. Distribuição da produção de suínos destinados ao abate em Santa Catarina – 2015

Em 2015, pelo segundo ano consecutivo houve aumento na quantidade de carne suína exportada por Santa Catarina, com uma variação de 4,85% (Tabela 14). Contudo, em termos de valores observou-se uma queda de 25,69%, decorrente principalmente da valorização do real frente ao dólar.

Os dados parciais de 2016 (janeiro a setembro) demonstram um aumento de 48,35% na quantidade de carne e 18,65% nos valores exportados, em relação ao mesmo período de 2015.

Tabela 14/I. Exportações catarinenses de produtos suínos – 2011-16

Ano	Quantidade (t)	Valor (milhões de US\$)
2011	183.249	506,32
2012	206.584	538,85
2013	168.396	441,11
2014	182.184	592,51
2015	191.026	440,27
2016 ⁽¹⁾	204.118	392,49

⁽¹⁾ Dados parciais, referentes ao período de janeiro a setembro de 2016.

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Em 2015 a Rússia foi responsável por mais da metade do valor comercializado pelo estado no mercado externo. Naquele ano a China ocupou apenas a 11ª colocação no ranking em termos de valor, com US\$6,22 milhões (Tabela 15).

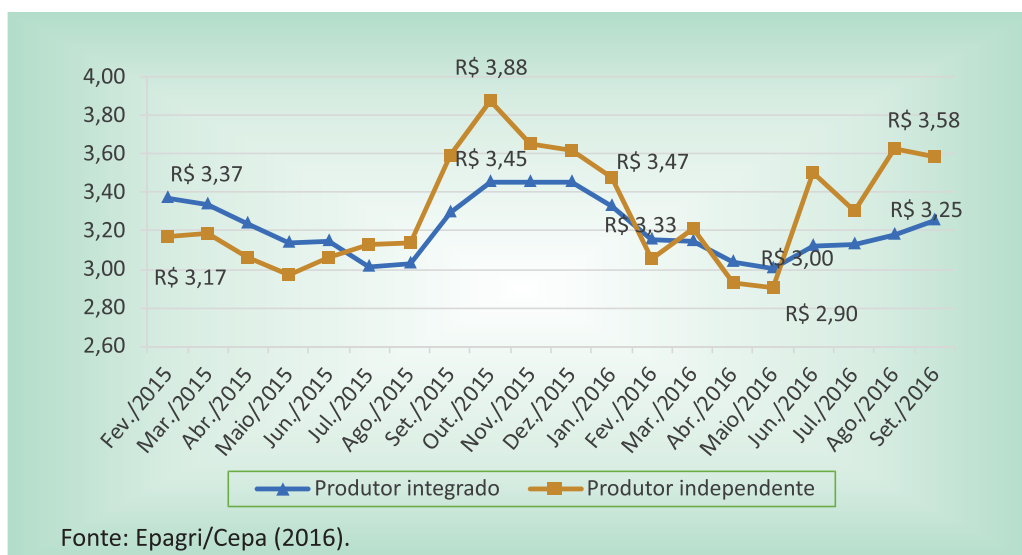
Tabela 15/I. Carne suína – Principais destinos das exportações catarinenses – 2015

País	Valor (milhões de US\$)	%	Quantidade (t)	%
Rússia	223,34	50,73	86.803	45,44
Hong Kong	56,00	12,72	30.735	16,09
Singapura	31,88	7,24	14.253	7,46
Chile	19,69	4,47	8.162	4,27
Angola	18,52	4,21	13.174	6,90
Outros países	90,83	20,63	37.899	19,84
Total	440,27	100,00	191.026	100,00

Fonte: MDIC/Aliceweb (2016).

Os valores parciais de 2016 (janeiro a setembro), por sua vez, indicam novamente a Rússia como principal comprador, com 68,16 mil toneladas e US\$127,18 milhões, mas trazem na 2ª colocação a China, com 48,48 mil toneladas e US\$103,14 milhões.

Ao longo dos anos de 2015 e 2016 os preços pagos pelo quilo de peso vivo do suíno sofreram oscilações, com mais intensidade no caso dos produtores independentes. Esses receberam preços mais elevados em outubro de 2015, quando a média mensal atingiu R\$3,88/kg. É também nesse período que os produtores integrados atingiram o patamar de preços mais elevado (R\$3,45/kg). Depois disso iniciou-se um movimento quase contínuo de quedas, que perdurou até maio de 2016, quando se atingiram os valores mais baixos do período para ambas as categorias de produtor. Essa fase de quedas coincidiu com o aumento dos custos de produção, o que prejudicou sensivelmente a atividade. O segundo semestre de 2016 tem apresentado recuperação nos preços médios (Figura 4).



Fonte: Epagri/Cepa (2016).

Figura 4/I. Suínos – Evolução dos preços pagos por quilo de peso vivo – Santa Catarina – 2015-16

Durante o ano de 2016 registraram-se significativos aumentos nos custos de produção e na relação de troca insumo/produto, como demonstra a Figura 5, principalmente em função do aumento no preço do milho. Em setembro de 2016 a saca de milho de 60kg (atacado) era comercializada na região de Chapecó por um valor 80,55% superior ao preço médio de janeiro de 2015 e 58,01% superior ao valor recebido em setembro daquele ano. Nos momentos de maior cotação, o milho no atacado chegou a ser comercializado por R\$55,00/saca (preço diário mais comum) naquela região.

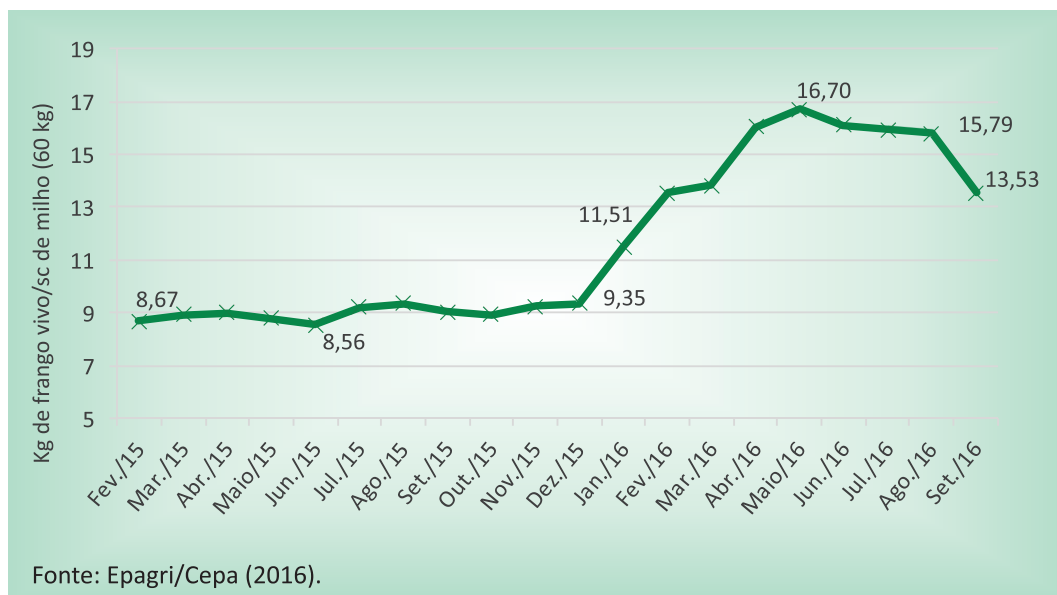


Figura 5/I. Evolução da relação de troca do suíno – Quantidade de suíno vivo necessária para adquirir um saco de milho em Santa Catarina – 2015-16

Após atingir o pico em maio de 2016, a relação de troca começou novamente a baixar, inicialmente em função do aumento no preço do suíno vivo e depois pelo recuo no preço do milho. Contudo, o valor de setembro de 2016 ainda era 49,81% superior àquele de setembro do ano anterior.

Os preços atingidos pelo milho durante 2015 e 2016 foram decorrência de diversos fatores, dentre os quais destaca-se o aumento nas exportações do grão (reduzindo-se a disponibilidade no mercado interno), os elevados preços no mercado internacional (estimulando as exportações), o aumento na demanda (em função da perspectiva de ampliação na produção de carnes) e, principalmente, a redução de 19,1% na produção nacional da safra 2015/2016 em relação à safra anterior (em razão de problemas climáticos).

A produção catarinense de carne suína em 2016 deve ser cerca de 2 a 3% superior àquela registrada no ano anterior, apesar das limitações decorrentes do aumento nos custos de produção e restrições no consumo (em função da situação econômica do País). A perspectiva de crescimento é devida principalmente à situação favorável do mercado externo, que tem absorvido parcela significativa dos excedentes.

Leite

Tabajara Marcondes, Eng.-agr. - M.Sc. – Epagri/Cepa
tabajara@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Segundo os dados do FAO, a produção mundial de leite tem seguido uma trajetória de constante expansão e nova distribuição entre os continentes. Neste caso, ao longo dos anos tem se repetido o fato de a produção do continente asiático crescer a taxas maiores que a dos demais continentes, aumentando a sua participação na produção mundial (Tabela 1). Embora no horizonte de tempo da tabela esse aumento não seja significativo, destaca-se que em 1990 a Ásia respondia por apenas 19,9% da produção mundial. O exemplo mais significativo, no entanto, é o da Europa, que em 1990 respondia por quase 52% da produção mundial.

Tabela 1/I. Leite – Produção mundial segundo os continentes – 2012-14 a 2016

Ano	Bilhões de quilos					
	Mundo	Ásia	Europa	América	Oceania	África
Média 2012-14	771,262	294,264	214,855	186,062	30,247	45,834
2015 (estimativa)	802,754	311,400	222,325	190,477	32,361	46,191
2016 (previsão)	815,965	321,089	224,170	192,689	31,855	46,162

Ano	Participação (%)					
	Mundo	Ásia	Europa	América	Oceania	África
Média 2012-14	100	38,2	27,9	24,1	3,9	5,9
2015 (estimativa)	100	38,8	27,7	23,7	4,0	5,8
2016 (previsão)	100	39,4	27,5	23,6	3,9	5,7

Fonte: FAO - Food Outlook (June 2016).

Considerando os principais produtores mundiais constata-se de onde vem a ampliação da participação da Ásia na produção mundial, com a continuidade no crescimento das produções de Índia, China, Paquistão e Turquia (Tabela 2).

A FAO projeta também ampliação no comércio mundial de lácteos, cujas exportações são fortemente concentradas na Nova Zelândia, União Europeia e EUA, que em 2015 responderam por pouco mais 65% do total mundial (Tabela 3).

Tabela 2/I. Leite – Produção mundial segundo os principais produtores – 2012-14 a 2016

Discriminação	(Bilhões de quilos)			Participação (%)	
	Média 2012-14	Estimativa 2015	Previsão 2016	Média 2012-14	2015
União Europeia	155,2	163,5	165,7	20,1	20,4
Índia	136,6	148,2	155,2	17,7	18,5
EUA	91,9	94,5	96,3	11,9	11,8
China	41,9	42,5	43,4	5,4	5,3
Paquistão	38,9	41,0	42,0	5,0	5,1
Brasil	34,4	35,2	36,3	4,5	4,4
Federação Russa	30,9	30,0	30,0	4,0	3,7
Nova Zelândia	20,2	21,9	21,5	2,6	2,7
Turquia	18,4	19,7	20,0	2,4	2,5
Subtotal	568,4	596,5	610,4	73,7	74,3
Outros	202,9	206,3	205,6	26,3	25,7
Total Mundial	771,3	802,8	816,0	100	100

Fonte: FAO - Food Outlook (June 2016).

Tabela 3/I. Leite – Exportação mundial e dos principais exportadores – 2012-14 a 2016

País/Bloco	Em equivalente a bilhões de quilos de leite			Partic. % em 2015
	Média 2012-2014	Estimativa 2015	Previsão 2016	
Nova Zelândia	18,187	19,307	19,384	26,8
União Europeia	16,314	18,401	19,160	25,5
EUA	9,825	9,349	9,307	13,0
Belarus	4,103	4,790	4,952	6,6
Austrália	3,620	3,644	3,717	5,1
Argentina	2,413	2,017	2,002	2,8
Arábia Saudita	1,481	1,430	1,423	2,0
Uruguai	1,298	1,375	1,377	1,9
Ucrânia	0,852	0,904	0,950	1,3
Outros países	10,383	10,936	10,939	15,2
Mundo	68,476	72,153	73,211	100

Fonte: FAO - Food Outlook (June 2016).

As importações são bem mais pulverizadas, mas as aquisições da China têm sensível peso na formação dos preços internacionais. A ampliação do comércio mundial é parcialmente explicada pelo forte declínio dos preços internacionais, o que teve estreita relação com a redução das compras chinesas e da Federação Russa, que no período 2012-14 responderam por quase 26% das importações mundiais, percentual que caiu para cerca de 20% em 2015 e 2016 (Tabela 4).

Tabela 4/I. Leite – Importação mundial e dos principais importadores – 2012-14 a 2016

País/Bloco	Em equivalente a bilhões de quilos de leite			Partic. % em 2015
	Média 2012-2014	Estimativa 2015	Previsão 2016	
China	11,701	10,726	11,434	15,6
México	2,964	3,327	3,323	4,8
Árabia Saudita	2,787	3,091	3,035	4,5
Argélia	2,621	3,057	3,127	4,5
Federação Russa	4,359	3,010	3,131	4,4
Indonésia	2,550	2,522	2,536	3,7
Malásia	1,887	2,296	2,276	3,3
Japão	1,758	2,011	2,026	2,9
EUA	1,549	2,009	2,107	2,9
Singapura	1,785	1,760	1,752	2,6
Filipinas	1,676	1,679	1,715	2,4
Tailândia	1,443	1,588	1,614	2,3
Venezuela	1,605	1,587	1,517	2,3
Egito	1,354	1,564	1,594	2,3
União Europeia	1,443	1,347	1,349	2,0
Outros países	21,090	27,118	28,090	39,5
Mundo	62,572	68,692	70,626	100

Fonte: FAO – Food Outlook (June 2016).

Produção e balança comercial brasileiras

A produção brasileira de leite cresce de maneira sistemática e sensivelmente há muitos anos. O IBGE ainda não divulgou os dados de 2015, mas não é improvável que os seus dados apresentem uma repetição desse comportamento. Possivelmente se repetirão também crescimentos bem diferenciados entre as unidades da federação e grandes regiões brasileiras. Neste sentido, a tendência é de a Região Sul aumentar a diferença de sua produção para a da Região Sudeste e se consolidar na condição maior produtora do Brasil, que ocupou pela primeira vez apenas em 2014 (Tabela 5).

Tabela 5/I. Leite – Produção por grandes regiões e do Brasil – 2010-14

Região	(Bilhões de litros)					Var. (%) 2010-14	Part. (%) em 2014
	2010	2011	2012	2013	2014		
Sul	9,611	10,226	10,736	11,774	12,201	26,9	34,7
Sudeste	10,920	11,308	11,591	12,020	12,170	11,4	34,6
Oeste	4,450	4,777	4,818	5,016	4,969	11,7	14,1
Nordeste	3,998	4,110	3,501	3,598	3,888	-2,7	11,1
Norte	1,737	1,675	1,658	1,846	1,946	12,0	5,5
Brasil	30,715	32,096	32,304	34,255	35,174	14,5	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Os dados no âmbito dos estados mostram, por um lado, como ao longo dos anos recentes as taxas de crescimento da produção dos três estados da Região Sul se destacam em relação aos demais e, por outro, pouca variação entre eles (Tabela 6).

Tabela 6/I. Leite – Produção dos principais estados e do Brasil – 2010-14

Estado	(Bilhões de litros)					Var. (%) 2010-14	Part. (%) em 2014
	2010	2011	2012	2013	2014		
MG	8,388	8,756	8,906	9,309	9,367	11,7	26,6
RS	3,634	3,879	4,049	4,509	4,685	28,9	13,3
PR	3,596	3,816	3,969	4,347	4,533	26,1	12,9
GO	3,194	3,482	3,546	3,777	3,684	15,4	10,5
SC	2,381	2,531	2,718	2,918	2,983	25,3	8,5
SP	1,606	1,601	1,690	1,676	1,777	10,6	5,1
BA	1,239	1,181	1,079	1,163	1,212	-2,1	3,4
RO	0,803	0,707	0,717	0,920	0,941	17,1	2,7
MT	0,708	0,743	0,722	0,682	0,721	1,8	2,1
PE	0,877	0,953	0,609	0,562	0,657	-25,2	1,9
Subtotal	26,426	27,650	28,005	29,863	30,560	15,6	86,9
Outros	4,290	4,446	4,299	4,392	4,614	7,6	13,1
Brasil	30,715	32,096	32,304	34,255	35,174	14,5	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Considere-se, por exemplo, o comportamento na quantidade de leite adquirida pelas indústrias inspecionadas. É compreensível que o IBGE divulgue crescimentos diferenciados entre as unidades da federação/grandes regiões brasileiras, mas bastante curioso se de fato divulgar crescimento no total da produção brasileira de 2015. Afinal, pela primeira vez a Pesquisa Trimestral do Leite, também do IBGE, mostra que houve redução no volume de leite recebido pelas indústrias de um ano para o outro, no caso de 2014 para 2015 (Tabela 7).

Tabela 7/I. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas dos principais estados e do BR – 2011-15

Estado	(Bilhões de litros)					Var. (%) 2014-15	Part. (%) em 2015
	2011	2012	2013	2014	2015		
MG	5,649	5,547	6,171	6,590	6,440	-2,3	26,8
RS	3,196	3,552	3,460	3,431	3,488	1,7	14,5
PR	2,430	2,589	2,818	2,972	2,831	-4,7	11,8
SP	2,515	2,332	2,532	2,525	2,607	3,2	10,8
GO	2,237	2,291	2,446	2,685	2,450	-8,8	10,2
SC	1,796	2,104	2,118	2,340	2,348	0,3	9,8
RO	0,783	0,769	0,782	0,760	0,699	-8,0	2,9
MT	0,543	0,584	0,595	0,618	0,548	-11,3	2,3
RJ	0,327	0,387	0,496	0,512	0,540	5,5	2,2
BA	0,409	0,331	0,327	0,364	0,332	-8,8	1,4
Subtotal	19,884	20,486	21,745	22,795	22,284	-2,2	92,7
Outros	1,911	1,852	1,808	1,952	1,766	-9,5	7,3
Brasil	21,795	22,338	23,553	24,747	24,050	-2,8	100

Os dados referentes a 2015 e 2016 são preliminares.

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

Considerando que cada vez mais no Brasil o comportamento da produção total está (ou deveria estar) relacionado ao da produção comercializada, o mais razoável seria que também a produção total de 2015 fosse menor que a de 2014. A hipótese de que a produção de 2015 foi de fato menor que a de 2014 é reforçada também pelo que se verificou na balança comercial de lácteos e no comportamento dos preços do leite aos produtores.

No que diz respeito à balança comercial de lácteos, depois da redução de 2014, houve aumento do déficit brasileiro em 2015 (neste caso apenas da quantidade, em decorrência dos baixos preços internacionais dos derivados) e, principalmente no primeiro semestre de 2016. O que, seja em 2015 ou no primeiro semestre de 2016, decorreu tanto do aumento das importações, quanto da redução das exportações (Tabela 8).

Tabela 8/I. Balança comercial brasileira de lácteos – 2011-15 e 1º semestre de 2014-16

Ano	Importação		Exportação		Saldo	
	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)
2011	165,4	604,9	37,6	97,3	-127,8	-507,6
2012	179,4	627,9	38,4	92,3	-141,0	-535,6
2013	157,3	585,7	38,4	93,8	-119,0	-491,9
2014	106,8	438,7	83,7	332,4	-23,1	-106,2
2015	134,3	402,1	73,6	305,5	-60,7	-96,6
1º semestre 2014	47,0	202,2	41,9	161,1	-5,2	-41,0
1º semestre 2015	65,2	214,1	25,9	98,9	-39,3	-115,2
1º semestre 2016	104,9	260,5	20,0	56,5	-85,0	-204,1

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.

A Argentina e o Uruguai continuam se destacando como principais origens das importações brasileiras, mas no primeiro semestre de 2016 se destacam os crescimentos relativos das importações provenientes do Chile, da Nova Zelândia e do Canadá (Tabela 9).

Tabela 9/I. Importação brasileira de lácteos segundo as principais origens – 2014-15 e 1º semestre 2015-16

País	2014		2015		1º semestre/15		1º semestre/16	
	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)
Argentina	62,3	229,0	64,8	174,1	29,5	88,1	40,5	88,6
Uruguai	32,7	124,3	58,5	173,9	30,8	98,5	52,6	132,7
EUA	1,9	14,0	4,2	16,2	1,5	7,5	1,8	4,7
França	1,7	11,3	1,9	9,6	1,0	5,1	0,9	4,3
Nova Zelândia	1,3	12,5	1,6	6,8	0,5	2,5	2,1	7,6
Holanda	1,4	13,2	1,1	8,8	0,5	4,3	0,4	2,8
Chile	3,5	15,2	0,9	2,4	0,6	1,9	4,6	10,8
Canadá	1,1	9,2	0,5	2,6	0,3	1,8	0,7	3,9
Itália	0,5	5,2	0,4	3,8	0,2	2,2	0,2	1,5
Outros	0,5	4,6	0,5	3,9	0,3	2,3	1,2	3,7
Total	106,8	438,7	134,3	402,1	65,2	214,1	104,9	260,5

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.

Nas exportações, o principal mercado continuou sendo a Venezuela, que representou 57,2% da quantidade e 77,81% do valor das exportações brasileiras de 2015. No primeiro semestre de 2016 houve um sensível decréscimo das exportações brasileiras (Tabela 10). Isso não está necessariamente relacionado a dificuldades nas exportações, mas ao fato de o mercado interno estar muito mais atrativo que o mercado internacional e haver pouco leite para gerar excedentes exportáveis.

Tabela 10/I. Exportação brasileira de lácteos segundo os principais destinos – 2014-15 e 1º semestre 2015-16

País	2014		2015		1º semestre/15		1º semestre/16	
	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)	(Mil t)	(Milhões US\$)
Venezuela	39,5	186,6	42,1	237,6	11,0	63,5	5,7	30,5
Arábia Saudita	5,1	12,4	6,2	12,7	3,2	7,3	3,6	5,6
Angola	5,0	12,0	5,4	10,9	2,1	4,7	0,7	1,2
Emir. Árabes Unidos	2,6	7,4	2,8	6,5	1,6	4,0	1,8	3,1
Filipinas	2,2	5,3	2,7	4,6	0,7	1,5	0,9	1,2
Trinidad e Tobago	2,5	6,0	2,5	4,8	1,1	2,5	1,1	1,6
Bolívia	1,4	3,2	1,6	2,6	0,8	1,5	0,6	0,9
Paraguai	1,6	4,2	1,5	3,4	0,7	1,8	0,6	1,2
Chile	1,1	4,4	1,1	3,1	0,5	1,5	0,4	1,4
Egito	3,1	12,1	0,8	2,0	0,7	1,9	0,0	0,0
Total	83,7	332,4	73,6	305,5	25,9	98,9	20,0	56,5

Fonte: MDIC /Secex/Sistema Aliceweb.

Produção catarinense e preços aos produtores

A exemplo do Brasil, o IBGE ainda não divulgou os dados oficiais sobre a produção total catarinense de 2015. Dados preliminares, entretanto, indicam um crescimento de cerca de 2,5% sobre a produção de 2014, o que significará uma produção total de cerca de 3,05 bilhões de litros.

A seguir o que se tem verificado ao longo dos anos é provável que num prazo não muito distante Santa Catarina acabe superando o estado de Goiás na posição de quarto produtor nacional, já que apenas entre 2010 e 2014 aumentou a sua participação na produção brasileira de 7,8% para 8,5%, enquanto aquele estado teve a sua participação praticamente estabilizada em 10,5% (Tabela 6).

Apesar do constante aumento da produção estadual, a regionalização da produção mostra claramente que tem havido variações bastante distintas entre as regiões geográficas do Estado, com alguns casos de evolução negativa na produção (Tabela 11). Ainda assim, apenas entre 2010 e 2014 a produção catarinense cresceu 25,3%, bem acima do crescimento de 14,5% da produção nacional.

Mesmo que o IBGE confirme ampliação da produção nacional e catarinenses para 2015 e eventualmente para 2016, o fato é que tanto o volume de leite recebido pelas indústrias inspecionadas quanto as condições de mercado não indicam isso.

Em relação ao volume de leite recebido pelas indústrias inspecionadas, na comparação do primeiro trimestre de 2016 com o mesmo período de 2015, houve decréscimo de 4,5% no total nacional (Tabela 12), decréscimo ainda mais significativo do que os 2,8% observado do ano de 2014 para o de 2015 (Tabela 7).

Com essas reduções, mesmo com o agravamento dos problemas da economia brasileira em 2015/primeiro semestre de 2016 (particularmente o aumento do desemprego, as perdas reais dos salários e a piora na distribuição da renda nacional) e com o crescimento das importações houve uma continuada elevação dos preços internos, tanto dos lácteos como os da matéria-prima.

Tabela 11/I. Leite – Produção por mesorregião e microrregião de Santa Catarina – 2010-14

Micro/Mesorregião	(Milhões de litros)					Var. (%) 2010-14	Part. (%) em 2014
	2010	2011	2012	2013	2014		
São Miguel do Oeste	447,6	503,6	558,9	606,7	642,4	43,5	21,5
Chapecó	638,0	656,4	695,4	752,4	784,4	22,9	26,3
Xanxerê	236,5	237,5	254,0	286,2	296,9	25,5	10,0
Joaçaba	149,4	157,7	149,9	144,8	178,4	19,4	6,0
Concórdia	270,7	291,5	349,5	356,8	330,1	22,0	11,1
Oeste Catarinense	1.742,3	1.846,7	2.007,7	2.146,9	2.232,2	28,1	74,8
Canoinhas	48,6	50,4	54,5	74,5	79,5	63,4	2,7
São Bento do Sul	5,4	5,4	6,0	5,8	6,0	11,4	0,2
Joinville	27,6	26,5	23,4	31,4	31,3	13,1	1,0
Norte Catarinense	81,6	82,3	83,9	111,6	116,7	42,9	3,9
Curitibanos	34,7	37,5	36,7	34,5	35,1	1,4	1,2
Campos de Lages	90,2	113,4	113,8	47,0	55,1	-38,9	1,8
Serrana	124,8	150,9	150,5	81,5	90,2	-27,7	3,0
Rio do Sul	108,1	112,3	116,1	127,3	129,9	20,1	4,4
Blumenau	37,1	30,9	29,4	29,5	27,4	-26,0	0,9
Itajaí	31,2	33,5	38,0	41,2	40,1	28,7	1,3
Ituporanga	40,9	46,2	53,0	55,9	63,5	55,3	2,1
Vale do Itajaí	217,3	222,9	236,5	253,9	260,9	20,1	8,7
Tijucas	14,8	15,8	16,5	16,3	15,9	7,1	0,5
Florianópolis	20,0	21,0	22,9	30,5	31,6	57,7	1,1
Tabuleiro	16,8	17,9	19,1	20,2	26,0	54,8	0,9
Grande Florianópolis	51,6	54,6	58,6	67,0	73,4	42,2	2,5
Tubarão	131,5	141,0	145,5	158,8	158,7	20,7	5,3
Criciúma	27,4	28,1	28,1	84,8	37,2	35,7	1,2
Araranguá	4,6	4,7	7,0	13,7	13,8	200,3	0,5
Sul Catarinense	163,5	173,7	180,6	257,4	209,7	28,3	7,0
Santa Catarina	2.381,1	2.531,2	2.717,7	2.918,3	2.983,3	25,3	100

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal.

Tabela 12/I. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas no 1º trimestre – 2014-16

UF	(Milhões de litros)			Var. (%) 2015-16
	2014	2015	2016	
Minas Gerais	1.706,1	1.684,0	1.586,1	-5,8
Rio Grande do Sul	849,9	848,3	809,1	-4,6
Paraná	725,9	748,2	674,1	-9,9
São Paulo	634,8	616,2	618,3	0,3
Goiás	689,3	646,7	606,2	-6,3
Santa Catarina	518,5	568,7	577,9	1,6
Rondônia	192,5	185,1	183,4	-0,9
Mato Grosso	163,3	150,0	148,8	-0,8
Rio de Janeiro	132,6	133,4	142,0	6,5
Espírito Santo	87,6	78,8	82,8	5,1
Subtotal	5.700,6	5.659,3	5.428,8	-4,1
Brasil	6.189,0	6.135,4	5.860,7	-4,5

Os dados referentes a 2015 e 2016 são preliminares.

Fonte: IBGE - Pesquisa Trimestral do Leite.

No caso dos lácteos a elevação foi generalizada, mas com diferenças sensíveis entre os produtos, com especial destaque para o leite UHT (Tabela 13), principal produto na formação dos preços aos produtores em âmbito de Brasil e de Santa Catarina.

Tabela 13/I. Preços médios mensais no mercado atacadista de Santa Catarina – 2015-16

Mês/ano	Leite (litro)		Manteiga Extra (200 g)	Queijo (Kg)	
	UHT (longa-vida)	Pasteurizado		Muçarela	Prato
Janeiro/15	1,59	1,45	3,15	12,28	12,28
Fevereiro/15	1,66	1,48	3,17	11,92	11,97
Março/15	2,13	1,56	3,17	12,84	12,89
Abril/15	2,13	1,61	3,17	13,08	13,13
Maió/15	2,17	1,61	3,17	13,36	13,45
Junho/15	2,23	1,62	3,13	13,94	14,17
Julho/15	2,22	1,63	2,97	13,89	14,56
Agosto/15	2,14	1,63	2,94	14,51	14,63
Setembro/15	2,01	1,63	2,99	14,43	14,66
Outubro/15	1,95	1,63	3,32	13,40	14,81
Novembro/15	2,01	1,63	3,39	13,35	14,71
Dezembro/15	1,96	1,63	3,40	13,34	14,80
Janeiro/16	2,00	1,64	3,68	15,92	16,38
Fevereiro/16	2,13	1,73	3,80	15,53	15,60
Março/16	2,27	1,74	3,93	16,97	17,35
Abril/16	2,39	1,85	4,46	18,53	18,80
Maió/16	2,61	1,96	4,87	19,00	19,32
Junho/16	3,27	2,39	5,10	20,87	21,20

Fonte: Epagri/Cepa.

O mercado favorável para o leite UHT estimulou inclusive as indústrias a destinar volumes bem maiores de leite cru do que é tradicional para a sua produção, o que contribuiu decisivamente para uma elevação mais sensível nos preços aos produtores, sobretudo ao final do primeiro semestre de 2016.

No caso da matéria-prima, a ampliação da disputa por leite pelas indústrias repercutiu em significativos aumentos nos preços recebidos pelos produtores, movimento que se iniciou ao final de 2015 e se intensificou até julho de 2016 (Tabela 14).

Tabela 14/I. Leite – Preço nominal médio mais comum aos produtores de Santa Catarina, no período de pagamento – 2013-16

Mês	R\$/litro posto na propriedade				Var. %	
	2013	2014	2015	2016	2014-15	2015-16
Janeiro	0,75	0,85	0,75	0,91	-11,8	21,3
Fevereiro	0,75	0,83	0,73	0,95	-12,0	30,1
Março	0,75	0,85	0,76	1,02	-10,6	34,2
Abril	0,78	0,91	0,80	1,07	-12,1	33,8
Maió	0,81	0,94	0,87	1,11	-7,4	27,6
Junho	0,83	0,93	0,89	1,19	-4,3	33,7
Julho	0,88	0,93	0,91	1,29	-2,2	41,8
Média janeiro/julho	0,79	0,89	0,82	1,08	-7,9	31,7
Agosto	0,91	0,93	0,93		0,0	
Setembro	0,94	0,90	0,92		2,2	
Outubro	0,94	0,84	0,90		7,1	
Novembro	0,94	0,81	0,87		7,4	
Dezembro	0,88	0,77	0,89		15,6	
Média anual	0,85	0,87	0,85		-2,3	

Fonte: Epagri/Cepa.

Desempenho da aquicultura catarinense

Bruno Corrêa da Silva, Engenheiro de aquicultura – Epagri/Cedap
brunosilva@epagri.sc.gov.br;

Fabiano Müller Silva, Eng.-agr. – Epagri/Cedap
fabiano@epagri.sc.gov.br;

A aquicultura e a pesca extrativa mundial

Segundo a FAO, a aquicultura mundial (cultivo de ostras, mexilhões, camarões, peixes, algas etc.) tem crescido mais do que a pesca extrativa. Há vários anos, com pequenas variações, a captura da pesca se estabilizou no patamar dos 90 milhões de toneladas. O principal motivo disso é a “sobrepesca”, que tem comprometido a capacidade de reposição natural dos estoques pesqueiros. Assim, mesmo com maior “esforço de pesca” (mais barcos, mais redes, mais homens etc.), as capturas não aumentam de forma significativa.

A aquicultura, por sua vez, está em desenvolvimento, dados de 2016 referentes à safra 2014 mostram que a produção mundial da aquicultura e da pesca foi de 167,2 milhões de toneladas, sendo 73,8 milhões de toneladas (44,1%), da aquicultura e 93,4 milhões de toneladas (55,9%), da pesca. Levando em consideração a produção de plantas aquáticas, que foi de 27,3 milhões de toneladas em 2014, a produção em peso de produtos derivados da aquicultura (101,1 milhões de toneladas) ultrapassou a produção derivada da captura. Além disso, em 2014 a produção de pescado para consumo humano obtido pela aquicultura foi, pela primeira vez, maior do que a produção pela captura, o que aliviará a pressão sobre os estoques naturais.

Segundo a FAO, a produção da piscicultura ocupa a primeira posição em relação às demais atividades da aquicultura (moluscos, crustáceos, algas, etc.). A piscicultura mundial de águas interiores produz 43,6 milhões de toneladas (59,0% da produção aquícola), enquanto a piscicultura marinha produz 6,3 milhões de toneladas (8,5% da produção aquícola). O Brasil é o 8º país com maior produção de peixes em águas interiores (Tabela 1) e o 14º na produção total de pescados derivados da aquicultura.

Tabela 1/I. Ranking da produção mundial de peixes cultivados em águas interiores

País	Produção (milhões de t)
China	26,03
Índia	4,39
Indonésia	2,86
Vietnã	2,48
Bangladesh	1,73
Egito	1,13
Myanmar	0,90
Brasil	0,47
Tailândia	0,40
Nigéria	0,31

⁽¹⁾Os dados e as informações relativos à aquicultura e à pesca extrativa mundial foram retirados do documento da FAO The State of World Fisheries and Aquaculture 2016 (<http://www.fao.org/3/a-i5555e.pdf>).

Fonte: FAO (2016)¹.

Piscicultura de água doce no Brasil e em Santa Catarina

No Brasil, segundo dados de 2015 da Associação Brasileira de Piscicultura (Peixe BR) os cinco principais estados produtores de peixes cultivados são, nesta ordem: Paraná, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo e Santa Catarina. Paraná, São Paulo e Santa Catarina possuem como espécie principal a tilápia, enquanto Rondônia produz principalmente Tambaqui, e o Mato Grosso os peixes híbridos.

O Brasil em 2015 exportou 40 mil toneladas de pescado, enquanto isso importou 757 mil toneladas. Esses dados mostram o potencial de crescimento interno que o País ainda possui. A expectativa da FAO é que o País em 2025 dobre a sua produção atual de pescado derivados da aquicultura e chegue à produção de 1.145 mil toneladas. Paralelamente, a expectativa de consumo nacional de pescado, que hoje é de 9,6kg per capita ao ano, chegue em 2025 a 12,7kg.

A piscicultura catarinense tem algumas características que a distinguem da de outros estados. Uma delas é a forma de alimentar os peixes durante o cultivo. Em termos alimentares, existem diversas maneiras de criar peixes, algumas com maior custo do que outras para produzir. Entre as diversas tecnologias praticadas em Santa Catarina pode-se dizer que existem três maneiras de criar peixes: 1) alimentando-os somente com rações balanceadas é a forma de cultivo de maior custo de produção entre todas, mas a mais produtiva e rápida, sendo viável conforme o mercado comprador e a produtividade atingida. No momento, as principais regiões produtoras utilizam essa tecnologia; 2) alimentando-os com alimentos naturais na fase inicial da criação e rações balanceadas apenas no final (últimos 2 a 3 meses). Demora um pouco mais para finalizar do que a anterior, mas seu custo de produção é aproximadamente 25% a 30% menor do que aquela, o que a torna atraente para muitos produtores no Estado; 3) alimentando-os unicamente com alimentos naturais durante todo o cultivo. Produz menos, demora mais para ficar pronto, mas é a que tem o menor custo de produção, com mais de 50% de diferença para a arraçoada (só ração). Isso a torna a escolhida por quem não consegue bancar os custos de um cultivo arraçoado, ou seu mercado paga preços baixos. As técnicas que utilizam alimentos naturais só são praticadas aqui em Santa Catarina.

Uma característica do Estado é o inverno com frio bastante acentuado, principalmente nas regiões altas. Tal característica limita a produção de diversas espécies de peixes nessas áreas, como a tilápia, que atualmente é o principal produto da piscicultura nacional e estadual, mas que tem produção limitada ou inviabilizada em locais com baixas temperaturas. No entanto, nas regiões mais baixas do Estado a tilápia é produzida durante todo o ano e em boa quantidade.

Outra implicação dos períodos frios é que, enquanto nas regiões quentes do Brasil se encontram alevinos (filhotes) praticamente durante o ano todo, aqui a produção fica restrita apenas ao período de verão, o que se reflete no baixo número de engordas anuais. Mesmo assim, Santa Catarina consegue produzir grande variedade e quantidade de peixes (Figura 1)¹.

Os períodos frios geram, ainda, problemas de sazonalidade, ou seja, refletem-se na questão de mercado. Todos os produtores têm o peixe pronto na mesma época (verão), o que faz cair o preço devido à abundância de oferta naquele período. Então, o fator climático será sempre um empecilho para o desenvolvimento da atividade no Estado.

A topografia declivosa também distingue Santa Catarina de alguns estados brasileiros de topografia bem mais plana, o que facilita a construção de grande número de viveiros. Devido aos terrenos “quebrados”, os produtores catarinenses têm dificuldade de encontrar áreas planas o suficiente para construir viveiros.

¹ A produção de jundiás está separada da dos demais bagres para destacar a recente importância que vem adquirindo. Após o domínio, em 2006, pela Epagri, de sua biologia reprodutiva e dos manejos de cultivo, a produção tem aumentado aceleradamente, igualando-se a algumas espécies mais “antigas”.

Na maioria das propriedades, a área ocupada pela piscicultura não ultrapassa dois ou três hectares por falta de terrenos planos. Financeiramente, tal fato relega a atividade como “complementar” e não como a principal, diferentemente de outras regiões. No entanto, a grande vantagem catarinense é o volume hídrico. Aqui chove proporcionalmente durante o ano todo, permitindo o desenvolvimento dos cultivos sem grandes problemas de falta d’água.

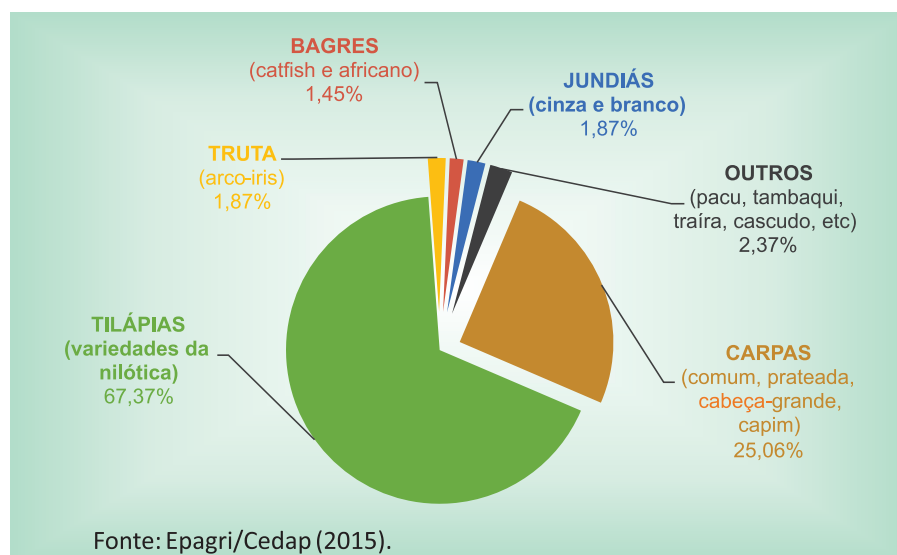


Figura 1/I. Percentual das espécies de peixes produzidos em Santa Catarina

Produção, valores e tendências de mercado

A produção de peixes em Santa Catarina é levantada anualmente pela Epagri. Os dados são obtidos nos 295 municípios do Estado. Em cada um deles existe um escritório local da Empresa. Tal permeabilidade permite levantar a produção com uma aproximação bastante razoável, e também separar os produtores por categoria. Conforme a forma de trabalho, o produtor pode ser classificado como amador (produção para lazer e venda eventual) ou comercial (venda sistemática e regular). Dessa forma, os dados já chegam separados por categoria. Existe um total de 29.831 produtores no Estado, dos quais 26.949 são amadores e apenas 2.882 são comerciais/profissionais. No ano de 2014 foram produzidas, por ambas as categorias, 40.111 toneladas de peixes, sendo 15.016 toneladas oriundas dos amadores e 25.095 toneladas dos comerciais (Figura 2). Embora estejam em menor número, os profissionais se destacam com uma produção superior (62,5% do total) em relação aos amadores (37,5%) por se manterem atualizados com novas tecnologias adquiridas, principalmente em cursos ou reuniões de associações. Enquanto a produtividade média da piscicultura amadora é de 1,7 toneladas por hectare (t/ha), a comercial é de 6,2 t/ha. Essas produtividades estão ainda muito aquém do índices a que podem chegar, visto que algumas regiões, como Joinville, a média da produtividade é de 11t/ha, com relatos de produtores chegando a pelo menos 30 t/ha. A expectativa é que em 2015 o estado tenha produzido cerca de 43 mil toneladas de peixes, devido principalmente ao aumento de produtividade da piscicultura amadora, onde cerca de 70 % desta produção deverá ser de tilápia (Figura 2).

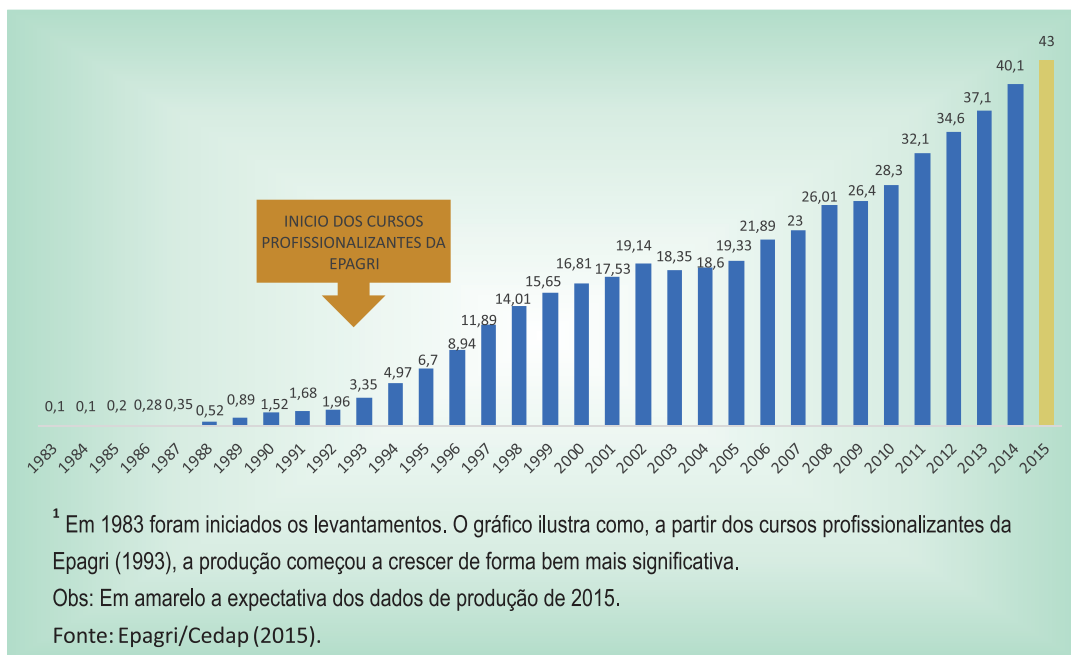


Figura 2/I. Evolução¹ da produção da piscicultura catarinense (em mil toneladas) - 1983-2015

Os dois principais mercados atacadistas no Estado para os produtores que engordam peixes são as indústrias e os pesque e pague. Cada um absorve grande volume de matéria-prima. Um terceiro mercado é o chamado mercado local (restaurantes, peixarias, propriedade etc.), considerado varejo por vender baixos volumes a cada vez. Até o levantamento de 2013, a participação de cada um desses mercados no segmento era: 30% para as indústrias, 50% para os pesque e pague e 20% para o mercado local, números estabilizados já há algum tempo. No entanto, no levantamento de 2014 foi possível perceber uma leve tendência dos produtores a entregar os peixes para as indústrias e abatedouros em detrimento dos pesque e pague, até então os principais compradores atacadistas. Dessa forma, a quantidade de peixes absorvida por cada mercado ficou assim distribuída: 35% para as indústrias/abatedouros; 45% para os pesque e pague e mantendo-se em 20% para o mercado local. A tendência que se tem observado é que a porcentagem da produção destinada para a indústria cresça ainda mais.

Mesmo os pesque e pague pagando entre 10% e 15% a mais pelo quilograma do peixe, há uma tendência de nos próximos anos a porcentagem da produção destinada para a indústria cresça ainda mais. Os principais motivos são: compram peixes menores (menos tempo de cultivo e, por conseguinte, menores custos); compram todos os peixes de uma vez só (os pesque e pague compram em parcelas, precisando que o produtor realize várias despesas anuais, elevando os custos); reduzido número de pesque e pague no Estado para absorver o crescente aumento da produção (atualmente constam apenas 115 pesque e pague nos registros da Epagri, embora na realidade exista um pouco mais). Já a indústria possui alto limite de compra; queixando-se nos últimos anos da falta de matéria-prima, devido à falta de peixe proveniente da pesca. O mercado local é muito instável, concentrando suas vendas nas épocas festivas, principalmente na Semana Santa. Com isso, também há uma grande variação de preços, tanto em diferentes regiões como nas diferentes épocas do ano. Essa instabilidade limita o volume de vendas nesse mercado.

Em termos financeiros, se forem desconsiderados valores pecuniários pela produção dos piscicultores amadores, estima-se que as 25.095 toneladas de peixes produzidas somente pelos piscicultores comerciais/profissionais geraram diretamente em torno de R\$116 milhões, considerando os seguintes valores médios:

R\$3,8/kg obtidos pela produção vendida para a indústria; R\$4,20/kg para os pesque-pague; e R\$7,00/kg no mercado local. A renda total retorna ao Estado na forma de impostos, bens de comércio e serviços, além de gerar alimento e empregos.

Outra tendência é a instalação de cooperativas de produção/abate de peixes, possibilitando a seus membros obter uma margem de lucro mais elevada. Em algumas regiões com boa produção (Figura 3), os produtores organizados em associações estão se encaminhando cada vez mais para esse sistema de vendas (as associações não podem comercializar). Algumas regiões já instalaram a estrutura produtiva/abate, e outras ainda estão em fase de estudos para a implantação. A procura por mercados mais estáveis tem feito com que os produtores comerciais busquem entidades organizadas como forma de viabilizar suas criações.

Uma terceira tendência é a instalação de frigoríficos especializados em abate de peixes de água doce, sejam de grande ou pequeno porte. Normalmente, são empresários que tomam a dianteira, e o número de abatedouros tem crescido. Todavia, os estudos necessários para saber da viabilidade econômica do empreendimento nem sempre são benéficos e têm levado ao fechamento de vários frigoríficos, ou eles têm tido constantes problemas de caixa. A falta de matéria-prima tem sido o principal fator. Mas, se isso for bem equacionado, tal tipo de negócio tem boas chances de se manter, a exemplo dos que já existem há muitos anos em diferentes pontos do Estado.

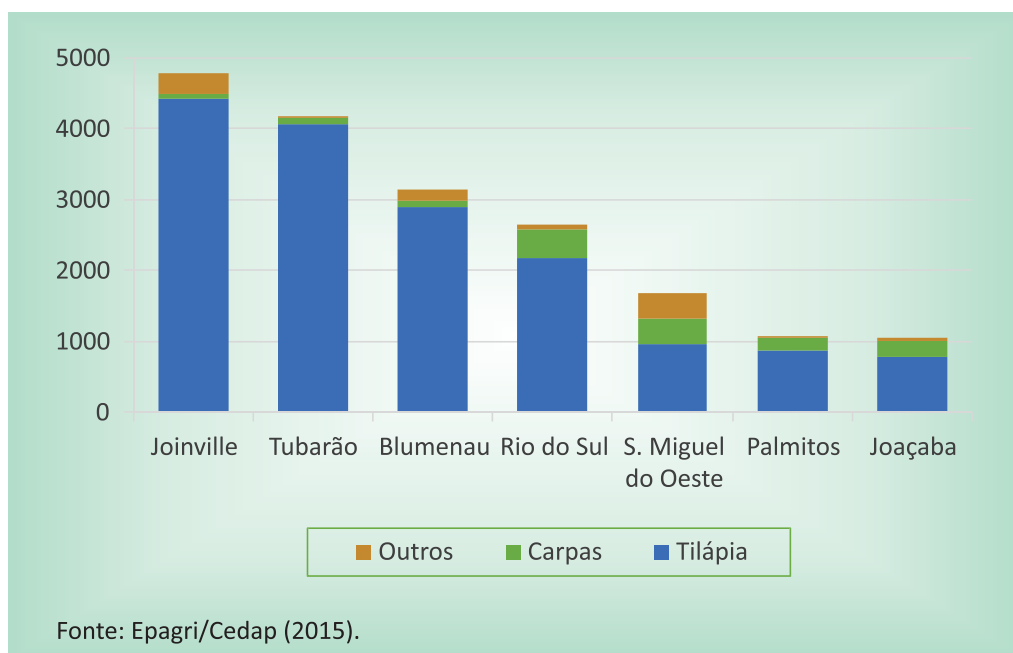


Figura 3/I. Produção comercial das principais regiões no Estado (apenas as acima de mil toneladas)

Maricultura¹

Alex Alves dos Santos - Eng.-agr. - Epagri/Cedap
alex@epagri.sc.gov.br
Sergio Winckler da Costa - Oceanógrafo – Epagri
winckler@epagri.sc.gov.br

Produção² e mercado estaduais

A produção total de moluscos (mexilhões, ostras e vieiras) comercializados em 2015 por Santa Catarina foi de 20.437 toneladas, o que representou uma redução de 5,18% em relação a 2014 (Tabela 1).

Tabela 1/I. Molusco – Evolução da produção comercializada de Santa Catarina – 2010-15

Molusco	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Mexilhões	13.722	15.965	21.027	16.147	17.853	17.370
Ostras	1.908	2.285	2.468	2.932	3.670	3.030
Vieiras	5,2	3,8	5,6	28,7	30,2	37,2
Total	15.635	18.253	23.495	19.082	21.554	20.437

Fonte: Epagri/Cedap.

Atuou diretamente na produção um contingente de 572 maricultores, o que significa uma redução de 6,23% em relação a 2014 (610 maricultores). Os produtores estão organizados em 21 associações municipais e 1 estadual, 1 cooperativa e 2 federações, distribuídas em 12 municípios do litoral, situadas entre Palhoça e São Francisco do Sul. O número total de trabalhadores envolvidos diretamente na cadeia produtiva de moluscos foi de 2.315 pessoas, 31,67% menor em relação a 2014 (3.388 pessoas).

O encolhimento verificado na cadeia produtiva foi de origem financeira, comercial, devido a gestão da atividade (ordenamento e fiscalização) e questões legislativas, decorrentes: da retração da economia brasileira em 2014, que reduziu o consumo de moluscos em geral, principalmente de ostras e de vieiras, produtos nobres de maior valor agregado; da atuação mais efetiva do Serviço de Inspeção (Municipal, Estadual ou Federal), que obrigou produtores a praticar o comércio legal de moluscos, limitando a comercialização informal praticada pelos pequenos produtores e impactando nas vendas; do processo de legalização da atividade que está promovendo o ordenamento dos Parques Aquícolas Municipais e a migração de produtores para as novas áreas de cultivo estabelecidas (processo que apresentou dificuldades relativas ao conflito com pescadores e moradores, ao roubo de boias sinalizadoras, à ausência de fiscalização dos Parques Aquícolas); da aplicação de legislação inadequada ao consumo de organismo vivo que onera os custos de produção de ostras, enfraquecendo a comercialização.

¹ Essa análise é a mesma publicada na Síntese Informativa da Maricultura 2015, com algumas alterações no formato, como a troca de gráficos por tabelas e arredondamentos de números.

² As informações quantitativas são provenientes dos extensionistas dos seguintes escritórios municipais da Epagri: Palhoça (Milton Francisco de Quadros e Marcelo Nogueira Ramos); Florianópolis e São José (Sérgio Stedile); Biguaçu (Rafael Marçal); Governador Celso Ramos (Fabiani Sokoloski); Porto Belo e Balneário Camboriú (Romilto Poluceno); Itapema (Wilmar Benjamin Schimitt); Bombinhas (Hugo Mazon e Ricardo Arno da Silva); Penha (Philippe Medeiros da Costa); Itajaí (Everton Dellagiustina), Balneário Barra do Sul (José Eduardo Calcinoni); São Francisco do Sul (Edir Tedesco).

Mexilhões

A comercialização de mexilhões (Perna perna) na safra 2015 foi de 17.370,1 toneladas, representando uma diminuição 2,71% em relação à safra 2014 (17.853,1 toneladas). Atuou na produção um total de 495 mitilicultores, 11,29% a menos que em 2014 (558 mitilicultores). O maior número de produtores está concentrado nos municípios de Palhoça (223), Bombinhas (83) e Governador Celso Ramos (70).

Os municípios que mais contribuíram para a produção estadual de 2015 foram Palhoça, com 13.250t e aumento de 5,33% em relação a 2014 (12.580t); Penha, com 1.519t e aumento de 34,19% em relação a 2014 (1.132t); Bombinhas, com 890t e diminuição de 36,15% em relação a 2014 (1.394t); Florianópolis, com 720,1t e diminuição de 28,44% em relação a 2014 (1.006,1t) e Governador Celso Ramos, com 500t e diminuição de 61,54% em relação a 2014 (1.300t).

A frustração de safra verificada em alguns municípios é explicada pela baixa captação de sementes nos coletores artificiais e pelo baixo investimento na produção resultante do processo de transferência das fazendas marinhas para as áreas licitadas. Os dados mostram que Governador Celso Ramos foi o município mais afetado pelo processo de ordenamento da atividade. Aproximadamente 60% das áreas de cultivo de seu Parque Aquícola ainda não foram licitadas e a maioria dos produtores continua operando informalmente, o que causa insegurança jurídica e reflete na acentuada queda da produção.

Ostras

A comercialização de ostras (*Crassostrea gigas*) na safra de 2015 foi de 3.030,26t, representando uma diminuição de 17,44% em relação à safra recorde de 2014 (3.670,36t).

O hábito alimentar de consumir ostra viva restringe o comércio desse produto, que deve ser consumido em até 4 dias quando mantido sob refrigeração. O comércio brasileiro de ostra viva é praticado, principalmente, via restaurantes e apresenta uma capacidade de absorção de aproximadamente 3.000t/ano. Acima dessa quantidade, as possibilidades de venda diminuem e aumenta a concorrência entre os produtores. Com isso o preço de venda diminui e atinge valores próximos ao custo de produção, o que torna a atividade pouco atrativa. Como solução, atores da cadeia produtiva defendem e apontam estratégias para estimular o comércio de ostras processadas, a exemplo do que ocorre com os mexilhões, elevando o “tempo de prateleira” do produto e permitindo o comércio pelo setor varejista (grandes redes de supermercados), segmento praticamente inexplorado.

O comércio de ostras processadas permitiria a colheita de toda a safra no momento apropriado, ou seja, evitaria a mortalidade de verão, pois possibilitaria a estocagem da produção em câmaras frias ao invés do mar; evitaria a exposição das ostras aos episódios de maré vermelha por meio do estabelecimento de protocolos de manejo e colheita. Dessa forma, a produção de ostra, que hoje equivale apenas a 17,44% da produção de mexilhões, se tornaria atrativa para os 572 maricultores do Estado e não apenas para os atuais 107 ostreicultores.

O número total de produtores de ostras no Estado diminuiu 17,05%, sendo 61 em Florianópolis, 16 em Palhoça e 9 em São José, 3 em Governador Celso Ramos e 1 em Biguaçu, totalizando 84,11% dos ostreicultores localizados nas Baías Norte e Sul. Isso mostra a importância dessa região para o Estado e ao mesmo tempo a fragilidade relacionada à concentração produtiva em uma única região.

Os municípios que mais contribuíram para a produção total do Estado foram Florianópolis, com uma produção de 2.187,76t, representando uma diminuição de 19,2% em relação à safra 2014 (2.707,46t); seguido por Palhoça (482,0t); São José (225,5t) e São Francisco do Sul. Considerando os municípios que se localizam dentro das Baías Norte e Sul, pode-se dizer que essas baías são responsáveis por 96,87% (2.935,3t) da produção estadual de ostras cultivadas (3.030,26t).

Vieiras

A comercialização de vieiras (*Nodipecten nodosus*) na safra 2015 foi de 37,21t, representando um aumento de 23,21% em relação à safra 2014 (30,2t). O Estado possui apenas 8 produtores, sendo 3 em Florianópolis, 4 no município de Penha e 1 em São José.

O município de Penha liderou a produção, com 24,1t, representando 64,78% da produção estadual (37t), seguido por Florianópolis (11,2t) e São José (3,5t).

Estimativa econômica da produção de moluscos

A estimativa econômica da comercialização de moluscos na concha está baseada nos preços médios praticados pelos produtores de Santa Catarina para o comércio de moluscos no varejo. Apesar da redução na safra, o valor da produção de 2015 foi 12,57% superior ao de 2014 (Tabela 2).

Tabela 2/I. Estimativa de valor da produção de moluscos de Santa Catarina – 2014 e 2015

Molusco	Produção		R\$/kg ou dz		Valor Total (R\$)	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Mexilhões (kg)	17.954.000	17.370.100	2,32	3,22	41.653.280,00	55.931.722,00
Ostras (dz)	3.670.360	3.030.259	7,52	7,16	27.601.107,20	21.696.654,44
Vieiras (dz)	30.200	38.756	27,50	32,70	830.500,00	1.267.321,20
Total	-	-	-	-	70.084.887,20	78.895.697,64

Nota: A conversão de dúzias para toneladas tem por base que uma dúzia de ostras = um kg e uma dúzia de vieiras = 0,96 kg (considerando que uma vieira de 7cm = 80 gramas).

Fonte: Epagri/Cedap.

Camarões

A produção estadual de camarões (*Litopenaeus vannamei*) cultivados foi de 227,5t apresentando um aumento de 26,04% em relação a 2014. De 2014 para 2015, apesar da redução do número de produtores de 7 para 5, a área alagada aumentou de 74,9ha para 81,8ha.

O município de São Francisco do Sul apresentou a maior produção, com um volume de 184,5t, representando 81,1% da produção total, seguido por Imbituba, Balneário Barra do Sul e Garopaba. A estimativa é de que em 2015 a comercialização de camarões pelos produtores em Santa Catarina, baseada no preço médio de R\$17,00/kg, totalizou R\$3.867.500,00, valor 19,07% maior que o de 2014 (R\$3.248.100,00).

Desempenho do setor florestal

Luiz Toresan – Eng.-agr., Dr. – Epagri/Cepa
toresan@epagri.sc.gov.br

Produção e mercado mundiais

Preços da celulose voláteis e em baixa seguem o comportamento das demais commodities

Atualmente são plantados no mundo quase 300 milhões de hectares com florestas para fins comerciais. Nos últimos 25 anos o plantio de florestas para produção de matéria-prima tem crescido em todos os continentes. Canadá, Índia e China apresentaram as maiores taxas de crescimento no período. O Brasil, com 7,7 milhões de hectares plantados, detém menos de 3% da área mundial de florestas comerciais plantadas (Tabela 1).

Tabela 1/I. Área de florestas comerciais plantadas no Mundo, 1990-2015

País	1990	2000	2005	2010	2015	Part. %	(mil ha)
							Cresc. Anual (1990-2015) %
China	41.950	54.394	67.219	73.067	78.982	27,27	2,6
Estados Unidos da América	17.938	22.560	24.425	25.564	26.364	9,10	1,6
Rússia	12.651	15.360	16.963	19.613	19.841	6,85	1,8
Canadá	4.578	9.345	11.710	13.975	15.784	5,45	5,1
Suécia	7.399	9.839	11.099	12.564	13.737	4,74	2,5
Índia	5.716	7.167	9.486	11.139	12.031	4,15	3,0
Japão	10.287	10.331	10.324	10.292	10.270	3,55	0,0
Polônia	8.511	8.645	8.767	8.877	8.957	3,09	0,2
Brasil	4.984	5.176	5.620	6.973	7.736	2,67	1,8
Finlândia	4.390	4.953	5.901	6.775	6.775	2,34	1,8
Demais países	52.928	66.849	71.446	75.162	89.122	30,77	2,1
Total Mundial	171.332	214.619	242.960	264.001	289.599	100,00	2,1

Fonte: FAO (2015).

Nos últimos quatro anos a produção mundial de madeira de uso industrial cresceu apenas 4,2%. Entre os grandes produtores mundiais, Finlândia, Rússia, e Brasil foram os países que apresentaram os maiores crescimentos relativos (Tabela 2).

A produção mundial de celulose de mercado manteve-se quase estável nos últimos anos. De 2011 a 2015, dos dez países maiores produtores mundiais, apenas Brasil e China apresentaram crescimento expressivo na produção (Tabela 3). A produção brasileira cresceu 23,3% e o País tende a expandir sua participação na produção e no comércio mundial dessa matéria-prima. O Brasil assumiu em 2015, pela primeira vez, a condição de segundo produtor mundial de celulose de mercado, posição ocupada historicamente pelo Canadá. A tendência de aumentar sua produção e exportação de celulose deverá se manter nos próximos anos, o que deve consolidar o País como um dos mais importantes atores no mercado internacional da commodity. O Brasil é há anos o principal fornecedor mundial de celulose de fibra curta, utilizando o eucalipto como matéria-prima.

Tabela 2/I. Produção mundial de madeira em toras para uso industrial⁽¹⁾ segundo os principais países – 2011-15 (m³)

País	2011	2012	2013	2014	2015
EUA	354.704.000	347.076.000	354.937.000	356.811.908	354.678.412
Rússia	175.625.000	177.455.000	180.378.870	188.299.678	190.507.000
China	159.462.000	158.096.000	167.214.000	161.017.000	161.017.000
Canadá	146.735.326	146.741.000	147.751.273	148.825.385	151.357.559
Brasil	139.969.000	146.804.000	142.633.000	149.530.000	149.530.000
Suécia	66.000.000	63.599.000	63.700.000	67.400.000	68.100.904
Indonésia	60.705.500	62.605.500	62.605.500	62.605.500	62.605.500
Finlândia	45.526.180	44.614.134	49.331.404	49.201.630	51.446.411
Índia	49.517.000	49.517.000	49.517.000	49.517.000	49.517.000
Alemanha	45.358.223	42.862.602	42.052.181	43.242.535	45.118.968
Demais países	525.315.377	527.084.026	533.666.634	556.171.925	559.048.883
Total Mundial	1.768.917.606	1.766.454.262	1.793.786.862	1.832.622.561	1.842.927.637

⁽¹⁾ Refere-se a toda madeira bruta em estado natural, incluindo madeira para serraria, fabricação de painéis reconstituídos, celulose e papel, além de outros fins industriais.

Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos.

Tabela 3/I. Produção mundial de celulose de mercado segundo os principais países – 2011-15 (t)

País	2011	2012	2013	2014	2015
EUA	51.114.622	50.200.530	49.055.100	50.106.640	49.368.040
Brasil	14.282.000	14.318.000	15.492.000	16.831.000	17.613.000
Canadá	18.342.000	17.849.000	18.053.000	17.277.000	17.590.000
Suécia	11.856.849	12.033.000	11.725.000	11.531.025	11.621.999
Finlândia	10.362.000	10.234.650	10.520.000	10.471.386	10.450.000
China	8.482.000	8.439.000	9.175.000	9.984.000	9.864.000
Japão	9.083.000	8.722.000	8.841.000	9.066.000	8.870.000
Rússia	7.916.006	7.662.000	7.200.000	7.703.000	8.072.000
Indonésia	6.455.000	6.605.000	6.677.000	6.677.000	6.677.000
Chile	4.896.000	5.080.000	5.157.000	5.208.800	5.117.000
Demais países	30.832.904	30.263.209	29.894.813	30.049.707	29.702.734
Total Mundial	173.622.381	171.406.389	171.789.913	174.905.558	174.945.773

Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos.

Os preços da celulose no mercado internacional vêm apresentando bastante volatilidade nos últimos anos (Figura 1). Após ter havido um “descolamento” de preços em 2013 e 2014 entre os dois principais tipos de celulose, a de fibra longa, tipo NBSK (de coníferas) e a de fibra curta, tipo BHKP (de eucalipto), ao final de 2015 a cotação dessas commodities se encontrava em patamares bem próximos. A celulose de fibra longa, cujo mercado internacional o Brasil pouco participa, após sucessivas valorizações ao longo de 2013 e 2014, sofreu uma queda de preço de 13% no fechamento de 2015, em relação ao fechamento do ano anterior, atingindo US\$803 por tonelada na Europa.

A celulose de fibra curta, produto que posiciona o Brasil como líder no comércio mundial, teve expressivos aumentos de preços ao longo de 2015, mas recuou ao final do ano para fechar no patamar de US\$789 por tonelada posta na Europa, nível 6% superior ao do final de 2014. Embora tivessem havido tentativas das grandes empresas brasileiras exportadoras de retomar os reajustes dos preços da celulose de eucalipto no

início de 2016, a trajetória nos primeiros cinco meses do ano foi de preços em queda. Em maio, a celulose foi cotada na Europa a US\$685 por tonelada, valor 13% inferior ao do início do ano.

A entrada em operação de novas e grandes plantas industriais para produção de celulose nos últimos anos –especialmente no Brasil – a queda da demanda de alguns países importadores e o movimento especulativo com commodities na China determinaram as reduções de preços observadas. Em maio e junho, as principais exportadoras brasileiras voltaram a anunciar a intenção de aumentar preços entre 20 e 30 dólares por tonelada, buscando o patamar de US\$710/t para a Europa e de US\$540/t para a China. As dificuldades de repasses de preços devem persistir ao longo do segundo semestre de 2016 e a projeção de analistas do setor realizada no início de 2016 de que os preços atingiriam ao longo do ano US\$780 e US\$810 por tonelada posta na Europa, respectivamente para a celulose de fibra curta e longa, não deve ser alcançada.

O comércio mundial de produtos florestais sofreu uma redução em 2015 de quase 10% em valor, em relação ao observado em 2014 (Tabelas 4 e 5). EUA, China, Alemanha e Canadá são os maiores atores do mercado. Entre os exportadores, destacam-se, pelo maior valor de superávit comercial, Canadá, Suécia, Finlândia, Rússia, Brasil e Indonésia. O Brasil vem ganhando espaço no mercado internacional frente a tradicionais exportadores como Suécia e Finlândia.

China, Japão, Reino Unido e Itália são os países que apresentam os maiores déficits em suas balanças comerciais, quando se considera apenas os produtos de origem florestal. A China é o grande importador mundial, especialmente de madeira e celulose, embora nos últimos anos suas importações não tenham apresentado tendência de crescimento. Já os EUA vêm ampliando suas compras internacionais de produtos florestais.

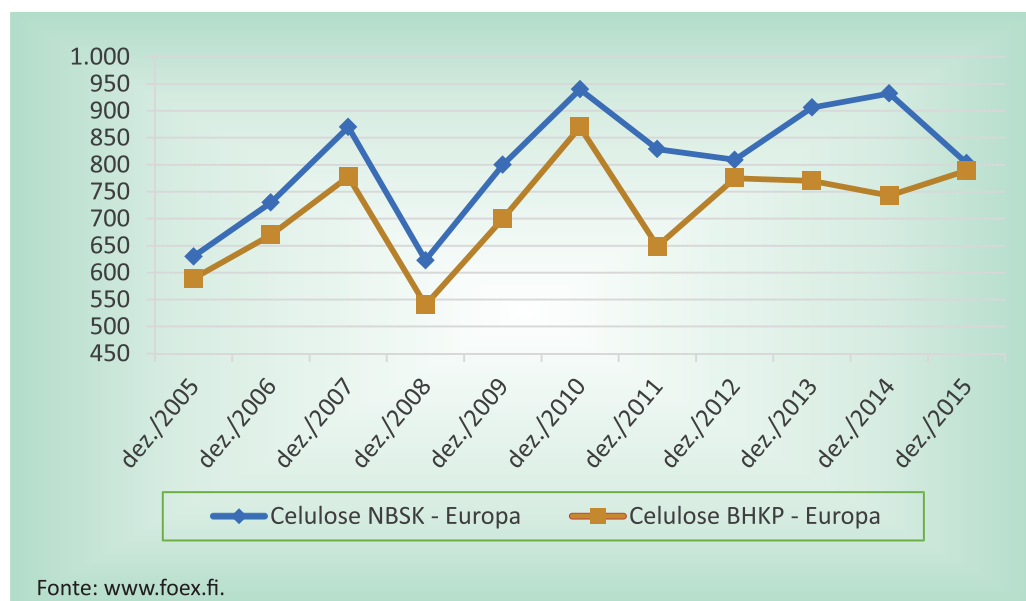


Figura 1/I. Evolução dos preços da celulose tipo NBSK e BHKP na Europa (US\$/t) – dez./2005-dez./2015

Tabela 4/I. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2011-15
(US\$ mil)

País	2011	2012	2013	2014	2015
EUA	25.208.741	25.506.788	26.496.100	27.135.195	25.075.637
Canadá	22.746.164	21.725.349	24.042.308	24.299.387	21.859.588
Alemanha	22.720.718	20.224.617	21.746.348	20.646.599	17.408.300
China	11.144.649	11.934.675	12.978.993	14.715.620	14.643.442
Suécia	17.233.525	15.272.385	15.920.482	15.033.111	13.258.338
Finlândia	14.386.101	13.099.761	13.947.932	13.973.856	12.122.763
Rússia	9.757.872	9.372.180	9.925.878	10.516.349	8.654.521
Brasil	7.953.453	7.511.921	8.028.782	8.245.153	8.404.292
Indonésia	7.694.471	7.388.173	7.697.716	7.655.952	7.543.930
França	8.429.679	7.273.571	7.330.593	7.410.091	6.378.748
Demais países	100.035.497	91.799.914	98.562.235	104.316.597	93.945.694
Total mundial	247.310.870	231.109.334	246.677.367	253.947.910	229.295.253

Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos.

Tabela 5/I. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2011-15
(US\$ mil)

País	2011	2012	2013	2014	2015
China	38.117.894	35.165.445	38.656.047	42.631.868	38.081.925
EUA	19.524.853	20.724.582	22.931.127	24.591.414	23.637.283
Alemanha	21.584.580	18.958.414	20.152.618	19.732.709	16.696.651
Reino Unido	10.727.414	10.141.068	10.523.557	11.796.830	11.491.643
Japão	14.106.435	13.352.210	12.939.403	12.138.537	11.456.526
Itália	11.357.326	9.337.071	10.021.161	10.211.649	8.839.738
França	10.630.999	9.134.834	9.425.159	9.433.094	7.911.251
Índia	5.609.599	5.459.516	5.833.830	6.394.005	6.057.848
Coréia	5.755.807	5.318.639	5.637.150	6.083.988	5.941.654
Bélgica	6.754.625	5.587.409	6.207.697	6.519.817	5.659.497
Demais países	116.533.337	109.092.010	111.207.615	117.154.642	109.239.508
Total mundial	260.702.869	242.271.198	253.535.364	266.688.553	245.013.524

Fonte: FAO – Base de Dados Estatísticos.

Nos últimos 15 anos ocorreram importantes mudanças no consumo mundial de produtos florestais, com reflexos diretos nas linhas de produção. Na oferta de madeira para energia, enquanto a produção de lenha para uso como combustível teve um crescimento muito pequeno, surgiu no período um importante mercado para o pellet como fonte energética. Em 2014 foram consumidas no mundo 26 milhões de toneladas de pellets de madeira, com destaque para o continente europeu. Atualmente o Canadá é o principal abastecedor mundial de pellets, mas o Brasil tem potencial competitivo para no futuro atender boa parte da demanda mundial do produto.

A madeira serrada vem sendo substituída em grande parte por painéis de madeira. A produção mundial de madeira compensada aumentou em quase 150% desde 2000, e a de painéis de fibra de madeira se expandiu em 240% no período, com destaque para o MDF, com quase 400% de crescimento da produção. Isso mostra uma mudança mundial do perfil de consumo de madeira na indústria de construção civil e moveleira, com clara tendência de substituição de boa parte da madeira maciça pelos painéis de madeira, em especial de madeira reconstituída.

Produção e mercado nacionais

Exportações de celulose compensam parte do desempenho negativo dos demais segmentos

O setor florestal brasileiro é bastante desenvolvido e tem importante presença na pauta de exportações do País. O Brasil, devido às condições climáticas bastante favoráveis e ao desenvolvimento tecnológico alcançado, consegue produzir madeira em florestas plantadas com ciclos curtos, alta produtividade e menores custos, o que torna o País bastante competitivo no mercado internacional de produtos florestais.

A Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE apurou um Valor da Transformação Industrial da indústria de base florestal em 2014 da ordem de R\$59,5 bilhões, 8,2% superior ao de 2013. Esse crescimento se deu de modo semelhante nos três segmentos – produtos da madeira, papel e celulose e móveis de madeira – e foi bem mais expressivo que a indústria como um todo (+3,1%). O segmento de papel e celulose responde por mais da metade do valor agregado na indústria e foi o que mais cresceu nos últimos anos.

Em 2015, a produção a física industrial levantada pela Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, do IBGE- teve um recuo de 4,6% na fabricação de produtos da madeira e de 14,7% na fabricação de móveis. Já o volume físico de celulose e papel produzidos em 2015 foi semelhante ao mensurado em 2014. No primeiro semestre de 2016 a produção de móveis continuou em forte queda, com volume de produção quase 15% inferior em relação ao primeiro semestre de 2015. Nesse mesmo período de comparação a fabricação de produtos de madeira também apresentou queda física da ordem de 1,4%. Em sentido contrário, a produção de celulose e papel foi 2,5% maior em volume, no período considerado.

O valor exportado pela indústria brasileira de base florestal alcançou US\$10,43 bilhões em 2015, 3,7% superior ao valor de 2014, que havia crescido 4,5%, em relação ao ano anterior. Esse desempenho pode ser considerado muito bom, uma vez que as exportações totais do País foram 15% menores em 2015, após terem regredido 7% em 2014. EUA, China, Holanda, Itália e Argentina são os destinos de quase dois terços das exportações brasileiras de produtos de origem florestal. O segmento de celulose e papel responde por 73% do total dessas exportações.

No primeiro semestre de 2016, as exportações brasileiras de produtos florestais seguiram ampliando sua participação no valor total exportado pelo Brasil. Enquanto no total as exportações se encolheram em 4,3% em valor, os produtos florestais tiveram variação positiva de 1,3%, em comparação com igual período de 2015. Essa expansão se deveu ao crescimento de 6,8% no valor exportado de celulose no semestre, compensando a redução observada nos demais itens da pauta do setor. Pelo movimento de valorização do real frente ao dólar observado no primeiro semestre de 2016 espera-se mais um ano de fraco desempenho exportador para o Brasil.

O setor é responsável por cerca de 6,0% do PIB industrial brasileiro. Em 2014 as atividades relacionadas à silvicultura e à indústria de base florestal envolviam mais de 37 mil empresas, que empregavam mais de 690 mil pessoas diretamente, em empregos formais (Tabela 6). Houve redução no número de empregos no setor nos últimos anos, especialmente na indústria da madeira. A forte recessão econômica sofrida pelo Brasil em 2015, com queda de 3,8% no PIB, resultou numa redução de 6,2% no número de empregos no setor, segundo dados do Caged. O saldo negativo de 43 mil empregos na indústria brasileira de base florestal é resultado de uma redução em todos os segmentos industriais do setor, inclusive na indústria de papel e celulose que vinha apresentando histórico de criação de novos empregos ao longo do tempo.

Tabela 6/I. Número de empresas e empregados formais no setor florestal – Brasil – 2013-14

Grupo de atividade	Nº de empresas por segmento			Nº de empregados por segmento		
	2013	2014	Var. (%)	2013	2014	Var. (%)
Produção florestal e atividades de apoio	10.007	10.200	1,93	111.832	109.344	-2,22
Desdobro e indústria da madeira	13.139	12.423	-5,45	192.868	189.195	-1,90
Indústria de celulose, papel e embalagens	2.601	2.603	0,08	181.634	184.767	1,72
Móveis de madeira	12.722	12.256	-3,66	207.208	208.481	0,61
Total silvicultura e indústria florestal	38.469	37.482	-2,57	693.542	691.787	-0,25

Fonte: Anuário RAIZ, 2016.

Para fortalecer o desenvolvimento do setor de base florestal no Brasil, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.375 da Presidência da República, de 11 de dezembro de 2014, definiu a Política Agrícola para Florestas Plantadas no País. Esse Decreto estabelece os princípios e os objetivos da Política Agrícola para as atividades de produção, processamento e comercialização dos produtos, subprodutos, derivados, serviços e insumos relativos às florestas plantadas. Coube ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) coordenar o planejamento, a implementação e a avaliação da Política Agrícola para Florestas Plantadas (PAFP).

A Comissão Setorial de Florestas Plantadas criada no Mapa, composta pelos principais segmentos representativos do setor está elaborando o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDFP). As propostas das representações da indústria brasileira de árvores tem como principais metas de longo prazo para a PAFP: I – Ampliar para 15 milhões de hectares a área plantada com florestas comerciais até 2030; II – Ampliar a participação dos pequenos produtores para 30% da área plantada com florestas; III – Estabelecer linhas de crédito com juros anuais de 4,5% a 5,0% e carência de 8 a 15 anos, com prazos de pagamento de até 20 anos, considerados compatíveis com o tempo de maturação das florestas comerciais; IV – Aumentar o prêmio do seguro florestal e o limite de subvenção por beneficiário para R\$300.000,00; V - Estabelecer juros de 4,5% a 5,0% para os financiamentos de máquinas e equipamentos florestais através do Moderfrota.

Atualmente, nos bancos estatais brasileiros estão disponíveis diversas linhas de crédito para financiar as atividades florestais e de silvicultura, com destaque para o ABC Florestas, com taxas de juros de 7,5% a 8,0% ao ano, o ABC Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, com juros de 4,0% a 8,5% ao ano, o Pronaf Floresta, com juros de 1,0% a 5,5% ao ano, além de diversas outras linhas de financiamento direcionadas à recuperação ambiental, ao manejo florestal e ao desenvolvimento setorial regional.

Produção e consumo de matéria-prima florestal

Menor demanda induz a nova redução na produção de matéria-prima

Em 2015 eram cultivados no Brasil 7,80 milhões de hectares com florestas para fins comerciais, as quais respondiam por mais de 90% do fornecimento de madeira para uso industrial (IBÁ, 2016). O eucalipto e o pínus compõem, respectivamente, 72% e 20% da área cultivada. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul detêm 87% da área plantada com eucalipto e pínus no País (Tabela 7). Também são cultivados para fins comerciais quase 600 mil hectares de outras espécies, com destaque para a seringueira, a acácia, o paricá e a teca.

Tabela 7/I. Área plantada com eucalipto e pinus no Brasil, por estado – 2014-15

(ha)

Estado	Eucalipto		Pinus		Total		Variação (%) 2014 para 2015
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	
MG	1.400.232	1.395.032	39.674	37.636	1.439.906	1.432.668	-0,50
SP	976.186	976.613	123.996	124.222	1.100.182	1.100.835	0,06
PR	224.089	285.125	673.769	670.906	897.858	956.031	6,48
MS	803.699	826.031	7.135	6.292	810.834	832.323	2,65
SC	112.944	116.250	541.162	542.662	654.106	658.912	0,73
BA	630.808	614.390	6.499	3.371	637.307	617.761	-3,07
RS	309.125	308.515	184.585	184.603	493.710	493.118	-0,12
MT	187.090	185.219	-	-	187.090	185.219	-1,00
ES	228.781	227.222	2.660	2.713	231.441	229.935	-0,65
MA	211.334	210.496	-	-	211.334	210.496	-0,40
PA	125.110	130.431	-	-	125.110	130.431	4,25
TO	115.564	116.365	430	265	115.994	116.630	0,55
GO	124.297	127.201	9.087	8.569	133.384	135.770	1,79
AP	60.025	63.026	-	-	60.025	63.026	5,00
PI	31.212	29.333	-	-	31.212	29.333	-6,02
Outros estados	18.157	19.358	-	-	18.157	19.358	6,61
Total do Brasil	5.558.653	5.630.607	1.588.997	1.581.239	7.147.650	7.211.846	0,90

Fonte: IBÁ (2016a).

Para atender a demanda das novas plantas industriais de produção de celulose branqueada de eucalipto, implantadas nos últimos anos no Brasil, a área cultivada com a espécie vem se expandindo. Em decorrência, tem aumentado a participação do eucalipto na área de florestas comerciais do País. Tem ocorrido um deslocamento das áreas de expansão do setor florestal de estados tradicionais produtores, como São Paulo, Minas Gerais e Bahia para outros estados e regiões do País.

As florestas plantadas são responsáveis pela totalidade do fornecimento de madeira ao setor de papel e celulose. Essa indústria detém a propriedade de mais de um terço da área plantada no Brasil. Os fundos de investimento em florestas – Timber Investment Management Organizations (TIMOs) – já detêm 10% das florestas comerciais brasileiras (IBÁ, 2016). As certificadoras que operam no País já certificaram o manejo das áreas florestais de cerca de 3,2 milhões de hectares plantadas.

O valor da produção da silvicultura brasileira cresceu quase 5,0% de 2013 para 2014, alcançando 15,5 bilhões de reais. O crescimento se deveu ao expressivo aumento do valor produzido de carvão, lenha e outros produtos, uma vez que o valor da madeira colhida para uso industrial foi menor em relação ao ano anterior. Essa queda foi provocada por uma nova redução de quase 10% no valor produzido em toras para processamento mecânico, a exemplo do ocorrido no ano anterior (Tabela 8).

Em 2014 foram processados 124,2 milhões de metros cúbicos de madeira pela indústria brasileira, volume 4,2% inferior ao de 2013, que já havia sido menor que o de 2012. A redução foi bem maior no volume colhido de madeira para processamento mecânico com menos 9% (Tabela 9). Estimativas de consumo industrial de madeira em 2015 divulgadas pelo Ibá apontam uma redução do volume colhido da ordem de 6% a 7%, em relação a 2014.

Tabela 8/I. Valor da produção da silvicultura – Brasil – 2010-14

(mil reais)					
Tipo de produto da silvicultura	2010	2011	2012	2013	2014
Madeira em toras p/papel e celulose	3.841.347	4.589.921	4.512.815	4.731.883	4.735.729
Madeira em toras p/outras finalidades	3.389.775	4.272.164	4.899.940	4.417.465	4.018.651
Carvão vegetal	1.685.924	2.181.583	2.403.494	2.627.459	3.206.919
Lenha	1.653.710	1.953.777	2.236.568	2.317.955	2.459.172
Erva-mate (folha verde)	160.778	173.589	234.199	406.518	670.148
Palmito	259.399	191.691	338.367	309.880	448.466
Total	10.990.933	13.362.725	14.625.383	14.811.160	15.539.085

Fonte: IBGE (2016).

Tabela 9/I. Produção brasileira das principais matérias-primas de origem florestal – 2009-14

Produto	Medida	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Extração vegetal							
Carvão vegetal	mil t	1.640	1.503	1.351	1.160	1.007	1.021
Erva-mate	t	218.102	227.462	229.681	252.700	300.128	333.017
Lenha	mil m ³	41.440	38.207	37.574	34.314	30.955	28.907
Madeira em tora	mil m ³	15.248	12.658	14.117	14.926	13.519	13.807
Silvicultura							
Carvão vegetal	mil t	3.378	3.448	4.128	5.098	5.583	6.219
Lenha	mil m ³	41.411	48.103	51.741	56.762	55.295	56.168
Madeira p/papel e celulose	mil m ³	65.346	69.779	75.882	73.837	72.569	72.389
Madeira p/outras finalidades	mil m ³	41.566	45.963	49.971	58.042	57.171	51.850

Fonte: IBGE (2016).

O setor de papel e celulose é o maior consumidor de madeira em toras no Brasil. Essa indústria consome 63% da produção de madeira em toras de florestas plantadas e 83% das toras produzidas de eucalipto. Já a indústria de processamento mecânico da madeira consome 60% das toras de pinus produzidas (Tabela 10).

Tabela 10/I. Consumo de madeira plantada em 2015 pela indústria brasileira, segundo o segmento industrial
(em milhões de m³)

Segmento	Eucalipto	Pinus	Outras espécies	Total
Celulose e papel	66,60	8,34	0,07	74,01
Painéis reconstituídos	6,07	6,86	0,37	13,30
Processamento mecânico	6,63	23,46	0,35	30,44
Carvão	21,25	-	-	21,25
Lenha industrial	48,60	3,67	-	52,27
Outros	3,05	0,13	-	3,18
Total	151,20	42,60	0,79	194,45

Fonte: Iba (2016).

Indústria de processamento mecânico da madeira

O bom desempenho das exportações não compensou o encolhimento do mercado interno

Em 2015, a indústria brasileira de produtos sólidos da madeira apresentou um fraco desempenho devido à forte retração do mercado interno, que se repetiu pelo segundo ano. A baixa atividade da indústria de construção civil levou a um decréscimo de 10% no consumo doméstico de madeira serrada de florestas plantadas (Tabela 10). No primeiro semestre de 2016 a produção física industrial da indústria de produtos madeireiros teve um recuo de 1,4% em relação ao primeiro semestre de 2015.

Tabela 11/I. Produção, exportação e consumo interno de madeira serrada de florestas plantadas – Brasil – 2013-15

Produto	Discriminação	(mil m ³)			Variação (%) 2014 para 2015
		2013	2014	2015	
Madeira Serrada de florestas cultivadas	Produção	9.370	9.230	8.833	-4,3
	Exportação	864	1.240	1.587	28,0
	Consumo aparente	8.510	7.990	7.200	-10,0

Fonte: IBÁ (2014, 2015 e 2016).

O pínus fornece quase toda a matéria-prima para a produção de serrados de espécies cultivadas. As exportações de madeira serrada de pínus cresceram fortemente nos dois últimos anos, alcançando o volume de 1,3 milhão de toneladas. Foi exportada a cifra de 289 milhões de dólares em 2015, 30% a mais que em 2014 e igualando-se a 2007, auge da exportação de madeira serrada. Os EUA e o México são os maiores importadores de serrados de pinus exportados pelo Brasil. Santa Catarina é o estado maior exportador, com 43% do volume embarcado.

Na indústria de compensados, verificou-se um comportamento semelhante ao da madeira serrada. No entanto, pelo elevado peso das exportações e pelo seu bom desempenho, a produção brasileira vem apresentando crescimento nos últimos anos (Tabela 12). Em 2015, o volume exportado de compensados de florestas plantadas representou 58% da produção total. O Brasil exportou 434 milhões de dólares em compensados de pínus, tendo como principais mercados os EUA e os países da Europa. A perspectiva é de aumento da demanda nos EUA, o que deve ampliar o volume exportado pelo País em 2016 e nos próximos anos.

Tabela 12/I. Produção, exportação e consumo interno de madeira compensada de florestas plantadas – Brasil – 2013-15

Produto	Discriminação	(mil m ³)			Variação (%) 2014 para 2015
		2013	2014	2015	
Madeira Compensada de florestas cultivadas	Produção	2.270	2.400	2.600	8,3
	Exportação	1.080	1.320	1.500	13,0
	Consumo aparente	1.190	1.080	978	-9,4

Fonte: IBÁ (2014, 2015 e 2016).

As exportações brasileiras de madeira e suas obras (exceto móveis) em 2015 apresentaram um pequeno crescimento de 1,3% em valor, em relação a 2014. As exportações de portas de madeira, que tem os EUA como principal mercado, vêm se recuperando desde 2011 e somou US\$186 milhões em 2015, valor bastante inferior ao alcançado em 2006, o maior nível histórico.

No primeiro semestre de 2016 houve um decréscimo de 5,3%, em relação ao mesmo semestre do ano anterior. Com a valorização do real frente ao dólar espera-se que as exportações brasileiras de madeira em 2016 apresentem um recuo em relação a 2015. No entanto, para os serrados e compensados de pinus, é esperado um desempenho positivo das exportações, a exemplo dos anos anteriores.

Indústria de painéis de madeira reconstituída

Aumento das exportações não compensam a forte queda das vendas internas

Na produção de painéis de madeira reconstituída atuam grandes empresas com elevada capacidade instalada. A capacidade efetiva de produção de painéis de madeira industrializada é de cerca de 9,2 milhões de metros cúbicos por ano e mais da metade é de MDF. Os painéis de madeira são bastante demandados pela indústria da construção civil e de móveis e o crescimento de sua demanda depende bastante do desempenho desses segmentos. Assim, 2015 foi um ano ruim também para a indústria de painéis de madeira.

O volume exportado em 2015 foi 52,3% maior que o do ano anterior, passando dos 600 mil m³ e resultando em quase 200 milhões de dólares em valor. Os EUA e o México são o destino de 50% das exportações brasileiras de painéis de madeira. Apesar desse vigoroso crescimento das exportações a produção total de painéis em 2015 diminuiu em 6,3%, devido à forte queda do consumo interno, estimada em menos 12,1% em relação a 2014 (Tabela 13).

Tabela 13/I. Produção, importação, exportação e consumo aparente de painéis de madeira reconstituída – Brasil – 2012-15

Produto	Discriminação	(mil m ³)				Variação (%) 2013 para 2014
		2012	2013	2014	2015	
Painéis de madeira (MDF, MDP,HDF)	Produção	7.304	7.893	7.977	7.475	-6,3
	Importação	112	112	81	13	-84,0
	Exportação	252	349	421	641	52,3
	Consumo aparente	7.164	7.656	7.268	6.386	-12,1

Fonte: IBÁ (2014, 2015, 2016a e 2016b).

Nos primeiros seis meses de 2016 a indústria de painéis de madeira prosseguiu com o comportamento apresentado no ano anterior: forte crescimento das exportações, expressiva queda do consumo interno e redução dos níveis de produção (IBÁ, 2016c). Com isso, o parque fabril opera com expressivos níveis de ociosidade da sua capacidade instalada.

Indústria de móveis de madeira

Exportações não se recuperam e mercado interno sofre forte encolhimento

A indústria brasileira de móveis de madeira é composta por doze mil empresas, que geram mais de 200 mil empregos formais diretos. Até 2014 o Brasil vinha apresentando uma trajetória de crescimento consistente na geração de empregos pela indústria moveleira, suportado pela expansão do mercado interno. Em 2015 a indústria moveleira reduziu o número de empregos em 16.775, segundo o Caged.

A forte retração da indústria da construção civil em 2015 determinou grande queda nas vendas de móveis no mercado interno. Em 2016, espera-se nova e expressiva redução nas vendas domésticas de móveis, devendo trazer reflexos bastante negativos para a atividade industrial. Os dados do IBGE sobre a produção

física da indústria brasileira de móveis mostram recuos bastante expressivos. Em 2014 a redução foi de 7,3% e em 2015 sofreu nova e expressiva queda de 14,4%. No primeiro semestre de 2016 a produção brasileira de móveis foi bastante inferior à de igual período de 2015 (IBGE, 2016c), sinalizando mais um ano de queda de produção.

Nas exportações, a indústria de móveis de madeira, após esboçar uma recuperação em 2014, voltou a declinar em 2015 (Figura 2). Em 2015 foram exportados pelo Brasil 429,2 milhões de dólares em móveis de madeira, um decréscimo de 10,7% em relação a 2014. No primeiro semestre de 2016 o recuo foi de 3,3% em relação a igual semestre de 2015. Os EUA, o Reino Unido e os países da América do Sul são os principais destinos dos móveis brasileiros exportados.

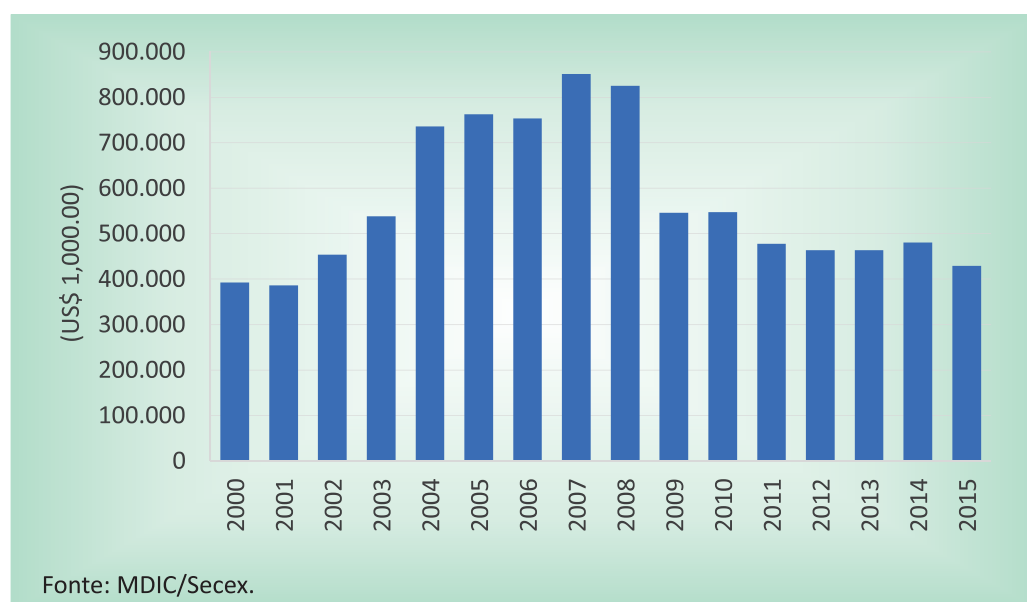


Figura 2/I. Valor das exportações brasileiras de móveis de madeira – 2000-15

Indústria de celulose e papel

Exportações seguem em expansão e compensam retração do mercado interno

A fabricação de celulose e de papel no Brasil envolve 2.600 empresas, que empregam na fase industrial quase 180 mil pessoas. O País é bastante competitivo na produção e exportação de celulose, em especial a celulose de fibra curta de eucalipto. A base florestal integrada e de elevada produtividade e os pesados investimentos industriais em novas e modernas plantas têm assegurado a capacidade competitiva do Brasil.

O Brasil é o terceiro país maior exportador de celulose, sendo a China, com mais de um terço do volume, o maior importador mundial do produto exportado pelo País. Os estados de São Paulo, da Bahia, do Espírito Santo e do Mato Grosso do Sul responderam por mais de dois terços do valor das exportações brasileiras do segmento de celulose e papel.

Em 2015, a produção de celulose de mercado foi 5,5% maior que a de 2014 (Tabela 14). As exportações brasileiras de celulose vêm crescendo ano após ano e em 2015 representou dois terços do volume produzido. As receitas com as exportações da commodity em 2015 foram de 5,6 bilhões de dólares, 5,8% superiores às aquelas obtidas em 2014.

Tabela 14/I. Produção, importação, exportação e consumo aparente de papel e celulose – Brasil – 2011-15

Produto	Discriminação	(mil toneladas)					Variação (%) 2014 para 2015
		2011	2012	2013	2014	2015	
Papel	Produção	10.159	10.260	10.444	10.397	10.367	-0,3
	Importação	1.455	1.396	1.274	1.262	866	-31,4
	Exportação	2.052	1.875	1.866	1.846	2.058	11,5
	Consumo aparente	9.562	9.781	9.852	9.813	9.175	-6,5
Celulose	Produção	13.922	13.977	15.129	16.465	17.370	5,5
	Importação	392	411	430	416	407	-2,2
	Exportação	8.478	8.513	9.430	10.614	11.528	8,6
	Consumo aparente	5.836	5.875	6.129	6.263	6.250	-0,2

Fonte: IBÁ (2014, 2015, 2016a e 2016b).

No primeiro semestre de 2016, comparado ao mesmo período de 2015, a produção brasileira de celulose cresceu 9,1% e as exportações 16,1% em volume e 6,8% em valor, uma queda de 9% nos preços médios entre os períodos comparados. Para o ano a expectativa é de que os preços internacionais da celulose fiquem em patamares inferiores aos de 2015.

O segmento de papéis teve pelo segundo ano consecutivo queda na produção e no consumo doméstico. O aumento de 11,5% do volume exportado em 2015, em relação a 2014, praticamente compensou a forte queda de 6,5% do consumo (Tabela 14). Embora o volume exportado de papel tenha aumentado de forma significativa, o valor das exportações foi 5% menor na comparação dos dois períodos, devido à queda de 11,3% no valor médio dos produtos exportados. A América do Sul, os EUA e a China são os principais destinos dos papéis exportados pelo Brasil.

As maiores quedas nas vendas domésticas de papel ocorreram com papel de escrever e imprimir, papel imprensa e papel cartão. A desvalorização do câmbio observada ao longo de 2015 desestimulou a importação de papéis, reduzindo em 31,4% o volume importado no ano.

De janeiro a junho de 2016 a produção brasileira de papéis teve um ligeiro crescimento de 0,5%, enquanto as exportações cresceram 7,2%, as vendas domésticas aumentaram em 0,3% e as importações sofreram novamente um forte recuo (-34,2%).

O primeiro semestre de 2016 vem mostrando que o ano poderá ser melhor que 2014 e 2015 para a indústria brasileira de papel e celulose. A produção física industrial do setor, que havia apresentado uma ligeira queda ao final dos dois últimos anos, mostra um crescimento de 2,5% no primeiro semestre de 2016, em relação a igual período do ano anterior (IBGE, 2016c). A valorização do câmbio e a queda dos preços internacionais dos produtos podem dificultar um crescimento mais expressivo dessa indústria.

A indústria brasileira de papel e celulose vem apresentando sucessivos movimentos de expansão de sua capacidade produtiva. Estão previstos investimentos no País, por essa indústria, de mais de 20 bilhões de reais para os próximos anos.

Produção e mercado estaduais

Melhoria das exportações não compensam a queda do mercado interno

Santa Catarina é um dos estados brasileiros em que o setor florestal tem grande importância econômica. Com menos de 10% da área plantada no País com pinus e eucalipto, o Estado foi o sexto maior exportador de produtos florestais em 2015, respondendo por 10% do valor. Atuam em Santa Catarina mais de três mil e oitocentas empresas ativas, que empregam cerca de 90 mil pessoas diretamente, contribuindo com 13,4% dos empregos do setor no Brasil.

O Valor da Transformação Industrial da indústria catarinense de base florestal em 2014 foi de quase 6,0 bilhões de reais, 11,5% superior ao de 2013. O setor respondeu em 2014 por quase 10% do valor transformado pelo conjunto da indústria catarinense. Em 2015, a produção física da indústria catarinense de base florestal sofreu um decréscimo em relação a 2014, de 3,5% para os produtos da madeira e de 0,7% na produção de papel e celulose, um recuo bem menor ao verificado na indústria como um todo que teve sua produção física reduzida em 8,1% em 2015, na comparação com 2014.

Em 2014 o setor gerou poucos empregos no Estado, com crescimento na indústria de móveis de madeira e de papel e embalagens e redução na indústria da madeira e nas atividades ligadas à silvicultura (Tabela 15). Já em 2015, dados do Caged apontam perda de 2.459 empregos na indústria florestal catarinense, revertendo a trajetória de acréscimos sucessivos nos postos de trabalho do setor verificada desde 2009. Houve retração de empregos inclusive na indústria de papel e embalagens que vinha de um longo histórico de acréscimos sucessivos.

Tabela 15/I. Número de empresas e empregos formais no setor florestal – Santa Catarina – 2013-14

Grupo de atividade	Nº de empresas por segmento			Nº de empregados por segmento		
	2013	2014	Var. (%)	2013	2014	Var. (%)
Produção florestal e atividades de apoio	814	807	-0,86	6.595	6.161	-6,58
Desdobro e Indústria da madeira	1.739	1.736	-0,17	39.742	39.483	-0,65
Indústria de celulose, papel e embalagens	213	205	-3,76	20.244	20.517	1,35
Móveis de madeira	1.122	1.093	-2,58	25.988	26.573	2,25
Total silvicultura e indústria de base florestal	3.888	3.841	-1,21	92.569	92.734	0,18

Fonte: MTE (2016).

Produção catarinense de matérias-primas e de produtos florestais

Produção da silvicultura catarinense diminui pelo quarto ano consecutivo

A área plantada com florestas comerciais em Santa Catarina em 2015, segundo o Ibá, foi de 659 mil hectares, sendo 82% com pinus e 18% com eucalipto. Nos últimos anos ocorreu uma ligeira redução da área de pinus, enquanto a área de eucalipto se expandiu (Figura 3). Essas estimativas podem estar subestimadas. Levantamentos realizados nos municípios catarinenses pela Epagri em 2015, por intermédio de sua estrutura de extensão rural, estimaram existir 652 mil ha de pinus e 283 mil hectares de eucalipto, totalizando mais de 900 mil hectares a área destinada à silvicultura no Estado.



Figura 3/I. Evolução da área plantada com pinus e eucalipto em Santa Catarina - 2005-15

A tabela 16 mostra a produção dos principais produtos da silvicultura de Santa Catarina nos últimos seis anos. A produção de toras para fabricação de painéis de madeira reconstituída e para processamento mecânico da madeira (desdobro, laminação, etc.), após sofrer uma queda em 2013, apresentou crescimento nos anos subsequentes, aumentando em 14,3% em 2015, segundo estimativas iniciais do IBGE. O pínus contribui com cerca de 70% da madeira empregada na indústria de painéis e de processamento mecânico. Nos últimos anos, tem aumentado a utilização do eucalipto no fornecimento de toras para esses usos.

Tabela 16/I. Produção dos principais produtos da silvicultura – Santa Catarina – 2010-15

Produto	Unidade medida	2010	2011	2012	2013	2014	2015 ⁽¹⁾
Silvicultura							
Carvão vegetal	t	7.792	8.294	8.601	12.578	12.689	13.197
Lenha	mil m ³	8.097	8.322	8.322	8.088	8.862	8.310
Madeira p/papel e celulose	mil m ³	9.665	10.399	9.839	8.146	6.310	5.405
Madeira p/outras finalidades	mil m ³	8.966	9.609	9.649	8.063	8.156	9.016

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: IBGE (2016a).

Já a colheita de toras de madeira fina utilizada na fabricação de papel e celulose vem se reduzindo ano após ano a partir de 2011, tendo sofrido em 2015 uma queda de 14,3% no volume demandado. O pínus é a espécie mais utilizada também para a fabricação de celulose e papel, com 80% do volume consumido. Nos últimos anos a espécie vem sendo substituída em parte pelo eucalipto nos processos de produção de papelão e de outros papéis para embalagens. Com isso, tem havido uma sobre oferta de madeira fina proveniente de desbastes e dificultado a recuperação dos preços ao nível de produtor.

A produção de carvão vegetal em Santa Catarina, que utiliza majoritariamente o eucalipto como matéria-prima, tem crescido sistematicamente nos últimos anos. Já a produção de lenha, que vinha apresentando crescimento até 2014, sofreu uma redução de mais de 6% em 2015, devido ao menor consumo pela indústria catarinense, em decorrência do processo recessivo vivido pela economia ao longo do ano. O eucalipto é responsável pelo fornecimento da 80% da lenha consumida no Estado.

A participação das florestas plantadas no valor bruto de toda a produção da agropecuária e silvicultura catarinense tem variado nos últimos anos entre 7% e 10%. O valor da produção da silvicultura em Santa Catarina em 2014 foi de 1,54 bilhões de reais, 5% inferior ao de 2013 (Tabela 17). A forte redução no valor das madeiras se deveu à redução do volume produzido e não aos preços, que foram ligeiramente superiores em 2014, em relação a 2013, em termos nominais.

Tabela 17/I. Valor da produção da silvicultura – Santa Catarina – 2010-14

Tipo de produto da silvicultura	(mil reais)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Madeira em toras p/outras finalidades	727.805	838.514	820.584	733.250	668.816
Madeira em toras p/papel e celulose	490.914	463.044	496.355	426.349	356.471
Lenha	253.143	298.409	304.052	324.511	381.173
Carvão vegetal	5.171	5.605	6.309	9.417	13.317
Erva-mate (folha verde)	10.688	11.377	24.842	32.545	32.545
Palmito	21.531	20.494	50.455	86.721	86.721
Total	1.509.252	1.637.443	1.702.597	1.612.793	1.539.043

Fonte: IBGE (2016).

A lenha e o carvão vegetal, por outro lado, tiveram expressivos aumentos no valor da produção entre 2013 e 2014. No caso da lenha, o aumento do valor se deveu tanto ao aumento da produção quanto dos preços recebidos pelos produtores. Já o carvão teve forte valorização em preço, enquanto o volume produzido em 2014 ficou próximo daquele do ano anterior.

Preços de matérias-primas e de produtos florestais

Oferta abundante e queda da demanda derrubam os preços

Em 2015 quase todos os produtos primários e matérias-primas florestais tiveram redução de preços, em valores nominais (Tabelas 18 e 19). O movimento de queda dos preços das toras de madeira de quase todas as bitolas perdurou ao longo do primeiro semestre de 2016.

Tabela 18/I. Preço médio de produtos e matérias-primas florestais – Santa Catarina – 2011-16

Produto	Unidade	(R\$/unidade)					
		2011	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Erva mate verde nativa (no pé)	arroba	5,89	6,40	9,67	16,73	15,57	13,85
Erva mate verde plantada (no pé)	arroba	3,66	4,25	7,57	13,84	12,49	11,09
Lenha de eucalipto (estaleirada)	estéreo	32,47	34,14	32,77	33,48	33,21	32,71
Madeira pinus p/celulose (estaleirada)	t	41,35	45,46	47,13	46,90	44,26	45,67
Madeira eucalipto p/celulose (estaleirada)	t	45,00	48,52	43,56	42,00
Madeira roliça p/construção (estaleirada)	m	1,66	1,95	2,05	2,27	2,00	1,84
Madeira roliça p/escora (estaleirada)	unidade	2,86	2,97	3,09	3,01	3,03	3,23

⁽¹⁾ Média de janeiro a junho.

Fonte: Epagri/Cepa.

Tabela 19/I. Preços médios da madeira de pinus e eucalipto para processamento mecânico – 2012-16

Produto	(R\$/m ³)				
	2012	2013	2014	2015	2016 ⁽¹⁾
Madeira tora eucalipto - até 30cm de diâmetro (em pé)	53,60	51,69	50,38	46,87	40,34
Madeira tora eucalipto - mais de 30cm de diâmetro (em pé)	81,52	80,95	86,62	86,92	80,17
Madeira tora pinus - 20 a 30cm de diâmetro (em pé)	58,65	59,08	55,87	47,62	46,39
Madeira tora pinus - 30 a 40cm de diâmetro (em pé)	79,72	78,74	78,00	69,36	70,88
Madeira tora pinus - mais de 40cm de diâmetro (em pé)	101,38	99,42	99,11	97,75	102,13
Madeira tora pinus - 20 a 30cm de diâmetro (posto indústria)	107,02	103,24	103,42	102,08	97,63
Madeira tora pinus - 30 a 40cm de diâmetro (posto indústria)	127,78	126,60	129,01	127,78	125,08
Madeira tora pinus - mais de 40cm de diâmetro (posto indústria)	148,90	150,30	152,32	155,76	155,73

⁽¹⁾ Média de janeiro a junho.

Fonte: Epagri/Cepa.

As madeiras de bitolas finas utilizadas para lenha, produção de celulose, papel ou painéis de madeira reconstituída vêm apresentando um histórico de preços reais decrescentes desde 2011 (Figura 4). Alguns fatores contribuíram e confluíram na direção de manter baixos os preços desse tipo de madeira. O mais importante foi a grande oferta disponível na base florestal. A intensificação dos plantios ocorrida entre 2001 e 2005, resultou num aumento da oferta a partir de 2010-2011, provocado pela necessidade de realização dos primeiros desbastes nessas áreas. O aumento dos preços dos grãos dos últimos anos, especialmente da soja, estimulou muitos detentores de plantio de pinus a realizarem cortes rasos para

converter as terras para uso com lavouras, devido às expectativas de retornos maiores. Nessa persistência de preços em queda por anos, algumas áreas implantadas na “onda” de atração exercida pela silvicultura rentável do início desse século, foram submetidas a cortes rasos pela falta de perspectivas de valorização da madeira, o que contribuiu para antecipar o aumento da oferta desse tipo de material.

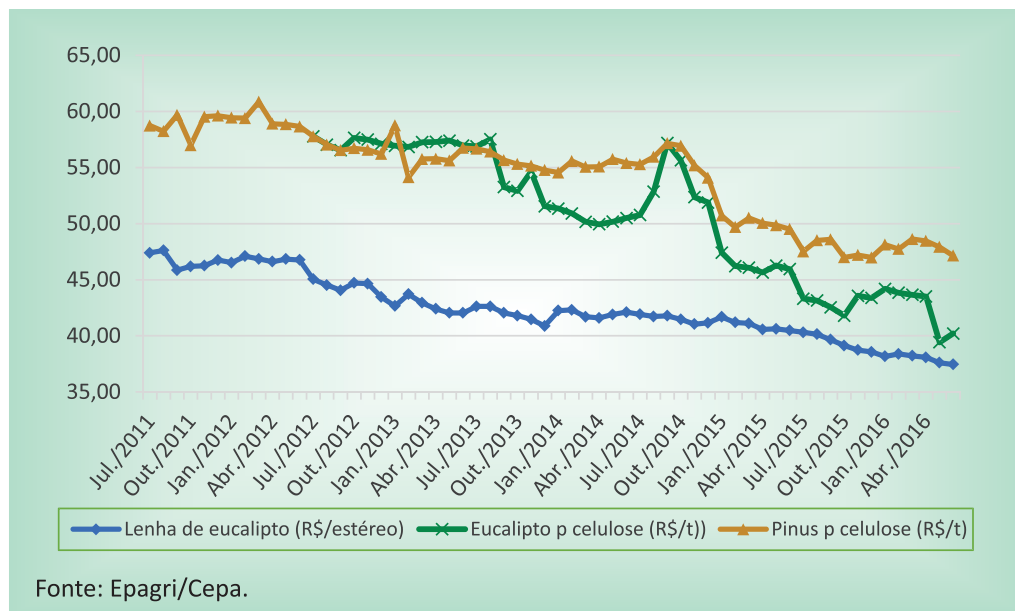


Figura 4/I. Evolução dos preços reais de madeiras de bitolas finas em SC (corrigidos pelo IGP-DI) – jul./11-jun./16

Por outro lado, a retração das atividades econômicas no Brasil a partir de 2014, em especial da indústria da construção civil, reduziu a demanda por madeira serrada, chapas de madeira e outros componentes, restringindo as atividades da indústria madeireira e, em consequência, a demanda por este tipo de toras. A menor demanda por madeira em um momento de oferta abundante de toras teve como resultado a clássica e natural queda dos níveis de preços. A perspectiva para os próximos anos é de que os preços da madeira fina de pinus e de eucalipto sigam pressionados para baixo.

As madeiras destinadas ao processamento mecânico tiveram comportamento distintos de preços em 2015 e nos primeiros seis meses de 2016, segundo a bitola das toras e a espécie florestal. As toras de eucalipto, tanto as de diâmetro médio quanto as mais grossas, tiveram redução de preços nominais para o produtor no período em apreço (Tabela 19). No caso do pinus, enquanto as toras de menor diâmetro (entre 20cm e 30cm) e as de diâmetro médio (entre 30cm e 40cm) sofreram quedas de preços entre 2014 e 2016, as madeiras mais grossas (acima de 40cm) tiveram aumento nominal de preços no período considerado. Isso é reflexo da oferta ainda abundante de toras de bitolas intermediárias, em um contexto de demanda fraca, e da menor disponibilidade de madeiras grossas nos povoamentos florestais do Estado, ainda que a demanda não esteja muito aquecida.

Em Santa Catarina nos últimos cinco anos todos os tipos de madeira com bitolas para uso em serraria ou laminação tiveram evolução negativa de preços em termos reais. A Figura 5 mostra que entre julho de 2011 e junho de 2016 a queda real dos preços da tora de pinus posta na indústria foi contínua e bastante significativa. Como já evidenciado, a redução dos preços reais foi maior para as madeiras de bitolas intermediárias ou mais finas. Se para toras de diâmetros acima de 40cm os preços em 2016 foram em termos reais 20% menores em relação a 2011, as toras com menos de 40cm e acima de 20cm sofreram redução de mais de 30% em seus preços pelos parâmetros considerados.

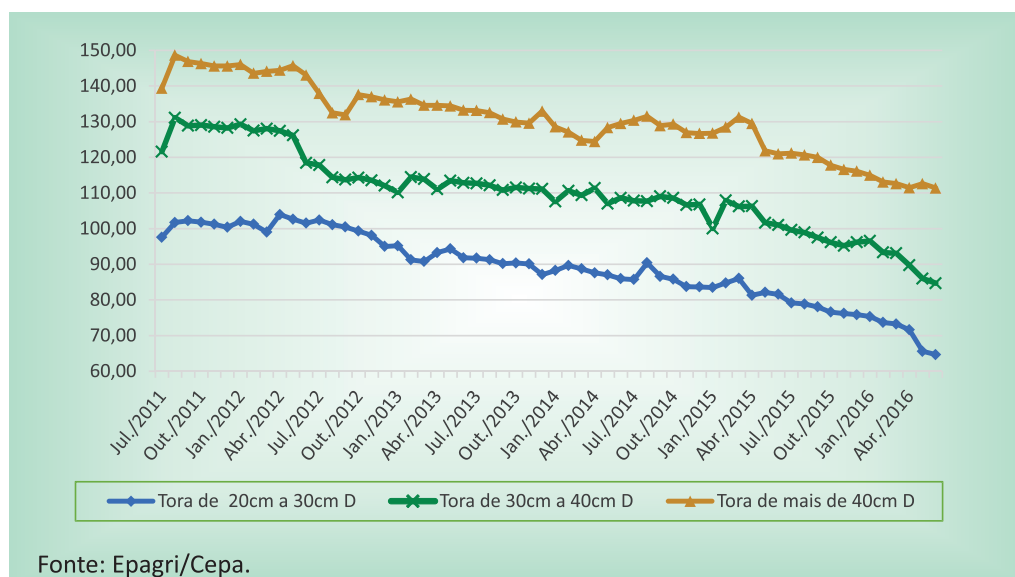


Figura 5/I. Evolução dos preços reais da tora de pinus para serraria em Santa Catarina (R\$/m³ - corrigidos pelo IGP-DI) – jul./11-jun./16

O quadro presenciado nos últimos anos, de oferta elevada e de demanda retraída, para a madeira de pinus e de eucalipto de quase todas as bitolas, só deve se reverter daqui a alguns anos. Caso as exportações de madeira de pinus continuem em recuperação e o mercado interno volte a crescer, os preços das toras tenderão a se recompor, uma vez que se espera menor oferta dessa matéria-prima.

Exportações catarinenses de produtos florestais

Desempenho é fraco, mas melhor do que o dos demais setores

Em 2015, o valor exportado pelos segmentos da indústria catarinense de base florestal foi 3,5% maior que o de 2014, enquanto o total das exportações do Estado teve um decréscimo de 15,0% no período (Tabela 20). Com isso, a participação dos produtos de origem florestal no total das exportações catarinenses subiu de 11,3% para 13,7% (Figura 6).

Os maiores crescimentos foram apresentados pelas exportações de painéis de fibras e partículas de madeira (+34,9%), de madeira serrada de pinus (+28,5%) e de papéis (+6,4%). Esses produtos, juntamente com os móveis de madeira, representam mais de 70% do valor exportado pelo Estado em produtos florestais. Santa Catarina é responsável por 75% das exportações brasileiras de portas de madeira, 44% da madeira serrada de pinus e 26% dos compensados de pinus. EUA, Reino Unido, México, Alemanha e Bélgica são os principais destinos desses produtos.

No primeiro semestre de 2016 a indústria de base florestal de Santa Catarina exportou, em dólares, cerca de 3% menos que o valor exportado no mesmo período de 2015. Desempenho mais ruim teve o conjunto das exportações do Estado no período, com queda de mais de 10%, repetindo o nível de retração apresentado um ano antes, na mesma base de comparação. Os produtos de origem florestal devem, desse modo, ganhar ainda mais importância na pauta das exportações catarinenses.

Pela pouca perspectiva de crescimento das exportações e a projetada retração do mercado interno, especialmente nos segmentos de painéis, móveis e madeiras para a construção civil, espera-se que 2016 seja mais um ano de encolhimento da economia florestal catarinense, como o esperado para a economia como um todo.

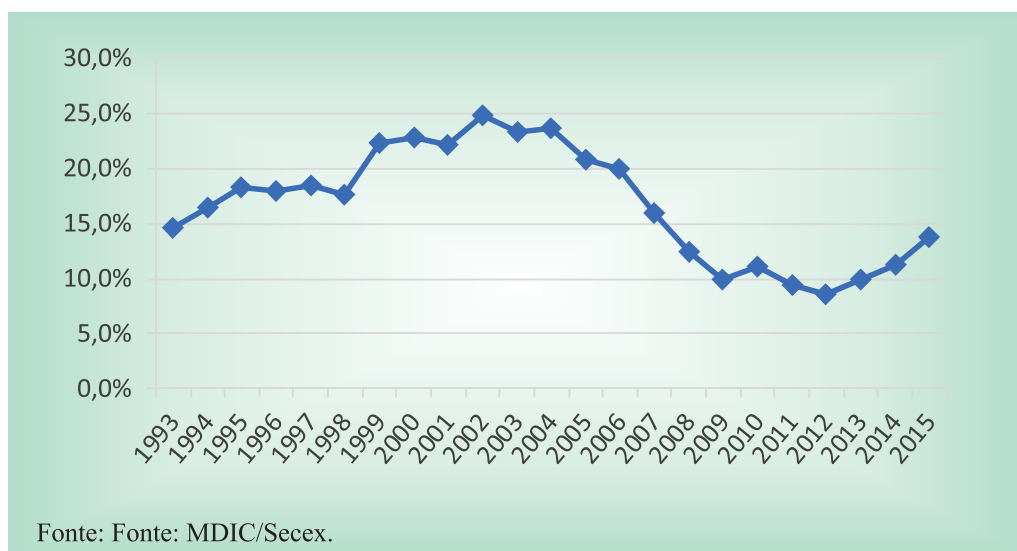


Figura 6/I. Participação (%) das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses –1993-2015

Tabela 20/I. Valor das exportações de produtos florestais – SC – 2011-15

(mil dólares – FOB)

Item	2011	2012	2013	2014	2015
Erva-mate e derivados	15.706	5.709	7.429	10.061	8.323
Madeira e obras de madeira	390.124	401.153	479.383	574.788	595.658
Madeira serrada	76.118	70.583	68.199	101.746	130.691
Madeira laminada	2.615	2.811	5.639	5.656	4.692
Madeira perfilada	18.293	29.169	37.844	46.134	48.200
Painéis de fibras e partículas de mad. reconstituída	4.990	5.888	8.656	18.153	24.490
Madeira compensada	91.652	103.889	117.667	123.370	128.845
Molduras de madeira	13.516	20.396	25.825	33.835	31.090
Caixas, engradados e paletes	8.798	6.720	20.236	19.228	10.980
Ferramentas, armações e cabos	30.537	19.054	21.404	27.316	21.838
Portas, janelas e obras de carpintaria	126.410	124.665	146.018	152.969	160.053
Outras madeiras e obras de madeira	17.195	18.996	28.446	46.381	34.777
Papéis	226.517	188.486	201.431	235.805	250.814
Papel sanitário	3.156	3.836	5.068	5.711	5.378
Embalagens de papel	50.032	54.731	55.086	51.819	54.478
Papel e cartão kraft kraftliner	163.551	120.587	130.601	167.310	178.950
Outros papéis	9.778	9.331	10.676	10.965	11.976
Móveis de madeira	187.895	176.451	173.951	190.878	192.569
Móveis de madeira p/escritório	3.031	3.589	2.231	2.104	1.808
Móveis de madeira p/cozinha	9.270	8.487	7.665	8.705	7.489
Móveis de madeira p/quartos	94.698	90.206	90.063	107.103	109.681
Outros móveis de madeira	62.735	58.993	58.946	58.633	61.067
Componentes p/móveis de madeira	16.263	14.281	14.718	14.333	12.477
Total produtos florestais	810.464	771.923	862.249	1.011.532	1.047.364
Total exportações	9.051.047	8.920.648	8.688.406	8.987.359	7.644.023

Fonte: MDIC/Secex.

As esperanças de melhora ficam para 2017.

Análise climática de julho de 2015 a junho de 2016 para o estado de Santa Catarina

Wilian da Silva Ricce - Eng.-agr., Dr. - Epagri/Ciram
 wilianricce@epagri.sc.gov.br

Angelo Mendes Massignam - Eng.-agr., Dr. - Epagri/Ciram
 massigna@epagri.sc.gov.br

Cristina Pandolfo - Eng.-agr., Dra. - Epagri/Ciram
 cristina@epagri.sc.gov.br

Glauca de Almeida Padrão - Economista, Dra. - Epagri/Cepa
 glauciapadrao@epagri.sc.gov.br

João Rogério Alves - Eng.-agr., Msc. - Epagri/Cepa
 joaoalves@epagri.sc.gov.br

O estado de Santa Catarina, por sua localização geográfica e relevo, apresenta grande variabilidade climática, permitindo o desenvolvimento de um grande número de atividades agropecuárias. Porém, algumas adversidades podem interferir no desempenho de culturas ou criações. Assim, o objetivo neste texto é caracterizar o clima e discutir possíveis impactos que ocorreram na agricultura catarinense durante a safra de 2015/16.

O El Niño de 2015-2016 foi um dos três eventos mais fortes desde 1950. O fenômeno, que iniciou em 2015, atingiu um grau de neutralidade (anomalia de TSM entre -0,5 e 0,5°C) somente em maio de 2016 (CPTEC/INPE, 2016), causando precipitações excessivas na safra de verão.

De acordo com a Figura 1, foi possível observar que durante a safra de verão ocorreram excessos hídricos em todas as regiões de setembro a dezembro, superando os déficits observados em agosto de 2015. No Litoral Norte foram calculados excessos hídricos até o mês de fevereiro de 2016.

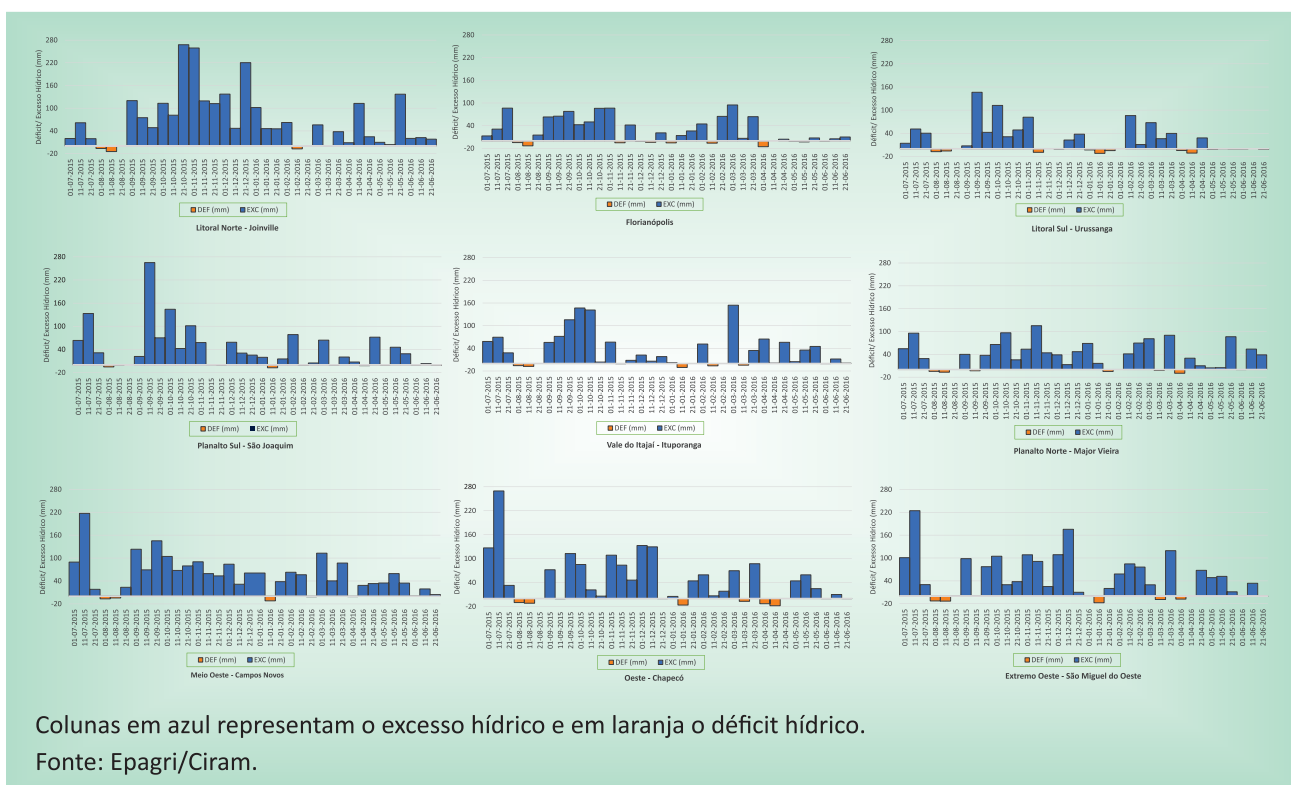


Figura 1/I. Déficit/excesso hídrico(mm) para as estações meteorológicas de Campos Novos, Chapecó, Florianópolis, Ituporanga, Joinville, Major Vieira, São Joaquim, São Miguel do Oeste e Urussanga, representando as regiões catarinenses de julho de 2015 a junho de 2016

No inverno de 2015 o acúmulo de horas de frio foi abaixo do esperado (Figura 2), o que foi prejudicial às frutíferas que dependem do frio para a brotação e floração.

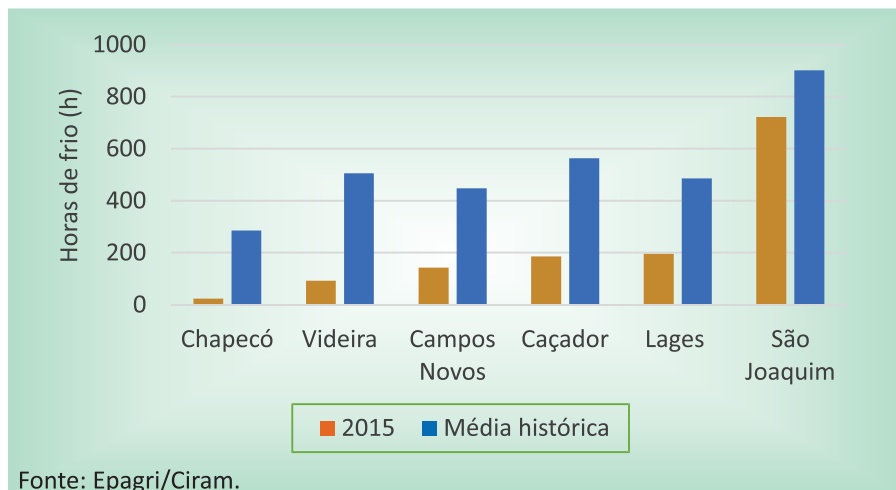


Figura 2/I. Horas de frio(h) acumulada no período de abril a outubro de 2015 nas estações meteorológicas de Caçador, Campos Novos, Chapecó, Lages, São Joaquim e Videira

Na Primavera de 2015, a chuva persistente e em excesso foi favorável para o desenvolvimento de doenças em algumas culturas na primavera, como banana, maçã e tomate, afetando diretamente a produção agrícola catarinense. No Vale do Itajaí, as safras de cebola, feijão e arroz estão entre as que apresentaram maiores perdas. Mais detalhes podem ser obtidos no Boletim Ambiental da Primavera de 2015 publicados pela Epagri/Ciram (<http://www.ciram.com.br>).

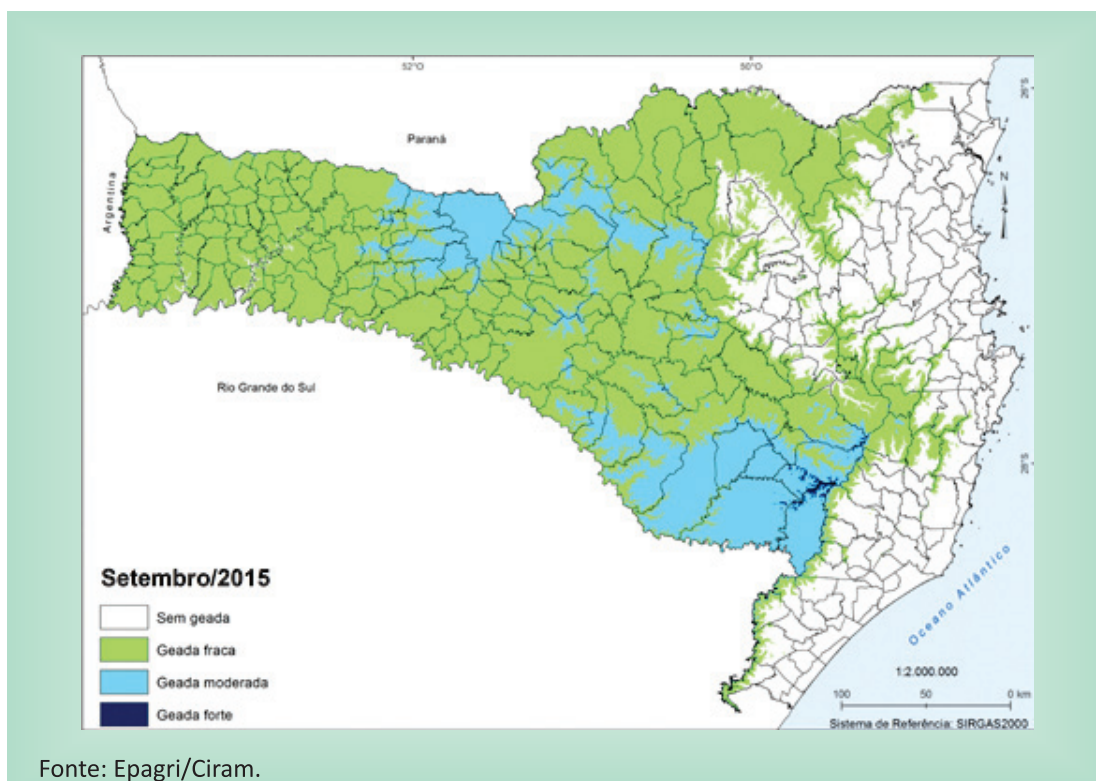
O período de setembro a dezembro teve vários dias consecutivos com chuva, o que causou excesso hídrico (Figura 1) e influenciou na insolação e provocou diminuição dos totais de energia disponível para as plantas (Figura 3).



Figura 3/I. Insolação total decenal(h) para as estações de Caçador, Campos Novos, Chapecó, Itajaí, Lages e São Joaquim para o período de julho de 2015 a junho de 2016

É possível observar que houve uma redução do total de insolação em média histórica nos meses de outubro a dezembro. Essa época é importante para o desenvolvimento vegetativo e diferenciação da produção para as principais culturas agrícolas de verão do Estado. A redução da insolação foi, provavelmente, a principal causa de quebra de safra da cultura do arroz, pois houve uma menor disponibilidade de radiação solar.

Outro fenômeno marcante nessa safra foi a ocorrência de geada tardia para as regiões com altitude entre 300 a 700m de altitude. Nos dias 12 e 13 de setembro de 2015 uma entrada de frente fria provocou geada generalizada na região produtora (Figura 4).



Fonte: Epagri/Ciram.

Figura 4/I. Ocorrência de geada em setembro de 2015 no estado de Santa Catarina

Houve uma maior ocorrência de granizo no Oeste Catarinense, Meio-Oeste e Planalto Sul, regiões produtoras de frutas de clima temperado. A Figura 5 apresenta o número de registros de granizo no período avaliado.

No verão de 2015/2016, o total de precipitação do trimestre foi superior à média climatológica especialmente nas regiões do oeste e do litoral de Santa Catarina. Em janeiro foram observados períodos com deficiência hídrica, principalmente no Planalto Norte, Vale do Itajaí e Sul Catarinense, enquanto no Norte Catarinense foram observados os maiores excessos hídricos (Figura 1). No mês de março foi observada deficiência hídrica na maioria das regiões de Santa Catarina, porém os valores foram baixos. O período mais quente do trimestre, com temperaturas máximas que superaram os 35°C, ocorreu em fevereiro com a atuação de uma onda de calor em Santa Catarina. As colheitas de uma série de culturas foram impactadas diretamente pelas chuvas acima da média nas principais regiões produtoras do Estado. Em linhas gerais, a ocorrência de chuva acima da média ocasionou prejuízos significativos à cultura do feijão de primeira safra. Mais detalhes podem ser obtidos no Boletim Ambiental do Verão de 2015/2016 publicados pela Epagri/Ciram (<http://www.ciram.com.br>).

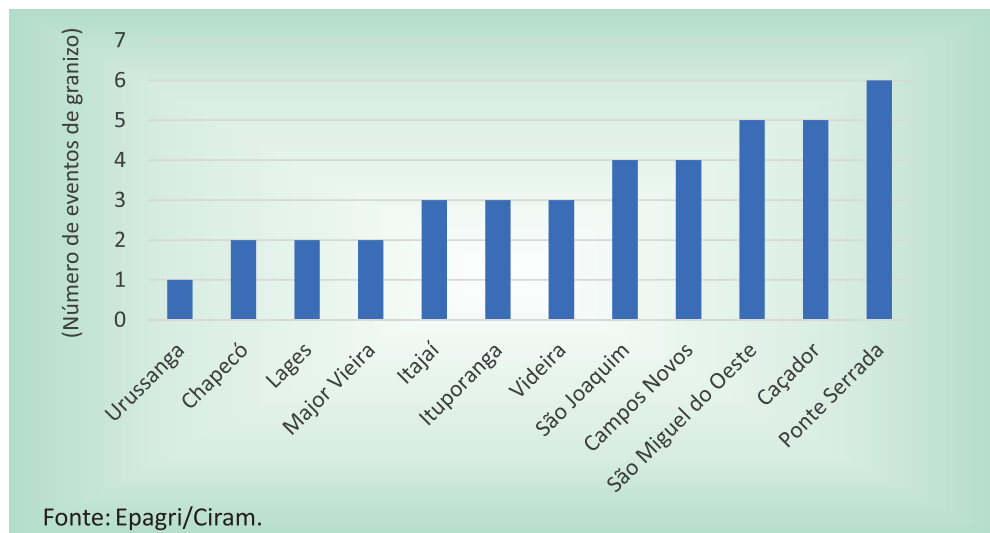


Figura 5/I. Número de eventos de granizo em diversas estações meteorológicas no estado de Santa Catarina de julho de 2015 a junho de 2016

A variação na temperatura foi destaque no trimestre de abril a junho de 2016 em Santa Catarina. O período que apresentou um “calor de verão” no mês de abril, com temperaturas máximas de 30°C, terminou com um “frio de inverno”, mesmo nas áreas do litoral. Foi um outono de belas paisagens, com geada ampla e nevoeiros densos. A fruticultura de clima temperado se beneficiará das horas de frio acumuladas no período para a próxima safra (2016/2017). Entretanto, os produtores de bananas, hortaliças e pastagens se mantiveram em alerta em virtude das baixas temperaturas e das geadas recorrentes. A chuva foi mal distribuída no espaço e no tempo durante o trimestre. Eventos de chuva mais significativa, em abril e maio, resultaram em acumulados acima da média no norte do Estado. Mais detalhes podem ser obtidos no Boletim Ambiental do Outono de 2016 publicados pela Epagri/Ciram (<http://www.ciram.com.br>).

Ricce et al. (2016)¹ apresentaram os efeitos negativos do excesso de chuvas nos meses de setembro e outubro de 2015 resultando em perdas na produção das culturas da cebola, fumo, arroz, milho e feijão. Os altos volumes e o longo período de chuvas nos meses de setembro e outubro dificultaram as atividades agropecuárias. Produtores tiveram dificuldade para trafegar com as máquinas nas lavouras devido ao solo encharcado e houve atraso na semeadura/plantio. Além disso, operações de colheita das culturas de inverno foram prejudicadas, com perdas quantitativas e qualitativas e elevação dos custos de produção.

A safra do arroz irrigado em Santa Catarina apresentou atrasos em relação à safra anterior (Figura 6). Os atrasos decorreram do excesso de chuva observado em setembro e outubro, que dificultaram o plantio em diversas regiões e exigiram em algumas regiões o replantio, culminando em atrasos na floração e na colheita. Esses atrasos têm reflexos diretos nos preços internos, haja vista que foi observada menor oferta do grão em um período em que já era esperado maior volume disponível no mercado. O resultado são preços elevados em relação à última safra. Apesar dos eventos extremos observados no Estado pela ação do El Niño, que inicialmente apontavam para uma situação catastrófica para a safra, os resultados apresentados deram conta de que a quebra de safra obtida no Estado representou 5,58% da produção esperada. A principal explicação é que na região de produção mais expressiva (Araranguá) a produção observada foi superior à ocorrida na última safra. Embora regiões como Rio do Sul, Joinville e Criciúma,

¹ RICCE, W. S.; PADRÃO, G. A.; TRABQUINI, K.; ALVES, J. R.; REITER, J. M. W. Estimativas de perdas na agricultura por chuvas excessivas no Alto Vale do Rio Itajaí em 2015. *Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, v. 29, n. 2, p. 42-45, 2016.

importantes produtores, tenham sofrido grandes perdas na safra, os ganhos observados e perdas menos expressivas em outras regiões fizeram com que na média do Estado a redução da expectativa de safra fosse menor que a esperada.

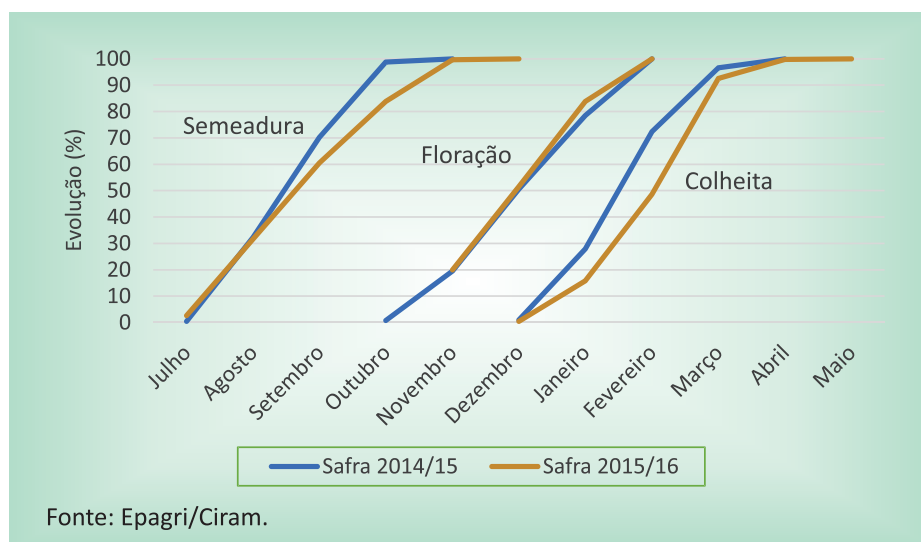


Figura 6/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do arroz em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16

O excesso de chuvas ocorrido entre os meses de setembro e outubro atrasou a semeadura do milho, quando comparada com a safra anterior (Figura 7). Muitos produtores, que anteciparam a semeadura com o intuito de fazer uma segunda safra, silagem ou soja, tiveram grandes perdas e em algumas regiões necessidade de ressemeadura. O atraso na semeadura teve reflexos na floração que também teve percentuais acima da média nos meses de janeiro e fevereiro. A época da colheita, contudo, conseguiu se normalizar nos meses de janeiro, quando as condições climáticas melhoraram e permitiram o seu avanço.

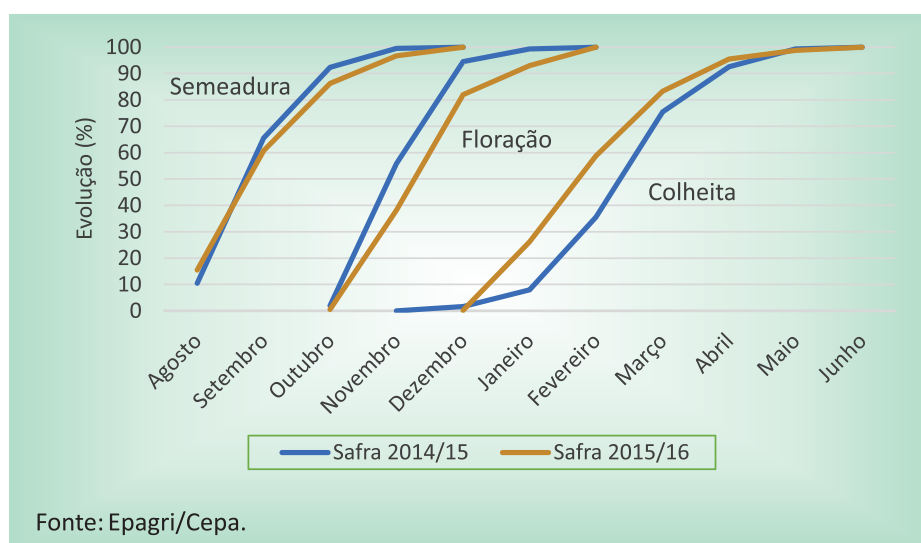


Figura 7/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do milho em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16

Na soja, houve antecipação da semeadura na safra 2015/16 (Figura 8), o que tem sido uma tendência nos últimos anos, quando os produtores passaram a cultivar soja seguida de soja, aproveitando os bons preços do grão. No entanto, tal antecipação gerou necessidade de ressemeadura em algumas regiões do Estado e resultou em perdas significativas. Essa antecipação e a necessidade de ressemeadura resultou em um comportamento da floração distinto do ano anterior, que foi considerado um ano de safra normal. Observa-se que em janeiro de 2016 houve queda na floração, resultado da pouca luminosidade ocorrida nos meses anteriores, recuperando-se ao longo dos demais meses. A colheita também sofreu alterações no comportamento, sendo intensificada nos meses de janeiro e fevereiro pela ocorrência do tempo bom.

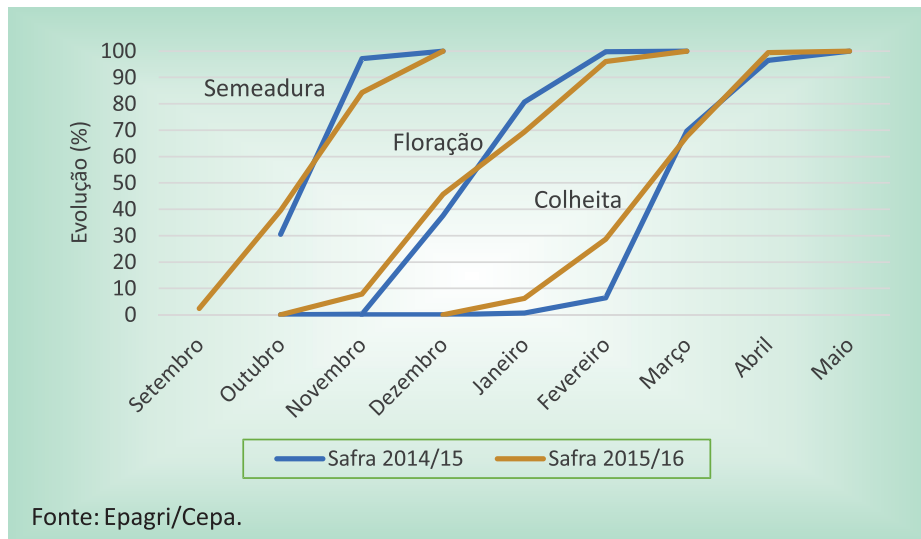
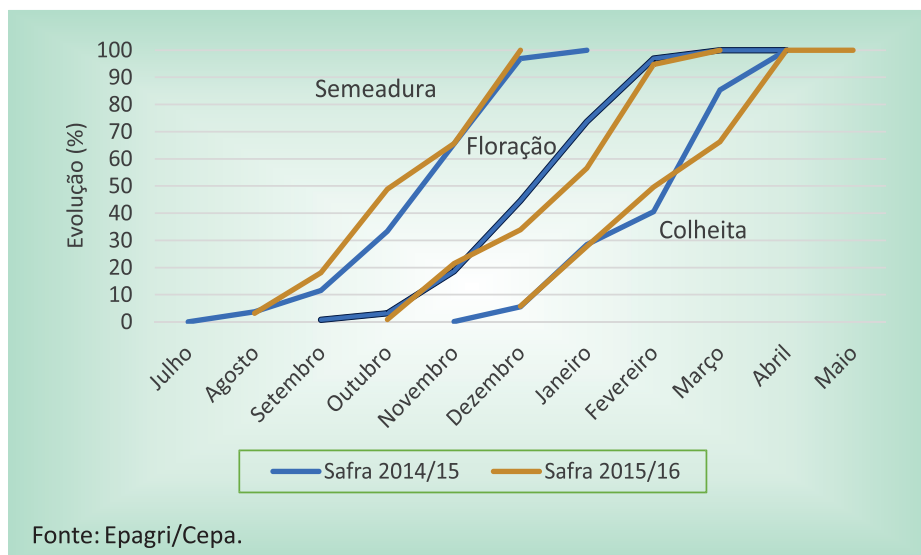


Figura 8/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura da soja em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16

A evolução do plantio de feijão 1ª safra 2015/16 teve comportamento atípico quando comparado à 1ª safra 2014/15, que foi considerada normal (Figura 9). Em função das chuvas de junho de 2015, o início da semeadura foi postergado, iniciando em agosto e se estendendo até dezembro. Na Figura 9 fica nítida a redução abrupta no ritmo das semeaduras a partir de outubro até o final de novembro, época de precipitação muito acima da média em todo Estado, com pouca incidência de luz solar e impossibilidade de entrada de máquinas nas áreas em função do encharcamento do solo. O atraso nas semeaduras retardou as fases seguintes do desenvolvimento da cultura e o início da floração passou a ser registrado com mais intensidade apenas a partir de outubro. Em um ano normal deveria iniciar em setembro. Assim como na fase de plantio, as lavouras que estavam em floração tiveram comportamento similar, com redução a partir de novembro até janeiro. Por fim, a colheita do feijão 1ª safra, que em anos normais é distribuída em cerca de 32% entre as regiões Oeste, Meio-Oeste e Planalto Norte e aproximadamente 52% entre as regiões do Planalto Sul e Campos de Lages, apresentou nessa safra comportamento anormal, com a colheita transcorrendo de forma escalonada, de modo que as operações de colheita mecanizada ou mesmo manual aconteciam quando as condições climáticas permitiam, intensificando-se um pouco mais a partir de março até o final de abril.

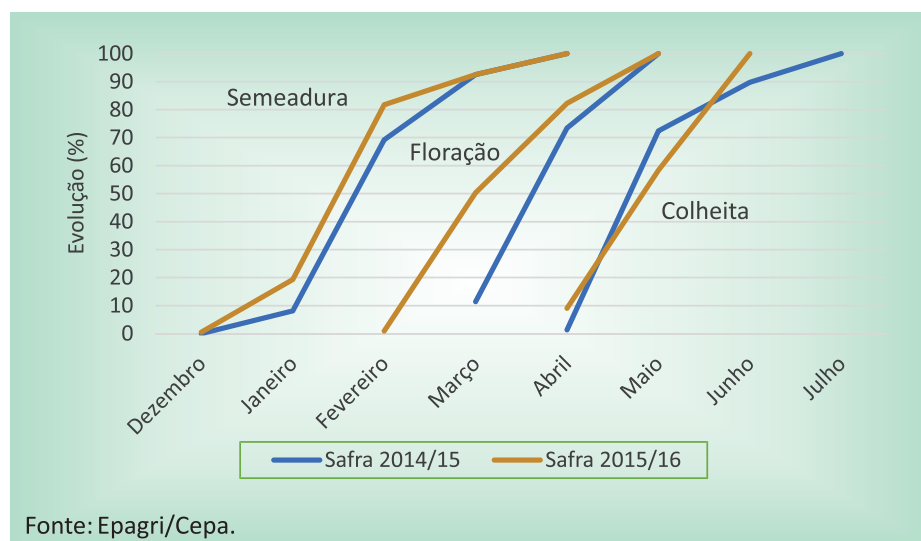
Já a 2ª safra de feijão 2015/16 transcorreu de forma satisfatória, com o início das semeaduras intensificando-se já em dezembro (Figura 10). Depois disso, essa fase do cultivo teve comportamento normal, similar à safra anterior (2014/15), com o término desse período em abril. O período da fase de florescimento para o feijão 2ª safra 2015/16 teve início e fim similares à safra anterior. Com cerca de 40 a 60% do florescimento concentrado entre os meses de março e abril, essa fase foi concluída em final de maio. A

colheita do feijão 2ª safra 2015/16 teve seu auge com cerca de 50% colhido no mês de maio, já os outros 50% restantes tiveram a colheita severamente acelerada em função da queda abrupta das temperaturas. Muitas lavouras tiveram problemas com baixo peso dos grãos colhidos e também com tamanho miúdo dos grãos, na medida em que as plantas entraram em maturação precocemente em função do frio. Em função disso, em junho foram encerrados os registros de colheita, enquanto na safra passada (2014/15) as colheitas haviam se estendido até julho.



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 9/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do feijão 1ª safra em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16



Fonte: Epagri/Cepa.

Figura 10/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do feijão 2ª safra em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16

Parte II

Tabela 1/II. Posição e participação da produção vegetal e animal de Santa Catarina no Brasil – 2015

Produtos vegetais	Brasil (t)	Santa Catarina		
		(t)	Participação no Brasil (%)	Posição no Brasil
Maçã	1.264.651	613.828	48,5	1º
Cebola	1.445.989	339.451	23,5	1º
Pera	21.160	6.804	32,2	2º
Fumo (em folha)	867.355	255.952	29,5	2º
Palmito	109.409	23.631	21,6	2º
Arroz (em casca)	12.301.201	1.081.537	8,8	2º
Erva-mate (folha verde)	602.899	91.349	15,2	3º
Alho	117.272	17.452	14,9	3º
Pêssego	216.241	21.700	10,0	3º
Cevada (em grão)	186.285	6.241	3,4	3º
Banana	6.844.491	710.183	10,4	4º
Uva	1.497.302	69.118	4,6	5º
Trigo (em grão)	5.508.451	131.518	2,4	5º
Caqui	192.327	3.581	1,9	6º
Feijão (em grão)	3.090.014	138.776	4,5	7º
Tomate	4.187.729	180.486	4,3	7º
Batata-inglesa	3.867.681	125.971	3,3	7º
Milho (em grão)	85.284.656	3.076.480	3,6	8º
Maracujá	694.539	23.956	3,4	8º
Tangerina	999.686	12.419	1,2	9º
Melancia	2.119.559	53.765	2,5	11º
Soja (em grão)	97.464.936	2.000.323	2,1	11º
Mandioca	23.059.704	423.706	1,8	12º
Laranja	16.746.247	47.880	0,3	12º

Produtos animais	Brasil (t)	Santa Catarina		
		(t)	Partic. no Brasil (%)	Posição no Brasil
Suínos	3.430.734	915.849	26,7	1º
Frango	13.146.562	2.159.944	16,4	2º
Leite (Mil litros)	35.000.227	3.059.903	8,7	5º
Mel de abelha	37.816	2.870	7,6	7º
Ovos de galinha (Mil dúzias)	3.769.324	224.595	6,0	7º
Bovinos	7.493.435	98.640	1,3	13º

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal/Pesquisa Trimestral do Abate de Animais/Pesquisa Pecuária Municipal.

Tabela 2/II. Área colhida das lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Hectares									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Abacaxi	33.167	60.406	58.507	66.599	69.165	99	105	13	6	7
Alho	17.149	13.269	10.450	9.638	10.789	4.092	2.793	1.765	2.150	2.313
Amendoim	83.583	104.948	94.329	142.952	147.872	172	203	189	160	112
Arroz	3.946.691	3.664.804	2.722.459	2.340.878	2.138.397	152.191	134.952	150.473	149.869	148.705
Aveia	193.200	182.010	173.455	238.465	296.608	9.580	13.720	7.879	18.050	11.830
Batata-doce	62.629	43.900	41.802	39.705	43.920	5.791	2.036	1.658	1.656	1.759
Batata-inglesa	158.326	151.731	137.044	132.058	131.931	18.136	10.352	6.948	5.348	5.315
Cana-de-açúcar	4.272.602	4.804.511	9.076.706	10.419.678	10.093.171	16.388	15.980	9.511	11.446	8.030
Cebola	74.646	66.505	70.429	59.190	56.677	27.278	24.231	22.146	19.311	20.066
Centeio	4.395	6.755	2.343	3.082	3.615	260	50	20	150	150
Cevada	105.067	145.507	84.118	89.451	86.409	13.126	2.690	3.470	850	2.486
Feijão	4.680.094	4.332.545	3.423.646	3.185.745	2.864.625	404.287	212.799	110.655	88.018	76.689
Fumo	274.098	310.462	449.629	415.842	405.881	84.244	96.117	130.196	120.641	116.298
Girassol	-	-	76.492	115.617	111.803	-	-	-	10	5
Mandioca	1.937.567	1.709.315	1.789.769	1.568.253	1.512.660	67.596	38.544	29.929	23.397	22.048
Melancia	67.986	80.509	94.946	94.375	95.965	2.710	3.100	2.425	2.110	2.634
Melão	7.842	11.399	18.861	21.996	20.762	25	105	32	51	52
Milho (grão)	11.394.307	11.890.376	12.678.875	15.432.909	15.406.010	1.011.565	825.572	582.221	436.433	404.487
Soja	11.487.303	13.656.771	23.327.296	30.273.763	32.181.243	366.143	212.412	440.419	560.098	608.483
Tomate	60.869	56.720	67.892	64.363	63.572	1.628	2.494	2.696	2.735	2.644
Trigo	2.680.989	1.138.687	2.181.567	2.834.945	2.472.628	105.521	30.857	87.441	94.974	68.775
Triticale	-	-	50.543	23.111	18.326	-	-	1.655	745	1.461

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 3/II. Produção das lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Toneladas									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Abacaxi	735.931	1.335.792	1.470.391	1.764.162	1.801.415	1294	1528	120	162	199
Alho	71.087	84.141	104.124	93.769	117.272	19.781	20.909	16.430	21.409	17.452
Amendoim	138.325	187.890	261.455	402.626	500.060	313	313	420	397	292
Arroz	7.420.931	11.134.588	11.235.986	12.175.602	12.301.201	567.686	799.031	1.041.587	1.082.441	1.081.537
Aveia	177.760	214.276	395.056	432.136	504.957	12.287	11.745	7.450	25.926	12.559
Batata-doce	636.691	484.443	495.182	525.814	595.977	88.287	27.506	29.625	30.757	30.691
Batata-inglesa	2.233.721	2.606.932	3.547.510	3.689.836	3.867.681	181.369	119.227	105.373	115.784	125.971
Cana-de-açúcar	262.674.150	326.121.011	717.463.793	736.108.487	748.636.167	979.014	509.463	422.014	563.600	384.625
Cebola	869.067	1.156.332	1.753.311	1.646.498	1.445.989	306.529	456.036	561.184	474.709	339.451
Centeio	4.535	6.948	3.165	4.452	4.916	220	78	26	375	104
Cevada	157.353	282.826	278.558	251.539	186.285	17.668	4.440	9.728	2775	6.241
Feijão	2.234.467	3.056.289	3.158.905	3.294.586	3.090.014	280.826	227.923	167.903	145.171	138.776
Fumo	445.489	579.727	787.817	862.396	867.355	152.396	188.327	252.771	258.245	255.952
Girassol	-	-	86.608	158.563	155.018	-	-	-	14	4
Mandioca	24.322.133	23.044.190	24.967.052	23.253.514	23.059.704	1.162.239	691.996	540.626	443.462	423.706
Melancia	910.838	1.417.425	2.052.928	2.171.448	2.119.559	52.713	67.056	44.586	47.218	53.765
Melão	82.444	242.653	478.392	589.939	521.596	33	832	290	531	550
Milho (grão)	21.347.774	32.321.000	55.364.271	79.881.614	85.284.656	2.674.350	3.403.265	3.653.803	3.149.729	3.076.480
Soja	19.897.804	32.820.826	68.756.343	86.760.520	97.464.936	537.365	524.688	1.378.532	1.668.235	2.000.323
Tomate	2.260.871	3.004.797	4.106.846	4.302.777	4.187.729	69.109	115.402	186.944	184.482	180.486
Trigo	3.093.791	1.725.792	6.171.250	6.261.895	5.508.451	108.288	54.318	243.595	261.308	131.518
Triticale	-	-	124.277	51.832	39.959	-	-	3.718	1746	2.518

Nota: nos anos de 1990 e 2000 as produções de alguns produtos estavam em unidades que foram convertidas para toneladas.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 4/II. Rendimento médio das lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Kg/hectare									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Abacaxi	22.188	22.113	25.131	26.489	26.045	13.070	14.552	9.230	27.000	28.429
Alho	4.145	6.341	9.964	9.729	10.870	4.834	7.486	9.308	9.958	7.545
Amendoim	1.654	1.790	2.771	2.817	3.382	1.819	1.541	2.222	2.481	2.607
Arroz	1.880	3.038	4.127	5.201	5.753	3.730	5.920	6.922	7.223	7.273
Aveia	920	1.177	2.277	1.812	1.702	1.282	856	945	1.436	1.062
Batata-doce	10.166	11.035	11.845	13.243	13.570	15.245	13.509	17.867	18.573	17.448
Batata-inglesa	14.108	17.181	25.885	27.941	29.316	10.000	11.517	15.165	21.650	23.701
Cana-de-açúcar	61.478	67.878	79.044	70.646	74.173	59.739	31.881	44.371	49.240	47.899
Cebola	11.642	17.387	24.894	27.817	25.513	11.237	18.820	25.340	24.582	16.917
Centeio	1.031	1.028	1.350	1.445	1.360	846	1.560	1.300	2.500	693
Cevada	1.497	1.943	3.311	2.812	2.156	1.346	1.650	2.803	3.265	2.510
Feijão	477	705	922	1.034	1.079	694	1.071	1.517	1.649	1.810
Fumo	1.625	1.867	1.752	2.074	2.137	1.808	1.959	1.941	2.141	2.201
Girassol	-	-	1.132	1.371	1.387	-	-	-	1.400	800
Mandioca	12.552	13.481	13.949	14.828	15.244	17.193	17.953	18.063	18.954	19.217
Melancia	13.397	17.606	21.622	23.009	22.087	19.451	21.631	18.385	22.378	20.412
Melão	10.513	21.287	25.364	26.820	25.123	1.333	7.923	9.062	10.412	10.577
Milho (grão)	1.873	2.718	4.366	5.176	5.536	2.643	4.122	6.275	7.217	7.606
Soja	1.732	2.403	2.947	2.866	3.029	1.467	2.470	3.130	2.978	3.287
Tomate	37.143	52.975	60.490	66.852	65.874	42.450	46.271	69.341	67.452	68.262
Trigo	1.153	1.515	2.828	2.209	2.228	1.026	1.760	2.785	2.751	1.912
Triticale	-	-	2.458	2.243	2.180	-	-	2.246	2.344	1.723

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 5/II. Área colhida das lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Hectares									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Banana	487.883	524.750	487.790	478.765	475.976	29.220	25.996	30.419	29.509	29.564
Maçã	22.337	30.043	38.723	37.041	35.842	11.488	14.593	20.014	17.735	17.604
Erva-mate (folha verde)	8.494	69.029	68.183	70.835	94.945	293	11.104	8.231	13.460	12.912
Uva	58.663	59.788	81.518	78.765	78.011	4.708	3.016	5.082	4.897	4.843
Palmito	-	3.649	15.049	17.826	22.416	-	75	786	3.301	4.150
Laranja	912.996	856.422	792.753	680.324	665.174	2.591	12.283	6.032	3.400	3.249
Pêssego	20.029	22.039	20.290	18.206	17.436	556	3.056	1.142	1.505	1.487
Maracujá	25.329	33.428	62.177	56.825	50.837	-	591	294	1.313	1.338
Tangerina	44.926	61.513	57.513	49.861	48.975	120	868	782	965	948
Pera	2.190	2.073	1.535	1.473	1.453	15	206	282	419	420
Caqui	3.960	6.230	8.755	8.323	8.588	-	143	239	269	274
Limão	40.400	50.323	42.779	43.399	46.078	3	201	38	50	50
Figo	3.295	2.805	2.933	2.808	2.855	-	66	244	36	35
Noz (fruto seco)	7.920	1.761	2.473	3.274	3.129	-	7	-	12	12
Goiaba	8.040	14.024	15.693	15.831	17.603	-	24	2	3	5
Abacate	17.385	12.699	11.111	9.450	10.354	6	10	6	4	4

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 6/II. Produção das lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Toneladas									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Banana	5.615.722	5.776.627	6.969.306	6.953.747	6.844.491	433.184	344.862	664.012	701.484	710.183
Maçã	407.433	864.520	1.279.124	1.378.617	1.264.651	227.775	449.903	680.000	633.079	613.828
Erva-mate (folha verde)	147.072	522.019	430.305	602.559	602.899	4.996	63.203	43.266	98.594	91.349
Uva	804.774	1.024.482	1.355.461	1.454.183	1.497.302	70.805	40.541	66.251	68.743	69.118
Palmito	-	24.356	116.870	146.279	109.409	-	220	6.571	18.823	23.631
Laranja	14.016.417	17.064.206	18.503.139	16.928.457	16.746.247	58.550	146.058	96.031	51.102	47.880
Pêssego	133.669	237.270	222.402	211.109	216.241	2.244	31.487	14.003	20.963	21.700
Maracujá	396.347	414.214	922.334	823.284	694.539	-	5.701	3.875	21.205	23.956
Tangerina	660.801	902.161	1.122.009	965.167	999.686	1.813	8.032	8.453	12.592	12.419
Pera	19.091	19.240	16.397	19.096	21.160	318	2.624	3.546	5.427	6.804
Caqui	84.015	113.850	167.215	182.290	192.327	-	1.532	3.503	3.700	3.581
Limão	623.144	825.118	1.020.741	1.101.799	1.180.271	11	1.597	319	445	442
Figo	44.072	30.975	25.727	28.053	29.063	-	463	4.036	282	269
Noz (fruto seco)	2.855	2.614	5.319	5.423	5.201	-	9	-	33	33
Goiaba	204.784	313.636	323.872	359.349	424.305	-	334	12	18	36
Abacate	180.433	131.020	153.189	156.699	180.636	68	74	50	30	30

Nota: nos anos de 1990 e 2000 as produções de alguns produtos estavam em unidades que foram convertidas para toneladas.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 7/II. Rendimento médio das lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Kg/hectare									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Banana	11.510	11.008	14.287	14.524	14.380	14.825	13.266	21.828	23.772	24.022
Maçã	18.240	28.776	33.032	37.219	35.284	19.827	30.830	33.976	35.697	34.869
Erva-mate (folha verde)	17.314	7.562	6.311	8.507	6.350	17.051	5.691	5.256	7.325	7.075
Uva	13.718	17.135	16.627	18.462	19.193	15.039	13.441	13.036	14.038	14.272
Palmito	-	6.674	7.765	8.206	4.881	-	2.933	8.360	5.702	5.694
Laranja	15.352	19.925	23.340	24.883	25.176	22.598	11.891	15.920	15.030	14.737
Pêssego	6.674	10.766	10.961	11.596	12.402	4.036	10.303	12.261	13.929	14.593
Maracujá	15.648	12.391	14.834	14.488	13.662	-	9.646	13.180	16.150	17.904
Tangerina	14.709	14.666	19.508	19.357	20.412	15.112	9.254	10.809	13.049	13.100
Pera	8.718	9.281	10.682	12.964	14.563	21.179	12.738	12.574	12.952	16.200
Caqui	21.216	18.274	19.099	21.902	22.395	-	10.715	14.656	13.755	13.069
Limão	15.424	16.396	23.860	25.388	25.615	3.500	7.943	8.394	8.900	8.840
Figo	13.375	11.043	8.771	9.990	10.180	-	7.015	16.540	7.833	7.686
Noz (fruto seco)	360	1.484	2.150	1.656	1.662	-	1.285	-	2.750	2.750
Goiaba	25.471	22.364	20.637	22.699	24.104	-	13.900	6.000	6.000	7.200
Abacate	10.379	10.317	13.787	16.582	17.446	11.407	7.376	8.333	7.500	7.500

Nota: nos anos de 1990 e 2000 os rendimentos de alguns produtos estavam em unidades que foram convertidas para kg/hectare.

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal.

Tabela 8/II. Fruticultura – Nº de produtores, área, produção e valor bruto da produção – Santa Catarina 2014-15

Fruta	Nº de produtores	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	VBP (mil R\$)
Maçãs	3.017 ⁽¹⁾	16.405	619.329	527.501
Maçã Gala	-	7.937	316.976	272.851
Maçã Fuji	-	7.889	283.910	235.380
Maçã (Outras)	-	579	18.443	19.270
Bananas	3.684 ⁽¹⁾	28.474	735.121	309.050
Banana-caturra	-	20.881	637.008	217.330
Banana-prata	-	7.593	98.112	91.719
Uvas	2.956 ⁽¹⁾	3.697	53.463	61.948
Uva comum	-	3.197	50.148	52.612
Uva vinífera	-	437	2.641	7.875
Uva de mesa	-	63	675	1.460
Ameixa	468	1.040	18.469	30.982
Maracujá	656	1.260	22.403	25.542
Pera	85	392	6.551	13.170
Pêssego/nectarina	781	1.371	23.888	34.341
Laranja	1.371	1.573	22.424	11.177
Tangerina	526	589	8.243	6.566
Caqui	238	214	2.475	3.578
Quivi	56	147	1.810	2.479
Figo	124	46	267	994
Mirtilo	23	23	52	870
Amora	66	18	113	309
Goiaba-serrana	15	9	62	218
Limão	24	13	149	140
Fisales	7	1	1	13
Total	-	55.272	1.514.820	1.028.878

⁽¹⁾ Número de produtores: três variedades de maçã, duas variedades de banana e três categorias de uva.

Fonte: Epagri - Cartilha: Fruticultura Catarinense – Valor da produção comercial na safra 2014/15

Tabela 9/II. Fruticultura – Calendário de colheita por tipo de fruta – Santa Catarina 2014-15

Fruta	(%)											
	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14	Jan./15	Fev./15	Mar./15	Abr./15	Mai/15	Jun./15
Ameixa	-	-	-	-	4	24	38	28	6	-	-	-
Amora	-	-	-	11	33	30	18	5	2	-	-	-
Caqui	1	1	-	-	-	-	6	10	26	42	13	1
Figo	-	-	-	1	3	10	30	30	19	6	1	-
Fisales	10	2	2	4	7	11	15	15	7	4	11	12
Goiaba-serrana	-	-	-	-	-	-	-	-	20	51	29	-
Laranja	13	11	12	10	9	6	4	4	4	6	8	12
Limão	10	12	14	14	10	8	4	4	7	8	5	3
Maracujá	-	-	-	-	1	7	13	22	21	19	11	7
Maçã (Outras)	-	-	-	-	-	17	35	34	9	4	1	-
Maçã Fuji	-	-	-	-	-	-	-	3	23	58	17	-
Maçã Gala	-	-	-	-	-	1	16	58	23	2	-	-
Mirtilo	-	-	-	-	9	48	18	24	2	-	-	-
Pera	-	-	-	-	-	-	22	55	23	-	-	-
Pêssego/ nectarina	-	-	-	6	17	42	21	11	3	-	-	-
Quiwi	-	-	-	-	-	-	6	31	31	22	10	1
Tangerina	21	13	4	1	-	1	1	2	7	15	14	21
Uva comum	-	-	-	-	-	10	37	33	20	-	-	-
Uva de mesa	-	-	-	-	1	38	37	24	-	-	-	-
Uva vinífera	-	-	-	-	-	2	3	8	21	57	7	-
Fruta	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14	Jul./14	Ago./14	Set./14	Out./14	Nov./14	Dez./14
Banana-caturra	8	8	8	8	8	7	6	8	9	10	10	8
Banana-prata	10	10	9	8	6	5	5	7	9	10	10	10

Fonte: Epagri - Cartilha: Fruticultura Catarinense – Valor da produção comercial na safra 2014/15

Tabela 10/II. Efetivos dos rebanhos em 31/12, por tipo de rebanho, no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Tipo de rebanho	Mil cabeças									
	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Galináceos	546.236	842.740	1.238.913	1.320.749	1.332.078	66.636	123.740	173.768	164.785	145.153
Suíno	33.623	31.562	38.957	37.930	40.333	3.331	5.094	7.818	6.179	6.793
Bovino	147.102	169.876	209.541	212.366	215.199	2.994	3.051	3.986	4.286	4.382
Codornas	2.464	5.775	12.992	20.332	21.987	46	503	1.009	576	807
Ovino	20.015	14.785	17.381	17.614	18.411	232	207	293	293	306
Equino	6.122	5.832	5.514	5.451	5.551	164	132	114	120	129
Caprino	11.895	9.347	9.313	8.852	9.615	81	30	58	50	49
Bubalino	1.397	1.103	1.185	1.319	1.366	30	18	18	11	11

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Tabela 11/II. Produção de origem animal, por tipo de produto, no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015

Produto	Brasil					Santa Catarina				
	1990	2000	2010	2014	2015	1990	2000	2010	2014	2015
Leite (Mil litros)	14.484.414	19.767.206	30.715.460	35.124.360	35.000.227	650.409	1.003.098	2.381.130	2.983.250	3.059.903
Ovos de galinha (Mil dúzias)	2.050.668	2.515.773	3.246.719	3.731.796	3.769.324	99.149	136.059	209.582	236.367	224.595
Ovos de codorna (Mil dúzias)	33.447	87.171	232.398	392.778	447.468	523	3.955	7.582	8.079	10.504
Mel de abelha (Kg)	16.181.289	21.865.144	38.072.673	38.481.416	37.815.943	4.043.097	3.983.695	3.965.962	4.783.425	2.869.508
Casulos do bicho-da-seda (kg)	16.270.820	8.254.140	3.650.832	2.681.813	3.006.455	62.493	50.485	176	-	-
Lã (Kg)	29.077.083	13.301.036	11.646.349	11.850.863	10.924.473	272.312	188.130	268.991	261.954	271.570

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Tabela 12/II. Produção da aquicultura, por tipo de produto, no Brasil e em Santa Catarina – 2013-15

Produto	Quilogramas					
	Brasil			Santa Catarina		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Tilápia	169.306.011	199.948.214	219.329.206	16.472.078	23.177.222	25.099.479
Ostras, vieiras e mexilhões	19.350.491	22.082.777	21.063.695	18.816.600	21.654.000	20.662.060
Carpa	18.836.860	20.886.062	20.693.189	3.550.650	6.091.149	6.473.418
Truta	957.016	1.703.606	1.590.010	347.100	953.746	725.750
Traíra e trairão	1.155.492	1.124.311	1.129.168	41.953	228.273	243.568
Camarão	64.678.038	65.027.554	69.859.745	215.000	180.660	227.500
Pacu e patinga	13.652.901	14.553.069	13.276.299	127.132	85.681	94.870
Tambacu, tambatinga	60.463.372	40.266.557	37.443.358	41.354	39.100	33.149
Piau, piapara, piauçu, piava	3.793.363	4.434.107	3.173.105	15.503	13.448	18.722
Lambari	255.635	270.912	244.730	8.171	5.629	9.730
Pintado, cachara, cachapira e pintachara, surubim	15.714.717	20.437.237	18.354.578	2.178	8.434	8.422
Jatuarana, piabanha e piracanjuba	855.202	255.463	5.320.567	2.271	3.504	7.820
Curimatã, curimatá	2.774.029	2.403.129	2.554.052	4.697	3.101	4.380
Dourado	139.058	38.424	31.860	396	1.678	1.926
Matrinxã	5.486.253	10.717.744	9.366.203	1.088	2.115	1.900
Pirapitinga	4.765.900	4.598.702	3.480.185	866	1.005	900
Tambaqui	88.718.502	139.632.527	135.857.980	780	400	400

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Lista de Figuras (Parte I)

Desempenho da produção vegetal

Arroz

1/I. Evolução da produção, consumo e estoque mundial, milhões de toneladas – 1990/91-2016/17	22
2/I. Comparativo da produtividade média do Brasil e Santa Catarina – Safras 1989/90 a 2015/16	26
3/I. Evolução das exportações e importações catarinenses, toneladas – 2010-16	27
4/I. Arroz em casca – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina (Jan./2014 a Jul./2016)	27
5/I. Arroz beneficiado – Evolução do preço médio mensal real – Santa Catarina (Jan./2010 a Jul./2016)	28

Banana

1/I. Principais frutas produzidas no mundo – 2013	29
---	----

Cebola

1/I. Importações brasileiras – 2005-16	38
2/I. Desempenho da produção brasileira – Safras 2011/15	39
3/I. Evolução da produtividade no Brasil – Safras 2011/15	40
4/I. Desempenho da produção catarinense – Safras 2011/15	41
5/I. Evolução da área colhida em Santa Catarina – Safras 2011/15	41
6/I. Preços médios mensais recebidos pelos produtores de Santa Catarina – Safras 2013/14-2015/16	42

Feijão

1/I. Evolução da área plantada, produção e rendimento em SC – 2005/06 a 2015/16	48
---	----

Maçã

1/I. Maçã Fuji – Preços médios anuais no atacado – Santa Catarina – 2014-16	57
2/I. Maçã Gala – Preços médios anuais no atacado – Santa Catarina – 2014-16	57

Mandioca

1/I. Rendimento médio da produção no Brasil – 1990-2014	62
2/I. Exportações – Brasil – 2011-16	63
3/I. Importações em 2011-16	63
4/I. Raiz de Mandioca – Preços médios anuais recebidos pelos produtores de Santa Catarina – IGPI – 2010-16	65
5/I. Mandioca – Derivados - Preços médios anuais no atacado de Santa Catarina – 2014-16	65

Milho

1/I. Principais países exportadores – 2010/16	68
2/I. Estoque e preço médio real nacional – jan./2005 a maio/2016	70
3/I. Preço Médio mensal ao produtor em Santa Catarina e Preço Mínimo praticado - jan. /2009 a maio/2016 ..	73
4/I. Evolução da área plantada de milho e soja em Santa Catarina – 1989/90-2015/16	73
5/I. Equivalência de preços mensais entre soja e milho – 2009-16	74
6/I. Financiamento de custeio, todas as fontes – 2013-16	74

Soja

1/I. Crédito de custeio provenientes de todas as fontes, Pronaf e Pronamp, em milhões de reais – 2013-16	81
--	----

Tabaco

1/I. Evolução do preço médio aos produtores do Sul do Brasil - Safras 2005/06- 2015/16	85
--	----

Uva e Vinho

1/I. Produção de vinhos e outros derivados da uva e vinho – RS - 2006-16	98
2/I. Produção de vinhos finos, coquetel de vinho, espumantes, néctares e vinagres no BR – 2005-15	98
3/I. Derivados de uva (litros) produzidos em Santa Catarina – 2016	100

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1/I. Evolução das exportações – 2010-15.....	105
2/I. Distribuição da produção de bovinos destinados ao abate em Santa Catarina – 2015.....	109
3/I. Boi gordo – Preços médios ao produtor em duas praças de referência – Santa Catarina – 2015-16.....	110

Carne de frango

1/I. Carne de frango – Evolução das exportações – 2011-15	115
2/I. Evolução do abate de frangos em Santa Catarina – 2011-15	117
3/I. Distribuição da produção de frangos destinados ao abate em Santa Catarina – 2015	118
4/I. Evolução dos preços de frango vivo em Santa Catarina – 2015-16	120
5/I. Quantidade de frango vivo necessário para adquirir um saco de milho em SC – 2015-16	120

Carne suína

1/I. Exportações brasileiras de carne suína – janeiro a setembro – 2015 e 2016	127
2/I. Peso das carcaças suínas – Produção de Santa Catarina no primeiro semestre – 2015 e 2016	128
3/I. Distribuição da produção de suínos destinados ao abate em Santa Catarina – 2015	130
4/I. Evolução dos preços pagos por quilo de peso vivo - Santa Catarina – 2015-16	131
5/I. Evolução da relação de troca do suíno – Quantidade de suíno vivo necessária para adquirir um saco de milho em Santa Catarina – 2015-16	132

Desempenho da piscicultura catarinense

Piscicultura de água doce no Brasil e em Santa Catarina

1/I. Percentual de espécies de peixes produzidos em Santa Catarina	143
2/I. Evolução da produção da piscicultura catarinense (em mil toneladas) – 1983-2015.....	144
3/I. Produção comercial das principais regiões no Estado (apenas as acima de mil toneladas).....	145

Desempenho do setor florestal

1/I. Evolução dos preços da celulose tipo NBSK e BHKP na Europa (US\$/t) – dez./2005-dez./2015	151
2/I. Valor das exportações brasileiras de móveis de madeira – 2000-15.....	159
3/I. Evolução da área plantada com pinus e eucalipto em Santa Catarina - 2005-15	161
4/I. Evolução dos preços reais de madeiras de bitolas finas em SC (corrigidos pelo IGP-DI) – jul./11-jun./16.....	164
5/I. Evolução dos preços reais da tora de pínus para serraria em Santa Catarina (R\$/m ³ - corrigidos pelo IGP-DI) – jul./11-jun./16.....	165
6/I. Participação (%) das exportações de produtos florestais no total das exportações catarinenses –1993-2015	166

Análise climática de julho de 2015 a junho de 2016 para o estado de Santa Catarina

1/I. Déficit/excesso hídrico(mm) para as estações meteorológicas de Campos Novos, Chapecó, Florianópolis, Ituporanga, Joinville, Major Vieira, São Joaquim, São Miguel do Oeste e Urussanga, representando as regiões catarinenses de julho de 2015 a junho de 2016	167
---	-----

2/I. Horas de frio(h) acumulada no período de abril a outubro de 2015 nas estações meteorológicas de Caçador, Campos Novos, Chapecó, Lages, São Joaquim e Videira.....	168
3/I. Insolação total decendial(h) para as estações de Caçador, Campos Novos, Chapecó, Itajaí, Lages e São Joaquim para o período de julho de 2015 a junho de 2016.....	168
4/I. Ocorrência de geada em setembro de 2015 no estado de Santa Catarina	169
5/I. Número de eventos de granizo em diversas estações meteorológicas no estado de Santa Catarina de julho de 2015 a junho de 2016.....	170
6/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do arroz em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16	171
7/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do milho em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16	171
8/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura da soja em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16	172
9/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do feijão 1ª safra em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16.....	173
10/I. Evolução das fases de semeadura, floração e colheita da cultura do feijão 2ª safra em Santa Catarina nas safras de 2014/15 e 2015/16.....	173

Lista de Tabelas (Parte I)

Desempenho da agropecuária catarinense - 2016

1/I. Valor bruto da produção dos principais produtos da agropecuária – SC e posição entre os produtos.....	8
2/I. Índice de variação da quantidade (Iq) e do preço (Ip) da agropecuária catarinense e de seus principais segmentos – safras 2014-15 e 2015-16	9
3/I. Produção dos principais produtos da agropecuária – SC e posição dentre os produtos.....	10
4/I. Valor das exportações do agronegócio catarinense – 2011-15	11
5/I. Valor das exportações do agronegócio e total de Santa Catarina e do Brasil – 2015.....	12

Crédito Rural

1/I. Financiamentos a produtores e cooperativas no País - 2000, 2014 e 2015	15
2/I. Participação do Pronaf no número total de contratos – 2015	16
3/I. Pronaf - Financiamentos concedidos no País – 2000, 2014 e 2015.....	17
4/I. Número de agricultores familiares e de contratos de crédito rural via Pronaf	17
5/I. Financiamentos totais e via Pronaf no BR e SC – 2007-15.....	18
6/I. Evolução das aquisições de alimentos pelo PNAE – 2010-16	19
7/I. Pronaf - Participação das mulheres no número de contratos e valor aplicado por UF – 2015	20

Desempenho da produção vegetal

Arroz

1/I. Arroz beneficiado – Principais países produtores, 1.000 toneladas – 2011-16	21
2/I. Arroz beneficiado – Principais países exportadores, 1.000 toneladas – 2011-16.....	23
3/I. Arroz beneficiado – Principais importadores mundiais, milhões de toneladas – 2011-16.....	23
4/I. Arroz – Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2010/11-2015/16.....	24
5/I. Arroz – Exportações brasileiras por países de destino, 1.000 toneladas – 2011-16.....	24

6/l. Arroz – Importações brasileiras por países de destino, 1.000 toneladas – 2011-16	25
7/l. Arroz – Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2011/12-2015/16	28

Banana

1/l. Área colhida, produção e produtividade média - Mundo e principais países - Safra 2013.....	30
2/l. Maiores exportadores mundiais – 2011-13	30
3/l. Maiores importadores mundiais – 2011-13.....	31
4/l. Principais países com quantidade disponível para abastecimento per capita – 2010-13	31
5/l. Área colhida, produção e rendimento no Brasil e nos principais estados produtores – Safras 2012/16	32
6/l. Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2011-16	33
7/l. Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2011-16.....	34
8/l. Preço mensal no produtor – Santa Catarina – 2011-16.....	35
9/l. Preço mensal no atacado – Santa Catarina – 2011-16	36
10/l. Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2011-16	37
11/l. Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2011-16	37

Cebola

1/l. Área colhida, produção e rendimento dos principais estados produtores - Safras 2013/15	39
---	----

Feijão

1/l. Área e produção mundial – 2010-14	44
2/l. Consumo per capita – 2009-13	44
3/l. Importações mundiais e dos principais países – 2009-13.....	45
4/l. Exportações mundiais e dos principais países – 2009-13	45
5/l. Área, produção e rendimento médio no Brasil – 2011/12-2015/16	45
6/l. Área e produção dos principais estados e do Brasil – 2012/13-2015/16	46
7/l. Importação brasileira por país de origem –2012-16	47
8/l. Brasil – Balanço de oferta e demanda – Safras 2011/12-2015/16	47
9/l. Área e produção por microrregião geográfica de SC – 2012/13-2015/16.....	48
10/l. Preço médio aos produtores por tipo e praça de referência – 2012-16.....	49

Maçã

1/l. Área colhida, quantidade produzida e produtividade média – Mundo e principais países – Safra 2012/13 ...	50
2/l. Maiores exportadores mundiais – 2011-13	51
3/l. Maiores importadores mundiais – 2011-13.....	51
4/l. Principais países com quantidade disponível para abastecimento per capita – 2012-13	52
5/l. Área colhida, produção e rendimento – Brasil e principais estados produtores – Safras 2011/12-2015/16 ...	53
6/l. Maçã fresca – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2011-16	54
7/l. Maçã fresca– Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2011-16	54
8/l. Suco de Maçã – Brasil – Quantidade negociada com os principais países compradores – 2011-16	54
9/l. Suco de Maçã – Brasil – Valor negociado com os principais países compradores – 2011-16	55
10/l. Maçã fresca– Brasil – Quantidade importada dos principais países de origem – 2011-16	55
11/l. Maçã fresca – Brasil – Valor importado dos principais países de origem – 2011-16.....	55
12/l. Maçã Nacional - Preço médio mensal no atacado – 2014-16.....	58
13/l. Maçã fresca – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2011-16.....	58
14/l. Maçã fresca – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2011-16	59
15/l. Suco de maçã – Brasil – Quantidade exportada por estado da federação – 2011-16	59
16/l. Suco de maçã – Brasil – Valor exportado por estado da federação – 2011-16	59

Mandioca

1/l. Safra mundial e principais países – Safras 2009/10-2013/14	60
2/l. Exportações mundiais de fécula e farinha – 2009-13	61
3/l. Importações mundiais de fécula e farinha – 2009-13	61
4/l. Raiz de mandioca – Safra do Brasil e principais estados – Safras 2012/16.....	62
5/l. Raiz de mandioca – Safra de Santa Catarina por microrregião geográfica – Safras 2011/12-2014/15	64

Milho

1/l. Principais países produtores, em milhões de toneladas – 2010/16	67
2/l. Balanço de oferta e demanda mundial – 2010/16	68
3/l. Principais importadores mundiais de milho, em milhões de toneladas – 2010/16.....	69
4/l. Área plantada e quantidade produzida do Brasil e dos principais estados produtores – Safras 2010/11-2015/16	69
5/l. Valor das exportações brasileiras por países de destino, bilhões de US\$ – 2011-16	71
6/l. Consumo no Brasil, mil toneladas – 2010/11-2015/16	71
7/l. Área plantada e quantidade produzida de Santa Catarina e microrregiões – Safras 2011/12-2015/16	72

Soja

1/l. Principais países produtores do grão, farelo e óleo – 2011/12-2016/17	76
2/l. Exportações mundiais e dos principais exportadores, milhões de toneladas – 2012/13, 2015/16-2016/17 ...	77
3/l. Soja em grão – Estoque mundial e de países selecionados – 2011/12-2016/17	77
4/l. Área plantada, quantidade produzida e rendimento do Brasil e principais estados produtores – 2011-16	78
5/l. Soja e derivados – Balanço de oferta e demanda nacional – 2010-16	78
6/l. Evolução do processamento no Brasil – 2010-16	79
7/l. Evolução das exportações brasileiras do complexo soja – 2011-16	79
8/l. Área plantada e quantidade produzida no Estado e microrregiões – 2011/12-2015/16	80
9/l. Soja e derivados – Exportações e importações catarinenses – 2011-16	80

Tabaco

1/l. Produção dos principais países produtores e mundial – 2009-13	82
2/l. Exportações dos principais países exportadores e mundial – 2008-12	83
3/l. Importações dos principais países importadores e mundial – 2008-12	83
4/l. Safra brasileira – 2010/11-2015/16	84
5/l. Safras da Região Sul do Brasil – 2013-16	84
6/l. Produção e exportação do Brasil – 2010-16	85
7/l. Safra de Santa Catarina – 2011/12-2015/16.....	86
8/l. Safra por micro e mesorregião geográfica de SC – 2013/14-2015/16.....	86

Tomate

1/l. Comparativo de safras do Brasil e principais estados – 2013/14-2015/16.....	87
2/l. Comparativo de safra de Santa Catarina – 2011/12-2015/16	88
3/l. Comparativo de safras das principais microrregiões de SC – 2011/12-2013/14	88
4/l. Preço aos produtores da microrregião de Joaçaba – 2012-16	89
5/l. Preço no atacado da microrregião de Joaçaba – 2012-16	89

Trigo

1/l. Produção mundial e dos principais produtores – Safras 2012/13-2016/17	90
2/l. Balanço de oferta e demanda mundial – Safras 2012/13-2016/17	90
3/l. Principais consumidores – 2012/13-2016/17	91
4/l. Principais importadores de trigo e seus derivados – 2012-16.....	91
5/l. Principais exportadores de trigo e seus derivados – 2012-16	92

6/l. Área, produção e rendimento dos principais estados e do Brasil – 2013-16	92
7/l. Brasil - Balanço de oferta e demanda – 2012- 16	93
8/l. Importação brasileira por país de origem – 2013-16.....	93
9/l. Área, produção e rendimento médio no Brasil – Safras 2012/16.....	93
10/l. Área, produção e rendimento por microrregião geográfica de SC – Safras 2014/16	94
11/l. Preços médios mensais aos produtores de Santa Catarina – 2012-16	94

Uva e vinho

1/l. Área de vinhedos nos principais países e mundial – 2011-15	95
2/l. Produção mundial de vinhos (excluído sucos e mostos) – 2011-15	96
3/l. Área colhida e produção dos principais estados e do Brasil – 2012-16	96
4/l. Quantidade processada pelas empresas do RS – 2007-16	97
5/l. Quantidade processada pelas empresas de SC - 2007-16	97
6/l. Área colhida e produção dos principais municípios e de SC – 2010-14	100

Desempenho da produção animal

Carne bovina

1/l. Produção mundial – 2012-16.....	101
2/l. Consumo mundial – 2012-16	102
3/l. Importações mundiais – 2012-16	102
4/l. Exportações mundiais – 2012-16.....	103
5/l. Evolução do rebanho bovino brasileiro – 2011-15	104
6/l. Abate de bovinos por Unidade da Federação – 2011-15.....	104
7/l. Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2011-15	105
8/l. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2015	106
9/l. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 20011-16.....	106
10/l. Principais estados exportadores – 2015	107
11/l. Rebanho bovino catarinense, por faixa etária e sexo – 2015	107
12/l. Bovinos abatidos por destino - Santa Catarina - 2013-15.....	108
13/l. Bovinos abatidos de acordo com o sistema de inspeção – Santa Catarina – 2015.....	108
14/l. Produção de bovinos - Microrregiões de origem dos animais abatidos em SC – 2015	109

Carne de frango

1/l. Produção mundial – 2012-16.....	111
2/l. Consumo mundial – 2012-16	112
3/l. Importações mundiais – 2012-16	113
4/l. Exportações mundiais – 2012-16.....	113
5/l. Abate de frangos de corte – Brasil – 2011-16.....	114
6/l. Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2011-15	114
7/l. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2015	115
8/l. Exportações do Brasil segundo os principais destinos – 2011-16.....	116
9/l. Exportação de carne de frango – Total do Brasil e dos principais estados – 2015	116
10/l. Produção de frangos – Microrregiões de origem dos animais abatidos em SC – 2015	117
11/l. Produção de frangos - Principais municípios de origem dos animais – 2015	118
12/l. Exportação de carne de frango do Brasil e da Região Sul – 2014-16.....	119
13/l. Exportação de carne de frango de Santa Catarina – 2012-16.....	119

Carne suína

1/I. Produção mundial – 2012-16.....	122
2/I. Consumo mundial – 2012-16.....	123
3/I. Importações mundiais – 2012-16.....	124
4/I. Exportações mundiais – 2012-16.....	124
5/I. Efetivo do rebanho por região geográfica – 2011-15.....	125
6/I. Abate e produção de carne suína do Brasil – 2011-15.....	125
7/I. Abate e produção de carne suína nos principais estados produtores – 2013-15.....	126
8/I. Balanço da oferta e demanda no Brasil – 2011-15.....	126
9/I. Exportações brasileiras – 2011-15.....	126
10/I. Principais destinos(1) das exportações brasileiras – 2011-16.....	127
11/I. Produção de carne suína do Brasil e de Santa Catarina – 2011-16.....	128
12/I. Santa Catarina - Efetivo do rebanho suíno por mesorregião geográfica – 2013-15.....	129
13/I. Principais microrregiões de origem dos suínos abatidos em Santa Catarina – 2015.....	129
14/I. Exportações catarinenses de produtos suínos – 2011-16.....	130
15/I. Principais destinos das exportações catarinenses – 2015.....	131

Leite

1/I. Produção mundial segundo os continentes – 2012-14 a 2016.....	133
2/I. Produção mundial segundo os principais produtores – 2012-14 a 2016.....	134
3/I. Exportação mundial e dos principais exportadores – 2012-14 a 2016.....	134
4/I. Importação mundial e dos principais importadores – 2012-14 a 2016.....	135
5/I. Produção por grandes regiões e do Brasil – 2010-14.....	135
6/I. Produção dos principais estados e do Brasil – 2010-14.....	136
7/I. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas dos principais estados e do BR – 2011-15.....	136
8/I. Balança comercial brasileira de lácteos – 2011-15 e 1º semestre de 2014-16.....	137
9/I. Importação brasileira de lácteos segundo as principais origens – 2014-15 e 1º semestre 2016.....	137
10/I. Exportação brasileira de lácteos segundo os principais destinos – 2014 -15 e 1º semestre 2016.....	138
11/I. Produção por mesorregião e microrregião de Santa Catarina – 2010-14.....	139
12/I. Leite adquirido pelas indústrias inspecionadas no 1º trimestre – 2014-16.....	139
13/I. Preços médios mensais no mercado atacadista de Santa Catarina – 2015-16.....	140
14/I. Preço nominal médio mais comum aos produtores de Santa Catarina, no período de pagamento – 2013-16.....	140

Desempenho da piscicultura catarinense

A aquicultura e a pesca extrativa mundial

1/I. Ranking da produção mundial de peixes cultivados em águas interiores.....	141
--	-----

Maricultura

1/I. Molusco – Evolução da produção comercializada de Santa Catarina – 2010-15.....	146
2/I. Estimativa de valor da produção de moluscos de Santa Catarina – 2014 e 2015.....	148

Desempenho do setor florestal

1/I. Área de florestas comerciais plantadas no Mundo, 1990-2015.....	149
2/I. Produção mundial de madeira em toras para uso industrial segundo os principais países – 2011-15.....	150
3/I. Produção mundial de celulose de mercado segundo os principais países – 2011-15.....	150
4/I. Valor das exportações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2011-15.....	152
5/I. Valor das importações mundiais de produtos florestais segundo os principais países – 2011-15.....	152
6/I. Número de empresas e empregados formais no setor florestal – Brasil – 2013-14.....	154
7/I. Área plantada com eucalipto e pinus no Brasil, por estado – 2014-15.....	155
8/I. Valor da produção da silvicultura – Brasil – 2010-14.....	156

9/I. Produção brasileira das principais matérias-primas de origem florestal – 2009-14.....	156
10/I. Consumo de madeira plantada em 2015 pela indústria brasileira, segundo o segmento industrial	156
11/I. Produção, exportação e consumo interno de madeira serrada de florestas plantadas – Brasil – 2013-15.....	157
12/I. Produção, exportação e consumo interno de madeira compensada de florestas plantadas – Brasil – 2013-15.....	157
13/I. Produção, importação, exportação e consumo aparente de painéis de madeira reconstituída – Brasil – 2012-15.....	158
14/I. Produção, importação, exportação e consumo aparente de papel e celulose – Brasil – 2011-15	160
15/I. Número de empresas e empregos formais no setor florestal – Santa Catarina – 2013-14	161
16/I. Produção dos principais produtos da silvicultura – Santa Catarina – 2010-15	162
17/I. Valor da produção da silvicultura – Santa Catarina – 2010-14	162
18/I. Preço médio de produtos e matérias-primas florestais – Santa Catarina – 2011-16	163
19/I. Preços médios da madeira de pinus e eucalipto para processamento mecânico – 2012-16	163
20/I. Valor das exportações de produtos florestais – SC – 2011-15.....	166

Lista de Tabelas (Parte II)

1/II. Posição e participação da produção vegetal e animal de Santa Catarina no Brasil – 2015	174
2/II. Área colhida das lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015.....	175
3/II. Produção das lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015	175
4/II. Rendimento médio das lavouras temporárias no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015.....	176
5/II. Área colhida das lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015.....	176
6/II. Produção das lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015	177
7/II. Rendimento médio das lavouras permanentes no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015	177
8/II. Fruticultura – Nº de produtores, área, produção e valor bruto da produção – Santa Catarina 2014-2015 ..	178
9/II. Fruticultura – Calendário de colheita por tipo de fruta – Santa Catarina 2014-15.....	179
10/II. Efetivos dos rebanhos em 31/12, por tipo de rebanho, no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015	179
11/II. Produção de origem animal, por tipo de produto, no Brasil e em Santa Catarina – 1990-2015	180
12/II. Produção da aquicultura, por tipo de produto, no Brasil e em Santa Catarina – 2013-15	180



FAPESC

FUNDAÇÃO DE AMPARO À
PESQUISA E INOVAÇÃO DO
ESTADO DE SANTA CATARINA